

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

WASHINGTON RAMOS DOS SANTOS JUNIOR

Os filhos de Medusa e a involução urbana do Rio de Janeiro

v. 1

São Paulo
2011

WASHINGTON RAMOS DOS SANTOS JUNIOR

Os filhos de Medusa e a involução urbana do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH/ USP, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana
Orientadora: Profa. Dra. Amalia Inés Geraiges Lemos

São Paulo
2011

DEDICATÓRIA

À Maria de Xangô

AGRADECIMENTOS

Agradeço muitíssimo à Profa. Amália Inés, pela oportunidade de cursar o Mestrado e pela transformação que isso trouxe a minha vida.

Agradeço a Profa. Yvette Piha Lehman pelo investimento.

Agradeço ao Prof. Élvio Martins pelos debates e pela construção de parte considerável deste trabalho.

Agradeço a Profa. Tamara Egler por fazer parte deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos Jeferson Rezende, Ivana Monteiro, Viviane Morcelle e Florêncio Freitas pelo carinho e pela receptividade em São Paulo.

Last but not least, agradeço aos meus pais, pelo que contribuíram para que me tornasse quem sou.

RESUMO

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos. **Os filhos de Medusa e a involução urbana do Rio de Janeiro**. 2011. x f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Este trabalho tem por objetivo compreender o que a Barra da Tijuca significa, e, para esse fim, utilizamos como método e fundamentação epistemológica a fenomenologia, por meio dos conceitos de Gestalt e de Intersubjetividade, ademais de se fundamentar na concepção de espaço enquanto dimensão do ser. Desse modo, estabelecemos uma abordagem histórica da fenomenologia da cidade, desde a ruptura trazida pela Renascença até o surgimento do Modernismo. Nesse sentido, Brasília e a experiência de sua modernidade tornam-se fundamentais para compreender a constituição da modernidade carioca, já que a transferência da capital era prevista desde 1891. A modernidade da Barra da Tijuca deriva da mimese carioca de Brasília, do AI – 5 e da universalização da técnica do que se convencionou chamar de pós-moderno. Assim, da modernidade cosmopolita do final da década de 1950, vivencia, hoje, o pasticho cosmopolita que, no entanto, é decorrente da própria identidade do brasileiro, cuja imago definimos por meio da mãe-Medusa-filho narcisista.

PALAVRAS-CHAVE: Barra da Tijuca; Rio de Janeiro; Gestalt Urbana; Intersubjetividade; Modernidade; Geografia Urbana.

ABSTRACT

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos. **Os filhos de Medusa e a involução urbana do Rio de Janeiro**. 2011. x f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This assignment aims to comprehend what Barra da Tijuca means and for that purpose we use as method and epistemological basis phenomenology, through the concepts of Gestalt and Intersubjectivity, besides focusing our analysis in the conception of space as being's dimension. Thus, we develop an approach to the history of city phenomenology since Renaissance rupture until Modernism arises. In this sense Brasilia and its modernity became fundamental to understand the constitution of carioca modernity, once the transference of the capital was foreseen since 1891. The modernity of Barra da Tijuca is substantiated by the carioca mimicry of Brasilia, by AI-5 and by the universality of techniques, which is conventionally named as post-modern. Yet, from the cosmopolitan modernity of the end of the 1950's, we experience today a cosmopolitan pastiche that is derived by the Brazilian identity itself, whose imago we defined through Medusa-mother-narcissist son.

PALAVRAS-CHAVE: Barra da Tijuca; Rio de Janeiro; Urban *Gestalt*; Intersubjectivity; Modernity; Urban Geography.

Lista de Imagens

1 Fig.	Comparação entre os planos-pilotos da Barra e de Brasília	76
2 Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 1	115
3 Foto	Vegetação figura-fundo	115
4 Foto	All Suites - condomínio	116
5 Foto	Edifícios próximos ao Centro da Barra	116
6 Foto	Centro da Barra	117
7 Foto	Entrada Porto dos Cabritos	117
8 Foto	Posto após Porto dos Cabritos	118
9 Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 2	119
10 Foto	PUC - Torre Niemeyer	119
11 Foto	PUC – totem	120
12 Foto	Ford pista lateral	121
13 Foto	Torres de Niemeyer	121
14 Foto	Américas Danton Jobim - Maciço	122
15 Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 3	123
16 Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 4	124
17 Foto	Rosalinda Brookfield	125
18 Foto	Rosalinda Centro MHS	125
19 Foto	Bayside	126
20 Foto	Barra Garden	126
21 Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 5	127
22 Foto	Felicíssimo Centro Empresarial Barra Shopping	128
23 Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 6	129
24 Foto	Ayrton Senna - torres Nova Ipanema	129
25 Foto	Ayrton Senna - Cidade da Música	130
26 Foto	Ayrton Senna – orla	130
27 Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 7	131
28 Foto	David Nasser x Carlos Oswald	132
29 Foto	David Nasser terreno em pousio	132
30 Foto	David Nasser torre Novo Leblon	133
31 Foto	David Nasser paralelismo das Américas	133
32 Foto	David Nasser mall	134
33 Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 8	135
34 Foto	Carlos Euler Rio Design Barra	135
35 Foto	Sunspecial ao centro	136
36 Foto	Ponto de ônibus detalhe	137
37 Foto	Sundeck à esquerda	138
38 Foto	Barra Tower Offices, Riserva Uno ao fundo	138
39 Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 9	139
40 Foto	Entrada Jardins	140
41 Foto	Pista sentido Centro, em perpendicular	140

42	Foto	Riserva Uno	141
43	Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 10	142
44	Foto	Di Cavalcanti - edifícios	142
45	Foto	Di Cavalcanti - revendedora	143
46	Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 11	144
47	Foto	Disa Catisa	144
48	Foto	Disa Catisa - condomínio em seguida	145
49	Foto	Pedra de Itaúna	145
50	Fig.	Uso avenida das Américas - trecho 12	146
51	Foto	Villaggio Felicitá - viaduto Allende	147
52	Foto	Villaggio Felicitá - prédios da Allende	147
53	Fig.	Uso avenida Ayrton Senna - trecho 1	148
54	Foto	Mercado de peixe	149
55	Foto	Torres Nova Ipanema e Cidade da Música	149
56	Foto	Torres Nova Ipanema	150
57	Foto	Totem Leroy Merlin	150
58	Fig.	Uso avenida Ayrton Senna - trecho 2	151
59	Fig.	Uso avenida Ayrton Senna - trecho 3	152
60	Foto	Disbarra - Terra Encantada	153
61	Foto	Canteiro central	153
62	Foto	Cidade da Música - zoom	154
63	Foto	Totens publicitários	154
64	Foto	Área indefinida uso	155
65	Foto	Loja Etna	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	I
Capítulo 1 - Método e fundamentação epistemológica	1
1.1 Breve introdução à Fenomenologia	2
1.2 Notas sobre a Fenomenologia e a Intersubjetividade de Husserl	4
1.3 Notas sobre a Fenomenologia e a Intersubjetividade de Heidegger	9
1.4 Gestalt	15
1.5 Conceitos gestálticos	17
1.6 Intersubjetividade e Gestalt como fundamentos para a análise urbana	21
Capítulo 2 - Fenomenologia da cidade	25
2.1 A ruptura da Renascença	26
2.2 Do burguês ao modernista	31
2.3 Brasília e a experiência da modernidade	52
Capítulo 3 - Rio de Janeiro, modernidade e o Plano-piloto para a baixada de Jacarepaguá	62
3.1 Do Cristo Redentor ao Plano Lúcio Costa	62
3.2 Da modernidade cosmopolita ao pasticho cosmopolita	80
Capítulo 4 - O trabalho de campo na Avenida das Américas e na Avenida Ayrton Senna	113
4.1 Os usos das avenidas e as imagens	114
4.2 Avaliação do trabalho de campo	156
Capítulo 5 - O brasileiro e sua Geografia	164
5.1 O padrão geográfico do brasileiro	164
5.2 O brasileiro no divã	175
5.3 Uma proto-teoria geográfica	203
Palavras finais	206
Referências bibliográficas	207

INTRODUÇÃO

A Barra da Tijuca sempre criou questionamentos sobre nós e isso decorre do impacto que o bairro causa sobre aqueles que, de algum modo, o vivenciam. Basta passar pelas ruas do bairro para perceber a diferença do tecido urbano em contraste ao restante da cidade do Rio de Janeiro. Outro aspecto diferenciador é a escala da forma do bairro, que excede a escala humana.

Todavia, essas características não são as únicas. O bairro apresenta forte apelo visual, cujas construções e publicidade criam uma série de signos que incluem até mesmo uma cópia da Estátua da Liberdade. Ao longo das quatro décadas de formação do bairro, considerando aqui a ocupação decorrente do Plano Lúcio Costa, a Barra da Tijuca tornou-se o bairro que mais cresceu no Rio de Janeiro nas últimas décadas.

Além disso, a forma urbana predominante no bairro, o condomínio, foi replicado por toda a cidade, tornando-se modelo de hábito de vida e símbolo de status. Contudo, isso não impediu que muitas críticas fossem direcionadas tanto ao modo de vida quanto à arquitetura do bairro, em especial quando se lembra que o plano-piloto criado para a Barra da Tijuca fora desvirtuado.

Temos por objetivo compreender o que a Barra da Tijuca significa, e, para esse fim, estruturamos esta dissertação em sete capítulos: 1) Método e fundamentação epistemológica; 2) Fenomenologia da cidade; 3) Rio de Janeiro, modernidade e o Plano-piloto para a baixada de Jacarepaguá; 4) O trabalho de campo na Avenida das Américas e na Avenida Ayrton Senna e 5) O brasileiro e sua Geografia.

No primeiro capítulo, discorreremos acerca do método utilizado para a construção desse trabalho, relacionando-o aos conceitos por nós empregados. Assim, a Fenomenologia é empregada de acordo com a *Gestalt* e com a Intersubjetividade trans-subjetiva e para isso trabalhamos com a noção de que o sujeito cria sua própria espacialidade.

No capítulo 2, apresentamos, de modo sucinto, uma fenomenologia da cidade. Lembramos o papel que a cidade grega apresenta na forma urbana ocidental e como a Renascença criará modelos válidos até hoje, com algumas rupturas decorrentes do

Modernismo. Veremos, ainda, que este é o responsável pela valorização de um urbanismo anti-urbano, que tem em Brasília modelo *par excellence*.

A experiência da modernidade nessa urbe está inserida nesse capítulo. Tratamos de Brasília porque analisar o urbanismo brasiliense fornece bases para a compreensão do fenômeno consubstanciado na Barra da Tijuca. Brasília, cuja simbologia é a do Cristo-Rei de acordo com Tuan, promove certa ruptura na constituição do povo brasileiro, que, contudo, não se consolida devido à modernidade AI-5.

A modernidade no Rio de Janeiro é analisada no capítulo 3, desde o Cristo Redentor, castrado, da modernidade dos anos 1920, até a elaboração do Plano-piloto para a baixada de Jacarepaguá, o Pontal de Sernambetiba e a Barra da Tijuca, em 1969. Vemos como Copacabana se firma como grande foco de modernidade e cosmopolitismo, simultaneamente à transferência da capital para o Cerrado.

Discorremos sobre o desenvolvimento urbano da cidade desde o cosmopolitismo da Copacabana da década de 1950 ao pasticho cosmopolita da Barra da Tijuca contemporânea. Assim, associamos a modernidade AI-5 ao bairro que surge, o qual será o de maior crescimento das últimas décadas e cuja forma urbana tornar-se-á modelo na cidade do Rio de Janeiro.

No capítulo 4, apresentamos o trabalho de campo conduzido nas avenidas Ayrton Senna e das Américas, de modo a colocar em prática nosso método e nossa fundamentação teórica, a fim de legitimar nossa análise. Ademais, fundamentamos o porquê de considerar que, desde a constituição da Barra da Tijuca, a cidade experimenta um processo de involução urbana.

No capítulo 5, lembramos que o fenômeno de conquista do sertão é reproduzido tanto na Barra da Tijuca quanto em Brasília. Com base nisso, elaboramos uma retrospectiva acerca da formação sócio-espacial do país e propomos que a constante recriação de áreas de fronteira é o modelo comportamental e geográfico dos brasileiros. Por conseguinte, definimo-los com base na Psicanálise de Winnicott e de Freud.

1. MÉTODO E FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Este trabalho tem nos conceitos de *Gestalt* e de Intersubjetividade a sua base epistemológica, a qual exige, por sua vez, o método fenomenológico como fundamento da análise. Assim, produzimos uma Geografia calcada na fenomenologia, cujo objeto é o lugar, e que refuta a exterioridade do *espaço* aos sujeitos, sendo, portanto, aquele compreendido como dimensão do ser que cria espacialidade própria.

As diversas espacialidades constituídas, nesse sentido, é que propiciam o surgimento da Geografia enquanto saber, já que esta é a responsável pela descrição da superfície terrestre. Recuperamos, pois, a etimologia do termo e reiteramos a importância dos sujeitos, tanto coletivos quanto individuais, na formação sócio-espacial, crendo em uma determinação geográfica e refutando veementemente todo e qualquer determinismo.

Para compreender esse processo, é necessário interligar as dimensões individuais e coletivas, e, por esse motivo, optamos, respectivamente, pelos conceitos de *Gestalt* e de Intersubjetividade. Filiamo-nos, pois, a Kohlsdorf (1975), cuja *Gestalt Urbana* aplicava-se a Brasília; e a Heidegger, com sua Intersubjetividade trans-subjetiva (SILVA, 2006; THOMPSON, 2005, entre outros). Ademais, as experiências vividas pelos sujeitos particularizam nossa Geografia.

Como o pressuposto é a experiência, a única possibilidade epistemológica dessa dissertação era se utilizar de uma abordagem que garantisse a ruptura com a dicotomia entre sujeito e objeto, ou em outras palavras, entre o sujeito e a espacialidade por ele vivenciada. Desse modo, rompemos com a geografia cartesiana que separa o homem de seu meio geográfico, ao exteriorizar aquele deste, e imputamos à experiência abarcada pelo Lugar o nosso objeto.

Este capítulo está estruturado nos seguintes subtópicos: o primeiro é uma breve introdução à Fenomenologia; os dois seguintes abordam a fenomenologia e a intersubjetividade para Husserl e, posteriormente, para Heidegger; o quarto define *Gestalt* e, o quinto, os conceitos gestálticos; e, por fim, o sexto discorre acerca da

utilização de *Gestalt* e Intersubjetividade como fundamentos da análise em Geografia Urbana.

1.1 BREVE INTRODUÇÃO À FENOMENOLOGIA

Os pensadores da Idade Moderna voltaram-se para as questões do conhecer, contrapondo os filósofos que se ocupavam acerca da realidade do mundo. Isso possibilitou o surgimento da subjetividade, que, nesse momento inicial, fundamentou-se sobremaneira no pensamento cartesiano que opõe sujeito e objeto. Racionalismo e empirismo tornaram-se bases epistemológicas até hoje utilizadas para legitimar o saber. A fim de superar a dicotomia presente entre ambos, Kant propugna, com seu criticismo, que apenas os fenômenos podem ser conhecidos.

Fenômeno, de acordo com o Dicionário Houaiss, é termo grego cuja etimologia significa “*coisa que aparece*” (2004: 1327). De acordo com o Dicionário Aurélio Eletrônico, essa palavra tem como significado “*fato, aspecto ou ocorrência passível de observação*” (1999). Kant, assim, assevera que não é possível conhecer as coisas como são em si; o filósofo afirma que apenas se conhece o fenômeno. Para Aranha & Martins (1993: 113), o filósofo inova ao

[...] afirmar que a realidade não é um dado exterior ao qual o intelecto deve se conformar, mas, ao contrário, o mundo dos fenômenos só existe na medida em que ‘aparece’ para nós e, portanto, de certa forma participamos da sua construção. [...] O pensamento kantiano é conhecido como idealismo transcendental [...], pois, ainda que reconheça a experiência como fornecedora da matéria do conhecimento, é o nosso espírito, graças às estruturas *a priori*, que constrói a ordem do universo.

A conseqüência do idealismo transcendental kantiano é o surgimento de correntes filosóficas posteriores discordantes – de um lado, materialistas e positivistas; de outro, idealistas. Estes asseguram que a cognoscibilidade do mundo decorre do sujeito pensante, enquanto aqueles acreditam que o material precede o espiritual e determina o homem. Ainda segundo as autoras (ibid.: 122),

[...] a crítica ao racionalismo, em especial a sua forma idealista e ao primado da razão, começa a se delinear já no século XIX, nas obras de [...] Kierkegaard (1813-1885) e Friedrich Nietzsche (1844-1900).

Thomas Ransom Giles (1989:1), na *História do Existencialismo e da Fenomenologia*, acrescenta que

[...] no século XIX, acreditava-se numa verdade absoluta, numa razão clara e distinta. O positivismo surgiu como um ‘canto de galo’ anunciando as promessas de uma nova era. O século XX parece não acreditar em mais nada. Onde o século XIX via clareza, simplicidade e facilidade, o século XX só vê enigma e escuridão.

A crise da ciência, já no final do século XIX, decorreu sobretudo da geometria não-euclidiana (bastante importante para a Geografia, já que trata, por exemplo, da representação cartográfica) e da física não-newtoniana, refutando categoricamente as certezas científicas. Ademais, a ciência fundamentada na dicotomia entre sujeito e objeto também foi rechaçada por intermédio da Fenomenologia. Segundo André Dartigues (1992: 1-2), a primeira ocorrência deste termo ocorre em 1764, no texto *Novo organon*, de J. H. Lambert, e seria uma teoria da ilusão sob suas diferentes formas.

Kant o utiliza, pela primeira vez, em carta a este autor em 1770, chamando de *phaenomenologia generalis* a disciplina propedêutica que deveria preceder a metafísica. Em seguida, o termo aparece novamente no que se tornará, com alterações, a *Crítica da razão pura* (ibid.: 2). Para Dartigues (loc. cit.), Kant é representativo de “*uma fenomenologia no sentido rigoroso do termo*”, pois “*ao se entregar a uma investigação da estrutura do sujeito e das ‘funções’ do espírito, se dá por tarefa circunscrever o domínio do aparecer ou ‘fenômeno’*”. Contudo,

[...] a meta de tal investigação é, no entanto, menos a elucidação desse aparecer que a limitação das pretensões do conhecimento que, por atingir apenas o fenômeno, não pode jamais se prevalecer de ser conhecimento do ser ou do absoluto” (loc. cit.).

A concepção hegeliana difere da Kant porque, para Hegel, o absoluto é cognoscível, de modo que a fenomenologia é de imediato a do Espírito, esse absoluto; assim, Hegel incorpora a fenomenologia à tradição filosófica. No século XX, contudo, esse termo é ressignificado pelos trabalhos desenvolvidos por Husserl. Vejamos, pois, o trabalho de Husserl.

1.2 NOTAS SOBRE A FENOMENOLOGIA E A INTERSUBJETIVIDADE DE HUSSERL

A fenomenologia husserliana tem por objetivo questionar o naturalismo, o psicologismo e a *Weltanschauung* presente nas discussões filosóficas, bem como nas ciências, e isso decorre da influência que Franz Brentano teve em seu pensamento. Consoante Dartigues (1992: 10), a grande contribuição deste filósofo

[...] consiste de início em distinguir fundamentalmente os fenômenos psíquicos, que comportam uma intencionalidade, a visada de um objeto, dos fenômenos físicos; em seguida, em afirmar que esses fenômenos podem ser percebidos e que o modo de percepção original que deles temos constitui o seu conhecimento fundamental.

Husserl afirmava que as ciências experimentais não haviam definido o seu objeto e que, portanto, não teriam como saber a que se referiam, ou seja, essas ciências

[...] que, não tendo destacado a especificidade de seu objeto e tratando-o como se se tratasse de um objeto físico, confundem a descoberta das causas exteriores de um fenômeno com a natureza própria do fenômeno. [...] O que constitui o interesse das ciências humanas – a saber, o fato que estudam as atividades do homem e notadamente esta atividade privilegiada que é o conhecimento – constitui também sua fraqueza quando essas atividades são reduzidas a simples fenômenos naturais: neste caso elas aniquilam não somente seus próprios pressupostos, mas também os de toda outra forma de conhecimento, quer se trate de filosofia ou da ciência (ibid.: 12).

Assim, para Husserl, “*o fenômeno está penetrado no pensamento, de logos, e [...] [este] se expõe e só se expõe no fenômeno. Apenas sob essa condição é possível uma fenomenologia*” (ibid.: 13). Para este método filosófico, nenhum fenômeno prescinde do pensamento, e, por isso, a intencionalidade transparece a consciência de um objeto-para-um-sujeito. É nesse sentido que a fenomenologia husserliana superará a dicotomia entre sujeito e objeto.

Isso tem por implicações o abandono de qualquer neutralidade do pesquisador, bem como a impossibilidade de não se vincular ao objeto para o qual a consciência se inclina: o próprio homem, ainda que sob a *forma* de seus produtos. Mais do que espaço, território ou região – essas formas que mencionamos –, buscamos aqui compreender a experiência humana, a qual interfere diretamente sobre espaços naturais ou construídos, em um incessante dinamismo recriador.

Para André Dartigues (1992: 19),

[...] se o objeto é sempre objeto-para-uma-consciência, ele não será jamais objeto-em-si, mas objeto-percebido ou objeto-pensado, memorado, imaginado, etc. [...] Consciência e objeto não são, com efeito, duas entidades separadas na natureza que se trataria, em seguida, de pôr em relação, mas consciência e objeto se definem respectivamente a partir desta *correlação* que lhes é, de alguma maneira, co-original.

Essa correlação é imprescindível em uma abordagem fenomenológica e se

[...] a consciência é sempre ‘consciência *de* alguma coisa’ e se o objeto é sempre ‘objeto *para* a consciência’, é inconcebível que possamos sair dessa correlação, já que, fora dela, não haveria nem consciência nem objeto. Assim se encontra delimitado o campo de análise da fenomenologia: ela deve elucidar a essência dessa correlação na qual não somente aparece tal ou qual objeto, mas se estende o mundo inteiro (loc. cit.).

Além disso, a correlação entre sujeito e objeto estará muito próxima daquilo que Koffka denomina campo de comportamento, o qual veremos adiante, e que se constitui na relação entre objeto e consciência. Cabe ressaltar que

[...] o estudo dessa correlação consistirá numa análise descritiva do campo de consciência, o que conduzirá Husserl a definir a fenomenologia como ‘a ciência descritiva das essências da consciência e de seus atos’. [...] a consciência contém muito mais que a si própria: nela percebemos a essência daquilo que ela não é, o sentido mesmo do mundo em direção ao qual ela não cessa de ‘explodir’ (*éclater*), como dirá Sartre (ibid.: 20).

Segundo Giles (1989: 56), “*o ideal husserliano exprime-se pela determinação em dar consistência científica à Filosofia e, através dela, a todas as demais ciências*”. Isso só é possível mediante a evidência *apodítica*, imune a qualquer dúvida, que é

[...] o resultado da consciência da unidade sintética entre a mente e o objeto, a consciência da intuição que é doadora da evidência originada pela presença ou posse do objeto, vivência da coincidência entre intenção e objeto presente, ou seja, a presença da realidade própria do objeto enquanto conhecido pela adequação entre o objeto e o meu conhecimento pensado [...] Na intenção dirigimos a atenção apenas para o simples significado do objeto sem considerar a sua presença, mesmo imaginária, ao passo que na intuição, que é o preenchimento da intenção, há apresentação (percepção) do objeto sensível, categórico ou universal, ou representação pela imagem ou pela recordação do objeto (ibid.: 59).

O método de evidenciação empregado por Husserl é a redução *eidética*, já que esta permite a ultrapassagem da facticidade contingente do objeto. Ainda segundo Giles (ibid.: 63),

[...] há nos juízos, então, limites à nossa fantasia, limites estes impostos pelas próprias coisas sobre as quais formamos o juízo. O processo de variação imaginária nos proporciona a essência, o ser do objeto. A essência, ou seja, o

eidos do objeto é constituído pelo invariante que permanece idêntico através das variações. Assim, se operamos a variação sobre o objeto ‘coisa sensível’, por exemplo, obtemos como ser próprio o eidos da coisa, ou seja, o conjunto espaço-temporal, dotado de qualidades secundárias, posto como substância e unidade causal. A essência experimenta-se então numa intuição vivida.

Essa redução *eidética* faz com que determinado objeto seja analisado desde sua individualidade até sua essência pura, aquilo que faz determinado objeto ser o que é, passando, anteriormente, pela análise de suas características empíricas. Essas variações permitem o exercício da *epoché* fenomenológica, reduzindo o Eu natural e humano ao Eu transcendental, concebível apenas em sua relação com o objeto, que tampouco deve ser compreendido em um objeto qualquer; este objeto é “*puramente intencional, um objeto que é idealidade pura, meramente significada*” (GILES, 1989: 74).

Segundo Von Zuben (1994),

[...] Pela ‘epoché’ o que é posto entre parênteses é a nossa certeza espontânea na realidade transcendente, isto é, exterior à consciência. Para Husserl o fundamento absoluto deveria estar no objeto enquanto consciente - noema -, pois a consciência do objeto exterior (noese) é mais evidente do que o próprio objeto exterior. A crença no objeto exterior é praticamente certa, porém, como o filósofo não pode contentar-se com certezas meramente práticas, deve buscar uma certeza numa evidência apodítica. O campo de investigação está, então, estabelecido para Husserl: será o campo da consciência pura e seus estados, frente ao objeto puro, o objeto intencional, o fenômeno. Estamos no âmago do idealismo transcendental fenomenológico.

Esse idealismo transcendental, assim, rompe com o idealismo focado unicamente no sujeito e, para o autor, “*Husserl sustenta um idealismo metódico, somente ao nível da atitude transcendental. Ele não é idealista ao nível da atitude natural*” (loc. cit.). Dartigues (1992: 25-6) acrescenta que

[...] Husserl será levado a qualificar a fenomenologia de idealismo transcendental, o acento é colocado sobre o sujeito ao qual é preciso ligar a consciência na qual todo sentido se constitui. [...] [Lembra, outrossim, que] em seus últimos escritos [...], sob a influência de Heidegger, Husserl acentua ao contrário a própria correlação consciência-mundo, que será bastante fácil de traduzir por ser-no-mundo.

Giles (ibid.: 81) corrobora ambos e afirma que para o pensamento husserliano há a necessidade de romper com a atitude natural[ista], que apreende “*o mundo como imposto à consciência*”, os objetos sendo exteriores a esta. A atitude transcendental fenomenológica, entretanto, prescinde “*totalmente da relação com o caráter exterior, ou seja, da facticidade do objeto*” (loc. cit.). Cabe ressaltar também que Husserl manteve-se

[...] realista na atitude natural, o seu idealismo [tendo] um sentido essencialmente novo, pois o idealismo fenomenológico não nega a verdadeira existência do mundo real, ficando assim excluída toda identificação da realidade exterior com qualquer produto imanente da atividade do sujeito (GILES, 1989: 82).

Disso resulta o caráter descritivo da fenomenologia – porque se além àquilo que aparece, a única possibilidade de apreensão do real é o fenômeno puro, cuja visão não está fora do conhecimento ou da consciência, apresentando-se como “*autoposição absoluta daquilo que é puramente visto*” (ibid.: 80). Continua Giles (loc. cit.):

[...] o termo ‘transcendente’ vem a significar então o ser do mundo exterior, para o qual estamos naturalmente orientados, que transcende a ‘consciência’, os fenômenos no seu ser real (vulgar), mundano, natural; ao passo que ‘transcendental’ diz respeito ao mundo interior ou ao ser imanente no seu sentido radical, para o qual devemos orientar as nossas atenções como filósofos.

Acerca da fenomenologia transcendental, o autor assegura que esta será

[...] uma fenomenologia da consciência constituinte. Exercer a epoché é reduzir à consciência transcendental. Se pela epoché o objeto se reduz à consciência transcendental, essa mesma redução, porque não desfaz a alteridade sujeito-objeto, implica uma constituição do objeto e torna o mesmo uma espécie de transcendência na imanência. A epoché leva-nos a reconhecer reflexivamente que o mundo, que existe para nós, tira o seu sentido de ser da nossa vida intencional (loc. cit.). [...] Husserl se mantém nas alturas da atitude transcendental, onde o mundo é considerado apenas como significado e, portanto, apresenta-se como mero corolário da consciência que o significa, a qual adquire assim um caráter absoluto (ibid.: 82).

Isso acarreta a distinção husserliana entre essências exatas e essências morfológicas, em primeiro lugar, e exige um comentário acerca do caráter absoluto da consciência, que define, nesse sentido, distinção fundamental entre Husserl e seu discípulo Heidegger. Husserl define as essências exatas pela correspondência aos conceitos rigorosos das matemáticas e da física, cuja relação com a vivência não deve ser por eles exprimidos.

As essências morfológicas ou inexatas, contudo, devem cumprir esse objetivo com rigor, e, por isso, poderão ser apenas descrições fiéis do que aparece. Por essa razão, “*não há uma ‘geometria da vivência’, isto é, uma ciência na qual os fenômenos vividos pudessem ser deduzidos de um sistema de axiomas e de conceitos definidos de antemão*” (DARTIGUES, 1992: 35). Não há uma geometria da vivência, mas há uma *geografia* da vivência!

Ademais, a consciência que assume caráter absoluto não é a consciência do ego monádico, mas a pluralidade das consciências,

[...] através do encontro e dos intercâmbios das quais o mundo acede à objetividade como sendo o mesmo mundo do qual todas as consciências participam. A constituição do mundo não é mais consequentemente um fenômeno subjetivo, mas um fenômeno intersubjetivo, o que conduzirá Husserl a ampliar a subjetividade transcendental àquilo que denomina uma intersubjetividade transcendental. O mundo não é minha representação, ele é nosso mundo ou, enquanto mediatiza os intercâmbios entre os sujeitos, um intermundo, como designará Merleau-Ponty (DARTIGUES, 1992: 62).

M. Guy Thompson (2005: 6) concorda com Dartigues, ao dizer que

[...] a mais importante preocupação das investigações fenomenológicas de Husserl era a de determinar a constituição da experiência do sujeito e de refutar a acusação de que qualquer programa filosófico como esse possui tendência ao solipsismo [referindo-se sobremaneira a Descartes]: a incapacidade de explicar a realidade de um mundo social além das impressões subjetivas de alguém. A resposta de Husserl a essa acusação foi de que a própria natureza da experiência subjetiva implica um mundo além do sujeito individual que, por definição, é experimentado. Em outras palavras, experiência é inerentemente intersubjetiva, não subjetiva. O problema husserliano, então, foi de como justificar essa assertiva. A solução de Husserl foi localizar sua teoria da intersubjetividade na sua concepção de empatia¹ [tradução nossa].

Thompson (ibid.: 7), nesse mesmo artigo, cita Edith Stein, aluna de Husserl cuja dissertação centrou-se no conceito de empatia. Esta

[...] é a fonte da minha experiência do ‘outro’, isto é, outras pessoas como centros de ação. [...] Assim, de acordo com Stein (e Husserl), eu nunca poderei conhecer a dor de outra pessoa diretamente. Eu posso compartilhar a experiência de outra pessoa, mas não posso passar pela experiência de outrem da mesma maneira que outrem a experimenta. O fato de eu não poder conhecer outros neste sentido primeiro incomodou Husserl porque ele estava convencido de que é necessário conhecer outros ‘absolutamente’ a fim de superar a acusação de solipsismo. Assim, a concepção de Husserl de intersubjetividade foi pensada de modo a refutar o solipsismo, uma tarefa a alcançar para a qual ele devotou toda sua carreira filosófica² [tradução nossa].

¹ [...] the principal concern of Husserl’s phenomenological investigations was that of determining the constitution of the subject’s experience and of refuting the accusation that any such philosophical program has a tendency toward solipsism [referindo-se sobremaneira a Descartes]: the failure to account for the reality of a social world beyond one’s subjective impressions. Husserl’s response to this accusation was that the very nature of subjective experience implies a world beyond oneself that is, by definition, experienced. In other words, experience is inherently intersubjective, not subjective. His problem was then how to justify this statement. Husserl’s solution was to situate his theory of intersubjectivity in his conception of empathy.

² [...] is the source of my experience of ‘otherness,’ i.e., other persons as centers of agency. [...] Yet, according to Stein (and Husserl), I can never know another person’s pain directly. I can share another person’s experience but I cannot undergo another person’s experience in the same manner that person does. The fact that I cannot know others in this primordial sense bothered Husserl because he was convinced it is necessary to know others ‘absolutely’ in order to overcome the accusation of solipsism. Thus Husserl’s conception of intersubjectivity was intended to refute solipsism, a task that he devoted his entire philosophical career to achieving.

Desse modo, a crítica de Husserl ao pensamento cartesiano reside no fato de Descartes não ter percebido *“que a natureza da experiência não é estritamente mental ou emocional, mas transcendental, no que oferece a possibilidade de reconhecimento do mundo, não como constructo, mas como um fenômeno”* [tradução nossa]³ (THOMPSON, 2005: 7). Por sua vez, o pensamento husserliano seria reformulado pelo seu discípulo Heidegger, tanto em relação ao conceito de intersubjetividade quanto à própria fenomenologia, o que abordaremos a seguir.

1.3 NOTAS SOBRE A FENOMENOLOGIA E A INTERSUBJETIVIDADE DE HEIDEGGER

Ser discípulo de Husserl não significou identidade entre a fenomenologia deste e a de Heidegger. O percurso intelectual heideggeriano rompe com o transcendentalismo anterior presente na obra de Husserl, e se fundamenta na vida real. Desse modo, a fenomenologia

[...] consiste em se inserir nessa realidade, que se escapa à total autotransparência, e nela manifestar aquilo que ali se oculta da reflexão, assim como a partir de se si se manifesta, isto é, ocultando-se para a radicalidade reflexiva. É só assim que podemos atingir o ser do ente, muito além das dissimulações da vida em seu acontecer concreto, assumindo o Ser como velamento e desvelamento reciprocamente entranhados (GILES, 1989: 91).

Para Dartigues (1992: 127), *“o que é preciso denominar fenômeno num sentido privilegiado’ não se manifesta de imediato, mas se dissimula, ao contrário, no que se manifesta e por isso precisa ser expressamente mostrado”*. E acrescenta:

[...] o que se manifesta em primeiro lugar é ‘tal ou qual ente’, isto é, esses objetos ou seres da vida cotidiana que não cessamos de encontrar e o próprio mundo que os contém. Mas o que se oculta e será preciso mostrar com esforço é ‘o ser do ente’, isto é, o sentido de ser desse ente, aquilo que constitui seu ‘sentido e fundamento’ (loc. cit.).

Esse sentido de ser

[...] se oculta [...] no âmago da manifestação do ente, de modo que o que devemos modificar não é o que está para ser visto, como se o Ser a ser visto

³ *“that the nature of experience is not strictly mental or emotional but transcendental, in that it offers the possibility of recognizing the world, not as a construct, but as a phenomenon”*.

fosse outra coisa que os entes que vemos, mas nossa maneira de ver. Ou, mais exatamente, cumpre tomar consciência daquilo que esquecemos há muito: nossa relação com as coisas e com o mundo, tal como o percebemos de imediato, funda-se sobre uma relação mais original como o próprio Ser dissimulado em nossa maneira de ser-no-mundo. Se a fenomenologia tem por tarefa essa relação original com o Ser, poderemos dizer com razão que ela é ‘a ciência do ser do ente – a ontologia (DARTIGUES, 1992: 128).

Para tanto, a fenomenologia heideggeriana substituirá a transcendentalidade do sujeito pela existência em sua facticidade, fundamentando essa fenomenologia na compreensão da vida cotidiana. Segundo Giles (1989: 94),

[...] em lugar da consciência pura, do Eu transcendental, Heidegger parte da vida na sua facticidade no mundo, da vida que é em última análise histórica e se compreende historicamente. A História torna-se o fio condutor das pesquisas fenomenológicas no caminho que vai da vida, na sua facticidade, à vida na sua historicidade. Filosofar fenomenologicamente vem a significar acompanhar a vida.

A existência do ser em sua facticidade é o que Heidegger nomeou de Dasein, traduzido para a língua portuguesa por Ser-aí. Giles (ibid.: 99) assevera que

[...] o Ser-aí é manifestamente um ente. Como tal, faz parte da totalidade do Ser, como a pedra, a árvore e a águia. Pertencer significa aqui ainda: inserido no Ser. Mas o elemento distintivo do Ser-aí consiste no fato de que ele, enquanto ser pensante, aberto para o Ser, está posto em face dele, permanece relacionado com o Ser e assim lhe corresponde. O Ser-aí é propriamente essa relação de correspondência e é somente isso. ‘Somente’ não significa limitação, e sim plenitude. No Ser-aí impera um pertencer ao Ser; esse pertencer escuta o Ser, porque a ele está entregue como propriedade. Somente o Ser-aí, aberto para o Ser, propicia-lhe o advento enquanto ‘apresentar’. Ser-aí e Ser estão entregues reciprocamente um ao outro. Por isso, será por uma análise profunda da existência do Ser-aí que deverá necessariamente começar toda pesquisa sobre o Ser da existência em geral.

Desse modo, Ser e Ser-aí estão imbricados um ao outro e o

[...] entendimento do Ser é, em si mesmo, um elemento do ser da existência do Ser-aí. Por esse motivo, a existência do Ser-aí é chamada ontológica, ao passo que todos os demais entes são denominados ônticos. A compreensão do Ser caracteriza a existência humana como o modo de ser que lhe é próprio. Determina não a essência e, sim, a própria existência do Ser-aí. Evidentemente, se consideramos o Ser-aí como ente, a compreensão do Ser faz a essência desse ente. Mais exatamente – e é essa uma das características fundamentais do pensamento heideggeriano –, a essência do Ser-aí é, ao mesmo tempo, sua existência. [...] Todas as determinações essenciais do Ser-aí nada mais são do que seus modos de existir. [...] É pelo fato de a sua essência consistir na existência que Heidegger designa o homem pelo termo Ser-aí e não pelo termo ente-aí. A forma verbal exprime o fato de cada elemento da essência do homem ser um modo de existir, de se encontrar aí (ibid.: 99-100).

Essa existência abarca o emergir do Ser “*antes de toda definição de si próprio, antes de todo pensamento e antes de toda linguagem, a interrogação que o homem traz*

em si antes de formulá-la porque ele é essa interrogação” (DARTIGUES, 1992: 130); contudo, a todos os outros entes, podemos dizer que são, mas nunca que existem. Isso marca a ruptura entre Descartes e Heidegger.

Consoante Heidegger, o pensamento é que se funda sobre o ser, enquanto na lógica cartesiana o ser funda-se sobre o pensamento a ele identificado. Assim, *“a existência antecede e orienta todo pensamento, o pensamento não podendo, pois, ser o ato de um sujeito puro, mas sendo envolvido pela dimensão existencial do sujeito pensante”*; além disso, *“é enquanto ser-em-questão e não como certeza já adquirida que o Dasein interroga”* (ibid.: 132).

Michael Inwood (2004: 34-5) assegura que

[...] esse ser do Dasein é uma questão porque depende, em parte, do fato de que este ser é ‘em todos os casos meu’, de que é preciso dirigir-se ao Dasein por meio de um pronome pessoal, ‘eu’ ou ‘tu/você’. O ser de entidades que estão apenas factualmente presentes, entidades às quais não nos dirigimos apropriadamente por meio de ‘eu’ ou ‘tu/você’, é indiferente a essas entidades. Como não podem, ao contrário do Dasein, tomar a si seu próprio ser, elas precisam, para ser alguma coisa existente, de um ‘o-quê’ definido.

Isso acarreta uma ruptura com Aristóteles, já que o ser humano

[...] é tudo aquilo que decide ou decidiu ser: ‘O Dasein é sua própria possibilidade’ (ST, 42). O Dasein viola a ontologia aristotélica em dois aspectos: em primeiro lugar, não é uma substância dotada de uma natureza essencial nem de propriedades ou ‘acidentes’; em segundo, a potencialidade ou possibilidade do Dasein antecede sua atualidade – o Dasein não é uma coisa atual definida, mas a possibilidade de vários modos de ser (ibid.: 35).

Ao incorporar a existência, essa fenomenologia de Heidegger pode ser denominada hermenêutica, uma vez que não pode se limitar à descrição do que aparece, mas deve, sobretudo, interpretar o significado do Ser:

[...] o objetivo da hermenêutica fenomenológica é em última análise a questão sobre o sentido do Ser em geral e, nesse sentido, torna-se Ontologia, pois aquilo que deve tornar-se manifesto não é o ente que se impõe, mesmo que fosse o Ser-aí, mas aquilo que é escondido em todo o ente, a saber, o seu Ser e o sentido desse Ser. Como apresentação do Ser do ente, e do seu sentido, a fenomenologia hermenêutica é Ontologia (GILES, 1989: 95).

A compreensão e a maneira pela qual o Ser é faz com que Heidegger distinga entre duas formas de existência – a autêntica e a inautêntica. Antes de defini-las, deve-se ressaltar apenas que *“Heidegger não afirma que o Dasein pode vir a ser o que quiser. As circunstâncias impõem restrições ao que posso fazer: ‘A existencialidade é*

sempre determinada pela facticidade” (INWOOD, 2004: 36). Inwood, ao elucidar o pensamento do filósofo, afirma que “*Ser autêntico é ser fiel ao próprio eu, ser sua própria pessoa [isto é, ser quem é], agir por conta própria*” (ibid.: 38). Entretanto, o Dasein

[...] pode ficar na sua própria superfície, restringir o sentido que se desdobrou na linguagem ao simples falatório, à insossa imitação do outro. Entregue aos seus pequenos cuidados, o ‘eu’ do *Dasein* pode se afundar no ‘se’ (‘on’) impessoal e assim deixar de atingir sua verdade própria. Heidegger chama *decaimento* (*Verfallen*) essa dimensão que caracteriza a existência *inautêntica*, isto é, a existência que se deixa levar no correr do tempo em vez de tomar-se a seu próprio encargo. E é preciso acrescentar que essa existência inautêntica não é um estado de exceção, mas de fato o estado habitual do *Dasein*, ao qual o *Dasein* deve conquistar sua autenticidade (DARTIGUES: 1992: 133).

O sentido do Dasein é constituído por três momentos – a compreensão, o sentimento de situação e o decaimento. Esses constituem o Cuidado (*Sorge*), sempre ser-no-mundo, base da intersubjetividade heideggeriana, e a captação desse sentido é dada pela angústia, porque esta é

[...] o recurso pelo qual a existência pode se compreender a si própria, [...] o que angustia a angústia é o próprio ser-no-mundo. [...] Permitindo-lhe descobrir-se como Cuidado, a angústia descobre ao Dasein que ele é o lugar onde o ser está em questão; [...] se, com efeito, analisamos os três momentos constitutivos do Cuidado, constatamos que eles correspondem aos três momentos fundamentais do tempo. A *compreensão*, que é ‘*projeto*’, ‘*ser-adiante-de-si*’, é o *futuro*; o *sentimento de situação*, que é ‘*já-ser-lançado*’ é o *passado*; o *decaimento*, que é o ‘*ser-preocupado-com-objetos-encontráveis*’, é o *presente* (ibid.: 134-6).

Acerca da existência inautêntica, Dartigues (ibid.: 136) afirma que nela

[...] o homem tende a reduzir a sua temporalidade ao presente, pois, no presente ele domina as significações do mundo, assegura-as, tem-nas ‘à-mão’; mas, cintile o clarão da angústia e ele é levado até o extremo de si próprio, até o último horizonte de suas possibilidades que é também a suprema impossibilidade: a morte. Percebendo-se como ser-para-a-morte, o homem torna-se então lúcido e livre, desembaraçado da sedução dos interesses imediatos e do anonimato do ‘se’ (‘on’). Mas lhe é revelado também esse passado, que ele assume como falta, como aquilo sobre o que não poderá voltar e o sentimento de ser-já-aí, já ‘embarcado’, segundo o termo de Pascal, como se ele despertasse em plena viagem.

Sobre o tempo heideggeriano, cujo sentido utilizamos em nossa dissertação, o autor propugna que ele

[...] não é um meio preexistente onde o homem entraria para aí seguir uma carreira, ele é a própria essência do Dasein esquartejado em seu âmago na direção de suas três dimensões ou ‘êxtases’. O homem não está no tempo, ele é o tempo, de quem o Cuidado era apenas um outro nome. [...] o Ser não se

[deixa] revelar a si próprio senão a partir do tempo. [...] De fato, o próprio tempo foi concebido no modo do ente como uma sequência infinita de instantes ‘presentes’ ou ‘entes’ (‘étants’), o que tornava impossível a percepção do Ser aí precisamente onde ele se anunciava, a saber, na *Existência do Dasein*. (DARTIGUES, 1992: 136-7).

Esse ser-no-mundo, decorrência da angústia que impregna a existência do homem, será, para Heidegger, fundamento da constituição da intersubjetividade e, portanto, estará imbricado ao Tempo. Segundo Zahavi (apud THOMPSON, 2005: 8),

[...] no princípio da análise de Ser e Tempo, Heidegger escreve... que o sujeito nunca é dado sem um mundo e sem outrem. Desse modo... é no contexto do ser-no-mundo de cada ser humano que advém a intersubjetividade [tradução nossa]⁴.

Assim, o Dasein heideggeriano contribui para a própria Psicologia, já que a constituição do sujeito está necessariamente imbricada ao mundo ao qual pertence. Isso aproxima o pensamento de Heidegger aos conceitos freudianos de superego e ego. Para Thompson (ibid.: 9),

[...] a pessoa que sou é essencialmente uma invenção que eu parcialmente crio, mas a maior parte da autoria do meu *self* deriva do que os outros fazem de mim. De fato, eu sou tão obcecado naquilo que os outros pensam de mim e como eles me enxergam que eu quero fazer de mim mesmo a pessoa que eles esperam que seja e, em certo grau significativo, isso é o que sou. A aproximação mais adequada a esse aspecto do meu ser, em jargão psicanalítico, é o conceito freudiano de superego, que foi revisado por Melanie Klein para explicar a tese da autora da capacidade do *infans* em internalizar e projetar objetos parciais como modo de lidar com a ansiedade [tradução nossa]⁵.

A filosofia heideggeriana é, ainda conforme o autor, mais incisiva que a originada em Freud, uma vez que

[...] a representação de Heidegger de como eu internalizo muito do que sou é mais penetrante que em ambas as formulações [de Freud e de Klein] porque também explicaria a natureza da concepção psicanalítica do ego (ou do *self*, como empregado por Winnicott e por Kohut). Além disso, quem eu sou não é apenas fundamentado no passado; eu também estou em constante fazimento, a cada momento da vida. Na perspectiva de Heidegger, nós nunca realmente superamos este estado de coisas e estamos conseqüentemente sempre esperando de outrem que nos diga o que deveríamos fazer e no que devemos

⁴ [...] At the beginning of his analysis of Being and Time Heidegger writes... that a subject is never given without a world and without others. Thus... it is within the context of [every human being's] being-in-the-world that he comes across intersubjectivity.

⁵ [...] The person I take myself to be is essentially an invention that I have a hand in creating, but the greater part of my self's authorship derives from what others make of me. In fact, I am so obsessed with what others think of me and how they see me that I want to make myself into the person they expect me to be and, to a significant degree, that is who I am. The closest approximation to this aspect of my being in psychoanalytic parlance is Freud's conception of the superego, which was revised by Melanie Klein to account for her thesis of the infant's capacity for internalizing and projecting part-objects as a way of managing anxiety.

nos transformar a fim de sermos amados e, acima de tudo, aceitos [tradução nossa]⁶ (THOMPSON, 2005: 9).

Essa dimensão intersubjetiva presente na obra de Heidegger é definida como trans-subjetiva. De acordo com Luis Henrique do Amaral e Silva (2006: 45),

[...] o Dasein, (o ‘ser-aí’) é formado e constituído através de um solo primordial que lhe abre um horizonte de possibilidades e de encontros. Esse solo, fornecido pela tradição, seria aquilo que, não sendo eu, possibilita que eu venha a ser o que eu sou. [...] Somos lançados, sem escolha, num já estar-aí no mundo e ao lado dos outros, e sempre mediados pela linguagem. A ideia de que uma língua se fala em nós aponta, certamente, para ideia de que somos, antes de tudo, atravessados por algo maior do que nós mesmos, e que nos constitui de maneira inaugural.

A anterioridade do Dasein propicia, de acordo com Heidegger,

[...] uma pré-compreensão do Ser, e sempre já estamos, conscientemente ou não, interpretando os entes que nos estão à mão. Anteriormente, e ao contrário, de uma hipotética experiência bruta com o mundo sensível, já estamos sempre interpretando esse mundo, que, por sua vez, seria formado por uma rede de sentidos que se reenviam mutuamente. A alteridade presente aí, no entanto, não é aquela de individualidades que confrontam o sujeito. Na verdade, a distinção entre sujeitos é sempre precária nesse contexto (loc. cit.).

A existência, assim sendo, é anterior a essência e, por conseguinte,

[...] vivemos grande parte de nossa vida numa espécie de existir anônimo, sob a tutela do impessoal (das Man). Quando não nos apropriamos de nosso existir mais próprio, de nossa possibilidade de ser mais íntima e original, caímos nesse plano onde todos são os outros e ninguém é si próprio. Assim, ao lado dessa ideia de uma dimensão que ultrapassa e precede as subjetividades isoladas (presente também na própria ideia de Cultura), nos deparamos com essa espécie de indiferenciação entre os sujeitos que co-habitam esse plano original (loc. cit.)

Resta-nos enfatizar que a intersubjetividade, ou ser-no-mundo heideggeriano, conforma tanto o sujeito quanto o mundo, e por ser imprescindível a relação entre ambos, uma alteração em um acarreta necessariamente uma mudança no Outro. Outrossim, como vimos acima, a intersubjetividade pode ser vinculada à Cultura, já que esta ultrapassa as subjetividades isoladas. Nesse sentido, a intersubjetividade pode ser apreendida nas manifestações simbólicas e culturais de determinado Ser-aí, lembrando, fundamentalmente, que o tempo da intersubjetividade abarca presente, passado e futuro.

⁶ [...] But Heidegger’s portrayal of how I internalize much of who I take myself to be is more pervasive than either of those formulations because it would also explain the nature of the psychoanalytic conception of the ego (or the self, as it is employed by Winnicott and Kohut). Moreover, who I take myself to be is not just rooted in the past; ‘I’ am also constantly in the making, every waking moment of my life. In Heidegger’s view, we never really overcome this state of affairs and are consequently always looking to ‘them’ to tell us what we should do and whom we must become in order to be loved and, above all, accepted.

Como a constituição do Ser-aí é permanente, o significado da existência do homem tende a ser limitado ao presente, e a intersubjetividade que o constitui acaba por ser mutilada. A fim de reduzir as possibilidades de uma existência inautêntica, faz-se necessário que o presente seja compreendido e interpretado à luz da intersubjetividade, sem prejuízo da análise da experiência, da vivência do homem, o qual não possui domínio do passado, mas pela consciência do presente pode compreender aquele a fim de construir o futuro.

Nesse sentido, a Geografia constitui-se em excelente instrumento para compreender o homem que interage sobre determinado meio. Em primeiro lugar, porque as formas construídas pelo homem apresentam significados que estão, sempre, impregnados pela natureza de seu ser, não obstante as diferenças contingentes. Em segundo lugar, porque essas mesmas formas exercerão influências sobre as percepções que os sujeitos desenvolvem acerca desse meio, e, para compreendê-las, recorreremos à *Gestalt*.

1.4 GESTALT

A definição para *Gestalt*, no trabalho de Kohlsdorf (1975: 9), pode ser encontrada em nota de rodapé:

[...] GESTALT – forma, feição, figura, vulto, personagem, configuração (Langenscheids Woerterbuch, Berlin, 1968). A tradução, entretanto, não corresponde à definição do termo, como deve ser em relação à Gestaltpsychologie, uma vez que o termo que mais se aproxima, em português, a Gestalt é CONFIGURAÇÃO, definido como forma exterior de um corpo, aspecto, figura, feitio, tipo de fenômenos psíquicos irreduzíveis (Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, São Paulo, 1972).

Ao consultar o Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI (1999), para o termo *Gestalt* surge como segunda acepção *Gestaltismo*, que se refere à

[...] doutrina relativa a fenômenos psicológicos e biológicos, que veio a alcançar domínio filosófico, e [que] consiste em considerar esses fenômenos não mais como soma de elementos por isolar, analisar e dissecar, mas como conjuntos que constituem unidades autônomas, manifestando uma solidariedade interna e possuindo leis próprias, donde resulta que o modo de ser de cada elemento depende da estrutura do conjunto e das leis que o

regem, não podendo nenhum dos elementos preexistir ao conjunto; teoria da forma.

De acordo com o Dicionário Houaiss (2004: 1449), *Gestalt* é a “teoria que considera os fenômenos psicológicos como totalidades organizadas, indivisíveis, articuladas, isto é, como configurações”; e *Gestaltismo* é a “teoria psicológica que considera os fenômenos como conjuntos constitutivos de unidades autônomas, dotadas de solidariedade interna e de leis próprias; teoria da forma” (loc. cit.). Preferimos, sem prejuízo das definições anteriores, aquela dada por Arno Engelmann (2002: 2), que diz ser *Gestalt*

[...] o substantivo, desde a época de Goethe, [que] apresenta dois significados algo diferentes: (1) a forma; (2) uma entidade concreta que possui entre seus vários atributos a forma. É o segundo significado que os gestaltistas do grupo, que posteriormente vai se chamar de Berlim, utilizam. É por isso que a tradução da palavra “Gestalt” não se acha nas outras línguas e a melhor maneira encontrada pelos próprios gestaltistas ao escrever em idiomas diferentes é simplesmente mantê-la (Engelmann, 1978c; Köhler, 1929/1947.)

A opção por nós utilizada reside na reprodução do termo *Gestalt*. O autor lembra, ainda, que

[...] Wertheimer disse, nos anos que se seguiram a 1912, que as Gestalten são *basicamente diferentes* do que se chamava na época de sensações. As Gestalten, percebidas em primeiro lugar, podem ser decompostas em *partes*. Mas as partes são sempre partes da Gestalt formadora. Está completamente errada a sentença, atribuída falsamente aos gestaltistas, de que “o todo é *mais* do que a soma dos elementos”. A psicologia da Gestalt é diferente daqueles que falam em soma de elementos. Pelo contrário, *a Gestalt, de início, vai ser dividida em partes*. A Gestalt é anterior à existência das partes. A *determinação é de cima ou descendente* (loc. cit.).

Maria Elaine Kohlsdorf (1975) busca detectar os problemas decorrentes dos espaços socialmente usados por intermédio da relação entre sujeitos e determinado meio em que vivem, com base na percepção da configuração espacial. De acordo com a autora,

[...] interessam ao presente trabalho as relações do meio ambiente físico-espacial com os seus usuários, a partir do enfoque das impressões psicológicas que o mesmo causa nesse sujeito. [...] Este relacionamento meio ambiente-pessoa é caracterizado pelo fenômeno da percepção, que inicia um processo de troca com o meio ambiente, pois, aos estímulos recebidos pelo organismo, correspondem ações do indivíduo sobre o mundo que o cerca [...]. STEINBUCH [...] afirma que o mundo das coisas percebidas é, primeiramente, um mundo de composições físicas. ‘A percepção pode ser adequadamente considerada como o conjunto de processos pelos quais o indivíduo mantém contato com o ambiente’ (KOHLSDORF, 1975: 3; 5-6).

Este, por sua vez, apresenta-se,

[...] àqueles que nele se encontram, principalmente através de suas formas físicas visualmente perceptíveis. A esta forma exterior de um corpo, aspecto, figura ou feitiço chamamos CONFIGURAÇÃO. Este 'corpo' pode ser evidentemente qualquer objeto, mesmo o complexo 'objeto' urbano, ou parte dele [...]. O conceito refere-se, sempre, a um resultado físico-espacial-constutivo, a um produto físico de diversos fatores, que chamamos de fatores de configuração, e que podem ser das mais diversas ordens [...] (KOHLSDORF, 1975: 7).

Essa configuração espacial, por ser psicologicamente percebida, pode ser analisada de acordo com a *Gestalt*. E, ainda, se a configuração espacial enfocada é a urbana, podemos nomeá-la *Gestalt* Urbana, assim como feito por Kohlsdorf. Antes, entretanto, sigamos o pensamento da autora acerca disso como é explicitado em sua obra.

Cabe ressaltar, por essa razão, a diferença entre *Gestalt* e forma. Esta é a aparência exterior de determinado objeto percebido e não se confunde com aquela. Para existir *Gestalt*, há que se ter elementos de tal modo dispostos que exista uma correlação, uma coesão entre eles, diferenciando-a de uma simples coleção ou de um simples agregado (ibid.: 9).

1.5 CONCEITOS GESTÁLTICOS (ibid.: 15-20; 33-40)

A autora prossegue sua análise distinguindo conceitos gestálticos estáticos de conceitos gestálticos dinâmicos. Os primeiros independem de efeitos produzidos por outros espaços, uma vez que são um estado, um momento da percepção. Os segundos dependem da movimentação do observador. Entre estes, estão os estudos de sequência urbana, e, entre aqueles, os conceitos de envolvimento, impedimento, acentuação ou realce, estreitamento, alargamento, direcionamento, lugar privilegiado e emolduramento.

Envolvimento refere-se à possibilidade de ter visão para o exterior de locais limitados por elementos físicos marcantes; impedimento é provocado por barreiras que circunscrevem o campo visual; realce é captação do foco do observador para algum elemento físico-espacial; estreitamento é a ruptura do alinhamento do campo visual com

algum objeto nele inserido, enquanto que alargamento decorre do efeito contrário; direcionamento é qualidade da indicação de determinado caminho; lugar privilegiado é aquele que aparenta ter melhor localização que os demais; e emolduramento é a sensação ocasionada pela presença de elementos marcantes que limitam a amplitude da paisagem.

A sequência urbana avalia como se dá a disposição de elementos sucessivos, a fim de verificar, por exemplo, a monotonia paisagística, conseqüente da repetição, ou os elementos de surpresa constituintes de certo campo visual. Diversos fatores contribuem na análise da sequência urbana e impactam bastante a imagem da cidade, como topografia, vegetação e edificações. A importância desses conceitos se deve ao fato de eles serem instrumental preciso do campo de comportamento, diferenciado por Koffka de campo geográfico. Nesse sentido, o comportamento assume importância porque

[...] só será compreendido, isto é, apreendido em sua natureza de ato finalizado, se for considerado como uma forma que se desenvolve no tempo e que recobre simultaneamente o organismo e o meio ao qual o organismo deve se adaptar (DARTIGUES, 1992: 43).

Desse modo,

[...] o campo de comportamento é assim ao mesmo tempo campo de ação e campo de percepção, já que a percepção é função das necessidades do organismo e de suas visadas dirigidas ao ambiente e já que a ação, por seu lado, é função da percepção que propõe esse ambiente como exigência permanente de adaptação (loc. cit.).

Isso acarreta a distinção entre meio de comportamento e meio geográfico, exemplificada pela travessia de um lago congelado:

[...] Koffka distingue o meio primordial de percepção e de adaptação, que denomina meio de comportamento, do meio geográfico, que seria o meio considerado independentemente de toda intenção de adaptação, tal como, por exemplo, a ciência no-lo representa. P. Guillame ilustra essa distinção pelo caso do viajante perdido que chega a um albergue após ter atravessado, diz ele, a planície coberta de neve (meio de comportamento), quando de fato atravessara o lago de Constança congelado (meio geográfico) (loc. cit.).

Essa diferenciação entre meio de comportamento e meio geográfico é importante porque foi

[...] a percepção aparente da planície regulou o seu ato – alcançar o albergue – e o próprio ato determinou o meio aparente como planície, isto é, como o que podia ser atravessado. O campo de comportamento, como estruturação mútua da percepção e da adaptação, teria sido diferente se o viajante se tivesse dado conta que a planície era um lago. Com isto, vemos que esse

campo não é jamais um dado absoluto, mas se define somente pelo estado atual da adaptação. Ele é, pois, suscetível de modificações desde que uma tensão nova apareça entre o organismo e o seu meio (DARTIGUES, 1992: 43).

Por conseguinte, o sujeito se comporta de acordo com as expectativas que cria em relação ao meio que vivencia. Diz-nos Dartigues (ibid.: 44):

[...] A dinâmica psicológica tem em comum com a dinâmica física, tal como foi concebida por Galileu, o reconhecimento que ‘a situação assume tanta importância quanto o objeto. Os vetores que determinam a dinâmica de um fenômeno não podem ser definidos senão em função da totalidade concreta, que compreende ao mesmo tempo o objeto e a situação’. Tal concepção significa concretamente que só se pode abordar a conduta de um indivíduo ou de um grupo situando-o em seu campo, que Lewin denomina também ‘espaço de vida’.

Esses campos de comportamento, por meio da *Gestaltung* urbana, podem ser trabalhados de acordo com diversos métodos, seja pela análise do sítio urbano, seja pela análise dos deslocamentos, em diferentes meios, em determinado bairro. Em nossa dissertação, realizamos trabalho de campo com base nos deslocamentos na Barra da Tijuca; o estudo de caso de Kohlsdorf é o Plano-piloto de Brasília. Esses campos de comportamento constituir-se-ão com o objetivo de satisfazer duas necessidades básicas, quais sejam, a segurança emocional e a afirmação emocional.

O lugar, assim sendo, espelhará precisamente a demarcação dos limites desses campos comportamentais, tão imprescindíveis à constituição de identidades. Segundo Kohlsdorf (1975: 31),

[...] há duas necessidades psíquicas básicas, complementares e contraditórias ao mesmo tempo: SEGURANÇA EMOCIONAL e AFIRMAÇÃO EMOCIONAL. Ou, em outras palavras, parece haver sempre duas ações contraditórias no indivíduo – uma pela qual ele quer aproximar-se da sociedade (socialização), e outra que o impele a voltar a sua casca e assegurar seu domínio sobre o território e os outros (privatização): o homem aceita a sociedade na medida em que pode recusá-la.

Relativamente ao processo de socialização, a autora propugna que este acontece

[...] através de imitação, que compreende a admissão de elementos culturais como saber, crenças, símbolos, e, em segunda instância, através da identificação, que quer dizer que os valores conciliados são compreendidos e aceitos. Os valores são, portanto, objetos sociais capazes de expressar características de sensibilidades individuais. A percepção é uma forma de processo de socialização: por meio da mesma, devemos aprender que determinadas ‘aparências’ representam determinados objetos (ibid.: 31; 33).

Esses dois fatores básicos do psiquismo assumem concreitude e materialidade mediante os elementos que configuram o meio. Da segurança emocional deriva a

orientabilidade, “*qualidade da orientação que significa, em relação ao espaço urbano, a possibilidade de se conseguir mover, em uma cidade ou em parte dela, com um objetivo consciente*” (KOHLSDORF: 1975: 34). Entre os componentes da orientabilidade, Kohlsdorf cita a impregnabilidade (pregnância), a individualidade (facilmente reconhecível), e a continuidade (sistema de elementos interdependentes), diretamente ligados à imagem, e a legibilidade.

A legibilidade é garantida por clareza visual; a impregnabilidade por qualidades de dominância (dimensões, formas, cores predominantes), de intensidade (da informação transmitida), de contraste (de elementos diferentes inter-relacionados) e de originalidade (maneira única de ser de usos, aparências e significados); a individualidade também se vincula à originalidade; continuidade refere-se à capacidade de associação (de grupo ou sequência de elementos) ou, à direcionalidade (elementos visuais indicativos de caminho a ser percorrido).

Da afirmação emocional, provêm a capacidade de inovação e a identidade. Segundo a autora, a capacidade de inovação é “*uma resposta à necessidade de estímulo, através de novidades, que as pessoas possuem*” (ibid.: 35). Vincula-se à complexidade (elementos estruturados a partir de outros) e à variabilidade (quanto a usos, aparências e significados). Quanto à identidade, esta representa a

[...] concordância de aparência, significado e usos ou atividades, como parte integrante da estrutura urbana. Assim como inovação, identidade está vinculada ao fornecimento de subsídios também para a orientação, e não apenas em função da afirmação emocional; [...] encontrar identidade no meio ambiente significa que ele adquire ‘personalidade’, um ‘caráter’; é possível, a partir daí, caracterizá-lo, quer dizer, descrevê-lo através de qualidades e predicados. Quanto maior o grau de intensidade da identidade de uma localidade, mais pregnante é a imagem da mesma, mais fácil será, nela, a orientação [...] (ibid.: 36).

A *Gestalt* é fundamental porquanto reintroduz o topológico clássico ao pensamento geográfico, que a modernidade havia desvalorizado. Isso possibilita o entendimento das relações do homem com o meio e com outros seres humanos de modo que *espaço* seja dimensão do ser e que o geográfico não seja o absoluto que tudo condiciona, por meio da noção de meio de comportamento. Com efeito, dialoga-se diretamente com a intersubjetividade trans-subjetiva de Heidegger (limitar-nos-emos a esta, por ora), cuja fenomenologia hermenêutica fundamenta-se na compreensão da vida concreta. Vejamos a seguir.

1.6 INTERSUBJETIVIDADE E GESLTALT COMO FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE URBANA

O discurso determinista na Geografia permanece vivo até hoje e isso decorre, em parte, do cartesianismo moderno. Primeiramente, a mensuração e a quantificação originadas da *res extensa* de Descartes, a qual, por sua vez, identifica, via de regra e de maneiras diversas, matéria, espaço e natureza. Em segundo lugar, e concomitantemente, espaço, para Kant, é apriorístico, o que significa dizer que, juntamente com o tempo, ambos determinam o sujeito cognoscente. Corroboram-nos Stuart Elden (2001: 324), Antonio Carlos Vitte (2006: 43) e Élvio Martins (2003: 49; 54-5), respectivamente:

[...] a geometria grega – e, por conseguinte, a fundação da geometria moderna – não requer um conceito que seja equivalente a noção moderna de ‘espaço’. Nós podemos, portanto, conceber um entendimento de geometria sem a extensão cartesiana. Podemos conceber uma área sem espaço (...) Entretanto, o caminho em que estou mais interessado é em suas principais conseqüências políticas. A tecnologia moderna requer uma visão de espaço que possa ser mapeado [*mappable*] e controlado e útil à dominação. Isso não é encontrado no pensamento grego. O sistema moderno de Estados de territórios geográficos limitados por fronteiras surge da Paz de *Westphalia* em 1648 (...) É sintomático que a justificativa filosófica para espaço demarcável, controlável e calculável é feita ao mesmo tempo em que esse sistema é colocado em prática.

[...] A natureza da *Terceira Crítica* não é mais a natureza mecânica, regulada pelo domínio da física e da matemática. Ela deixa de ser apenas *coisa-em-si* como na *Crítica da Razão Pura* (Kant, 1989) e ganha consistência ontológica, tornando-se um conceito regulativo.

[...] espaço e tempo não são conceitos empíricos derivados da experiência, sendo, entretanto, necessários para que a experiência interior e exterior [aquele, sentidos internos do pensamento; este sentidos externos do sujeito] sejam possíveis; tratam-se de representações necessárias *a priori*, sendo que o espaço fundamenta todas as intuições externas e o tempo como fundamento constitutivo de *todas* as intuições [...]; não são, nem o espaço e nem o tempo, conceitos discursivos, mas, sim, intuições puras. Pois só podemos ter a representação de um único espaço *e quando nos referimos a vários espaços, estamos na verdade nos referindo a partes de um só e mesmo espaço*⁷ [...] de categorias em Aristóteles, espaço e tempo em Kant tornaram-se atributos a priori da sensibilidade em suas representações empíricas. Deixam de possuir a característica de constituírem *modos de existência do ser*.

Cabe lembrar que espaço e tempo deixaram de se constituir em modos de existência do ser para se tornarem, eles próprios, seres. Como citado acima, espaço e natureza adquiriram status ontológico. Ainda segundo Martins (2007: 9),

⁷ Fundamentação kantiana.

[...] devemos dizer que ao identificarmos o espaço, portanto, não estamos apontando para as coisas em-si, mas sim para uma das formas do Existir dessas coisas. E isso não significa negar o estatuto de objetividade do espaço, ou que o espaço não esteja associado à realidade empírica que nos cerca. [...] Portanto, não posso dizer que as coisas são espaço, ou então que o ente é espaço, e sim que ele, ente, existe, e por existir tem ou está em um espaço, que é uma dimensão e forma da existência do ente. E é essa existência que determinará a essência, o ser do ente. Ou seja, as formas do existir são determinantes na definição do ser em sua essência.

Isso possibilitou que o homem, em muitas análises geográficas, visse sua essência anulada, substituída pelo espaço ou pela natureza. Nesse sentido, a linguagem, em seu uso corrente, estimula a criação de identidades que tem o geográfico como fundamento, desde gentílicos até *favelado* ou *caipira*. Deve-se questionar, contudo, até que ponto a Geografia tem se ocupado com a diferenciação ôntica, em lugar de uma análise realmente filosófica. Para Ruy Moreira (pp. 43; 55),

[...] a supressão da ontologia, conteúdo real da filosofia, leva a diferença a reduzir-se a uma diferença entre entes, sua dissolução como uma relação de distância ser-ente. [...] é possível uma ontologia geográfica recoberta por um conceito cartesiano de espaço, uma categoria que não portando consigo o homem é incapaz de explicá-lo?

A *Gestalt* e a Intersubjetividade, logo, tem por objetivo recolocar nas análises geográficas as preocupações ontológicas. Em outro momento, trataremos mais profundamente sobre como essas identidades espaciais constituem o que nomeamos fetichismo geográfico, que definimos como o uso da Geografia para atribuir identidades aos sujeitos, e como essas estas representam a anulação da alteridade. A preocupação ontológica decorre fundamentalmente de recolocar o homem, e a partir deste, o Ser, no âmago do saber geográfico.

Esse problema encontra solução com a *Gestalt* e com a Intersubjetividade porque ambas resgatam

[...] as localizações relativas dos entes entre si, e por sua vez sua distribuição, no conjunto de suas correlações, coabitações e, por decorrência, suas co-determinações. [...] Da senso-percepção imediata [a *Gestalt*] até a primeira sistematização fornecida pela Descrição [a *Gestalt* Urbana e a Intersubjetividade], fundam-se os aspectos ‘topo-lógicos’ [mais uma vez, a *Gestalt*, em suas diversas escalas] e ‘crono-lógicos’ [mais uma vez a Intersubjetividade, em suas diversas escalas] que serão ordenadores do pensamento, e por sua vez orientadores da ação do sujeito sobre a realidade, Se funda fundando, e se cria criando (MARTINS, 2007: 10; 15-6).

A descrição, portanto,

[...] resulta da observação do fenomênico presente na materialidade do mundo que cerca o sujeito. E para que a descrição se realize, enquanto ato expositivo, ela tem de ter para si o sentido da coabitação e do co-pertencimento, considerando com isso a Localização e a Distribuição. Em outras palavras, a descrição demanda um procedimento cognitivo em que, de antemão, as coisas necessitam ser percebidas em sua localização e, por conseguinte, em sua distribuição. É isso que o sentido geográfico invoca na sua constituição mais básica (MARTINS, 2007: 16).

O autor prossegue:

[...] A descrição dá conta de [...] uma constância da distribuição. Há aí, portanto, uma duração do observado. Constata assim a regularidade do tempo de permanência, o que faz supor um equilíbrio. Uma vez que se rompa esse equilíbrio, finda-se a duração, o que significa mudança das localizações e por sua vez da distribuição. Dá-se a sucessão. Na verdade a sucessão é a ruptura do equilíbrio de ritmos presentes numa dada distribuição, ou seja, no perfil das localizações. [...] *E é neste sentido que podemos ter a Geografia como categoria da existência. Esta categoria que é constituída por espaço, tempo, relação e movimento, estabelecidos a partir da entidade genérica do mundo que é a matéria, e por sua expressão subjetivam a Idéia.* (ibid.: 16-7)

A descrição, portanto, é fundamental para a análise geográfica, contudo, não é um fim em si. Por um lado, é ato cognitivo, logo, deve buscar os sentidos daquilo que expõe. Ademais, não prescinde da linguagem, e, assim, também é um discurso. Por conseguinte, é coerente à fenomenologia hermenêutica heideggeriana, que busca o significado do Ser, sendo portanto, uma Ontologia. Esta, por sua vez, dá-se na mundaneidade do cotidiano do homem, em que o ser-no-mundo é fundamento da intersubjetividade.

Por outro lado, a descrição abarca o percebido desse cotidiano, em que se busca avaliar a Geografia de determinado sujeito, que tem na *Gestalt* Urbana a recuperação dos fundamentos geográficos de localização, distribuição, duração, relação e movimento, já que outros métodos ainda estão centrados em meras diferenciações ônticas e fundamentados em dicotomias que não respondem à complexidade do vivido, o qual, deve-se lembrar, é mais diverso no urbano.

Nenhum local concentra tantas formas, tantos símbolos e tantas temporalidades como a urbe, definitivamente o *locus par excellence* de qualquer trabalho que vise a uma ontologia geográfica. Não porque encontrar-se-ão diferentes ontologias necessariamente; mas porque a diversidade dos produtos humanos ali realizados permite

a avaliação dos fenômenos, tal como Husserl propugnava, por meio da redução eidética. Deve-se acrescentar que

[...] se a cidade não se tivesse tornado a megalópole industrial, se não tivesse tido o desenvolvimento que teve na época industrial, as filosofias da angústia existencial e da alienação teriam bem pouco sentido e não seriam – como no entanto são – a interpretação de uma condição objetiva da existência humana. Não se explicaria o existencialismo de Kierkegaard, de Heidegger, de Sartre, não se explicaria sequer o materialismo marxista, não se explicariam as análises duramente críticas de Horkheimer, Adorno, Marcuse, de um sistema que, em última análise, se traduz ou, ao menos, se fenomeniza no ambiente físico concreto, incontestavelmente opressivo e repressivo da cidade. Mas o que de fato aconteceu na cidade moderna? (ARGAN, 2005: 214)

Cabe, pois, uma caracterização da cidade até os dias de hoje, e, especificamente, da cidade do Rio de Janeiro, antes de discorrermos acerca do trabalho de campo.

2 FENOMENOLOGIA DA CIDADE

De acordo com Benevolo (2003: 23-37), as cidades são um fenômeno de cinco mil anos, e sua natureza reside na especialização do trabalho e perda de vínculo de alguns grupos com o campo. Assim, artesãos, mercadores, guerreiros e sacerdotes vivem porque há um excedente agrícola. Isso permitiu o surgimento da história escrita e a afirmação da propriedade privada, que ficava reservada à cidade, enquanto o campo pertencia às divindades. Lembremos, outrossim, que a própria cidade foi a entidade política primeira.

Essa teoria tem sido questionada, conforme encontramos em Mann (2010). A teoria tradicional mencionada por Benevolo propugna que *“depois que os homens começaram a se fixar em povoados e a praticar a agricultura, a religião surgiu para promover a cooperação social”* (MANN, 2010: 75). Contudo, pesquisas recentes asseguram que *“pessoas congregavam-se para rituais, o que gerou a necessidade de cultivar alimentos nas proximidades dos sítios sagrados para os grandes grupos reunidos”* (loc. cit.).

Essa é a discussão acerca da natureza da cidade. Contudo, nosso trabalho não se volta a esse tema especificamente. Para nós, interessa compreender os elementos que atribuem significado à cidade brasileira contemporânea e a conformam, de acordo com a temporalidade exigida pelo conceito de Intersubjetividade. Com esse fim, elaboramos um histórico, demarcando dois subtópicos – a ruptura da Renascença e a transição do burguês para o modernismo.

Nesse primeiro subtópico, enumeramos algumas heranças da cidade antiga, que tem a *pólis* grega como parâmetro, e que inspiraram arquitetos e urbanistas da Renascença, os quais buscavam reformular a cidade medieval. Essas mudanças, por sua vez, criaram padrões e modelos para a cidade empregados pelos burgueses que, com a consolidação do industrialismo, experimentaram profunda alteração no significado do urbano e em sua forma. O pináculo desse processo é o modernismo, e a sua constituição é o tema do segundo subtópico.

2.1 A RUPTURA DA RENASCENÇA

A *pólis* grega caracterizar-se-á pela divisão em três zonas – as privadas, ocupadas por moradias; as sagradas, ocupadas pelos templos, com destaque no panorama da cidade; e as públicas, destinadas ao comércio, às reuniões políticas, aos desportos, ao teatro etc –; pela ausência de subdivisões internas aos muros, de diferenças no padrão arquitetônico e de bairros reservados a estirpes; pela integração harmônica e artística com o ambiente natural; e pela limitação de seu tamanho – o que acarreta a migração para fundar colônias ou a criação de uma neápole vizinha à paleópole (BENEVOLO, 2003: 75-132).

Leonardo Benévolo (ibid.: 80) lembra que essas características tornarão a cidade grega o modelo universal de cidade (do Ocidente) e que a regularidade geométrica proposta por Hipódamo é semelhante à encontrada na cidade moderna (ibid.: 127). Além disso,

[...] para Hannah Arendt, ‘o surgimento da cidade-estado significa que o homem recebera’, além de sua vida privada, ‘uma espécie de segunda vida, o seu bios politikos. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência: e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (idion) e o que é comum (koinon) (COSTA, 2003: 178).

Ademais,

[...] a presença do homem na natureza torna-se evidente pela qualidade, não pela quantidade; o cenário urbano – como o organismo político da cidade-estado – permanece uma construção na medida do homem, circundada e dominada pelos elementos da natureza não mensurável (BENEVOLO, op. cit.: 89).

Após a *pólis* grega, Roma foi o mais importante fenômeno urbano e, com o desenvolvimento do Império, tornou-se uma cidade mundial porque, nela,

[...] a urbe corresponde[u] ao orbe: de fato, a cidade acolhe[u] homens e coisas provenientes do mundo inteiro, e o mundo [foi] unificado, fortificado, circundado por muros e percorrido por estradas como uma única cidade. Ovídio (in Fasti, II, 683-4) exprime este pensamento: ‘Aos outros povos foi conferida uma parte especial da terra. Para os romanos o espaço da cidade coincide com o espaço do mundo’ (ibid.: 137).

A queda do Império Romano acarretou o retorno ao campo e a ruína das cidades, que se recuperam apenas no final do século X. A partir desse período, desenvolveram-se as cidades-Estado, cujos artesãos e mercadores formaram os subúrbios além-muros,

que vieram, em alguns casos, a ser maiores que os burgos originais. Inicialmente uma empresa privada, converteu-se pública, constituindo-se a comuna, até que, uma vez intensificados os conflitos entre classes dominantes dos conselhos urbanos e os trabalhadores, tornou-se senhoria (BENEVOLO, 2003: 251-84).

As cidades medievais tinham rede de ruas irregular, semelhante à rede das cidades muçulmanas; no espaço público daquelas cidades convergiam os diversos poderes, que poderiam ter centros religioso, administrativo e comercial distintos, dependendo do tamanho da urbe; a minoria burguesa da cidade medieval tem preferência pela concentração em determinada área urbana, o centro, que abriga as classes mais abastadas, tem mais movimento e é onde se constroem as estruturas mais altas que unificam o cenário citadino (loc. cit.).

Eram cidades divididas em bairros, com fisionomia individual, símbolos próprios e, por vezes, organização política local. Esses bairros eram compactos e com crescimento vertical, já que muros eram construídos apenas quando não houvesse espaço livre na área murada existente. Benevolo lembra que “*a unidade [das cidades medievais] era garantida pela coerência do estilo, isto é, pela confiança no futuro, não pela memória de uma imagem passada*” (ibid.: 270). Das corporações medievais surgem os artistas renascentistas que se tornarão especialistas autônomos aptos a trabalhar em qualquer cidade.

Na Renascença, projeto e execução são duas fases distintas do trabalho arquitetônico, o que significa dizer que o arquiteto não se confunde mais com o trabalhador que executa a obra, e que a arquitetura adquire status de rigor intelectual que não se confunde com o trabalho mecânico. Nesse momento histórico, outrossim, as regras da perspectiva são definidas, revolucionando a arte e instituindo a idealização das formas, e, por extensão, da própria cidade. Assim,

[...] o novo método de projeção estabelecido no início do século XV se aplica a teoricamente a todo gênero de objetos, desde os artefatos menores à cidade e ao território. Mas na prática o novo método não consegue produzir grandes transformações nos organismos urbanos e territoriais. A expansão demográfica e a colonização do continente europeu estão exauridas depois da metade do século XIV; não há necessidade de fundar novas cidades ou de aumentar em larga escala as já existentes (excetuando poucos casos excepcionais). Os governos renascentistas – as senhorias, que tomam o lugar dos governos comuns, e as monarquias nacionais – não tem a estabilidade política e os meios financeiros suficientes para realizar programas longos e comprometidos. Os artistas trabalham individualmente e perdem contato com

as organizações coletivas que garantiam a continuidade das empresas de construção e urbanísticas medievais (BENEVOLO, 2003: 425).

Essa incapacidade dos governos renascentistas provoca apenas mudanças parciais na forma urbana. Assim,

[...] a arquitetura da Renascença realiza seu ideal de proporção e de regularidade em alguns edifícios isolados, e não está em condição de fundar ou transformar uma cidade inteira. Os literatos e os pintores descrevem ou pintam a nova cidade que não se pode construir, e que permanece, justamente, um objetivo teórico, a cidade ideal (loc. cit.).

Bruno Contardi, ao comentar no prefácio de *História da arte como história da cidade* sobre o Renascimento italiano, afirma que

[...] sendo o conceito de forma e o conceito equivalente de espaço absolutamente inseparáveis da experiência da vivência urbana, ‘parece legítimo individuar na cidade, e na sua espacialidade e estrutura típicas, o fundamento unitário das manifestações artísticas italianas, isto é, relacionar à identidade cidade-história a identidade arte-história. Disso resulta a possibilidade de ler a ‘história da arte italiana e não somente a da sua arquitetura’, como ‘história da interpretação da cidade ou, mais precisamente, do desenvolvimento da ideologia urbana. O elemento de união ou a escala de valores é, em todos os níveis, a perspectiva (ARGAN, 2005: 4).

Da perspectiva, decorrem

[...] a representação figurativa (o grande afresco, o quadro, a miniatura), o móvel e o objeto ornamental, o edifício e o conjunto ordenado de edifícios, a ‘cidade ideal’. [...] ‘A arte torna-se assim uma supertécnica da qual dependem as técnicas específicas; e uma chave, um critério de comparação para a medida dos valores’. [...] perspectiva e proporção, enquanto sistema de equivalentes, fundamentam a arte, ‘equivalente geral, processo constitutivo, e redutivo à unidade do valor’ (ibid.: 4-5).

Argan reitera que os sistemas ortogonal e em tabuleiro

[...] coincidem com o grande desenvolvimento urbano a partir da Renascença. Quando a cidade cessa de ser uma ‘unidade de vizinhança’, em que todos se conhecem, quando cessam as razões de defesa interna e as lutas cidadinas, que tornavam úteis as ruas tortuosas; quando a área urbana se estende e a atividade profissional do cidadão se desenvolve em todo o seu perímetro, então começa-se a pôr ordem nos movimentos urbanos, procuram-se sistemas distributivos que permitam mover-se por linhas retas, classificam-se as direções de movimento (frente, atrás, esquerda, direita, irradiação de um centro) (ibid.: 235).

A organização perspéctica implica uma reordenação dos movimentos urbanos.

Esta,

[...] que corresponde exatamente ao desejo de percursos retilíneos, de vistas livres, de distâncias claramente mensuráveis, não é a aplicação de princípios geométricos à configuração urbana; ela é o resultado de uma classificação e redução a poucos *tipos* dos infinitos percursos possíveis ou desejáveis, bem

como o produto de uma nova concepção da existência que exige a correlação retilínea ou lógica dos atos, a obtenção do fim pelo caminho mais breve e mais certo, a eliminação do acaso e da surpresa, a possibilidade de variação dentro dos limites de um sistema (ARGAN, 2005: 235).

Isso ocasiona a resignificação da cidade, constituída por novas formas de se comunicar entre seus limites. Argan (ibid.: 235-6) lembra que a cidade

[...] deixa de ser lugar de abrigo, proteção, refúgio e torna-se aparato de comunicação; comunicação no sentido de deslocamento e de relação, mas também no sentido de transmissão de determinados *conteúdos* urbanos. É óbvio que, nesse sentido, constituem-se modelos dos quais não é fácil se separar, porque é próprio do monumento comunicar um conteúdo ou um significado de valor – por exemplo, a autoridade do Estado ou da lei, a importância da memória de um fato ou de uma personalidade da história, o sentido místico ou ascético de uma igreja ou a força da fé religiosa, etc.

A monumentalidade aplica-se também ao privado:

É assim que também a arquitetura privada se torna comunicação de valores reais ou atribuídos: ela denuncia, não só com o luxo e a grandeza, a condição social ou apenas econômica dos proprietários, mas também com a repetição de símbolos de prestígio tomados de empréstimo aos monumentos-modelos e com sua própria situação no contexto urbano (ibid.: 236).

Esses modelos renascentistas redundaram na atribuição de demiurgia ao arquiteto e, apesar de sua aplicabilidade restrita às cidades européias, na utilização desses parâmetros no Novo Mundo, particularmente na América Espanhola, em escala maior. No primeiro caso, segundo Carlos Eduardo Ornelas Berriel (2004: 46),

[...] as cidades medievais haviam se desenvolvido anarquicamente, pelo impulso das iniciativas individuais. Mas essa estrutura comunal foi substituída pelas iniciativas de príncipes desejosos de ampliar seu poder e de instaurar a ordem. Na Itália, surgiram soberanos construtores que sonhavam com novas cidades e, pela oportunidade, arquitetos do *Quattrocento* planejam cidades num estilo racional e geométrico. Mas não é possível modificar as muralhas sem modificar os homens: a cidade é o espelho e a dimensão do homem. A organização social passa a ser uma preocupação dos urbanistas, colocando o ser humano no centro de suas construções, e sonham em torná-los idênticos: que a uma cidade sã e racional corresponda um novo homem!

Nenhum exemplo em criar esse novo homem foi melhor que o dado por Thomas Morus em *Utopia*, em 1486, obra renascentista. Ainda consoante Berriel (ibid.: 47),

[...] Morus é homem do Renascimento, por sua fé na ciência e no conhecimento como fonte do progresso, inclusive moral. A sua utopia é uma construção do intelecto, mas também uma obra de fé e de confiança na ação do mundo real.

Quanto à aplicação no Novo Mundo, Benevolo (2003: 487) assevera que

[...] as novas cidades [da América Espanhola] seguem um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos. [...] Esse modelo foi imposto pelas autoridades já nos primeiros anos de conquista, e foi codificado por Filipe II na lei de 1573, que é a primeira lei urbanística da idade moderna.

Isso acarretou em três aspectos fundamentais informados por Benevolo (ibid.: 488-94) – ao contrário das cidades utópicas, o que se estabelece é o plano regulador, e não um projeto tridimensional com a forma das construções, cuja responsabilidade recai sobre os proprietários; o formato de tabuleiro é reproduzível conforme a cidade cresça, e há indefinição entre forma urbana e forma rural; por fim, a uniformidade do tabuleiro não significa, sempre, o ajustamento deste às características físicas do local escolhido.

Esse modelo não se limitou apenas à América Espanhola; espanhóis e franceses utilizaram-no nas respectivas possessões da América Setentrional. Quanto aos portugueses, em que pese a necessidade de pesquisa específica, especulamos que possa ter ocorrido, no Rio de Janeiro, a aplicação desse modelo. Benevolo (ibid.: 494) lembra que apenas no século XVII as cidades mais próximas da costa, para se defenderem dos piratas, foram fortificadas, alterando a reprodutibilidade do modelo em forma de tabuleiro.

A União Ibérica, entre 1580 e 1640, ocasionou a assimilação, na América Portuguesa, a partir desta data, do Código Filipino. Assim sendo, a primeira reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro, conforme Vivaldo Coaracy, pode ter sido a reprodução desse modelo. Conta-nos Coaracy (1965: 118) que, em 1643,

[...] chega ao Rio de Janeiro, enviado por D. João IV, o notável engenheiro Michel de l'Escolle que o governo francês cedera a Portugal a pedido do Rei. Até então a cidade crescera irregularmente, quase ao capricho dos moradores, com arruamentos mal definidos sob a orientação inconstante dos almotacéis. Michel de l'Escolle projetou o plano da cidade, determinando o traçado das ruas e seus prolongamentos, fixando-lhes o declive para o escoamento das águas em direção às valas que mandou rasgar e indicando padrões para as construções. Além desses trabalhos, ocupou-se ele com as fortificações, apontando seu aperfeiçoamento e sugerindo novas obras de defesa.

E ainda:

Dirigindo o alinhamento das ruas e organizando as plantas do desenvolvimento da cidade, demorou-se Michel de l'Escolle no Rio de

Janeiro até 1647, quando se retirou para Portugal, depois de apresentar à Câmara sete plantas em que resumia suas indicações que foram aprovadas e seguidas. Pode assim este engenheiro francês, cujo nome nos documentos da época aparece às vezes aportuguesado para Michel de Lescot, ser considerado, como aponta o Sr. Augusto de Lima Filho, o primeiro urbanista a atuar no Rio de Janeiro. A ele se deve a configuração urbana que o centro da cidade guardaria durante mais de dois séculos (COARACY, 1965: 118).

Sérgio Buarque de Holanda afirma que os portugueses instauraram no Brasil uma civilização de raízes rurais e que a estrutura social da Colônia teve sua base fora dos meios urbanos. Ademais, creditava o desequilíbrio entre esplendor rural e miséria urbana à fisionomia mercantil da colonização lusa, o que acarretava o desapego dos imigrantes portugueses e a ocupação litorânea e rarefeita do território. Para o autor (2005: 145),

[...] o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje [– a precária distinção entre o público e o privado].

A urbanização se tornaria fenômeno no Brasil apenas no segundo quartel do século XX. Retornemos, assim, à constituição da cidade burguesa européia, que culminará com o advento do modernismo.

2.2 DO BURGUÊS AO MODERNISTA

O mundo de meados do século XVII é bem diferente daquele do Renascimento e das Grandes Navegações. Para exemplificar, Copérnico, Galileu, Maquiavel, Lutero, Calvino, Bacon, Descartes e Kepler transformaram o saber da época. Além disso, nova classe dirigente – reis, suas cortes e a burocracia, burgueses, o clero e a religião após a Reforma e a Contra-Reforma, e a nova hegemonia econômica, representada pelo que Giovanni Arrighi (ARRIGHI, 2006) chama de segundo ciclo sistêmico de acumulação, haviam emergido. A cidade européia do Setecentos também mudou.

A administração urbana foi reformulada por Henrique IV, em Paris. Este monarca iniciou um programa público de obras inserido em arranjo econômico regular, que dependia de burocracia e de repartições especializadas. Ainda nesse período, pode-

se destacar a contraposição entre a imperial Paris e a burguesa Amsterdã. Enquanto aquela adotou um modelo monumental cujo ambiente é formado por mosaico construído nos espaços do campo ao redor da área citadina que, portanto, não adquirira organicidade, o modelo de Amsterdã era bastante contrastante.

Essa cidade era visualmente ordenada por pequenos panoramas, criando noção de conjunto por meio do movimento pela urbe, e constituído por grande diversidade, a qual se caracterizava pela hegemonia de uma “*cultura original, burguesa e antimonumental*” (BENEVOLO, 2003: 536). Contudo, a primeira grande cidade burguesa não foi Amsterdã, e, sim, Londres. Não apenas por tamanho da área citadina ou da população urbana, mas devido à substituição daquela por esta como centro das altas finanças e pela Revolução Industrial. Segundo Benevolo (ibid.: 542), o desenvolvimento londrino

[...] não é dirigido por um plano municipal, como em Amsterdã, nem pelos arranjos monumentais da corte, como em Paris. Londres é um mosaico de pequenas iniciativas – loteamentos promovidos pelos proprietários de terrenos, nobres ou burgueses – alternados com freqüentes espaços verdes, públicos ou particulares.

O autor prossegue:

[...] De fato, Londres é a primeira grande cidade burguesa, na qual a forma urbana não mais depende das grandes intervenções do governo ou de uma restrita classe dominante, mas da soma de um grande número de pequenas intervenções particulares. A rica nobreza inglesa realiza no campo palácios e villas grandiosas; ao contrário, na cidade constrói casas normais, que se entrecruzam com todas as outras num tecido contínuo. As ruas estreitas e irregulares já se apresentam atulhadas por um tráfego enorme de pedestres e de carros (e ainda não temos os automóveis!) (ibid.: 547).

No período compreendido entre meados do século XVIII a meados do XIX, a Revolução Industrial transformou a relação entre sociedade e natureza. A finalidade dessa relação, no sistema capitalista, passou a ser a própria reprodução desta; segundo Benevolo (ibid.: 551),

[...] o aumento da população e o aumento da produção se ligam para formar um círculo ascendente: os habitantes mais numerosos [decorrentes da redução da mortalidade] exigem bens e serviços mais abundantes, que permitem um aumento ulterior da população; os bens e os serviços disponíveis em quantidade e em qualidade superior fazem aumentar a qualidade de vida das classes sociais, e produzem a busca de outros bens mais abundantes e mais diversos.

O novo modo de produção, assim sendo, acarretou substanciais alterações na configuração territorial. Londres tornou-se em 1851 uma cidade com população de dois milhões e meio de habitantes, não apenas devido a aumento populacional, mas também a fluxos migratórios; assim, a urbanização começa a tornar-se realidade, em especial por causa do desenvolvimento dos meios de comunicação, particularmente da ferrovia, além de melhorias técnicas para estradas, o navio a vapor e os canais navegáveis. Lewis Mumford (1982: 488; 483) argumenta que

[...] a partir de 1830, o ambiente da mina, outrora restrito ao seu sítio original, foi universalizado pela ferrovia. Aonde quer que fossem os trilhos da estrada de ferro, aí também iam a mina e os seus destroços. [...] As locomotivas apressadas levavam ruído, fumaça e poeira ao coração das cidades: mais de um soberbo sítio urbano [...] foi estragado pela invasão da ferrovia. Se foi na cidade mineira que o processo característico de *Abbau* – mineração ou decomposição – foi visto na sua forma mais pura, foi por meio da estrada de ferro que esse processo se estendeu, pelo terceiro quartel do século XIX, a quase todas as comunidades industriais. [...] Os agentes geradores da nova cidade eram a mina, a fábrica e a ferrovia.

O autor prossegue com a crítica à cidade industrial:

[...] Entre 1820 e 1900, a destruição e desordem, dentro das grandes cidades, é semelhante àquela de um campo de batalha, proporcional à própria extensão de seu equipamento e ao poder das forças empregadas. Nas novas províncias da construção de cidades, deve-se agora ficar de olho nos banqueiros, industriais e inventores mecânicos. Foram eles responsáveis pela maior parte do que era bom e quase tudo o que era mau. Na sua própria imagem, criaram um novo tipo de cidade: aquela a que Dickens, em *Tempos Difíceis*, chamou *Coketown* (ibid.: 484).

O fenômeno *Coketown* estendeu-se a todas as cidades ocidentais, para Mumford. Desse modo,

[...] o industrialismo, a principal força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira; na verdade, até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados. [...] Cada homem agia por si mesmo; e o Diabo, se não levava a pior, pelo menos reservava para si o privilégio de construir cidades (ibid.: 484; 486).

Benevolo (2003: 565) lembra que

[...] o crescimento rapidíssimo das cidades na época industrial produz a transformação do núcleo anterior (que se torna o centro do novo organismo), e a formação, ao redor deste núcleo, de uma nova faixa construída: a periferia. [...] [Esta] não é um trecho de cidade já formado como as ampliações medievais ou barrocas, mas um território livre onde se somam um grande número de iniciativas independentes: bairros de luxo, bairros pobres, indústrias, depósitos, instalações técnicas. Num determinado momento estas iniciativas se fundem num tecido compacto, que não foi, porém, previsto e calculado por ninguém. Na periferia industrial perde-se a homogeneidade social e arquitetônica da cidade antiga.

Essa cidade será nomeada de liberal por Benevolo (2003: 567):

[...] Este ambiente desordenado e inabitável – que chamaremos de cidade liberal – é o resultado da superposição de muitas iniciativas públicas e particulares, não-reguladas e não-coordenadas. A liberdade individual, exigida como condição para o desenvolvimento da economia industrial, revela-se insuficiente para regular as transformações de construção e urbanismo, produzidas justamente pelo desenvolvimento econômico.

Esse desenvolvimento, entretanto, foi desigual e as classes pobres

[...] As classes pobres sofre[ra]m mais diretamente os inconvenientes da cidade industrial, mas as classes ricas não [puderam] pensar em fugir deles por completo. Por volta de 1830 o cólera se espalha pela Europa, vindo da Ásia, e nas grandes cidades se desenvolvem as epidemias, que obrigam os governantes a corrigir pelo menos defeitos higiênicos, isto é, a se chocar com o princípio de liberdade de iniciativa, proclamado na teoria e defendido obstinadamente na prática na primeira metade do século (loc. cit.).

Toda essa desorganização é combatida por meio de um receituário bastante próximo ao que temos hoje. Ele consiste na convergência entre administração pública e a propriedade imobiliária; na definição pelos proprietários individuais do uso dos terrenos urbanizados; na limitação entre espaço público e espaço privado conformando o desenho urbano; em maiores ordenamento e adensamento da periferia, acarretando a suburbanização; na criação de parques públicos e na construção de casas populares; na sobreposição da cidade antiga por esse novo tecido, com demolições e manutenção de monumentos; na acentuação da diferença entre técnicos e artistas.

Os exemplos mais bem acabados desse receituário são a Paris de Haussmann (ibid.: 589-98) e a Viena fin-de-siècle (SCHORSKE, 1989). Ambas originaram o movimento City Beautiful e trouxeram como consequência o privilégio dos interesses privados imobiliários. Assim,

[...] A forma da cidade é a que torna máxima a renda imobiliária urbana, isto é, a mais rica de diferenças (um centro mais denso e uma periferia mais rala, dividida em setores de caráter diverso), mesmo que resulte ser ineficiente e dispendiosa. O mecanismo urbano está sempre congestionado, porque os aparelhamentos públicos – ruas, instalações, serviços – são sempre insuficientes, ao passo que a exploração dos terrenos particulares alcança ou supera os máximos fixados pelos regulamentos (BENEVOLO, 2003: 589).

Isso garante a segregação urbana como necessária à classe dominante:

[...] estes inconvenientes técnicos e econômicos são compensados por uma vantagem política decisiva: de fato, as dificuldades da vida urbana oneram de modo mais pesado as classes mais fracas, e a cidade se torna um grande aparato discriminante, que confirma o domínio das classes mais fortes. A burguesia toda tem interesse em privilegiar seu setor afastado, para tornar

automático este seu aparato: cuidando de seus interesses, a propriedade imobiliária defende os interesses gerais da classe dominante (BENEVOLO, 2003: 589).

Apesar dos exemplos parisiense e vienense, e mesmo nessas cidades, a condição urbana no final do século XIX e na transição para o primeiro quartel do século XX ainda era precária. Segundo Peter Hall (2005: 24; 34-5), ao comentar sobre as cidades européias,

[...] fato digno de nota é que a média dos inquilinos de uma casa de cômodos dispunha de muito menos espaço do que o prescrito pelo Estado vitoriano para os encarcerados em prisões ou em reformatórios. [...] Nem a cidade nem o Estado tinham o dinheiro necessário para derrubar o cortiço: deu-se então prioridade a outras obras públicas de grande porte [a Sorbonne e o metrô parisiense]. [Berlim era] uma cidade extraordinariamente compacta e, portanto, populacionalmente saturada.

Acerca das cidades americanas, lembra que

[...] a tradicional preocupação jeffersoniana de que a cidade era ‘nociva à moral, à saúde e à liberdade dos homens’, um câncer ou um tumor instalado no corpo social e no corpo político, foi estimulada pela industrialização e pela imigração: Nova York tornou-se a maior cidade de imigrantes do mundo, com ‘a metade dos italianos existentes em Nápoles, com tantos alemães quanto Hamburgo, com duas vezes mais irlandeses que Dublin e duas vezes e meia mais judeus do que Varsóvia’ (ibid.: 38).

Com a capital brasileira, não era diferente. Segundo Licia do Prado Valladares (2008: 24),

[...] no Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em detalhar minuciosamente a cena urbana e seus personagens populares voltaram seus olhos para o cortiço. Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada ‘classe perigosa’. Definido como um verdadeiro ‘inferno social’, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista.

Esse quadro da cidade do Rio de Janeiro, apesar das melhorias implementadas na época da transmigração da Corte, mantinha-se desde há muito. Segundo Luís Norton (1979: 89),

[...] no tempo de D. Leopoldina, a cidade não oferecia, na verdade, aspectos de monumentalidade nos seus edifícios públicos ou nas habitações particulares. A capital da colônia, subitamente elevada à preeminência de reino, transformou-se em poucos anos num grande centro urbano.

A presença da Corte transformaria a cidade:

[...] A cidade-empório começou por aterrar, desde D. João VI, os pantanais circunvizinhos, onde o mangue mal segurava o lodo movediço, criando-se exércitos de mosquitos que caíam qual praga sobre a população extenuada pelo calor tropical. Modificou-se a salubridade urbana; aperfeiçoou-se o sistema de limpeza e o homem começou a moldar melhor o burgo realengo. [...] O caminho de São Cristóvão povoara-se de vivendas nobres e chácaras planturosas; urbanizara-se o Engenho Velho, o Engenho Novo, a Tijuca e o Andaraí, lugar este onde D. Carlota mandou construir um bom palácio (NORTON, 1979: 89-91).

A Corte, portanto, alterou a forma urbana da cidade, inclusive expandindo-a. Maurício de Almeida Abreu (1996: 159) corrobora Norton, garantindo que

[...] a ascensão repentina do Rio de Janeiro – uma cidade urbanisticamente pobre, habitada por uma maioria de população escrava, e destituída de confortos materiais – à sede da Coroa Portuguesa, logo exigiu, por exemplo, que decisões imediatas fossem tomadas, visando a adequar a forma física da antiga capital colonial às novas funções que ela agora deveria desempenhar.

Desse modo, este autor identifica dois tipos de reflexão urbana no Brasil, nesse período, com base nas mudanças ocorridas no Rio de Janeiro e no pensamento europeu em voga. O primeiro considerava a cidade um espaço a defender e a prover de comodidades e de infra-estrutura; o segundo preconizava, sobremaneira, de acordo com o pensamento higienista, a adoção de *“uma política de saúde destinada a colocar os interesses coletivos acima dos individuais”* (ibid.: 160). A segunda metade do século XIX, contudo, foi o momento de substituição do higienismo pela engenharia, na solução para os problemas da cidade.

Para Abreu (ibid.: 168-9),

[...] apesar de todo o intervencionismo urbano feito em seu nome [do higienismo], que se materializou sobretudo no aterro de pântanos, na construção do sistema de esgotos sanitários, na melhoria considerável do abastecimento d’água, na condenação das habitações coletivas, e no apoio a um urbanismo que promovia a construção de ruas largas e de ‘casas higiênicas’, o saber médico não conseguirá dar resposta às constantes epidemias [...] [tampouco] impedir que o quadro sanitário da cidade se deteriore cada vez mais, o que passou a comprometer não apenas a credibilidade da teoria dos miasmas, mas também todo o projeto de modernização da economia então em andamento. A insalubridade da capital [...] solapava a política de atração de mão-de-obra européia (que se tornara uma alternativa viável à escravidão), obstaculizava os esforços de industrialização e corroía a imagem do país no exterior.

Essa modernização foi efetivada ao se implantar a rede ferroviária no Rio de Janeiro, sobretudo com a Estrada de Ferro D. Pedro II, renomeada Central do Brasil após a proclamação da República. Nesse período, segundo Milton Santos (1993: 35), a

produção, no caso do açúcar, e, em seguida, o território, mecanizam-se, primeiramente com as usinas de açúcar e, após, com a navegação a vapor e com as ferrovias. Estas foram importantes para escoar a produção cafeeira, permitindo que se formasse entre Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, bem como em áreas tributárias, uma rede considerável. Assim sendo, a rede ferroviária vinculou-se, sobretudo, às especializações regionais de matérias-primas. Ademais, no Rio de Janeiro, a implantação das ferrovias possibilitou a expansão da cidade, dando origem aos subúrbios.

A ‘formação enciclopédica’ dos engenheiros da época, que abordava diversos campos da engenharia, bem como a valorização desse profissional e o uso de soluções técnicas eficazes para problemas citadinos contribuíram para que o engenheiro fosse considerado apto a tratá-los. Isso ocorreu na cidade, em definitivo, no início do século XX, com a Reforma Passos, que daria configuração urbana capitalista à cidade ainda colonial, na impossibilidade de transferir a capital imediatamente, em um processo que se consolidou, simbolicamente, na década de 1920, com a derrubada do morro do Castelo.

O saneamento da cidade, com obras de drenagem de mangues, de retificações de rios e de aterros na baía de Guanabara, a política de vacinação obrigatória, o desmonte do morro do Senado, a abertura da Avenida Central, a modernização do Porto, a política do bota-abaixo, de demolição de cortiços, e o alargamento de vias tiveram por objetivo remodelar a forma urbana para adequá-la à nova ordem. Segundo Nosso Século (1985, vol. 1: 50),

[...] Pereira Passos [...] assumiu a Prefeitura do Distrito Federal em 1903, com plenos poderes para executar seus planos de ‘remodelar o porto, alargar as ruas mais movimentadas, derrubar os pardieiros, desafogar o centro’. O prefeito cercou-se de dois assessores: os engenheiros Francisco Bicalho e Paulo de Frontin. A tarefa de Bicalho [...] [era] reconstruir o cais do porto, desde a Praça Mauá até o canal do Mangue (3 500 metros), corrigindo o traçado litorâneo e ganhando ao mar 175 000 m² de aterro. Além disso, deveria reequipar o porto

A tarefa de Paulo de Frontin, por sua vez, era reformular o Centro:

[...] Enquanto Bicalho trabalhava no porto, Paulo de Frontin atacava o centro. Planejou o traçado da nova Avenida Central e, em fevereiro de 1904, presentes o presidente e o prefeito, foi lançada sua pedra fundamental. Mas antes de construir avenidas como essa, era preciso desobstruir o centro, derrubar todas as casas e cortiços do caminho. Começava o ‘bota-abaixo’, com exércitos de demolidores explodindo habitações e removendo entulho. ‘Quebrando a rotina’ da Capital Federal, o prefeito manda também que sejam

alargadas várias ruas, supervisionadas as construções da cidade, obriga a trocar assoalhos, rasgar janelas nas paredes escuras dos quartos, jogar fora o lixo dos quintais (NOSSO SÉCULO, 1985, vol. 1: 50)

Quanto às ações de higiene empreendidas sob o comando de Oswaldo Cruz, primeiramente combateu-se a peste bubônica, com a criação de

[...] um esquadrão de cinquenta homens devidamente vacinados, que percorriam armazéns, becos, cortiços e hospedarias, espalhando raticidas e mandando remover o lixo. Para completar, criou um novo cargo, o de comprador de ratos. Este funcionário percorria as ruas do centro e dos subúrbios, pagando 300 réis por rato apanhado pela população. Assim, a curto prazo, desapareceram os ratos e a epidemia. Se não houve problemas com a peste, a população reagiu quando começaram os trabalhos pela erradicação da febre amarela. [...] Oswaldo Cruz enviou brigadas de ‘mata-mosquitos’ por toda a cidade, despejando petróleo nos alagados e desinfetando casa por casa. Mas círculos de oposição puseram em dúvida a descoberta do médico cubano [do mosquito transmissor] e protestaram contra a inspeção domiciliar, que ‘atentava contra o princípio da propriedade privada’ (ibid.: 52).

Segundo Maria Pace Chiavari (1985: 589),

[...] o plano de 1903, que serviu de base à remodelação do Rio de Janeiro, sob a Prefeitura de F. Pereira Passos, representa, em comparação ao precedente, o refluxo urbano do projeto que a República trouxe consigo, ou seja, a reorganização da sociedade mediante a indução de uma sociedade formalmente moderna, isto é, capitalista, antes pelos efeitos na esfera da circulação, do que pelas causas na produção.

Assim, a autora elenca os três imperativos necessários para a modernização da cidade. O primeiro era

[...] *A reprodução da força-trabalho e sua divisão funcional em classes contida na fórmula ‘saneamento’.* Na praxe isto se traduz na intervenção maciça nas áreas de alta densidade – o centro – distribuindo a população de baixa renda nas áreas menos valiosas: as suburbanas e as semi-rurais, ou nas manchas externas ao perímetro objeto da intervenção. O saneamento torna-se uma exigência inadiável quando, por ocasião das epidemias, as conseqüências se difundem sem respeito pela distribuição geográfica das classes sociais (loc. cit.).

O segundo consistia em

[...] *Tornar eficiente e rápido o sistema de transporte de circulação seja de mercadoria seja de força-trabalho, contida na fórmula ‘melhoramento da viação urbana’.* As diretrizes principais de tráfego se definiriam em função da hierarquia atribuída a seus pontos terminais. Estes seriam, de um lado, os focos de aplicação do trabalho (o porto, a estrada de ferro, os centros de produção no interior e no exterior da cidade); do outro, os lugares de reprodução da força-trabalho (bairros residenciais, distribuídos entre zona norte e zona sul). Nesse esquema geral viriam a inserir-se todas as interligações internas aos dois sistemas principais: residência e trabalho. Na verdade essa racionalização só se justifica parcialmente. Diante de uma base produtiva – consumidora de trabalho produtivo – incipiente, boa parte dos

investimentos são desviados para áreas onde o retorno direto ou indireto fica garantido. Mais do que seu aspecto de meio de produção, o produto ‘cidade’ acentua seu aspecto de mercadoria para a qual existem, não só uma demanda (necessidade/ valor de uso), mas também os meios de trocas: a cidade terciária e, mais tarde, a habitação burguesa (CHIAVARI, 1985: 589).

O terceiro imperativo implicava a

[...] *A indução da produção*, base da riqueza, e a *concentração de tal riqueza*, augurado na fórmula ‘melhoramento e embelezamento’, atendia ao objetivo formal de oferecer uma fachada ‘desenvolvida’, moderna e segura do país, ‘sendo a capital do país considerada como constituindo o país inteiro’. Ao desenvolvimento da produção propriamente dita, preferia-se antecipar a modernidade dos hábitos [...] A cidade-porto, vista como filtro da produção agrícola, atinge um grau de complexidade que não se limita mais à retenção do excedente (ibid.: 589-90).

Em 1911, após o término das obras do Porto do Rio de Janeiro, o carioca orgulhar-se-ia de viver na cidade, uma vez que as doenças tropicais foram erradicadas e as grandes avenidas redesenharam o traçado urbano. Se as elites carioca e brasileira rapidamente acostumaram-se à nova imagem da cidade, como reflexo de si mesmas, as transformações urbanas não causaram mudanças positivas na qualidade de vida de parte da população do Rio de Janeiro. Maurício de Abreu (1997: 63; 66) lembra que

[...] que o período Passos (aqui incluídas as obras realizadas pela União) foi, pois, um período revolucionador da forma urbana carioca, que passou a adquirir, a partir de então, uma fisionomia totalmente nova e condizente com as determinações econômicas e ideológicas do momento. [...] De fato, o alargamento das ruas centrais e a abertura de novas artérias, que atravessaram preferencialmente as velhas freguesias artesanais e industriais, ‘destruiu os quarteirões de cortiços, habitados pelos proletários, e os armazéns e trapiches dos bairros marítimos, numa extensão de aproximadamente 13 ha’.

É a partir do período Passos

[...] que os morros situados no centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem [...] [à] favela. O Morro da Providência já era conhecido como Morro da Favela desde 1897, quando passou a ser habitado por militares de baixa hierarquia retornados de Canudos. A destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela, a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego. E essa população, paradoxalmente, não cessava de crescer, atraída que era à cidade pelo desenvolvimento industrial e pelos empregos na construção civil. (ABREU, 1997: 66).

O nascimento da favela relaciona-se, em parte, à alteração na forma urbana da cidade. Ao mesmo tempo em que se *civilizava*, o Rio criava seu problema mais característico das décadas seguintes. À nova produção de intersubjetividade, nova ordem. Essa nova ordem consolidou-se com a assunção da favela a problema, ocorrido

por meio do discurso de engenheiros e de médicos na imprensa, tendo a participação da municipalidade e dos órgãos de classe, e com a decisão de iniciar o desmonte do Morro do Castelo. Para Denise Cabral Stuckenbruck (1996: 55-6),

[...] a imensa polêmica criada em torno do desmonte suscitou inúmeras manifestações, que nitidamente situavam-se de acordo com a oposição *modernidade x tradição*. O morro do Castelo era, à época, um dos marcos fundadores da Cidade, onde podiam encontrar-se os ossos de Estácio de Sá e a Igreja dos Capuchinhos (freqüentada pela elite da capital). Lado a lado, conviviam lavadeiras, pais-de-santo, ex-escravos, capoeiras e pessoas sem trabalho fixo. O morro encarnava fisicamente o passado colonial brasileiro. [...] Para um engenheiro como o prefeito [Carlos Sampaio], o morro representava apenas uma barreira que impedia a circulação do ar e contribuía para a proliferação dos miasmas, além é claro de ser a residência daquela massa de indivíduos impróprios e inconvenientes – era o espaço da desordem.

Enquanto isso, Europa e EUA experimentavam o processo de metropolização das suas grandes capitais. Consoante Peter Hall (2005: 57),

[...] muitos dos filósofos fundadores do movimento [urbanista] ainda continuavam obcecados pelos males da superpopulação da cidade vitoriana do cortiço – que na verdade se mantinham bastante reais, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, chegando mesmo até os anos 60. Durante esse tempo todo, porém, a cidade grande foi-se transformando, parte graças à reação dos legisladores e dos reformistas locais, parte através das forças de mercado.

Nesse momento há a desconcentração e o espraiamento da cidade. Ainda conforme Hall (ibid.: 57-8),

[...] novas casas, novas fábricas, foram construídas em sua periferia. Novas tecnologias do transporte – o bonde elétrico, o trem elétrico de interligação com o centro, o metrô, o ônibus – permitiram que esse processo de suburbanização se concretizasse. Novas agências – sociedades construtoras, secretarias de habitação públicas e sem fins lucrativos – aproveitaram as oportunidades que assim lhes eram oferecidas. Mão-de-obra e materiais baratos reduziram os custos reais da nova habitação, em especial no fim dos anos 20 e começo dos 30. Melhores e mais sutis regulamentações do planejamento e desenvolvimento urbanos breparam a superpopulação e, de certa forma, diminuíram o tédio das cidades oitocentistas. Daí resultou uma extraordinária e repentina melhoria dos padrões habitacionais para um amplo espectro da população.

Nesse entretempo, a expansibilidade do meio urbano, para o qual a difusão dos meios de transporte foi imprescindível, realizou-se por intermédio de inovações técnicas, como a difusão do aço e a invenção do dínamo, o qual é utilizado no telefone, na lâmpada elétrica e no elevador. Ademais, o planejamento urbano surgiu como método científico de análise da cidade, com diversas leis que regiam a forma urbana, seus usos e suas funções e previam as etapas de levantamento de dados acerca da área

de interferência, diagnóstico, prognose, e elaboração do documento com as diretrizes a serem implementadas (AGACHE; 1930; SAMPAIO, 2001; CARTA DOS ANDES; 1960; MONTEIRO, 1983⁸). Segundo Benevolo (2004: 345; 348),

[...] depois da crise de 1870, emergem precocemente as atitudes passivas da praxe urbanística neoconservadora e, sobretudo, o desnível entre a oferta de alojamento, produzida por particulares a preços especulativos, e a demanda das classes mais pobres que continuam afluindo para as cidades. [...] A administração ladeia e corrige a iniciativa privada com as ‘obras públicas’: ruas, instalações, serviços; e, à medida que essas obras aumentam de importância, deve coordená-las em uma finalidade conjunta, tão coerente quanto possível, sem alterar a divisão originária das tarefas entre poder público e propriedade. Essa finalidade conjunta, ainda oficiosa e fluida na época de Haussmann, consolida-se sob forma mais precisa e é o que hoje se chama de ‘plano regulador’.

O plano regulador foi bastante utilizado na Europa e nos EUA:

[...] Em Paris o projeto de Haussmann é completado sob a Terceira República e consolidado em fins do século pela rede metropolitana inaugurada em 1900. [...] O plano, porém, redigido por Henri Prost, será aprovado somente em 1939. Em Viena, a ordenação de conjunto iniciada com a construção do Ring é completada pelo regulamento de 1885, por provimentos de zoneamento em 1893 – a cidade é dividida em vinte distritos, especificando-se para cada um os tipos de construções e o número de andares – e pelo cinturão verde estabelecido em 1905; [...] nos EUA, o movimento para a *city beautiful* obtém a aprovação dos primeiros planos que são postos em discussão, embora o sejam sobretudo com critérios formais e monumentais, a tradicional disposição em xadrez; dentre estes, destacam-se os planos de Burnham e Bennett para São Francisco (1905) e para Chicago (1909) (ibid.: 348).

Hall (2005: 69-72), ao criticar o planejamento urbano de cidades americanas, cuja lógica é reproduzível em qualquer urbe que o utilize, acrescenta que o recurso ao zoneamento tinha o objetivo de manter o valor da propriedade e de segregar grupos étnicos. Não é por acaso que a monumentalidade e o formalismo serão utilizados no plano de Chicago de 1909. Ainda segundo o autor (ibid.: 212),

[...] seu conceito básico [o de Burnham para Chicago], bastante grandioso, embora singularmente impreciso no tocante aos meios de realização, consistia em ‘devolver à cidade sua perdida harmonia visual e estética, criando, assim, o pré-requisito físico para o surgimento de uma ordem social harmoniosa’; a cidade caótica, nascida de um crescimento demasiado rápido e de uma mistura demasiado rica de nacionalidades, seria posta em ordem mediante a abertura de novos logradouros, a remoção dos cortiços e a ampliação dos parques.

Ebenezer Howard, contudo, propunha um urbanismo que não fosse discriminatório, ao criar a idéia de cidade-jardim, um híbrido campo-cidade,

⁸ Elencamos essas obras a fim de precisar os escritos que influenciaram o planejamento urbano desde a sua caracterização como campo específico, ainda que alguns escritos, como a Carta dos Andes, seja posterior ao período enfocado no parágrafo.

relativamente autárquico, que tinha por objetivo responder à grande concentração populacional nas cidades, sem que o modelo proposto se tornasse uma colônia para pobres. Assim sendo,

[...] um grupo de indivíduos – em que necessariamente estariam incluídos vários com competência e crédito comerciais – deveria organizar uma companhia de dividendos limitados, tomando dinheiro emprestado para implantar uma cidade-jardim no campo, longe da cidade o suficiente para garantir que a terra fosse comprada a preços mínimos, achatados pela depressão agrícola. Incumbir-se-ia também de interessar os capitães de indústria em transferir para ali suas fábricas; e com elas, os operários que construiriam suas próprias casas (HALL, 2005: 109).

Os limites da cidade-jardim foram fixados por Howard:

[...] A cidade-jardim teria um limite fixo – Howard sugeriu 32000 habitantes para 1000 acres de terra, perto de uma vez e meia mais que a cidade histórico-medieval de Londres. A seu redor, uma área muito mais larga de cinturão verde perene, também de propriedade da companhia – Howard propôs 5000 acres –, conteria não só granjas, mas também toda espécie de instituições urbanas, tais como reformatórios e casas de repouso, que só teriam a ganhar com uma localização rural (loc. cit.).

O crescimento da cidade-jardim ocasionaria fenômeno semelhante ao crescimento da *pólis* grega:

[...] A crescente transferência de pessoas para o lugar faria com que a cidade-jardim atingisse o limite planejado; e então começar-se-ia outra, a pouca distância dali. Assim, com o tempo, desenvolver-se-ia um vasto e planejado conglomerado que entraria num processo de expansão quase sem limites; dentro dele, cada cidade-jardim ofereceria um campo aberto de empregos e serviços, mas também estaria ligada às demais por um rápido sistema de transporte (privilegiando-se uma ferrovia intermunicipal, como a denominava Howard), o que proporcionaria todas as oportunidades econômicas e sociais da cidade grande. Howard deu a essa visão policêntrica o nome de cidade social (loc. cit.).

De fato, essa cidade policêntrica,

[...] esse conglomerado de cidades-jardim, e não a cidade-jardim individualizada, é que constituía a realização física da cidade-campo. [...] À medida que subissem os valores do solo urbano na cidade-jardim, eles refluiriam para a comunidade. Os cidadãos desembolsariam uma modesta taxa-aluguel por suas casas ou fábricas ou granjas, [que eventualmente] proveria fundos abundantes para a criação de um sistema previdenciário local [...] sob a responsabilidade direta dos cidadãos do lugar. [...] Howard pôde, assim, argumentar que seu sistema constituía um terceiro sistema econômico, superior tanto ao capitalismo vitoriano quanto ao socialismo centralizador e burocrático. Suas tônicas seriam: gerenciamento local e autogoverno (HALL, 2005: 109-11).

O modelo desenvolvido por Howard, todavia, não foi habitado pelo trabalhador originalmente previsto, porque os custos superavam aquilo pelo que *blue-collars*

poderiam pagar. Tampouco foi realizado exatamente da forma originalmente prevista por Howard, sofrendo adaptações, principalmente de Unwin e de Parker e constatando que a autossuficiência prevista era irrealizável. De fato, foram construídos subúrbios-jardim, que incorporaram, conforme Hall, três princípios do planejamento norte-americano: o princípio da unidade de vizinhança; o princípio do esquema Radburn e o princípio da parkway.

O princípio da unidade de vizinhança foi desenvolvido por Clarence Perry em 1923 e aprimorado por ocasião do Plano Regional de Nova York, de 1929. De acordo com Hall (ibid.: 145),

[...] o tamanho seria fixado pela área de captação da escola primária local, dependendo, portanto, da densidade populacional; seus elementos centrais seriam essa mesma escola e uma área de recreio a ela associada, a que se poderia chegar após uma caminhada de meia milha; lojas locais que, por estarem situadas nas esquinas das diversas vizinhanças, poderiam ficar entre dentro de uma área de um quarto de milha; e um ponto central ou logradouro público destinado a incentivar as instituições da comunidade.

A inspiração é decorrente de

[...] uma releitura moderna do desejo de Jane Addams de integrar o novo imigrante, e agora os filhos dele, já nascidos norte-americanos, à medida que todos se vão mudando dos cortiços citadinos para seus novos lares suburbanos. A *raison d'être* foi, portanto, sociocultural mas, segundo já declarava Perry no fim dos anos 20, 'a ameaça do automóvel' tornara imperativa a definição dessas unidades de vizinhança, constituindo-se assim, 'uma benção na desgraça'. As principais artérias, largas o bastante para suportarem um tráfego direto, iriam, portanto, transformar-se em limites lógicos; a malha viária interna seria projetada para facilitar a circulação interna, mas desencorajaria o tráfego direto (loc. cit.).

O esquema Radburn foi utilizado pela primeira vez em um subúrbio de New Jersey, em 1928, e tem como diretrizes principais

[...] 1. [a] substituição do quarteirão retangular e estreito tradicional por super-quarteirões, ou seja, superquadras; 2. [a] especialização das vias, planejadas segundo um único uso, diferenciando movimento, coleta, serviço, estacionamento e visita; 3. [a] total separação da circulação de pedestres e veículos, graças a passagens de nível nos cruzamentos dos dois; 4. [a] disposição interior das casas invertida, de modo que as áreas de estar e os dormitórios ficassem voltados para os fundos, dando para jardins e parques; 5. os parques como espinha dorsal do bairro. Por fim, antecedendo Brasília, Radburn foi projetada para baixas densidades demográficas (MACHADO, 2007: 33).

O princípio da parkway baseia-se na restrição do uso das vias. Segundo Hall (2005: 128; 330),

[...] as primeiras rodovias arborizadas de Nova York [...] eram, na origem, rodovias de acesso limitado, projetadas somente para o tráfego de automóveis particulares e paisagisticamente tratadas a fim de propiciarem uma experiência recreacional. [...] Ao findar a década de 20, ainda eram poucos os exemplos de pistas rebaixadas ou elevadas na malha viária norte-americana. Nova York constituiu a exceção insigne, tendo, durante os anos 20, optado por uma solução diferenciada, que descendia em linha reta de uma tradição mais antiga, [...] a avenida arborizada. Empregada pela primeira vez por Olmsted em seu projeto para o Central Park de Nova York em 1858, a parkway fora largamente utilizada pelos arquitetos paisagistas no planejamento de parques e novas áreas residenciais em cidades totalmente dessemelhantes como Boston, Kansas City e Chicago.

A parkway, contudo, foi adaptada para nova função:

[...] Essa inovação tipicamente norte-americana foi rapidamente adaptada para uma nova função: prolongando-se 10 ou 20 milhas campo adentro – e usada, às vezes, como na Bronx Parkway, para limpar zonas urbanas degradadas – ela agora dava acesso rápido da cidade-base congestionada tanto para os novos subúrbios quanto para as áreas de lazer rurais e litorâneas. A alma propulsora foi o mestre-construtor de Nova York, Robert Moses (ibid.: 330).

A respeito de Moses, Hall (ibid.: 331) garante que

[...] seu espírito público tinha limites: Moses construiu os viadutos baixos demais propositadamente, impedindo com isso que tanto ônibus quanto caminhões passassem sob os vãos. Os magníficos balneários praianos, que ele criou nos terminais de suas parkways, ficaram, portanto, estritamente reservados à classe média e seus proprietários de carro; os dois terços restantes da população poderiam continuar indo de metrô a Coney Island. E quando, na década de 30, Moses estendeu seu sistema em direção ao lado oeste da ilha de Manhattan para criar a Henry Hudson Parkway, a primeira autêntica auto-estrada do mundo, repetiu a dose: Moses estava agora planejando, conscientemente, um sistema de interligação para usuários do automóvel.

Nos EUA, desse modo, desde a década de 1930 o automóvel era parte integrante fundamental do planejamento urbano. Segundo Hall (ibid.: 329),

[...] já em 1927, construindo 85% dos automóveis do mundo, podiam eles ufanar-se de ter um automóvel para cada cinco norte-americanos: aproximadamente um carro para cada duas famílias. Depois disso, o colapso econômico mundial e a guerra mantiveram o nível baixo por mais de vinte anos: só em começos da década de 50 é que a propriedade do veículo automotor superou a marca alcançada em fins dos anos 20.

Enquanto o urbanismo estadunidense construía o conceito de unidade de vizinhança e o planejamento urbano se detinha ao uso do automóvel, a Europa da

década de 1920 propiciava grandes contribuições ao urbanismo tipicamente modernista. Segundo Marília Pacheco Machado (2007: 38),

[...] a grande virada rumo a um tecido urbano de caráter modernista se daria no primeiro pós-guerra. Comprometidos com o sonho socialista de um viver comunitário, os arquitetos de vanguarda entendem que não apenas a concepção de cidade deveria ser transformada, mas também o modo de vida de seus habitantes. A consequência imediata é a importância que assume para eles o projeto da habitação social. As experiências de casas coletivas começam a ganhar força na década de 20, realizadas pelos principais expoentes da nascente arquitetura moderna.

Para Anatole Kopp (1990: 146),

[...] ser antiburguês, mas ter por clientes apenas os burgueses, parecia ser o destino dos arquitetos ‘modernos’ na França. Se alguns, como Mallet-Stevens, se acomodam – para ele o ‘moderno’ foi antes de tudo um estilo – aqueles para os quais ele deveria permitir trazer o que Le Corbusier chamava de ‘as alegrias essenciais’ pois delas mais precisam, ressentem dolorosamente a contradição. Na Alemanha a nova arquitetura é amplamente utilizada nos grandes programas de habitação popular que se levantam na periferia da maior parte das grandes cidades. Na França, ela é frequentemente apenas o meio encontrado por algumas personalidades abastadas para afirmarem sua originalidade.

Benevolo (2003: 630) reitera Kopp, afirmando que,

[...] movendo-se entre estas dificuldades [também no que importa à integração entre arte e técnica e ao uso da arquitetura como instrumento de poder], os arquitetos modernos aceitam apresentar-se como artistas de vanguarda, porque assim a sociedade lhes reconhece o espaço para agir, mas põe em movimento uma nova pesquisa coletiva e unitária, isto é, trabalham nos mesmos problemas e oferecem soluções comparáveis, que se adicionam e se aperfeiçoam no tempo.

Essas soluções são elencadas por Benevolo – “*a análise das funções que se desenvolvem na cidade moderna*” (ibid.: 630); “*a definição dos mínimos elementos para cada uma das funções urbanas*” (ibid.: 634); e, por fim, “*a busca dos modelos de agrupamento entre os modelos funcionais, isto é, em perspectiva, a definição da estrutura de conjunto da cidade moderna*” (ibid.: 644).

A *Cité Industrielle* de Garnier previa a separação das funções urbanas em áreas espacialmente distintas, segregadas entre si por barreiras verdes (MACHADO, op. cit.: 37). Le Corbusier classificou quatro diferentes funções na cidade – habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito, e circular (BENEVOLO, 2003: 630). A transformação mais importante para o movimento de arquitetura moderna deve-se à consideração de que a residência é o elemento urbano mais importante, contrapondo o privilégio à função produtiva da cidade pós-liberal. As atividades recreativas são trazidas para a

proximidade das residências e os espaços verdes devem formar um *continuum* sobre o qual “*todos os outros elementos resultem livremente distribuídos: a cidade se torna um parque aparelhado para as várias funções da vida urbana*” (BENEVOLO, 2003: 631).

A circulação tradicional da rua-corredor,

[...] com as calçadas para os pedestres e o asfalto onde se misturam todos os tipos de veículos, deve ser substituída por um sistema de percursos separados para os pedestres, as bicicletas, os veículos lentos e os veículos velozes, traçados livremente no espaço contínuo da cidade-parque (loc. cit.).

Essa nova circulação proposta e a centralidade da moradia nas funções urbanas permitem que tanto o layout dos cômodos das casas quanto a relação público-privado consubstanciada na disposição do edifício no lote se altere. Isso ocasiona uma rigorosa análise arquitetural da estrutura interna da moradia, bem como propicia um rearranjo da organização dessas moradias entre si e em relação aos equipamentos e serviços coletivos.

A estrutura principal da cidade moderna passa a ser o bairro, entendido como o agrupamento de unidades de vizinhança, à americana, ou de *unités d’habitation*, à Corbusier. De acordo com Benevolo (ibid.: 644),

[...] a unidade menor – de cerca de 300-400 moradias, com o jardim de infância, as lojas de primeira necessidade e as áreas de recreação para os jovens e os adultos – pode-se tornar o mínimo elemento projetável da cidade (isto é, o análogo do edifício na cidade tradicional); um certo número destas unidades, combinadas entre si, pode constituir uma unidade maior, compreendendo um maior número de moradias e uma dotação mais ampla de serviços: por exemplo, três unidades primárias da medida anterior podem formar uma unidade secundária, com cerca de 1.000-2.000 moradias, três jardins de infância, uma escola primária, um grupo de lojas mais completo e uma área mais extensa para o esporte e a recreação.

Ainda sobre as unidades de habitação, Benevolo (loc. cit.) propõe que essa

[...] hipótese das unidades de habitação – que formam uma graduação contínua da unidade mínima às maiores e em perspectiva até a cidade – permite estender o controle arquitetônico a uma escala muito maior. De fato, a forma da cidade resulta extremamente diversa, mas deriva de um número limitado de combinações e de ligações, cujas conseqüências técnicas e visuais já se conhecem. A cidade tradicional é formada por muitos lotes pequenos, ocupados por edifícios independentes entre si; suas combinações são demasiado numerosas para serem previstas e controladas, e sua sucessão muito aproximada produz, ao fim, uma impressão de monotonia.

A cidade moderna, todavia,

[...] pode ser formada por elementos muito maiores, cada um projetado como uma composição construtiva unitária; as combinações entre estes elementos podem ser coordenadas por antecipação, portanto o quadro de conjunto pode tornar-se ao mesmo tempo variado e ordenado (BENEVOLO, 2003: 644).

Antes de Le Corbusier colocar em prática sua primeira *unité d'habitation*, a arquitetura moderna, em sua preocupação primeira de tornar a moradia seu cerne, inovava com a construção de conjuntos habitacionais, chamados *siedlungen*, sobretudo, na Alemanha de Weimar, em diversas cidades. Conforme Alan Colquhoun (apud MACHADO, 2007: 39),

[...] uma das principais características dessas *siedlungen* da década de 20 era o conceito da lâmina de construção no espaço, em oposição ao quarteirão fechado – uma inversão de figura e fundo da cidade tradicional, com sua malha sólida entremeada por ruas.

Machado (ibid.: 40) acrescenta que

[...] as *siedlungen* não eram pensadas como parte integrante da cidade, mas como estruturas auto-suficientes que complementariam a malha da cidade existente, ou seja, intervenções fragmentadas, mas dispostas de forma coerente no território. E, ainda, as *siedlungen* obedeciam a uma ordem geométrica em seu traçado que deveria, idealmente, proporcionar uma equivalência de condições das diversas moradias, suprimindo uma indesejável hierarquia entre elas, e oferecer uma relação imediata do espaço construído com a natureza.

Desse modo,

[...] a habitação passa a ser o foco da organização da cidade. O que queria instituir, então, eram novas formas de morar, tendo por premissas o abandono da residência isolada e a adoção da solução canônica para a habitação modernista – o conjunto habitacional constituído por unidades iguais, idealmente erigidas em um sistema construtivo que permitisse sua produção em série. E esta nova tipologia é que deveria definir o espaço urbano (loc. cit.).

Os arquitetos modernistas, assim sendo,

[...] passam a trabalhar quase que exclusivamente com combinações tipológicas possíveis para os conjuntos habitacionais: as sequências de unidades residenciais geminadas e iguais ou, quando assim permitiam as condições econômicas, os edifícios em altura e sobre pilotis, as típicas lâminas verticais de habitação providas de equipamentos coletivos. Seriam inúmeros os projetos baseados, com pequenas variações, nestes dois modelos principais (loc. cit.).

Benevolo (2004: 488) lembra que

[...] depois de 1924, na Alemanha, a pesquisa pela padronização dos tipos de edificação é levada avante e adquire relevância urbanística quando investe complexos bastante grandes que escapam ao desenho vinculante da cidade burguesa e entram em relacionamento com os grandes espaços não construídos do território. Em muitas cidades administradas pelo Partido Social-Democrático, os arquitetos modernos dirigem os programas de construções comunitárias: Taut em Magdeburgo, Haesler em Zelle, May em Frankfurt, Wagner em Berlim.

A experiência de Frankfurt é uma das mais bem-sucedidas:

[...] Em Frankfurt, uma série de circunstâncias favoráveis contribui para realizar um programa único na Alemanha em sua coerência e extensão. Antes da guerra, o burgomestre Adockes promove a lei de expropriação dos terrenos [...] e adquire para a cidade um grande número de áreas periféricas. [...] May realiza em Frankfurt cerca de quinze mil moradias (90% da produção total), quase todas reunidas em uma zona situada ao norte da cidade, no vale do Nidda, e separadas do núcleo tradicional por um cinturão verde: uma ‘nova Frankfurt’ autônoma e imersa no campo, dotada de escolas, centros comerciais e restaurantes (loc. cit.).

O padrão arquitetônico empregado nessa cidade obterá reconhecimento no segundo CIAM:

Os tipos de edificação são amplamente padronizados, de modo a permitir a produção em série dos elementos de construção e de algumas decorações fixas, tal como a conhecidíssima ‘cozinha de Frankfurt’. Nos planos de conjunto, a repetição das fileiras de moradias orientadas no mesmo sentido é variada girando-se, a cada tanto, o alinhamento, para acompanhar o andamento do terreno ondulado. A importância internacional da experiência de May é confirmada pela reunião do segundo CIAM, em 1929, em Frankfurt (loc. cit).

Enquanto isso, no Brasil ocorrem as primeiras experiências modernistas. Em 1925, é publicado o Manifesto da Arquitetura Funcional, inspirado em Le Corbusier, por Warchavchik, o qual constrói a primeira casa modernista três anos depois. Em 1929, Le Corbusier passa por São Paulo e Rio de Janeiro, retornando a esta cidade em 1936 por ocasião dos trabalhos do Ministério da Educação e Saúde, que se torna marco referencial do movimento modernista brasileiro (ibid.: 711-2). Contudo, a produção dos conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro – e no Brasil – inicia-se apenas em 1939, com a implantação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários (IAPI) de Realengo. Segundo Nabil Bonduki (2004: 163),

[...] até meados dos anos 1930, ainda predominavam no país as moradias típicas da produção rentista: as vilas, em geral renques contínuos de casas geminadas, de um ou dois pavimentos, formando ruas estreitas no interior dos quarterões, ou as casas isoladas no centro do solo. Obedecia-se a uma implantação urbana tradicional, com ruas, quarterões, lotes e casas. Inexistia

a própria idéia de conjunto habitacional. Pela lógica rentista, não havia interesse em edificar outros equipamentos além da moradia, com exceção daquelas vilas operárias em que a preocupação do empregador com o controle do trabalhador, moral e político, fosse tão forte que justificasse o investimento. Salvo estes casos excepcionais de vilas ou cidades empresariais, como a Maria Zélia, não se concebiam núcleos que combinassem unidades de moradia, áreas comerciais, escolas e outros equipamentos.

Acerca dos conjuntos residenciais no Brasil, Bonduki (2004: 163) assevera que estes

[...] tiveram grande impacto nas cidades brasileiras nos anos 40 e 50, não só pela área construída, mas sobretudo pelos seus programas inovadores, onde se associavam edifícios de moradia com equipamentos sociais e recreativos, áreas verdes e de lazer, sistema viário etc. Nesses verdadeiros núcleos urbanos procurou-se criar um espaço capaz de propiciar o surgimento de um novo modo de vida operário, moderno, coletivo, adequado ao modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado. Nas suas origens, portanto, a habitação social no Brasil articulou-se com o embrião de um projeto de sociedade e de desenvolvimento nacional e sua arquitetura refletia tal preocupação.

A forma urbana dos conjuntos foi útil aos objetivos do governo Vargas:

[...] Os objetivos de ordem, controle, subordinação, reeducação, massificação etc., tão característicos da visão estado-novista, encontraram nesses núcleos habitacionais de inspiração moderna o espaço propício para sua difusão. As soluções arquitetônicas e urbanísticas adotadas não podem, portanto, ser consideradas neutras: eram parte integrante de um projeto político-ideológico, no qual as novas concepções formais e espaciais se adequavam à estratégia mais ampla do nacional-desenvolvimentismo. [...] Nota-se a forte influência das Siedlungen alemães do período entre as guerras, dos Hofes vienenses, das unités d'habitation corbusianas e dos grandes projetos racionalistas de habitação social do período posterior à Segunda Guerra, que são contemporâneos, além do modelo das cidades ou bairros-jardins (ibid.: 164).

A arquitetura e o urbanismo modernos faziam-se presente, portanto, por meio das influências do modernismo europeu e, concomitantemente, foram elaborados dois projetos de maior escala; entre 1938 e 1948, o Plano Diretor, e em 1948, o Plano de Desenvolvimento do Morro de Santo Antônio, área de obsolescência no Centro da cidade. Ambos são responsáveis pelo começo da transformação urbana que se prolonga até o fim da década de 1960, que culminaria na euforia guanabarina de Carlos Lacerda, o qual colheu os frutos dessa modernização do Rio de Janeiro, modernização esta, em grande parte, da forma urbana.

A área de Santo Antônio não teve implementado o projeto original, que previa instalar no terreno do desmonte a administração do município, um centro cívico, entre outros edifícios com funções variadas, tendo sido o material proveniente do arrasamento utilizado para o aterro do Flamengo. O Plano Diretor da Comissão do Plano da Cidade teve diversas vias construídas. Limita-se espacialmente ao que corresponde hoje desde o Leblon ao Jacaré e a Bonsucesso, e é o primeiro a vincular o planejamento urbano à circulação do automóvel. Como esta se encontrava prejudicada, já que o percurso entre as zonas norte e sul da cidade dava-se pelo Centro, era necessário resolver o problema. Para esse fim (MINDLIN, 1956: 230),

[...] o plano diretor agora sendo desenvolvido prevê: onze túneis, cinco dos quais já estão em uso [Leme, Pasmado, João Ricardo, Rua Alice, Alaor Prata] [...]; sete avenidas radiais, das quais três estão abertas ao tráfego [Avenida Brasil, Avenida Rodrigues Alves e Avenida Presidente Vargas] [...]; e nove avenidas perimetrais, apenas duas em serviço [avenidas Rio Branco e Beira-Mar] [...]⁹.

Sobre isso, Abreu (1997: 144) conta que

[...] o aumento da densidade populacional da zona sul, a concentração, aí, de numerosos investimentos particulares, e a necessidade de diversificação das opções de reprodução do capital a nível da cidade como um todo, reduzem então a questão urbana a um ‘problema viário’, e passam a exigir uma transformação mais ampla da forma urbana. Uma transformação que seria comandada agora pelo transporte individual, símbolo máximo do processo de concentração de renda que então se intensificava no país.

Nesse momento, houve grande aumento da população, bem como do número de indústrias e de favelas, em especial nos subúrbios. Isso significa que o tecido urbano foi ampliado, atingindo, na década de 1940, os limites atuais, com a conversão de terrenos agrícolas em loteamentos para a população de baixa renda. Desse modo, a configuração da região metropolitana estaria definida. Data dessa década, outrossim, a urbanização da esplanada do Castelo, a construção do aeroporto Santos Dumont e da Avenida Presidente Vargas e o adensamento de Copacabana, o qual contribuiu para a estagnação relativa do Centro e para a concentração de investimentos imobiliários na Zona Sul, valorizando o habitar próximo às praias da cidade e acentuando a estratificação urbana.

⁹ [...] the master plan now being carried out envisages: eleven tunnels, five of which are already in use [Leme, Pasmado, João Ricardo, Rua Alice, Alaor Prata] [...]; seven radial thoroughfares, of which three are open to traffic [Avenida Brasil, Avenida Rodrigues Alves e Avenida Presidente Vargas] [...]; and nine perimetral thoroughfares, only two in service as yet [avenidas Rio Branco e Beira-Mar] [...].

Na década de 1950, segundo Nosso Século (1985, vol. 8: 33),

[...] a lenda imortalizada na célebre marchinha ‘De dia falta água/ E de noite falta luz’ nunca correspondeu à verdade. Ambas costumavam faltar de dia e de noite. É que de 1950 a 1954, o Rio enfrentou uma corrida imobiliária sem precedentes: cerca de 20 bilhões de cruzeiros – um terço do meio circulante no Brasil – foram investidos no mercado imobiliário. Mas a especulação não resolveu o problema da moradia: quando o salário médio de um operário era de 1.115 cruzeiros, o aluguel de um kitchenette estava em torno de 2.500 cruzeiros mensais.

Acerca da atividade econômica da população, Nosso Século (1985, vol. 8: 33) nos diz que

[...] aumentava o número de favelas e os empregos escasseavam. A cidade, em 1950, tinha 2.303.063 habitantes, e apenas 213.961 trabalhadores industriais, 40.901 comerciários e cerca de 60.000 funcionários públicos. O resto da população economicamente ativa vivia de subempregos. A especulação imobiliária, não sendo acompanhada por um plano de infraestrutura urbana, acabou gerando outros problemas.

Entre estes, sobressaíam-se o abastecimento de água e os transportes:

Além da falta de água – que assola a cidade nos primeiros quatro anos da década de 50, e que começa a ser resolvida em 1955 com a ligação provisória da adutora do Guandu e a construção da subadutora de Santíssimo – e de empregos, o terceiro grande problema do Rio é o dos transportes. Em 1951, a velocidade dos coletivos que trafegavam na Zona Sul era em média de 22,9 km/h. Em 1954, essa velocidade baixou para 18,7 km/h e, em 1957, para 15,4 km/h. Com 110.000 veículos circulando na cidade, em 1957 o trânsito do Rio era uma sucessão de engarrafamentos” (loc. cit.).

Nosso Século (ibid.: 32), mais uma vez, demonstra a estratificação social do tecido urbano do Rio de Janeiro, ao lembrar que

[...] a gare da Central do Brasil é uma fronteira simbólica, que separa a Zona Norte da Zona Sul. Dali, partem os trens para o subúrbio carioca. ‘Penha, Ramos, Olaria... aí a vida tem horizontes exíguos – e as aspirações e os sonhos têm seus limites nos trilhos da estrada de ferro. O rádio é a sua única porta de evasão’. (Peregrino Júnior). Mas há também os subúrbios mais adiantados e confortáveis, como o Méier, que tem uma vida de cidade grande. Aliás, com seus grandes cinemas, clubes, bancos, confeitarias e jardins, o Méier só inveja da Zona Sul uma coisa: o mar.

Sobre os bairros das cercanias imediatas do Centro afirma que

[...] Andaraí, São Cristóvão, Vila Isabel, Aldeia Campista ‘são bairros de gente que sua no trabalho: bairros pobres, mas dignos e honrados’. A Tijuca é um caso à parte. Tem ares de bairro burguês, bem instalado. Os cinemas são grandes, assim como os clubes e as casas comerciais. Do outro lado da gare da Central temos o centro da cidade, espinha dorsal do comércio e da administração. Depois, vêm Catete, Flamengo e Botafogo, que mantêm ainda uma certa tradição, mas que cada vez mais tornam-se conhecidos como ‘bairros de estudantes’ (loc. cit.).

A área de maior status e

[...] ‘onde a vida do Rio é mais diferenciada e autônoma é na Zona Sul, para além dos túneis’: Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon. É a vida cosmopolita. Todos no Rio sonham morar em Copacabana, um bairro de fisionomia ultramoderna. Tem sua própria gíria e um jeito peculiar de vestir: ‘as moças andam por toda parte de short ou de calças, sem meias e sem cerimônia; os rapazes aboliram o chapéu, o paletó, a boa educação e o resto...’ (NOSSO SÉCULO, vol. 8: 32)

Tantas configurações espaciais distintas não significavam, para Nosso Século (loc. cit.), clivagens sociais:

[...] se os bairros, verdadeiras cidades, estão separados por montanhas e costumes, duas manias aglutinam os cariocas, estendendo uma ponte entre os locais mais distantes: o carnaval e o futebol... Em fevereiro de 1955, André Spitzman-Jordan e Paulo Nogueira, dois galãs do high society, organizaram uma caravana de grã-finos que invadiu a quadra de ensaios do morro dos Aprendizes de Lucas e sambou até de madrugada... Embora a cidade se divida entre times da Zona Norte (Vasco, Bangu, Madureira e São Cristóvão) e times da Zona Sul (Fluminense, Flamengo e Botafogo), nem sempre as torcidas estão limitadas à geografia dos bairros grã-finos ou proletários.

Com Copacabana, a identidade do carioca tornou-se cada vez mais vinculada ao estilo de vida daqueles que residiam próximo ao mar, já que o processo de modernização da forma urbana removeu paulatinamente do centro e recriou na favela, desde o início do século, o lugar de residência daquele que seria o representante legítimo da carioquice: o malandro. Este, contudo, não morreu em definitivo, apenas passou a trabalhar e se aburguesou. Tarde demais, pois o Rio de Janeiro não correspondia mais aos objetivos de modernização do país, e Brasília tornar-se-ia realidade, a fim de forjar um novo povo.

2.3 BRASÍLIA E A EXPERIÊNCIA DA MODERNIDADE

[...] Com a Proclamação da República, em 1889, o ideal de interiorização da Capital do Brasil transformou-se num imperativo constitucional, consubstanciando tudo quanto durante o período colonial e ao longo do Brasil Império se constituirá sonho nativista, conjecturas e propostas de alguns brasileiros de maior visão e espírito público. [...] O primeiro Decreto revolucionário, e de nº 1, com data de 15 de novembro de 1889, já definiu e constituiu a cidade do Rio de Janeiro ‘provisoriamente, sede do Poder Federal’ (VASCONCELOS, 1978: 105).

A mudança da capital, como citado acima, está prevista desde o primeiro decreto republicano, que conferia ao Rio de Janeiro – provisoriamente, apenas – a condição de sede do poder federal. A primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, declara que *“fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”*¹⁰ (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1891). Produzir uma nova ordem no país era mister para a efetividade do nascente regime, que tinha, no Rio de Janeiro, o simbolismo da Corte e do Império.

Este caiu em decorrência da Abolição da escravatura em 1888, a qual causou o rompimento das elites agrárias com a Monarquia. Pouco mais de um ano depois do fim da escravidão, um golpe militar proclamou a República. Assim, para assegurar a construção de um novo país, moderno e republicano, foi estabelecida a Missão Cruis, em 1892, a qual delimitou, no interior brasileiro, um quadrilátero que correspondia ao encontro de nascentes das três principais bacias hidrográficas brasileiras, cujo sítio, de acordo com Varnhagen, era propício à *“missão que a Providência parece ter-lhe reservado, fazendo a um tempo dela partir águas para os maiores rios do Brasil e da América do Sul”* (MAGNOLI, 1997: 284).

Assim, Brasília, centro da Ilha-Brasil, *“simbolizava a harmonia, finalmente encontrada, entre os desígnios da Providência inscritos na natureza e o projeto de edificar uma civilização adaptada aos trópicos”* (ibid.: 287). Não havia, contudo, condições para a construção da nova capital, e, embora a transferência fosse prevista em cartas constitucionais posteriores, somente foi possível concretizá-la no governo de Juscelino Kubitschek. Segundo Marly da Silva Motta (2001: 68),

[...] a disposição de Juscelino Kubitschek de interiorizar a capital, teria derivado, em parte, do fato de o Rio de Janeiro ter sido o principal cenário da ampla mobilização popular durante o último governo Vargas, bem como da conspiração golpista que se seguira, e que quase impedira sua posse. Portanto, tal como Campos Sales, Kubitschek se sentira vulnerável diante da ‘agitada’ e ‘ameaçadora’ capital. Como diz Oswaldo Orico, um dos mais próximos auxiliares do presidente, ‘Brasília seria uma libertação, para os governantes, das lutas sociais no Rio de Janeiro. A antiga ebulição sociopolítica carioca perturbava a administração do Estado’.

¹⁰ texto adaptado.

O Rio de Janeiro, pois, não serviria mais aos desígnios de capital da República:

A idéia da construção de Brasília se sustentou, assim, na alegada incapacidade de o Rio de Janeiro continuar a exercer a função de ‘cabeça’ de um país que precisava se modernizar e se integrar ao mundo desenvolvido com segurança e tranqüilidade. Tal como no início da República, a cidade se defrontava com um processo de deslegitimação do papel que exercia havia mais de um século. No entanto, apesar de os argumentos se assemelharem, parece que dessa vez a solução seria outra: no lugar da remodelação empreendida por Pereira Passos, meio século depois a questão assumia tons bem mais radicais. Talvez Brasília não fosse apenas mais uma ‘mentira carioca’ (MOTTA, 2001: 68).

Juscelino Kubitschek afirmava, em 2 de outubro de 1956, na primeira visita ao que seria a futura capital, que,

[...] parecendo um sonho, a construção de Brasília é uma obra realista. Brasília significa uma revolução política e uma revolução econômica. Estamos erguendo-a com aquele espírito de pioneiros antigos, dos homens que desbravaram os sertões modernos em nossas almas ansiosos por fundar uma civilização no coração do Brasil (VASCONCELOS, 1978, p. 354).

Ele estava certo. A revolução econômica era materializada no Plano de Metas do seu governo, uma vez que, a partir de sua implementação, segundo André Villela (2005: 50), “o setor agropecuário perde espaço para o setor industrial e, em 1960, tem peso de 17,8% no PIB (ou seja, um recuo de 5,7 p.p. em apenas cinco anos), contra 32,2% da indústria (25,6% da indústria de transformação)”. Cabe ressaltar, entretanto, que a população ainda era predominantemente agrária quando assume o poder, e que metade da população também era, ainda, analfabeta. Assim, o impacto dessa mudança na economia ainda era restrito, apesar de haver uma ruptura em direção ao desenvolvimento de uma economia industrial com grande participação de capital estrangeiro.

Esse capital estrangeiro fez-se presente na indústria de bens de consumo duráveis, em especial na indústria automobilística, o que exigiu novos hábitos da população e o direcionamento das políticas do Estado para consolidar o desenvolvimento industrial, como, por exemplo, no planejamento urbano voltado para o automóvel. A indústria automobilística foi, nesse período, a base do processo de industrialização e, se esse era o objetivo do país, dever-se-ia criar o consumo de seus produtos em larga escala. Não somente o automóvel alterou os hábitos das populações urbanas, mas também supermercados e produtos que, hoje, substituímos pelo nome da

marca, como Modess, Pyrex e Gillette, revolucionaram o consumo no Brasil, cujos produtos atingiam, enfim, escala de produção nacional.

Simultaneamente, a década de 1950 é referência em movimentos que buscavam rupturas culturais e estéticas, e, sobretudo, políticas. À modernidade do Cinema Novo, contrapunha-se a chanchada da Atlântida e, em seguida, o cinema de Mazzaropi. Segundo Julierme Souza (2009),

[...] Partindo da premissa de que Paulo Emílio [Salles Gomes] é a matriz interpretativa da história do cinema brasileiro, bem como à luz dos apontamentos de Alcides Freire Ramos que implicam considerar que o crítico também é a matriz teórico-ideológica da desvalorização estético-política da chanchada, flagramos que além de autores como Jean-Claude Bernardet e João Luiz Vieira, outros como Ismail Xavier, Fernão Ramos e Maria Rita Eliezer Galvão também seguiram à risca a perspectiva interpretativa do argumento de Paulo Emílio segundo o qual as chanchadas ‘traziam, como seu público, a marca do mais cruel subdesenvolvimento’.

A modernidade estética rejeitava o popular tradicional, que se vinculava ao subdesenvolvimento do qual o país queria se livrar. O ideal, no cinema, era a vanguarda européia, e mesmo o popular passou, posteriormente, a substituir o rádio e o cinema pela novidade do período: a televisão. De qualquer maneira, além do cinema, a arte brasileira experimentou intensa atividade nas bienais de São Paulo, nas obras de Lygia Clarke, Hélio Oiticica, Lygia Pape e Manabu Mabe, na profissionalização do teatro e na Bossa Nova, esta símbolo e pináculo da modernidade carioca.

A revolução político-econômica mencionada por JK estava em marcha, e, para representá-la, não havia nada mais adequado que a transferência da capital, a fim de se forjar o brasileiro de um futuro que já havia se iniciado. Com esse objetivo, a modernidade brasileira consubstanciar-se-ia no projeto de Lúcio Costa para Brasília, exemplo mais bem acabado do urbanismo brasileiro, presente em todos os manuais sobre modernismo do mundo. Por essa razão, Brasília foi a meta-síntese do projeto modernizante firmado por Juscelino Kubitschek, e sua construção constituiu “*uma das mais importantes experiências arquitetônicas e urbanísticas*” (REIS FILHO, 2006: 97) do século XX.

É importante considerarmos os comentários acerca de Brasília. Embora a cidade não seja objeto deste trabalho, acreditamos não poder comentar sobre o

desenvolvimento da Barra da Tijuca sem compreender a natureza de Brasília e de seu desenvolvimento posterior. Para o urbanista criador, Lúcio Costa (COSTA, 2001: 101),

[...] Brasília não é um gesto gratuito da vaidade pessoal ou política, à moda da Renascença, mas o coroamento de um esforço coletivo em vista ao desenvolvimento nacional – siderurgia, petróleo, barragens, auto-estradas, indústria automobilística, construção naval; corresponde assim à chave de uma abóbada e, pela singularidade da sua concepção urbanística e de sua expressão arquitetônica, testemunha a maturidade intelectual do povo que a concebeu, povo então empenhado na construção de um novo Brasil, voltado para o futuro e já senhor do seu destino.

O Plano-piloto de Brasília é bastante simples, já que

[...] nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz. Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada (BENEVOLO, 2004: 716).

Hall (2005: 254) acrescenta:

[...] a planta era descrita das mais variadas formas, ora como avião, ora como pássaro, ora como libélula: o corpo, ou a fuselagem, era um eixo monumental destinado aos principais edifícios públicos e repartições administrativas; nas asas, ficavam as áreas residenciais e outras. No primeiro setor, blocos uniformes de escritórios deviam ladear um amplo passeio público que desembocava no complexo de edifícios governamentais. No segundo, uniformes prédios de apartamentos deviam ser construídos em superquadras corbusianas de frente para uma imensa espinha de tráfego; obedecendo à risca à prescrição de La ville radieuse, todos, do secretário permanente ao porteiro, deveriam morar nas mesmas quadras, ocupando o mesmo tipo de apartamento.

Segundo Geografia Ilustrada Brasil (1971: 512. vol. II), o eixo norte-sul tem “*função circulatória, com pistas centrais de alta velocidade e outras laterais para atender ao tráfego local, distribuindo ao longo dele as áreas destinadas à habitação*”. No eixo leste-oeste, “*encontram-se os centros cívicos e administrativos, o setor cultural e de diversão, os centros esportivos, a administração municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias*” (loc. cit.). No entroncamento dos eixos, situa-se o terminal rodoviário.

Benevolo (2004: 718) itera as citações acima, afirmando que

[...] o eixo Norte-Sul é concebido como uma moderna rodovia e dirige o tráfego externo – isto é, a corrente de trocas com a região circundante, em função das quais nasce Brasília – para o coração da cidade; ao longo desse eixo estão dispostos todos os setores residenciais, enquanto que, nos cruzamentos do eixo com as vias de penetração, oportunamente dotados de plataformas em vários níveis, se encontram os setores recreativos.

Quanto ao eixo Leste-Oeste, lembra que este ordena

[...] as áreas de decisão e forma o eixo monumental do novo centro político; os primeiros edifícios – o Palácio do Governo, do Supremo Tribunal e do Congresso – estão reunidos em torno de uma praça triangular [o Congresso no vértice], a Praça dos Três Poderes enquanto a catedral está situada em local afastado para valorizar suas qualidades monumentais (BENEVOLO, 2004: 718).

Uma das características mais fortes de Brasília é a superquadra. Segundo Lúcio Costa, “o conceito de superquadras como extensão residencial aberta ao público, contraposição ao de ‘condomínio’ como área fechada e privativa, foi inovador e revelou-se válido e civilizado” (apud LAUANDE, 2007). Ademais, afirma que

[...] as quadras não devam ser loteadas, sugerindo, em vez de venda de lotes, a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito, a fim de não entravar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras. Entendo também que esse planejamento deveria de preferência anteceder a venda das quotas, mas nada impede que compradores de um número substancial de quotas submetam à aprovação da Companhia projeto próprio de urbanização de uma determinada quadra, e que, além de facilitar aos incorporadores a aquisição de quotas, a própria Companhia funcione, em grande parte, como incorporadora (BENEVOLO, op. cit.: loc. cit.).

Lucio Costa intentava, assim, preservar a forma urbana da nova capital da especulação imobiliária e da desorganização estética. Nestor Goulart Reis Filho (2006: 101) acrescenta que

[...] com essa nova forma de organização espacial, conseguiu-se superar a velha noção de lote urbano, como algo separado da construção. As vendas, nas superquadras, não foram de lotes, mas de espaços destinados à construção, de projeções de edifícios com altura pré-determinada, do direito de construção de uma determinada habitação.

Sophia Telles lembra que Lucio Costa obteve, com a superquadra, a solução para equilibrar as escalas cotidiana e monumental. Esta “foi conseguida graças à generosa largueza de espaço”, e a cotidiana, ‘a escala do Welfare’, resolvida com a criação das superquadras” (TELLES, 1989: 12). Por sua vez, essas superquadras

[...] foram ‘imaginadas com o enquadramento verde [...] de modo que esses grandes quadrados, geometricamente definidos, entrariam em harmonia com a escala monumental’. [...] ‘As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios’ resguardando ‘o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem’ (loc. cit.).

No projeto para Brasília, as superquadras

[...] compreendem 11 blocos de apartamentos distribuídos sobre uma quadra com superfície maior do que nos exemplos tradicionais. Sua disposição é de tal modo que todos os blocos tocam em algum ponto um sistema viário para automóveis e serviços e, ao mesmo tempo, ligam-se aos sistemas para pedestres, que levam aos parques, às áreas de recreação, aos demais blocos e ao comércio local, sem cruzamentos com o outro sistema (REIS FILHO, op. cit.: 100).

Essas superquadras têm influências das *siedlungen* alemães, do esquema *Radburn* e do *parkway*, do paradigma modernista de revolucionar a disposição do edifício no lote e da ruptura com a cidade tradicional consubstanciada no hibridismo da cidade-jardim, a qual tinha por objetivo expurgar a privatização do espaço urbano e criar um caráter comunitário para a sociabilidade, por meio de uma nova forma de morar. Machado (2007: 127) assevera que,

[...] segundo Roland Corbisier, Oscar Niemeyer dizia que Brasília deveria ser uma cidade socialista, comunitária. Cada superquadra seria concebida para ser uma unidade residencial, relativamente autônoma, com restaurante, supermercados, farmácias, lavanderias, escolas, creche e igrejas. Chama a atenção no texto que o intuito era proporcionar uma vida em comunidade que quebrasse o isolamento burguês das famílias. No entanto, ironicamente, é fácil perceber que assim como Brasília, as superquadras viraram certamente mais paradigmas de exclusão e privilégio de que propriamente de uma estrutura comunitária.

Entre as razões para que isso ocorresse, está o fato de ter havido

[...] um equívoco na venda indiscriminada dos terrenos correspondentes à projeção dos blocos a edificar, sem o cuidado de se preservarem, conforme o relatório do plano-piloto sugeria, as superquadras internas para a construção de apartamentos econômicos. Segundo sua avaliação [a de Lúcio Costa], o governo agravou a situação com a prática de cessão das áreas a apenas uma determinada categoria de moradores, criando em consequência, as quadras de bancários, de militares e de funcionários públicos (ibid.: 60).

Desse modo, “o *Plano Piloto não foi obedecido ainda, como, por exemplo, nas superquadras. O que se queria era formar de quatro superquadras uma Unidade de Vizinhaça, em que convivessem pelo menos três níveis sociais*” (ibid.: 134). Para Benevolo (2004: 718), a principal deficiência do Plano-piloto de Brasília é conferir

[...] a todo o organismo uma simetria bilateral que lhe dá um vago sabor zoomórfico, provavelmente desejado por razões simbólicas [, introduzindo] [...] na estrutura da cidade um fator extrínseco, uma metáfora que perturba sua adequação à realidade.

Tanto Benevolo quanto Hall criticam o crescimento da periferia urbana brasiliense sem qualquer planejamento; este autor indica que a “*verdadeira falha,*

exatamente como em Chandigar, foi ver-se crescer, ao lado da cidade planejada, outra, não planejada. Só que aqui [em Brasília] ela era bem maior” (HALL, 2005: 255). Assim, prossegue Hall (ibid.: 257),

[...] se acabou o sonho da construção de uma sociedade urbana sem classes num país onde ricos e pobres sempre estiveram segregados. A diferença, se é que existe, é que em Brasília estes ficaram mais implacavelmente isolados do que em qualquer das cidades anteriores: colocou-se um cordon sanitaire entre eles e a cidade monumental, simbólica, de maneira que nunca pudessem estragar-lhe a vista ou perturbar-lhe a imagem. O próprio Niemeyer já dizia, na ocasião, que o plano fora distorcido e desvirtuado; só um regime socialista, sentia, poderia tê-lo implementado.

Nosso Século e Yi-Fu Tuan lembram as críticas a Lúcio Costa, e, obviamente, ao presidente Juscelino Kubitschek sobre a ausência de um estudo minucioso que contemplasse, por exemplo, os custos da construção e o desenvolvimento prévio de meios de comunicação. Este autor lembra, também, que de acordo com o urbanista, *“a capital artificial não é um organismo que cresce lentamente do chão, mas um mundo completamente concebido para ser colocado no terreno”* (TUAN, 1980: 197). Assim, *“fundar uma cidade ‘é um ato deliberado de posse, um gesto na tradição colonial dos pioneiros, a domesticação do selvagem”* (loc. cit.).

Tuan prossegue, asseverando que

[...] Brasília é um pássaro que pousou na terra, uma nova Jerusalém descendo do céu de Deus. Na psicologia de Jung, o pássaro é também um símbolo de salvação, um sinal de espiritualização. Da potencialidade verde do interior selvagem do Brasil o espírito do homem se eleva para o céu (ibid.: 198).

O mais interessante para nosso trabalho, a ser trabalhado com mais rigor, posteriormente, é que Yi-Fu Tuan afirma que o plano de Brasília remete

[...] à tradição dos primeiros colonizadores portugueses que levantaram uma cruz para selar a sua posse da descoberta de um novo país: Cristo, o Kosmokrator venceu o caos. Por outro lado, lembra a antiga e sagrada tradição de dividir a terra por duas linhas que se cruzam apontando para as direções cardeais (ibid.: 197-8).

Antes de comentar sobre o asserto de Tuan, devemos citar a tese de Sílvio Lúcio Franco Nassaro. O autor, ao discorrer acerca da disputa política entre a ambição de proprietários de terras, dos quais alguns se tornarão reis, e o poder secular da Igreja, demonstra como se construiu o discurso, de base agostiniana, da primazia do poder eclesiástico sobre o poder temporal. Este, de acordo com Egídio Romano,

[...] além de se fundamentar em Deus, é constantemente constituído e sustentado, à maneira de emanações, pelo poder espiritual, pois não só todo poder vem de Deus, mas procede ordenadamente de Deus. Assim, alcança-se mais um desdobramento na visão metafísica do poder político – pela qual Deus institui a Igreja e esta o poder civil – pois há ainda uma ordem de poderes em processo, garantida e continuamente atualizada, pela própria ordem do universo estabelecida por Deus (NASSARO, 2010: 282-3).

Esse pressuposto é imagético – pinturas medievais costumam retratar

[...] reis e imperadores ajoelhados para receber a coroa e o protetorado de uma autoridade eclesiástica, bem como nobres em diferentes posições, gestos e expressões faciais de submissão; ressalte-se que estas pinturas foram caras encomendas feitas pelos próprios representados (ibid.: 282).

Aqueles artistas a serviço da Igreja, por sua vez,

[...] buscando traduzir em imagem o conceito político totalizante, [...] optam pelo emprego de códigos visuais que correspondem ao discurso que domina o centro de consenso de sua época e, assim, retratam em geral um ‘rei ou imperador de tudo o que há ou pode existir’, que dá origem já na alta Idade Média ocidental e bizantina a um específico gênero de representação de Cristo sob o título de Pantokrator ou Kosmokrator, i.e., ‘todo-poderoso’ mostrando a divindade com expressão altiva, dominadora, coberta de atributos reais, tais como coroa, cetro, manto púrpura, jóias, comitiva, etc. E, em alguns casos engenhosamente bem sucedidos, segurando em uma das mãos um orbe azul que serve de base para uma pequena cruz, como Atenas, aliás, armada para a guerra, era retratada segurando uma minúscula imagem da deusa Nike, a deusa grega da vitória (ibid.: 283).

Nesse caso, Cristo e Atená estão bastante próximos, da mesma maneira que em Brasília, a qual, segundo Lucio Costa,

[...] teve de nascer como Minerva, já pronta. É o produto de uma conjuntura especialíssima e assim deve ser vista e julgada. Em condições normais ela é o exemplo de como não se deve fazer uma cidade. Contudo, não é uma utopia. É, tão somente, a capital do País, com sua inaturalidade social e suas mazelas transferidas a mil quilômetros da praia e mil metros acima do mar. Mas foi concebida e construída com decisão e com fé num Brasil diferente e num mundo melhor – a sua arquitetura e o seu urbanismo exprimem essa confiança – e isto, no final das contas, é o que importa (MACHADO, 2007: 133).

Há a necessidade de mais pesquisas sobre a identidade entre o Cristo kosmokrator e o Cristo que ascendeu aos céus. Se houver, não há distinção entre o projeto de Costa para o Plano-piloto e a arquitetura consubstanciada na forma da Catedral de Niemeyer. Entretanto, se não houver identidade entre ambas, como acreditamos, há incongruência na análise de Tuan, porque este assegura que

[...] se esta interpretação do plano da cidade parece forçada, podemos observar a catedral de Niemeyer – um símbolo mais explícito de transcendência. [...] Para nela entrar, o devoto precisa primeiro atravessar o interior da terra e passar, simbolicamente, através do ‘vale sombrio da

morte'. Dentro, ele é subitamente iluminado de fora: seus olhos são conduzidos pela ondulação para a fonte de luz e de bênção (TUAN, 1980: 198).

O espírito do homem ascende ao céu na experiência de Brasília, bem distinta da mundaneidade carioca. O devoto que entra na igreja projetada por Niemeyer reproduz, ele próprio, a mesma trajetória do Cristo – que morre, ressuscita, ascende –, que, não por acaso, jaz sobre o Rio de Janeiro.

3 RIO DE JANEIRO, MODERNIDADE E O PLANO-PILOTO PARA A BAIXADA DE JACAREPAGUÁ

Neste capítulo veremos como a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu-se, desde a modernidade representada pelo Cristo Redentor, como contraponto ao Kosmokrator posterior representado por Brasília, até o pasticho cosmopolita contemporâneo.

3.1 DO CRISTO REDENTOR AO PLANO LÚCIO COSTA

No capítulo acerca da fenomenologia da cidade, vimos a cidade ser representada como *locus* de encontro entre urbe e orbe. Vimos também a transformação da cidade, especialmente no período industrial, em algo nefasto. Contudo, o desprezo pela cidade tem datação histórica anterior, provavelmente surgido com

[...] o juízo pessimista agostiniano sobre as cidades dos homens ao escrever seu *De civitate Dei*, o livro mais copiado no Medievo: os reinos não se constituíram por pacto entre os homens através da justiça, mas pela violência e rapina pela qual os fortes submeteram os fracos e os escravizaram; fora da justiça, os reinos e o poder civil perdem sua legitimidade e não passam de grandes latrocínios e seus reis são ladrões e salteadores. Temos aqui também uma visão antropológica pessimista em que o ser político – *zoon politikon* – que tende naturalmente a viver em sociedade segundo Aristóteles, dá lugar a um ser ambicioso e interesseiro que tende para o mal e ao qual deve se opor uma força coativa que o obrigue a obedecer e crie a fidelidade onde esta não existe (NASSARO, 2010: 284).

Desse modo, “*apoiando-se na autoridade de Agostinho, Egídio Romano afirma que não há verdadeira justiça a não ser naquela república em que Cristo é fundador e guia*” (ibid.: 286). Essa mundaneidade urbana era reforçada pela identificação entre natureza e divino. Segundo Argan (2005: 213),

[...] a verdade é que a região do mito e do sagrado, no passado – não tão remoto assim – era a natureza. A natureza era o que se encontrava além dos muros da cidade, o espaço não protegido, não organizado, não construído. Ao redor do *témenos* urbano, do recinto sagrado da civilização ou da cidade [...], havia uma zona de fronteira, o campo, habitada por seres cuja natureza parecia incerta e ambígua, entre o humano e o animal: a gente dos campos, que vivia segundo tradições antigas e se dedicava a técnicas arcaicas e quase rituais, [...] tão diversas das técnicas civis, cultas, intelectuais do artesanato urbano.

Ainda segundo o autor,

[...] além dessa zona incerta, em que às vezes também o cidadão ia procurar um momentâneo e regenerador contato com a grande mãe, começava a verdadeira natureza, a que, ainda no final do século XVIII e no princípio do XIX, era considerada inimiga, inacessível, inviolável, freqüentada apenas pelas feras e pelas águias – e, naturalmente, por Deus, pelos gênios do bem, como pelos gênios do mal [...]. Era o ‘sublime’ e representava o limite, a fronteira, entre o habitado e o inabitável, entre a cidade e a selva, entre o espaço geométrico ou mensurável e a dimensão ilimitada, incomensurável do ser. [...] A cidade é a dimensão do distinto, do relativo, do consciente, do ego; a natureza sublime é a dimensão do transcendente, do absoluto, do superego (ARGAN, 2005: 213).

Contudo, essa dimensão da natureza se perde, uma vez que o mito

[...] do sublime e do terrífico, não mais representado pelas forças cósmicas, transfere-se para as forças tecnológicas, portanto humanas, que submetem as forças cósmicas e as utilizam. É assim que o homem faz da técnica um mito, e o que é pior, um mito novamente ctônico. [...] Tem horror de poder realizar coisas melhores do que ele próprio é e quer, o que significa a perda do juízo, a admissão de que o inconsciente é a melhor parte de si. [...] A cidade, que no passado era o lugar fechado e seguro por antonomásia, o seio materno, torna-se o lugar da insegurança, da inevitável luta pela sobrevivência, do medo, da angústia, do desespero (ibid.: 214).

A cidade, com o desenvolvimento técnico, foi perdendo o caráter de proteção e causou a ressignificação da natureza, que, de superego, tornou-se Paraíso. Retornaremos a esse aspecto adiante, mas a cidade dos homens havia de recobrar a aproximação com Deus. Séculos depois, “*se o Estado [moderno, brasileiro, laico, republicano] recusara a religião, [...] tratava-se então de relembrar que a nação, por sua história e por seu povo, estava imersa no cristianismo*” (GIUMBELLI, 2008: 85). Emerson Giumbelli (ibid.: 91) lembra, ainda, que

[...] quando a idéia [de um monumento religioso] foi [re]lançada, em 1921, não havia certeza nem sobre o local nem sobre o modelo de estátua. Após se formar um consenso sobre o Corcovado, houve um concurso de projetos. [...] A capela foi o único elemento do projeto original [...] que não foi alterado. Neste, Cristo, desenhado com linhas que lembravam um estilo barroco e que o tornavam parecido com as imagens que se podia encontrar no interior das igrejas, tinha sua cabeça voltada para o alto e suas mãos ocupadas em segurar, em uma delas, um globo, na outra, uma cruz.

Muito se assemelha, pois, ao Cristo kosmokrator mencionado por Tuan ao plano-piloto de Brasília, contudo essa imagem do Cristo, acreditamos, não condizia com o que as sociedades carioca e brasileira representavam até então, já que a representação do Cristo pode assumir o traço da castração masculina, que se vincula à imago por nós elaborada da mãe-Medusa-filho narcisista e antitética ao Kosmokrator de Tuan. De

qualquer modo, perdeu-se a simbologia original da estátua, que, no entanto, foi adaptada – o corpo do Cristo Redentor formou a cruz, e o globo passou a estar sob os pés da estátua.

O caráter moderno do Cristo Redentor se faz presente na sua consagração ao Coração de Jesus, que encerrava, de um lado, a figura do Jesus sofredor e as conotações populares que imputam, “*horizontalizantes e expiatórias; de outro, o Sagrado Coração e suas conotações eclesiásticas, hierarquizadas e triunfantes*” (GIUMBELLI, 2008: 100). Cabe ressaltar, ainda, que essa identificação direta do indivíduo ao Cristo também se faz presente na catedral brasiliense de Niemeyer, e que a conotação eclesiástica da obra está inserida em um momento de pressão da Igreja sobre o Estado, a fim de evitar o divórcio e permitir o ensino confessional nas escolas.

A inauguração do Cristo Redentor, assim sendo, referencia não apenas “*a chegada de Colombo às Américas como marco da cristianização do continente*” (ibid.: 85), mas também a aproximação entre o Governo Vargas, em busca de legitimidade, e a Igreja Católica, ansiosa por reaver prestígio político frente ao Estado. Ambos queriam as massas, e “*a conjunção entre o cívico e o religioso parece crucial para entender o que se passa com o Cristo Redentor*” (ibid.: 98); e para entender, também, a modernidade do “*estilo de devoção, proposto para [ess]as massas pela hierarquia eclesiástica no Brasil, que tem no monumento [...] sua expressão mais espetacular*” (ibid.: 86-7).

Essa modernidade está presente, outrossim, no *art déco* e no concreto armado utilizados na construção do monumento. Isso reforça a conjuntura vivenciada pela cidade na época do concurso, que, como vimos, buscava trazer ao Rio de Janeiro, em definitivo, a modernidade, seja com o desmonte do Castelo ou com as obras de saneamento ao longo da baía de Guanabara. Enfatiza-se, assim, o papel que a ideia de modernidade tem na cidade do Rio de Janeiro desde o início do século, cuja representação máxima é, nesse período, a eliminação do seu sítio mais tradicional.

Essa modernidade materializou-se também no Plano Agache, encomendado em 1927 e concluído em 1930. Dizia o francês que

[...] *Mlle. Carioca*, que acabo de visitar, está certamente doente; não temais, porém, porquanto a sua moléstia não é congênita: é daquelas que são

passíveis de cura, pois o seu mal consiste em uma crise de crescimento (AGACHE, 1930: 5).

Este caráter biológico também é patente na caracterização do plano urbano, o qual Agache assemelha à palma de uma mão. Compara-se, desse modo,

[...] o plano da cidade do Rio de Janeiro com a impressão que deixaria na greda uma forma de mão cujos cinco dedos estivessem afastados; a palma representando o centro comercial, a 'City' e os dedos representando as praias e os vales que se afastam do centro e que deram, muito naturalmente, lugar a expansão urbana sob forma tentacular (ibid.: 137).

O Plano Agache apresenta muitas características da City Beautiful e ratifica um tecido urbano segregado e a idéia de que a mudança física é capaz engendrar mudanças comportamentais, da mesma forma que foi pregado, portanto, pela Reforma Passos. Vera Rezende lembre que o Plano prevê *“a supressão de comportamentos marginais de uma parcela da população através da remodelação física da cidade”* (apud STUCKENBRUCK, 1996: 109). O destino do Plano Agache, após a revolução de 1930, foi o arquivamento temporário, até que na administração de Henrique Dodsworth teve algumas proposições postas em prática, como a Praça Paris e a Avenida Presidente Vargas.

O período Getúlio Vargas obscureceu o conflito entre modernidade e tradição, ao ser responsável por construir o Estado brasileiro moderno, bem como forjar a cultura que a ele corresponderia. Nesse sentido, o Rio de Janeiro foi redimido pelo Cristo Redentor, porque permaneceu como centro da nação por mais seis anos, a contar da data do suicídio do presidente. Mais uma vez, portanto, a identidade carioca estava amalgamada à brasileira, já que, no Império, toda a construção da nacionalidade e das artes perpassava o espaço de vivência da capital, lembrando, ainda, a herança da Corte portuguesa.

Construir a identidade brasileira significava, primeiramente, romper com a fusão existente após a transmigração da Corte, a qual tornou o Rio de Janeiro sede do Império Luso. A interiorização da metrópole foi fundamental na indissociação entre metrópole e colônia, português e nativo, completada apenas depois do retorno de D. Pedro I a Portugal. Norton (1979: 92-3) lembra que

[...] o comandante Vaillant estranhava que não tivessem procurado apropriar as casas ‘as exigências particulares de um clima diferente do da Europa, nada tendo sido previsto para a proteção contra o calor excessivo. Aqui não se vêem, como na maioria dos países quentes, essas construções leves onde tudo

é disposto para melhorar a ventilação. Muito longe disso, aqui tudo é europeu; casas, mobiliário, modo de vestir... [...] Os costumes portugueses, transplantados, ressentiram-se, naturalmente, dos hábitos coloniais, da ética indígena, da licenciosidade de raças misturadas, do clima libidinoso, das ganâncias dos reinóis e traficâncias estrangeiras, das voluptuosidades tropicais.

Maria Odila Dias (2005: 22-3) propugna que

[...] não obstante a elevação a Reino Unido, o surto de reformas que marca o período joanino visa à reorganização da metrópole na colônia, e equivale, de resto, no que diz respeito às demais capitanias, apenas a um recrudescimento dos processos de colonização portuguesa do século anterior. [...] A instabilidade crônica da economia colonial gerava mecanismos sociais de acomodação, tais como a conseqüente e relativa 'fluidez' e 'mobilidade' das classes dominantes, servindo como força neutralizadora para abafar divergências e impedir manifestações de descontentamento que multiplicassem inconfidências e revoltas.

Dias (ibid.: 23; 33) menciona, ainda, que

[...] sentimento de insegurança social e o haitianismo [...] agiram como força política catalisadora e tiveram um papel decisivo no momento em que regionalismos e diversidades de interesses poderiam ter dividido as classes dominantes da colônia. Com a vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações próprias de uma colônia de povoamento, e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam que viver.

A autora conclui que as origens da nacionalidade brasileira nada teriam de revolucionárias, na medida em que a monarquia e a continuidade da ordem vigente eram as maiores preocupações da elite colonial. Assim,

[...] a semente da integração nacional seria, pois, lançada pela nova Corte como um prolongamento da administração e da estrutura colonial, um ato de vontade de portugueses adventícios, cimentada pela dependência e colaboração dos nativos e forjada pela pressão dos ingleses que queriam desfrutar do comércio sem ter de administrar... A insegurança colonial cimentaria a união das classes dominantes nativas com a 'vontade de ser brasileiros' dos portugueses imigrados que vieram fundar um novo Império nos trópicos. [...] A ilustração brasileira não pode ser, pois, identificada com 'anticolonialismo' ou com a luta da colônia contra a metrópole (ibid.: 32-3).

Isso, *per se*, impõe grave problema identitário à elite brasileira e é uma das origens para que não haja identidade entre a massa e a classe dominante, clivando a noção de cidadania. Nossa elite era, sobretudo, portuguesa, desde o início da colonização, e não houve ruptura mesmo com a independência. De qualquer modo, o processo de interiorização da metrópole privilegiou a cidade do Rio de Janeiro, transformando-a na maior cidade do Brasil já na segunda década do século XIX, cuja

centralidade suplantou a de Salvador com a atividade mineira e a posterior transferência da capital para o Rio de Janeiro.

A necessidade de criar instituições, cujas sedes eram, obviamente, a cidade, permitiu que fossem fundados o primeiro estabelecimento de ensino superior, academias militares, a Biblioteca Real e a Academia de Belas Artes; a proibição às manufaturas foi suspensa; e diversas missões científicas, exploradoras e artísticas vieram ao Brasil, fortalecendo a imagem da cidade do Rio de Janeiro como imagem do Brasil. Ademais, a literatura brasileira se desenvolveu grandemente na cidade.

Pouco menos de um século depois, no período de Vargas, e em alguns anos que se seguem ao seu suicídio, a realidade brasileira estaria pautada pela ascensão de São Paulo – a hegemonia econômica não mais se encontrava no Rio de Janeiro. São Paulo havia assumido a liderança em número de habitantes e em produção econômica. Essa convivência entre Rio de Janeiro e São Paulo como metrópoles nacionais apenas terminaria com o governo de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília, a qual reordenou o território, definitivamente, desde São Paulo.

A elite paulistana, além disso, já havia iniciado não somente a construção de sua história – a herança do bandeirante e o imigrante europeu empreendedor –, como acenava para o futuro, por meio das manifestações artísticas da Semana – Moderna – de 1922. Esse projeto político paulista, certamente, esbarrou, depois, no da Revolução de 1930, mas cabe ressaltar que vincular a modernidade unicamente aos eventos ocorridos em São Paulo faz com que se perca o processo histórico de constituição do movimento moderno brasileiro. Segundo Monica Pimenta Velloso (2006: 358), *“essa leitura – inspirada na centralidade de 1922 – foi construída pelos modernos paulistas, que frequentemente se apresentaram como arautos da modernidade brasileira”*.

A herança moderna apontada por Velloso é a da geração de 1870, compreendida Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Silvio Romero e Tobias Barreto, o qual integrava a escola de Recife. Nesse momento, o objetivo dos intelectuais é integrar o Brasil à cultura ocidental, apesar da inferioridade brasileira, presente na assimilação do darwinismo social, que imputava aos brasileiros atraso cultural e a necessidade do branqueamento da população, política posta em prática com a imigração

européia e com o menoscabo ao negro. Esse momento reforça a primazia da ciência e da elite em definir a nacionalidade e o ideal de brasilidade, à revelia do povo.

A mestiçagem envergonhada tem *Os Sertões* como uma das obras mais importantes, que servirá de base, como já vimos, para compreensão da favela carioca, e também para fundamentar a oposição entre homem e natureza e litoral e sertão, posteriormente utilizada no governo Vargas para justificar a Marcha para o Oeste. Essa visão determinista também influenciará o grupo conservador modernista Verde-Amarelo, o qual se distancia dos antropofágicos, e, sobremaneira, do *Macunaíma* de Mário de Andrade.

Os verde-amarelos terão, na figura do Curupira e do bandeirante, a origem da brasilidade. Para essa corrente,

[...] o passado é concebido como uma espécie de Eldorado; o mito Tupi – associado à pureza, espontaneidade e originalidade – aparece, então, como um dos elementos fundadores da nacionalidade. Essa perspectiva implica a adoção de um etnocentrismo extremado, que leva o grupo a defender as fronteiras nacionais contra o que denominava as ‘invasões alienígenas’. [...] Emerge daí a ideia do intelectual engajado que vai se afirmar durante o regime autoritário do Estado Novo (1937-45) (VELLOSO, 2006: 375).

Para esse grupo, ainda,

[...] a compreensão da brasilidade modernista devia se dar através de uma categoria: a geografia. Parte-se do pressuposto de que é a geografia que faz a história, alterando o seu curso de maneira decisiva. [...] Identificam o interior com a brasilidade e a autenticidade em contraposição ao litoral, associado à idéia de cosmopolitismo, fachada e artifício (ibid.: 376).

Desse modo, ao bandeirante atribui-se o espírito empreendedor e desbravador, caráter, portanto, do paulista; este, por sua vez, o demiurgo da nacionalidade brasileira, encerrando um pensamento regionalista. O litorâneo, entretanto, não tem como apreender o sentido da nacionalidade, porquanto é dado ao cosmopolitismo. Parece claro, logo, que os verde-amarelos, por meio de seus teóricos, alguns dos quais membros do regime varguista anos depois, forjaram, por meio da modernidade e da construção da nacionalidade, a incapacidade de o Rio de Janeiro permanecer como capital.

A outra vertente do modernismo paulista, Pau-Brasil, capitaneada por Oswald de Andrade e Mário de Andrade, criaram duas concepções fundamentais para se compreender o brasileiro, a antropofagia e a personagem Macunaíma. O *Abaporu* de

Tarsila do Amaral é icástico, e, em resposta às críticas do Verdamarelismo, o grupo Pau-Brasil responde que

[...] Antropofagia é simplesmente a ida (não o regresso) ao homem natural, anunciada por todas as correntes da cultura contemporânea e garantida pela emoção muscular de uma época maravilhosa – a nossa. O homem natural que nós queremos pode tranquilamente ser branco, andar de casaca e de avião. Como pode ser preto e até índio. Por isso o chamamos de antropófago e não tolamente de ‘tupi’ ou ‘pareci’. (...) Nem queremos como os graves meninos do verdamarelo restaurar coisas que perderam o sentido – a anta e a senhora burguesa, o soneto e a Academia (NOSSO SÉCULO, 1985, vol. 4: 118).

E conclui de maneira inquestionável:

[...] Os verdamarelos daqui querem o gibão e a escravatura moral, a colonização do europeu arrogante e idiota e no meio disso tudo o guarani de Alencar dançando a valsa. Uma adesão como essa não nos serve de nada (loc. cit.).

Se há uma psiqué para o brasileiro, Macunaíma tende a representá-la, pois

[...] sua proposta era a de conhecer cada palmo do Brasil [...] [sem] qualquer tipo de compromisso ou de missão [ao contrário do bandeirante]. Era esse o espírito que impulsionava a trajetória de Macunaíma, o ‘herói sem nenhum caráter’. O personagem se move, com desenvoltura, entre o passado e o presente, a floresta e a cidade, a terra e o céu, o tempo e o espaço. [...] É um herói sem caráter [...] porque ‘ainda não possui nem civilização própria nem consciência tradicional’ (VELLOSO, 2006: 379-80).

No Rio de Janeiro, o modernismo esteve presente, de acordo com Velloso, na boêmia carioca e na vivência da cidade. Cita como integrantes desse grupo Lima Barreto, Bastos Tigre, Emilio de Menezes, José do Patrocínio Filho, Kalixto, J. Carlos, Raul Pederneiras, Chiquinha Gonzaga, João do Rio, Sinhô, Pixinguinha e Donga, além de personalidades como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. Ainda no Rio, “*a modernidade foi marcada [...] por um caráter profundamente excludente*” (ibid.: 362), apesar de o “*oficialismo da vida cultural sempre voltada para o cenário europeu*” (ibid.: 363) coexistir com tradições culturais, muitas das vezes, negras.

Assim, forjou-se na cidade, então capital, uma identidade coletiva moderna que perpassava o popular, seja por meio das charges das revistas e dos jornais ou da música, tendo o samba assumido, depois, identidade brasileira. Ainda consoante Velloso (ibid: 370),

[...] no Rio de Janeiro, particularmente, é de fundamental importância considerar os espaços informais da cultura na constituição de sociabilidades que, em muito, contribuíram para a dinâmica modernista. As ruas, largos, praças, os cafés literários e principalmente as festas populares propiciaram o

encontro de distintas percepções, valores e concepções sociais. E é a partir desses espaços que deve ser compreendida a cultura urbana modernista.

Ângela de Castro Gomes (2005: 194) reitera esse posicionamento, ao garantir que o Estado liberal da República Velha

[...] não apenas separava o homem da terra, mas igualmente separava o homem do cidadão e, desta forma, distanciava a cultura da política. O homem do povo, que cristalizava tudo aquilo que era produzido no país e que representava sua cultura, estava afastado do homem político, do cidadão. A cultura, nesta nova acepção, era a própria expressão do que era ‘natural’ e ‘intrínseco’ ao homem brasileiro. Por isso, ele era uma realidade esquecida e perdida para as elites políticas da Primeira República, mas era uma força sempre presente e indestrutível no inconsciente nacional a ser identificada e revivida.

Por conseguinte,

[...] se antes de 1930 o que se verificava era a ausência de um contato harmonioso entre povo e elites, o que se verificou já em 1930 e principalmente após 1937 foi a articulação e comunicação entre as elites e a massa da população. Era justamente esse aspecto que tornava o acontecimento de 30 um fato revolucionário para Azevedo Amaral [este um conservador]. [...] A cultura popular devia ser recolhida por um Estado inovador, que rompia com o passado político da República Velha (loc. cit.).

Por esse motivo, ainda havia a necessidade da manutenção da capital no Rio de Janeiro. A cidade serviu, pois, ao interesse do Estado brasileiro na construção de sua modernidade, e, em reciprocidade, teve mais uma vez a sua imagem e o seu povo atrelados à imagem e ao povo brasileiros. Um exemplo disso é o fato de o samba ter sido elevado à categoria de gênero musical de qualidade e ao status de ritmo representativo da nacionalidade.

Segundo Jairo Severiano (2008: 173),

[...] de primeiro de janeiro de 1931 a 31 de dezembro de 1940, ou seja, por toda a década de 1930, nossas gravadoras registraram em disco 6.706 composições, das quais 2.176 eram sambas. Esta cifra – correspondente a 32,45% do repertório gravado – mostra que, ao livrar-se da influência do maxixe e adquirir identidade própria, o samba conquistou muito rapidamente a preferência do povo brasileiro.

Todavia, essa apropriação do gênero musical não se deu sem preconceitos. A censura do Estado Novo por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) permitiu a existência de uma “*cruzada antimalandragem, uma tentativa de ‘purificação’ do samba realizada pelo DIP em seu primeiro ano de atividade [1939]*” (ibid.: 267). Ainda conforme Severiano relata, “*alguns teóricos do regime consideravam indecentes ‘o samba, o maxixe, a marchinha e os demais ritmos*

selvagens da música popular” (SEVERIANO, 2008: 267). Coibiu-se, na música, a apologia à malandragem, mas a chanchada perpetuou a figura do malandro até o início da década de 1960, à revelia da invenção do trabalhismo no Estado Novo.

O fim deste trouxe um período de uma democracia imperfeita que se estendeu de 1946 a 1964. Nesse ínterim, o governo liberal – portanto, sem massas – de Eurico Gaspar Dutra marca um retrocesso ao liberalismo da República Velha e é sucedido pelo segundo período de Getúlio Vargas como presidente. Esse momento é crucial porque o debate acerca do conflito entre modernidade e tradição é definitivamente absorvido pelo embate entre esquerda e direita. Desde a década de 1920, as esquerdas ideológicas são combatidas por governo e por empresários, mas somente após o trabalhismo de Vargas estas tornar-se-ão um risco ao *status quo*.

O governo de Juscelino Kubitschek será, portanto, um momento de equilíbrio entre ambas as forças, uma “*conciliação, ao mesmo tempo modernizante e conservadora, [...] com um ‘novo’ nacionalismo voltado para as experiências de um capitalismo periférico e dependente de capital estrangeiro*” (BENEVIDES, 2002: 30). Apesar da imagem esquerdista do nacionalismo de Vargas, não houve descontinuidade entre o desenvolvimento deste e o de JK. Passada a construção do Estado moderno brasileiro, estavam dadas as condições para a mudança da capital.

Maria Victoria Benevides argumenta, outrossim, que o desenvolvimentismo se distinguia da herança varguista e, por esse motivo, tornava-se mais palatável porque pregava menos enfaticamente a intervenção estatal na economia; atendia às demandas por emprego e serviços básicos da população; agradava o setor castrense ao melhorar a infra-estrutura e construir Brasília; e neutralizava o Partido Comunista, já que este apoiava a industrialização, como etapa para o processo revolucionário. Deve-se acrescentar também que o adiamento de problemas que pudessem causar confrontos contribuiu para o êxito da administração JK.

Tão exitoso foi o seu governo que Juscelino Kubitschek transferiu, no dia 21 de abril de 1960, a capital para Brasília, após quase setenta anos da primeira constituição republicana. Durante a transferência, ficou decidido, por meio da lei San Tiago Dantas, que o Rio de Janeiro tornar-se-ia o Estado da Guanabara, que nasce, como citado, com forma urbana modernizada pelas vias para automóveis, com o início da substituição dos

bondes e com um modo de vida identificado ao mar, cujo ícone era Copacabana, e àquilo que mais se combateu décadas atrás – o cosmopolitismo.

Este atinge seu píncaro com o surgimento da Bossa Nova. Movimento musical que teve na boêmia e no espaço vivido carioca a sua construção, tornou-se conhecido mundialmente como *the Brazilian jazz*. Tom Jobim e Vinícius de Moraes conheceram-se em 1956, no bar Vilarino, centro do Rio de Janeiro e combinaram que Tom musicaria as músicas de *Orfeu da Conceição*, que se tornaria filme depois. Vinícius, em seguida, aceitou escrever letras para músicas de Tom – *Lamento do Morro*, *Se todos fossem iguais a você*, entre outras – que foram gravadas, no mesmo ano, por Roberto Paiva, Luís Paiva e orquestra.

No mesmo bar, em 1958, nasceu *Canção do Amor Demais*, de Elizeth Cardoso, disco que teve a participação de João Gilberto nas faixas *Chega de Saudade* e *Outra Vez*. Nessas músicas, João Gilberto

[...] lançou o estilo que viria caracterizar a bossa nova: a harmonia repleta de acordes alterados saltos melódicos inesperados, com freqüentes modulações, a economia de instrumentos e da duração de cada música, a letra lírica e coloquial, e, acima de tudo, o leve ritmo quaternário com deslocamentos independentes da melodia (NOSSO SÉCULO, 1985, vol. 8: 110).

João Gilberto lançou, em seguida, dois discos 78 rpm, o primeiro com *Chega de Saudade* e *Bim-Bom*, com estilo de cantar intimista e bastante diferente do modo que se cantava na época, e o segundo com *Desafinado* e *Ho-ba-la-la*. Segundo Severiano (2008: 330),

[...] bem diferente do que se ouvia em quase dois séculos de música popular brasileira, esta gravação já mostrava tudo o que a bossa nova oferecia de inovador e revolucionário: a melodia moderna, requintada, sem prejuízo da simplicidade, a harmonia audaciosa, repleta de acordes alterados (ou seja, que utilizavam combinações de notas estranhas à harmonia tradicional), a letra alegre, sintética, despojada, o canto intimista, livre de vibratos e, sobretudo, um extraordinário jogo rítmico entre a voz do cantor, o violão e a bateria, numa polirritmia que ressaltava o balanço da canção.

Prossegue o autor assegurando que

[...] além de nomear um gênero musical, ou melhor, um tipo de samba, a bossa nova é principalmente, como o choro, um estilo, uma maneira de tocar, harmonizar ou cantar qualquer composição. Isso seria demonstrado logo no primeiro LP de João Gilberto (loc. cit.).

Músicas como *Garota de Ipanema*, *Samba do Avião*, *Corcovado* e *Copacabana* exultam a beleza da cidade e o modo de vida do carioca. A apresentação no Carnegie

Hall em 1962, e os prêmios Grammy de 1964 tornaram a bossa nova reconhecida internacionalmente, assim como a cidade. Esta estava representada também no Cinema Novo, por meio da favela, que apareceu em *Cinco vezes favela*, mas já havia ganhado o mundo com o filme *Orfeu Negro (Orfeu da Conceição)*, peça de Vinícius de Moraes), Palma de Ouro e Oscar de melhor filme estrangeiro, em 1959.

Pode-se entender, portanto, a euforia vivenciada pelo Rio de Janeiro nos cinco primeiros anos depois da transferência da capital. A Guanabara vislumbrada como época de ouro da cidade diz respeito a esses anos em que o Rio obteve exposição internacional e a qualidade de vida da população, de um modo geral, melhorou devido à convergência de tributos da cidade-Estado, ademais do fomento de instituições estrangeiras, como a United States Agency for International Development (USAID), alinhadas ideologicamente ao anticomunismo ferrenho de Carlos Lacerda, primeiro governador eleito da Guanabara.

Carlos Lacerda, com efeito, liderou uma administração que entrou para o imaginário carioca e que coincidiu com as comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, em 1965. Data desse período a inauguração da segunda adutora do Guandu, resolvendo o problema da falta d'água na cidade. Além disso, segundo Abreu (1997: 133), assiste-se

[...] a uma 'febre' de construções de viadutos e de novas avenidas que, se não viriam a resolver definitivamente o problema dos congestionamentos de tráfego – devido ao crescente aumento de veículos em circulação – melhoraram bastante a fluidez do trânsito na cidade.

Maurício de Abreu (ibid.: 133-4) elenca essas obras:

[...] a conclusão do Túnel Santa Bárbara, a construção do Túnel Rebouças (Rio Comprido-Lagoa), a construção da primeira etapa do Trevo dos Marinheiros, a conclusão da via expressa do Aterro do Flamengo (aí incluída toda a arborização do Parque), a abertura do primeiro trecho da Avenida Radial Oeste (que requereu a remoção da Favela do Esqueleto), o prolongamento da Avenida Maracanã, e a construção da Rodoviária Novo Rio. Obras viárias também foram realizadas nos subúrbios, visando sobretudo o aumento de sua acessibilidade à Avenida Brasil. Datam dessa época, por exemplo, o prolongamento da antiga Avenida Novo Rio (às margens do Rio Faria Timbó) e do viaduto que a liga à Avenida Brasil e a construção do viaduto João XXIII, ligando os antigos subúrbios da Rio D'Ouro também à Avenida Brasil.

Este encomendou logo no início de seu governo um plano de desenvolvimento urbano a Doxiadis Associates, a ser entregue na ocasião do IV Centenário, para que a cidade recuperasse a hegemonia perdida. De acordo com o plano,

[...] uma solução dos problemas fundamentais do Estado da Guanabara requer um programa bem concebido e um plano de desenvolvimento físico que permitirá à Guanabara manter sua atual posição e, pela provisão de uma adequada infra-estrutura física, aumentar sua taxa de crescimento e participação na economia nacional, a qual se desenvolve rapidamente (DOXIADIS ASSOCIATES, 1965. p. 177).

O plano tinha por objetivo reestruturar a cidade por meio de mudanças no espaço físico e, para atingir este objetivo, pregava todas as premissas do urbanismo modernista, como unidade de vizinhança do modelo norte-americano, ênfase no uso do automóvel – clarificando que as linhas policrômicas não foram criadas por Doxiadis (SANTOS JUNIOR, 2005: 83) –, separação de funções urbanas e zoneamento, renovação urbana do Mangue. O plano não foi implementado, embora haja semelhanças em propostas elaboradas em suas páginas e ações governamentais, como a utilização da Cidade de Deus em área para reassentamento de favelados e de flagelados das enchentes de 1966 e de 1967.

Ao longo da década de 1960 e, em maior intensidade, entre 1968 e 1973, a política habitacional do governo do Estado da Guanabara foi a remoção de favelas de algumas áreas, como o entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, para conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964, e comercializados pela Companhia de Habitação Popular (COHAB) (1962-75). Segundo Valladares (1978: 21),

[...] este programa nasceu da construção das chamadas vilas populares em 1962-4, culminando com a intervenção federal que criou, em 1968, a CHISAM [Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (1968-1973)[,] atuante até 1973, ano de sua extinção.

Cabe ressaltar que as vilas populares diferem da experiência modernista que marcou a cidade nas décadas anteriores, em que, além da moradia, havia construção de infra-estrutura física e de serviços nos conjuntos habitacionais. Muitos foram aqueles que apresentaram problemas de mobilidade para seus moradores, e até mesmo comprometimento das estruturas, devido à baixa qualidade do padrão construtivo, já que

se tratavam de habitações de baixo custo e se vivia sob o regime militar. Assim, as construtoras aumentavam o lucro ainda mais.

As empresas de construção civil estiveram, indubitavelmente, entre os beneficiados pela política de remoção de favelados, já que se encontravam relativamente estagnadas desde o final da década de 1950. Este setor

[...] viu-se reativado a partir de 1966, e mais especificamente após 1968, quando o BNH passou a dispor dos recursos do FGTS e, conseqüentemente, a distribuir maiores somas a seus agentes financeiros. [...] O BNH não apenas financiou a construção de unidades habitacionais, como também cumpriu outros de seus objetivos gerais, quais sejam, gerar empregos e propiciar o desenvolvimento da indústria de materiais de construção, e oferecer ainda à iniciativa privada (empresas de construção civil) contratos para a realização de empreendimentos imobiliários importantes (VALLADARES, 1978: 33).

Remover os favelados incorporava, ainda, dois fatores importantíssimos, a circulação urbana e a especulação imobiliária. A circulação urbana serviu de contenção ao crescimento das favelas já que muitas foram removidas, total ou parcialmente, para ceder lugar a vias, como no entorno da Lagoa, hoje um dos mais tradicionais bairros da Zona Sul carioca, e na Rocinha, por onde passaria a Auto-estrada Lagoa-Barra. Ademais, a abertura dessas vias contribuiu para maior valorização do solo urbano, por meio de seu disciplinamento.

Este deve ser entendido como mecanismo de segregação espacial, não somente pela remoção dos favelados, mas também porque a localização de seus antigos moradores em novas residências não ocorreu na própria Zona Sul, com raras exceções, como a Cruzada São Sebastião. Assim, a centralidade dessa área foi intensificada por meio de

[...] um círculo fechado de investimentos nos núcleos centrais das áreas urbanas, nas quais estão concentrados os maiores proprietários e portanto os maiores benefícios. Desta forma, qualquer plano de reformulação da ocupação do solo urbano fica desde logo sujeito a uma forte pressão econômica e política por parte dos interesses dos grandes proprietários, o que mais uma vez provoca a canalização de recursos e benefícios para as áreas centrais, tornando organizado e crônico um processo que evidentemente deveria ser corrigido (LAFER, 1987: 140).

Essa foi a forma encontrada de continuar a valorização imobiliária da Zona Sul para a elite carioca, até porque Copacabana havia experimentado um processo de democratização. Ao se removerem as favelas da Lagoa, criou-se área contínua de habitações de alto padrão, com poucas favelas – Cantagalo, Rocinha, Gávea, entre

outras –, cuja manutenção, de fato, tornava-se necessária para reduzir os custos de mão-de-obra, uma vez que muitos desses favelados trabalhavam em locais próximos e exerciam funções domésticas ou de serviços, não havendo agricultura ou indústria nessa região.

O Estado, portanto, foi um grande fomentador das atividades econômicas privadas no setor de construção civil na cidade do Rio de Janeiro. Sua atuação não se limitou à política de remoção de favelados; de suma importância foram as obras conduzidas pela administração pública para ampliar a área mais valorizada do tecido urbano – a ocupação do sertão carioca, uma grande superfície que constituía um vazio demográfico, com pequenos núcleos de moradia e que era utilizada como segunda residência ou veraneio.

Com o objetivo de ocupar essa região e, simultaneamente, evitar os problemas urbanos verificados no restante da cidade, o arquiteto Lúcio Costa foi convidado a elaborar um plano que transformaria em realidade o “*sonho da Cidade Maravilhosa*” (ESTADO DA GUANABARA, 1969: I). Assim, começava a

[...] erguer-se na Baixada de Jacarepaguá a mais bela cidade oceânica do mundo. O Rio do futuro nasce com filosofia própria, planejado, medido, calculado, imposição e consequência do Anel Rodoviário e das obras do DER na região (loc. cit.).

Esse Rio de Janeiro do futuro estaria assentado na mimese do Plano-piloto de Brasília, conforme observamos na semelhança entre Brasília e Barra da Tijuca encontrada em REZENDE e LEITÃO (2003):

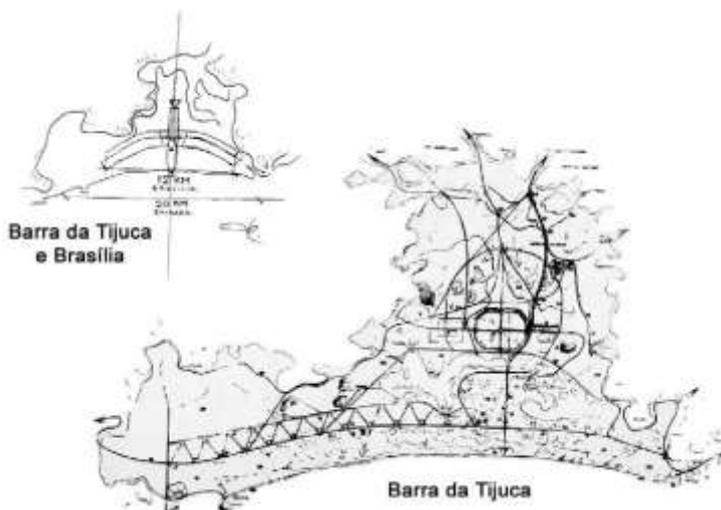


Figura 1: Comparação entre os planos-pilotos de Barra da Tijuca e Brasília

Lucio Costa propugnava uma nova modernidade para o carioca, seu plano traria o futuro da mesma forma que Brasília trouxera para o país. Além disso, o urbanista propunha não criar uma área de extensão urbana, e, sim, reestruturar a cidade. Por isso, previu que

[...] a criação, agora, da via-livre de acesso à Barra da Tijuca e à Baixada de Jacarepaguá, articulada às vias de comunicação já existentes – Realengo, o importante eixo Madureira-Penha, Grajaú, Tijuca –, conduzirá ao início da terceira fase [de ocupação urbana], porque o processo normal de urbanização tomando corpo, o círculo norte-sul se fechará e a perdida unidade será restabelecida. Desta constatação resulta que deverá fatalmente surgir na baixada um novo foco metropolitano Norte-Sul, beneficiando pelo espaço, pelo acesso às áreas industriais, pelas disponibilidades de mão-de-obra e por amplas áreas contíguas para residência e recreio, e que não será apenas um novo centro relativamente autônomo à maneira de Copacabana e Tijuca, mas, [...] novo pólo estadual de convergência e irradiação (ESTADO DA GUANABARA, 1969: 4).

Assim, ao se tornar pólo do Estado da Guanabara, a baixada recobriria a unidade urbana perdida, como quando a cidade se desenvolvia organicamente na primeira fase de desenvolvimento urbano, que se estende até a República. Transcrevemos o texto de Lúcio Costa narrado no vídeo *A cidade cresce para a Barra* (TOTEM FILMES, 1970), em que há essa afirmação:

[...] Primeiro era só paisagem. Estranha e bela paisagem, marcada por três penhascos inconfundíveis: do mar, a Pedra da Gávea; na barra, o Pão de Açúcar; o Corcovado, na enseada. Foi nesse cenário paradisíaco que surgiram, de repente, como Vênus das ondas, os primeiros cariocas, os huguenotes de Nicolau Durand de Villegaignon. Do outro lado do oceano, longe do mundo, as disputas doutrinárias recomeçaram e na solidão estrelada, o sonho da Franca Antártica esvaneceu. Depois, os portugueses se instalam nas quatro colinas: a do Castelo, com os jesuítas; a de São Bento; a franciscana, de Santo Antônio; e a da Conceição. E constituem o primeiro quadrilátero urbano.

A segunda fase de ocupação surgiu

Com o desenvolvimento da colônia, a área urbanizada espraia-se na direção dos campos, Santana, Caju, Catete. A água da serra da carioca é trazida no lombo dos arcos e galga-se a encosta de Santa Teresa. Ergue-se no outeiro a Glória, que lá está. Com a instalação do Império, São Cristóvão e Botafogo. Penetram-se os vales, e vai-se até a lagoa e os postos avançados de Jacarepaguá e Santa Cruz. Depois, a segunda fase de ocupação com a República, as grandes obras no centro e a abertura dos túneis rompendo a primitiva unidade e dividindo a cidade em duas porções desiguais, zona norte e zona sul (loc. cit.).

Para resgatar essa unidade, há que se desenvolver a baixada, e a construção da

[...] auto-estrada Lagoa-Barra da Tijuca conduzirá à terceira fase de ocupação da cidade, da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o pontal de

Sernambetiba e Jacarepaguá. Desta forma, o círculo norte-sul se fechará, restabelecendo a perdida unidade que dividiu a cidade em duas porções desiguais. De cada um de seus pontos extremos, esta é a região a ser urbanizada (TOTEM FILMES, 1970).

No Plano-piloto, o urbanista assegura que

[...] essa planície central, providencialmente preservada, além de possibilitar novamente a união das metades Norte e Sul da cidade, separadas quando a unidade urbana original se rompeu, está igualmente em posição de articular-se, por esses dois eixos paralelos, àquela área destinada à indústria pesada, no extremo Oeste do Estado, com foco natural em Santa Cruz, o que lhe confere então condições para ser já não apenas o futuro Centro Metropolitano Norte-Sul, assinalado anteriormente, mas também Leste-Oeste, ou seja, com o correr do tempo, o verdadeiro coração da Guanabara (loc. cit.).

Uma vez assegurado este caráter reestruturador, *“a ocupação da área nos moldes usuais, com bairros que constituíssem no seu conjunto praticamente uma nova cidade, implicaria a destruição sem remédio de tudo aquilo que a caracteriza”* (ESTADO DA GUANABARA, 1969: 8). Como a ocupação era irreversível, devia-se *“encontrar a fórmula que permit[iri]a conciliar a urbanização na escala que se impõe, com a salvaguarda, embora parcial, dessas peculiaridades que importa preservar”* (loc. cit.), ou seja, *“o ar lavado e agreste; o tamanho – as praias e dunas parecem não ter fim; e aquela sensação inusitada de se estar num mundo intocado, primevo”* (loc. cit.).

Isso acarretava o *“impulso, instintivo, [...] [de] sempre [...] impedir que se faça lá seja o que for”* (loc. cit.). Diante dessa impossibilidade, contudo, cabia racionalizar a ocupação que se impunha, e para isso, Lucio Costa previu, ademais do Centro Metropolitano Norte-Sul e Leste-Oeste, a criação de outros dois centros, um em Sernambetiba, hoje no bairro Recreio dos Bandeirantes, e outro na Barra da Tijuca, conhecido por Athaydeville ou Centro da Barra, com projeto de Niemeyer. De acordo com o urbanista (TOTEM FILMES, op. cit.),

[...] a ocupação da área destinada ao futuro centro metropolitano não será para tão cedo. Nesta campina se inscreve um octógono alongado articulado as vias 5 e 11, que comandam dois eixos ortogonais, o maior leste-oeste paralelo a praia e o menor na direção de Jacarepaguá dividindo a área em quatro partes que se subdividem em quarteirões de 4 lóbulos cada um. Os quarteirões centrais terão gabarito mais alto, cerca de 200m, igual a 70 andares e altura da Pedra da Panela. Além do metrô, o conjunto estará ligado pela via 9 com a Cidade Universitária e com o Galeão, através da Cândido Benício e do eixo Madureira-Penha. A BR 101 integrada no anel rodoviário que o DER executa ligará à Lagoa, e, sempre em via livre, através do Rebouças, ao Cais do Porto, Presidente Vargas e Ponta do Caju. No nono

distrito rodoviário do DER, instalou-se o grupo de trabalho da baixada de Jacarepaguá, sob a presidência do engenheiro Segadas Viana.

Entretanto,

[...] durante muito tempo, ainda, deixe-se a várzea tal como está, com gado solto pastando. E só quando a urbanização da parte restante e da Barra a Sernambetiba se adensar, quando a infra-estrutura organizada nas bases civilizadas e generosas que se impõem existir, e a força viva da expansão o impuser, aí então, sim, terá chegado o momento de implantar o novo centro que parceladamente, embora, já deverá nascer na sua escala definitiva (TOTEM FILMES, 1970).

Acerca da ocupação da Barra da Tijuca, Lúcio Costa propõe que sejam

[...] criados também, de quilômetro em quilômetro, numerosos núcleos urbanizados ao longo da BR 101 constituídos exclusivamente de torres de 25 a 30 andares com pequeno comércio térreo. Em volta das torres, conjuntos de lotes espaçados destinados as residências. Do lado da terra, os núcleos residenciais serão constituídos por conjuntos de edifícios de oito a 10 pavimentos. Articulado aos edifícios residenciais, deverá haver um sistema autônomo de lojas e toda sorte de utilidades. Os núcleos urbanizados serão ligados diagonalmente a uma via paralela a BR-101, a via 4 (loc. cit.).

Por fim, o Plano-piloto contempla,

[...] nas articulações da via 4 com as diagonais[,] [...] conjuntos baixos de edificações para utilidade pública ou privada. Na faixa contida entre as duas vias paralelas, uma trama sinuosa de alamedas de parque para acesso aos lotes residenciais de tamanhos variados. Foi previsto para a região aeroporto executivo, campo de golfe, museu, uma futura orla hoteleira, áreas de reserva biológica, bosque, zona agrícola, além do autódromo existente. As áreas já urbanizadas deverão ser arborizadas (loc. cit.).

Sobre essa expansão, Manchete 25 anos (1977: 141) comenta:

[...] Esgotadas todas as possibilidades [de expansão], com seus velhos subúrbios e os modernos bairros da orla atlântica sufocados por uma população de quase cinco milhões de pessoas, a cidade rasgou montanhas e partiu para as ainda mal desbravadas terras do sudoeste. E surgiu o novo bairro da Barra da Tijuca – ou a Barra, simplesmente. No entanto, para que as especulações imobiliárias não fizessem da Barra mais um caos formado por um amontoado de edifícios, as autoridades entregaram ao urbanista Lucio Costa a responsabilidade de planificar a sua ocupação, criando-se, assim, o Plano Piloto da Barra. Hoje, embora seja o bairro que mais cresce no Rio, sua expansão é feita ordenadamente.

Assim, a ocupação da baixada de Jacarepaguá estaria regulada e a construção civil teria garantido uma ampla área para atuar e associar crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Contudo, a Barra da Tijuca tornou-se muito distinta daquilo que sucedeu a Brasília. Deve-se lembrar que o momento político do Brasil era outro, bem distinto. Estávamos sob a égide um regime militar extremamente violento e não na

democracia compromissada de Juscelino Kubitschek. Este é o tema do próximo capítulo, em que analisaremos, outrossim, o que a Barra da Tijuca se tornou.

3.2 DA MODERNIDADE COSMOPOLITA AO PASTICHO COSMOPOLITA

Os quatro anos que se seguiram à transferência da capital foram bastante tensos. Desde 1954, com o suicídio de Vargas; em 1955, com o golpe preventivo do General Lott; e, em 1961, com a Campanha da Legalidade pela posse de João Goulart na presidência da República, houve crises graves que, segundo Jorge Ferreira, trouxeram “*a possibilidade, real, de guerra civil no país*” (2003: 304). De acordo com o autor, havia mobilização política crescente, o que deslegitima a historiografia comprometida com o achincalhe a essa experiência democrática, sobretudo por intermédio do termo populismo.

Segundo Ferreira (ibid.: 337-8),

[...] a história política do país é reduzida, dessa maneira, a uma dicotomia simplista: por um lado, um líder esperto, superconsciente, capaz de manipular e enganar; por outro, uma massa sem consciência de seus interesses, iludida por discursos fáceis e sem conteúdo. [...] Além disso, projetos políticos – acima das personalidades que os expressavam – existiam, e a população os reconhecia. De um lado do espectro político, o nacional-estatismo de trabalhistas e comunistas; de outro, o liberalismo conservador da UDN.

O autor assegura que

[...] as crises republicanas, assim, foram momentos limites em que os grupos políticos conservadores mais radicalizados não se conformaram com os avanços, democraticamente conquistados, dos trabalhistas. [...] Grupos minoritários de oficiais militares aliados a lideranças civis de extrema-direita, desconhecendo as regras democráticas, atentaram contra a ordem legal. O resultado foi a reação da sociedade pela manutenção dos preceitos constitucionais [...]. Minoritários, os interessados no golpe não conseguiram mobilizar o conjunto da sociedade para romper com a ordem legal. Foram incapazes, sequer, de arremeter a oficialidade do Exército (ibid.: 338).

Sobre 1964, Ferreira lembra que, diferentemente das crises anteriores, foi a direita que defendeu, “*pelo menos em termos retóricos, a ordem democrática*” (2003: 339). Isso ocorreu porque,

[...] preocupadas em implementar as reformas a qualquer preço, na ‘lei ou na marra’, as esquerdas passaram a denunciar o regime democrático, sobretudo

o conservadorismo do Congresso Nacional, como um empecilho para viabilizar o conjunto de mudanças que exigiam, sobretudo, a reforma agrária. Nesse sentido, a bandeira da legalidade mudou de mãos. Em defesa da Constituição, da ordem legal e da democracia, os conservadores e a extrema-direita conseguiram arregimentar as tropas e mobilizar grandes contingentes sociais (FERREIRA, 2003: 338-9).

O que era para ser uma intervenção transitória, contudo, tornou-se poder permanente. Segundo Nilson Borges (2003: 27),

[...] ao regime fundado sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional se atribui uma vocação revolucionária destinada a mudar o status quo. A nova autoridade se considera autodotada, tendo em vista sua condição revolucionária, dona de um poder suficiente para eliminar os fatores adversos que perturbem a ordem, e para adotar medidas visando a assegurar e consolidar o movimento revolucionário e impor seus objetivos. A ditadura soberana se caracteriza não somente pela usurpação do poder (golpe militar), mas também pela concentração em suas mãos de todos os poderes e funções do Estado (a manutenção do regime).

Cria-se, outrossim, a figura do inimigo interno, já que essa Doutrina trabalha com fronteiras ideológicas, estabelecendo a alteridade não em um outro país, mas em um concidadão. Assim, segundo Michael Reisman, o sistema social é convertido em sistema de guerra pela Doutrina, isto é,

[...] o sistema social [é] condicionado pelas perspectivas da violência, que contém diretamente ou indiretamente um grau real de repressão que serve de fundamento a estas perspectivas e que incorpora nos seus mitos e seu folclore uma cosmologia de guerra. [...] O mito da guerra e o inimigo interno permitem, portanto, ao Estado instaurar sua política repressiva, acionando os aparelhos de segurança e informação (repressivos) para exercerem seu papel ‘moralizador’, desmobilizando, com isso, a população (ibid.: 29).

O ápice do cumprimento da Doutrina de Segurança Nacional deu-se entre os anos de 1968 e 1979, período de vigência do Ato Institucional nº 5. Este surge da recusa do Congresso em autorizar processo contra o deputado carioca Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que havia pregado boicote popular ao desfile de Sete de Setembro. No dia seguinte à recusa do plenário, o governo fechou o Congresso. Assim, a simbologia da Praça dos Poderes perdeu, por conseguinte, o sentido.

Brasília, contudo, manteve, contraditoriamente, a imago brasileira. Por um lado, a cidade representou a grande desigualdade existente no país, só que, conforme Hall lembrara, havia maior distância, inclusive física, entre ricos e pobres, entre os moradores do Plano-piloto e os das cidades satélites. Por outro, embora a sustentação do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek fosse “um pacto tácito entre os

grandes interesses rurais e o capital industrial” de qualquer nacionalidade, esse consenso se rompeu logo em seguida, não somente pelas conseqüências da implantação da capital, mas do crescente embate entre as proposições das esquerdas e das direitas.

É obrigatório, pois, inferir que, apesar do consenso sobre a construção da nova capital, entre diversos pólos opostos – oligarquia rural e industrialismo, esquerda e direita, com poucas defecções –, Brasília é um projeto conservador e, usualmente, de direita, seja no setor militar, seja entre os civis, como, por exemplo, os verde-amarelos. Além disso, é um projeto defasado que nasceu com sete décadas de atraso. A modernidade da capital serviu apenas para obscurecer o projeto político por detrás de sua forma. Brasília não era apenas o futuro utópico de uma sociedade que se construía; era reminiscência do passado.

Nenhum governo seria melhor para validar a capitalidade de Brasília que um militar, ou, de fato, a sucessão deles. Esse projeto contrastou, certamente, com aquele conduzido por Carlos Lacerda na Guanabara. Segundo Motta (2001: 259),

[...] a manutenção da capitalidade da Guanabara foi [...] a base do projeto do governo de Carlos Lacerda para a construção da identidade do novo estado. No entanto, além do objetivo explícito de fazer do estado-capital a principal plataforma de sua candidatura à presidência da República, pode-se arrolar uma série de outros fatores que impediram o primeiro governador de estadualizar a Guanabara.

O primeiro fator, que explica a incapacidade de Lacerda eleger um sucessor, foi a personalização excessiva conduzida pelo governador, e que criou uma dicotomia entre lacerdistas e antilacerdistas, alijando, ainda, o próprio partido do Executivo estadual e, conseqüentemente, enfraquecendo o diálogo com a Assembléia Legislativa. O segundo fator foi o peso do governo federal na política carioca, especialmente após a tomada do poder pelos militares, que, já em 1965, decretaram o fim dos partidos políticos e implantação posterior do bipartidarismo e, em 1966, tornaram o voto para governador indireto, por meio das assembleias legislativas estaduais.

A ruptura com o adiamento da estadualização da Guanabara vem definitivamente com o fechamento do regime militar e com a eleição de Chagas Freitas. Ambos contribuíram para que a capitalidade da Guanabara fosse esvaziada em definitivo, e é justamente entre esses eventos que a retórica acerca da perda da capital, sobre o esvaziamento econômico e relativamente à fusão com o Estado do Rio de

Janeiro surge com força. Além disso, é nesse período que o carioca sente mais profundamente a ferida narcísica aberta com a transferência da capital, concomitante à entrega, ao governador Negrão de Lima, do *Plano-piloto para a urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*. Uma nova modernidade se afirmava no Rio de Janeiro e no Brasil.

Apesar da transferência formal, Brasília, quase uma abstração, esteve bastante esvaziada até o fechamento do regime militar, já que parte dos funcionários e dos órgãos decisórios ainda se encontrava no Rio de Janeiro, apesar da iminente mudança para o planalto. Assim,

[...] no período correspondente ao governo do general Médici (1969-1974), se realizou a transferência dos principais órgãos decisórios do estado para o novo Distrito Federal. Foi também a partir desse momento que Brasília passou a exibir alguns marcos simbólicos representativos do poder central. O chamado ‘Forte Apache’, edifício que abriga o Quartel-General do Exército, e onde se costumava reunir o alto comando dessa força para decidir os rumos do país, talvez possa ser considerado um dos símbolos mais significativos da função de capital a partir de então atribuída à Brasília (MOTTA, 2001: 262).

Com o fim do governo de Lacerda, a singularidade da Guanabara foi cedendo lugar para a política local. Isso é demonstrado na eleição de Negrão de Lima, que, derrotando Flexa Ribeiro, derrotava também o projeto político de Carlos Lacerda, que previa a manutenção da *capitalidade* guanabarina. A política local ainda se enleava devido à nova realidade política, que mudou bastante em dez anos – capital da República, cidade-capital, capital de Estado. Essa rede estaria bem delineada quando foi eleito o governador Chagas Freitas, o qual

[...] tornou visível uma outra face da política carioca, aquela ligada à constituição de redes clientelísticas locais – pejorativamente conhecida como ‘chaguismo’ –, ao procurar fazer da Guanabara ‘um estado como outro qualquer’ (ibid.: 263).

Ao longo dos anos 1960 e na passagem para os anos 1970, surge a retórica sobre a perda da capital e a necessidade de reconstruir a cidade para competir com São Paulo e sobre o esvaziamento econômico. O Plano Doxiadis, de 1965, trazia em suas páginas a crença de que, dotando a cidade com a infra-estrutura necessária, seria possível recuperar a hegemonia perdida. No livro *Via expressa para a Cidade Universitária e Aeroporto Internacional*, publicado pelo DER da Guanabara, lê-se que

[...] muito se fala, nesta hora, do esvaziamento econômico do Estado da Guanabara. Entretanto, poucos se lembram de que, além da implantação de

novas indústrias e da fixação das existentes, outros fatores poderão trazer o desenvolvimento a esta Cidade-Estado e mantê-la como maior centro político e financeiro do País. Eles darão à nossa Cidade o poder de decisão, já que ficarão aqui as matrizes das grandes empresas as quais, juntamente com os atrativos turísticos, farão o Rio de Janeiro se projetar no cenário mundial (ESTADO DA GUANABARA, 1970c: s. p.).

Em *Rio Ano 2000* (id., 1970b: 29), por sua vez, lê-se:

[...] Caudatário do Governo Central que aqui ficou sediado por quase 200 anos, o Estado viu-se de repente às voltas com agudos problemas de sobrevivência, provenientes dos fatores físicos e econômicos, e antes mesmo de vencer a primeira década em sua condição de unidade federativa autônoma denotava uma paulatina perda de substância de sua estrutura econômica, que não chega propriamente a constituir um esvaziamento.

E prossegue, afirmando que

[...] de súbito, Brasília deixara de ser uma abstração. Era uma realidade de cem mil habitantes, pólo irradiar de uma civilização nova, sede efetiva do Governo da República. Passara a competir com o Rio, como fonte de notícias e centro político. Só então surgiu a tese do ‘esvaziamento econômico’ – símbolo de um temor latente afinal aflorado: o de esvaziamento político. Receio, aliás, injustificado, porque o Rio tem, historicamente, a vocação de universo brasileiro; é matriz de opinião pública. As decisões que daqui porventura não emanem encontrarão aqui a sua justa repercussão em termos nacionais (ibid.: 46).

Em *Geografia Ilustrada Brasil* (1971: 178), lê-se que

[...] para diversos economistas, as necessidades da Guanabara vão além da instalação de áreas fabris. [...] A Guanabara é um Estado de população preponderantemente consumidora, de economia baseada no comércio e na presença do governo; mesmo antes de Brasília, entre 1950 e 1960, seu produto interno bruto já aumentava de 4% ao ano, contra 5% para São Paulo. Depois de 1960, o esvaziamento econômico acentuou-se. Para esses economistas, coloca-se na ordem do dia a fusão ou a integração com o Estado do Rio de Janeiro.

Murillo Alves da Cunha (1975: 30) desmistifica o esvaziamento, ao lembrar que

[...] desde o início da década de 60, a palavra mais usada para defini-la [a economia guanabarina] é ‘esvaziamento’. [Contudo], o café no Rio de Janeiro [...] entrou em decadência, ainda no século XIX, por não se adaptar às novas relações capitalistas que se criaram, recebendo o golpe decisivo com o fim da escravidão. *É precisamente neste instante que teriam de ser buscadas as causas iniciais do chamado ‘esvaziamento’.*

O autor dá seguimento à sua análise, enfatizando que

[...] em 1940, a produção industrial paulista era, em valor, mais do dobro da carioca! As diferenças de potencial industrial entre Rio e São Paulo acentuam-se no período 1955-1961, quando se registram os maciços investimentos externos. Dos totais de capital estrangeiro entrado no país neste espaço de tempo, 76,4% foram aplicados em São Paulo; 5,9%, no antigo Estado do Rio; 5,4%, na antiga Guanabara e 5,2%, em Minas Gerais.

Foi justamente neste momento, em 1955, que a cidade de São Paulo ultrapassou a do Rio de Janeiro em população. [...] A perda da posição carioca ocorreu também, e de forma muito acentuada, no setor de serviços. [...] Em 1939, os serviços da área da Guanabara (então Distrito Federal) representavam 23,68% dos serviços do Brasil. Esta proporção baixou progressivamente para 22,56% em 1948; 21,41% em 1955; 19,25% em 1960; e 16,48% ao se iniciar a década de 1970 (CUNHA, 1975: 30-2; 38).

Acerca da perda de capital, Mário da Veiga Cabral (1967: 89-90) diz que

[...] o Rio de Janeiro continua a desempenhar o importante papel de alma e cérebro do Brasil, como seu centro cultural, político, científico, artístico, literário, esportivo, teatral e musical; sede das grandes empresas [...]. O Rio não é a cidade somente dos cariocas, mas de todos os brasileiros [...]. O Rio de Janeiro é o ponto de convergência de todos os brasileiros que [...] perdem parte de suas características locais e sotaques, para falarem uma linguagem comum, mais branda e mais brasileira, ao invés de cearense, paulista, gaúcho ou amapaense. As músicas e canções saem do Rio de Janeiro para o resto do país.

Motta (2001: 17; 88) observa que

[...] quatro décadas depois de ter deixado de ser a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro funda sua identidade política sobre a tradição de ser ‘a síntese da nação’. [...] A identificação do Rio de Janeiro como ‘símbolo do Brasil’ constituía não apenas um importante componente da identidade da cidade, mas também do país como um todo, estabelecendo-se o que se pode denominar de ‘identidade simbólica do Brasil com a sua capital’.

Retornamos ao livro *Rio Ano 2000* (ESTADO DA GUANABARA, 1970b: 15-6), em que se lê:

[...] Durante quase dois séculos, a história do Rio se confundiu muitas vezes com a história do Brasil. A vivência dos problemas nacionais reduziu a pálidos reflexos os problemas locais. Depois da mudança da Capital para o Planalto, o povo carioca descobriu que só conhecia a si mesmo e de sua cidade a visão do turista apressado. Então, senhor do próprio destino, sentiu que esse conhecimento superficial não bastava e iniciou o esforço da descoberta de sua própria realidade cultural, sociológica e econômica. A Guanabara se socorre agora da Prospectiva para a visão do seu futuro.

Gilberto Gil escreve *Aquele abraço* em 1969, cuja letra diz: “*O Rio de Janeiro continua lindo/ O Rio de Janeiro continua sendo*”. Outra menção, esta do período de mudança da capital, é a do deputado Munhoz da Rocha, que afirma

[...] a identificação do Rio com o Brasil penetrou tão profundamente o espírito de sua metropole que as grandezas do Rio são as grandezas do Brasil; as fragilidades do Rio são as fragilidades do Brasil; o calor do Rio, o calor do Brasil; a paisagem do Rio, paisagem do Brasil (MOTTA, op. cit.: 88).

Deve-se salientar que esse discurso é presente até os dias de hoje, como pode ser encontrado em Veja, na edição comemorativa dos 50 anos de Brasília. O texto assinado por Sergio Rodrigues (2010) conta-nos que

[...] o escritor paraibano José Lins do Rego defendia a tese corriqueira de que o governo federal precisava se isolar dos "problemas locais" de uma grande cidade. Os antimudancistas também tinham colorações variadas. Enquanto o maranhense Josué Montello lamentava a partida das autoridades federais, "grandes figuras que se ajustavam à importância" do relevo carioca, Rubem Braga mal disfarçava o despeito ao prever que "pelo menos no caráter" faria bem ao Rio a migração da "fauna mais graúda dos animais de rapina" para o Planalto Central. O **ciúme** era tão disseminado que chegava a ser explícito no texto publicado por David Nasser na revista *O Cruzeiro* de 7 de maio de 1960: "Obrigado, Juscelino, por haveres trocado esta cidade por uma paixão recente. O Rio te agradece por Brasília, a noiva que preferiste a um velho amor". Tratava-se, porém, de um **ciúme temperado por autossuficiência** (grifos nossos).

Acerca da reação dos cariocas à transferência da capital, o autor lembra que

[...] ao mesmo tempo em que listava as mazelas urbanas que poderiam ter sido resolvidas pelos dutos de dinheiro canalizados para Brasília – falta de água crônica, enchentes, trânsito engarrafado, favelização –, a imprensa da cidade fazia variações sobre o tema "Encanto não se transfere", ilustrado por uma foto da Praia de Copacabana no *Jornal do Brasil* de 21 de abril de 1960. O "encanto" não englobava pouca coisa. O Rio acabava de adicionar mais um tijolinho ao **edifício de sua fama internacional** com o sucesso do filme *Orfeu Negro*, de Marcel Camus, Palma de Ouro em Cannes. Exportava para o resto do Brasil, via colonismo social e revistas de grande vendagem como *O Cruzeiro* e *Manchete*, um espetáculo de boa vida e elegância conhecido como café society e simbolizado pela sofisticação da boate Sacha's, frequentada até por JK. E embalava tudo isso na batida da bossa nova, produto de sua classe média praiana, que naquele ano de 1960 venderia nos Estados Unidos mais de 1 milhão de cópias de *Samba de Uma Nota Só* e *Desafinado*. Como poderia o *Peixe Vivo* competir com aquilo? "**Espírito e coração do Brasil**", pontificou o *Correio da Manhã* em editorial, "continuamos sendo nós." JK, político hábil, tratou de afagar esse orgulho na despedida. No programa de rádio *Voz do Brasil* de 19 de abril de 1960, mandou um recado à cidade, dizendo que seus "**centros de cultura prosseguirão jorrando a luz que dirige a marcha do Brasil para o seu grande destino**". No dia seguinte, ao descer a escadaria do Palácio do Catete pela última vez, derramou algumas lágrimas (RODRIGUES, 2010) (grifos nossos).

Por fim, Rodrigues estabelece um paralelo entre o 22 de abril de 1960 e o dia seguinte à confirmação de que a cidade iria sediar os Jogos Olímpicos de 2016:

E no fim tudo acabou em festa popular, com "centenas de milhares de pessoas" (a conta é do jornal *O Estado de S. Paulo*) tomando "a Avenida Rio Branco, Largo da Lapa e vias adjacentes". À meia-noite do dia 20, o samba deu lugar a um buzinação e à marchinha *Cidade Maravilhosa*, recém-transformada em hino da Guanabara. Na guerra ruidosa entre mudancistas e antimudancistas, entre a ciúmeira e a euforia, não sobrara espaço para uma reforma institucional que equacionasse o futuro político e econômico de uma **cidade desabituada de ser província**. Quarenta anos depois, com amargura, o economista Carlos Lessa anotaria no livro *O Rio de Todos os Brasís*: "O Rio cedeu os direitos de primogenitura em troca de um prato de lentilhas". Deu-se parte da **recuperação da autoestima** carioca em 2 de outubro deste ano, quando a cidade foi anunciada como sede da Olimpíada de 2016. "O Rio é uma cidade que perdeu muitas coisas ao longo da história", disse o presidente Lula. "Foi capital, foi coroa portuguesa, e aparece nos jornais em

notícias ruins. É hora de retribuição a um povo maravilhoso." (RODRIGUES, 2010) (grifos nossos).

A transferência da capital representou a primeira ferida narcísica do carioca. Freud (19?), em *Uma dificuldade no caminho da Psicanálise*, enumera três feridas narcísicas que mudaram o comportamento humano – o heliocentrismo, que desferiu o primeiro golpe, o cosmológico, contra o amor-próprio da humanidade; o evolucionismo, responsável pelo golpe biológico que eliminou a ascendência divina do homem e o seu laço de comunidade com o reino animal; o terceiro e último golpe, o psicológico, refere-se à afirmação de que ‘o ego não é o senhor da sua própria casa’ (ibid.), ou seja, à importância psíquica da sexualidade e à inconsciência da vida mental.

Em *Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo*, diz que no ciúme normal

[...] é fácil perceber que essencialmente se compõe de pesar, do sofrimento causado pelo pensamento de perder o objeto amado, e da ferida narcísica, na medida em que esta é distinguível da outra ferida; ademais, também de sentimentos de inimizade contra o rival bem-sucedido, e de maior ou menor quantidade de autocrítica, que procura responsabilizar por sua perda o próprio ego do sujeito (loc. cit.).

A ferida narcísica também está relacionada à

[...] noção de ferida narcísica designa um marco melancólico primordial, fonte de sofrimento pela perda do objeto materno, perda esta que, fazendo uma analogia com a melancolia (cf. Freud, (1917 [1915]), corresponde a uma perda da integridade do eu (ARREGUY; GARCIA, 2002: 113).

Ao transpor os comentários de Freud e de Marília Arreguy & Claudia Garcia para a experiência vivida pelos cariocas, pode-se inferir que a perda da capital para Brasília originou a consciência de uma alteridade entre ser carioca e ser brasileiro, uma vez que, desde, pelo menos, à transmigração da Corte, havia simbiose entre as duas identidades, sem clara definição acerca dos limites entre cada uma. Isso acarretou uma responsabilização do ego coletivo carioca e, se Brasília ocupou o lugar objetual que pertencia ao Rio – a centralidade política do país –, talvez mimetizar a Novacap trouxesse, ilusoriamente, a sensação de equivalência entre as duas cidades.

Desse modo, em 1969, o governo da Guanabara recebeu o Plano-piloto para a baixada de Jacarepaguá, com o objetivo de ocupar

[...] áreas ainda vacantes, com traçados urbanos mais evoluídos e identificados com os mais recentes avanços nos projetos viários,

habitacionais e de zoneamento de distribuição de usos, incorporando as últimas contribuições tecnológicas para a solução dos problemas urbanos (ESTADO DA GUANABARA, 1970a: 74).

Outras duas hipóteses para o planejamento urbano consistiam na “*mudança de direção dos eixos de desenvolvimento urbano para o rumo Oeste, em vez de Norte*” (loc. cit.) e a “*reserva e destinação das áreas potencialmente passíveis de uso paisagístico, recreativo, turístico etc., a fim de permitir sua utilização por todos os habitantes do Estado*” (loc. cit.). Assim, estabelecia-se “*diretriz segura para o desenvolvimento daquela Baixada. O resultado, já de todos conhecido, é um exemplo, talvez único em nosso país, de obra humana integrada à Natureza*” (ibid.: 71). Lembremos, outrossim, que o urbanista chamado a elaborar o Plano-piloto da baixada de Jacarepaguá é o mesmo que desenhou Brasília.

Mesmo tendo mimetizado Brasília, o Rio de Janeiro experimentaria a segunda ferida narcísica, anos após a implantação do Plano-piloto. Isso ocorreu no momento em que o Rio de Janeiro tornou-se capital do estado homônimo, depois que o regime militar decidiu pela fusão entre os então existentes estados do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, e da Guanabara. Acabava, assim, qualquer resquício de singularidade para a cidade, e o ícone máximo dessa banalização era a Ponte Rio-Niterói, inaugurada pouco mais de um ano antes do nascimento do novo Estado.

Sob o título *A Ponte Rio-Niterói constitui um marco da fusão dos Estados do Rio e da Guanabara*, Manchete (1977: 132) conta que a ponte “*é considerada uma das mais importantes obras da engenharia mundial*”. Contudo, segundo Cunha (1975: 11),

[...] mesmo antes da formação do novo estado [da Guanabara], vozes se levantaram defendendo a ideia da reincorporação da cidade ao Estado do Rio de Janeiro. Um estudo encomendado pelo antigo Centro Industrial do Rio de Janeiro defendia a fusão, como uma fórmula de evitar um certo esvaziamento econômico da Cidade-Estado, tendo sido elaborado em 1959. Durante a crise político-administrativa que o Brasil atravessa em 1963, uma das questões levantadas foi em torno da controvérsia de opiniões sobre a fusão. O Governo Federal consulta a opinião pública da antiga capital através de um plebiscito, onde aquela ideia foi majoritariamente rejeitada.

Com a criação da Guanabara, essa ideia é retomada, já que

[...] a pequena área da nova unidade federada, que dificultava a expansão industrial, era um dos fatores negativos apontados em novos estudos patrocinados em 1969/70 pela FIEGA (Federação das Indústrias do Estado da Guanabara). Um documento defendendo a união dos dois estados foi encaminhado por este órgão ao Governo Federal. Os termos ‘fusão’ e ‘esvaziamento’ passaram a ser de uso corrente nos noticiários. A ideia ganha

corpo e, em abril de 1974, o Ministério da Justiça anuncia, oficialmente, que o assunto estava sendo estudado pelo Governo Federal. Na realidade, a fusão tornava-se irreversível... (CUNHA: 1975: 12)

A fusão acarretou perda de receita para a cidade, e mesmo antes dela ocorrer, havia questões de como manter a cidade economicamente ativa, ademais de exercer alguma centralidade ou relevância nacional. Como a música de Gil diz, o Rio de Janeiro continuava lindo, e o turismo, bem como a cultura, tornaram-se, então, o foco de ações públicas destinadas ao crescimento econômico. Ser carioca tornar-se-ia, em definitivo, algo a ser comercializado.

Geografia Ilustrada Brasil (1971: 178) observa que, além da fusão, que assumiu, portanto, legitimidade no discurso de crescimento econômico, existiam

[...] outras perspectivas para a Guanabara: uma delas é a de tornar-se o grande centro brasileiro de prestação de serviços, a partir de sua hegemonia cultural e artística. [...] As atividades culturais, o carnaval, o futebol, as belezas naturais da Guanabara, o famoso ‘espírito carioca’ constituem fontes ainda pouco aproveitadas de divisas.

Escrevia o governo da Guanabara (ESTADO DA GUANABARA, 1970a: 109-10) que

[...] a indústria do turismo não é de fácil implantação. Envolve uma parte subjetiva que é a criação da ‘mentalidade turística’ e depende, também, como todas as demais indústrias de uma infra-estrutura de serviços básicos. [...] Na baixada de Jacarepaguá, o ‘Plano Lúcio Costa’ representa uma diretriz urbanística para a orientação governamental, que motivará a iniciativa privada no sentido de dar ao local uma paisagem urbanística racional e coerente.

Rio Ano 2000 (id., 1970b: 213) assevera que

[...] o Rio deve ser considerado a Capital do Turismo no Brasil, por sua paisagem de cartão-postal, internacional e nacionalmente conhecida, alto nível de progresso, população que representa a mescla do nosso povo, grandes estabelecimentos bancários, alto comércio e, sobretudo, por ser a porta de entrada natural do país e o seu mais prestigioso centro cultural.

Continua, propugnando que

[...] é necessário que esta primazia seja mantida com uma programação racional que leve em conta [...] que turismo é circuito. [...] Dentro desse / espírito, não se pode conceber o desenvolvimento do turismo carioca, em termos de indústria, sem uma interligação com o Estado do Rio. A ponte Rio-Niterói (em construção), o projeto do Aeroporto Supersônico, o saneamento (em estudo) das baías de Guanabara e Sepetiba, melhoria das comunicações com as cidades serranas fluminenses e com a Costa do Sol (o litoral que se estende de Parati a Macaé) insinuam uma ‘região de turismo’ (loc. cit.).

Conclui, ao observar que

[...] temos a matéria-prima da natureza: praias e sol, cidades históricas e clima de montanha. Faltam maiores incentivos com que expandir a rede hoteleira, por enquanto precária, criar um sistema vigoroso de transportes, oferecer serviços em grau de eficiência (ESTADO DA GUANABARA, 1970b: 213).

Sobre o turismo, Manchete (1977: 135), afirmava que

[...] com uma afluência anual de cerca de trezentos mil turistas estrangeiros – mais da metade do total entrado em todo o Brasil – e um movimento interno várias vezes maior, o Rio de Janeiro tornou-se o maior pólo turístico da América do Sul. Desfrutando de uma situação privilegiada, com magníficas praias na sua orla oceânica, ao mesmo tempo que se debruça sobre uma baía considerada a mais bela do mundo, ela é a cidade brasileira que mais curiosidade exerce sobre aqueles que não a conhecem e mais fascina aqueles que já a visitaram, ávidos de novamente participar da sua trepidação de cidade cosmopolita.

A vocação turística do Rio estaria definida e, assim, assumia caráter de naturalidade. Mais um exemplo é o dado pelo DER-GB (id., 1970c), ao contar que

[...] da Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional, uma via expressa ligará o Rio do futuro ao futuro do Rio. Eis aí, em poucas palavras, o significado e a excepcional importância da obra que vem sendo realizada pelo DER-GB, na Baixada de Jacarepaguá, graças ao plano de integração do genial urbanista professor Lúcio Costa e às vias de acesso, já em construção. Dentre estas, se destaca a via expressa que partindo da Barra da Tijuca, pela Auto-Estrada Lagoa-Barra, através do Túnel Rebouças e pelo elevado da Avenida Paulo de Frontin, atinge à Cidade Universitária e ao Aeroporto Supersônico.

Antes de prosseguir, deve-se lembrar, primeiramente, que não havia Linha Amarela, e, em segundo lugar, a megalomania vigente à época, do Brasil Grande, de faraônicas obras, como a própria Ponte Rio-Niterói, e os termos empregados, ‘supersônico’ e ‘excepcional importância’, anteriormente, e ‘maiores capitais do mundo’, ‘ciclópicas’ e ‘grandes capitais do mundo’, em seguida. A megalomania também se adéqua à situação do Rio de Janeiro. Prosseguindo:

[...] É um conjunto de obras ciclópicas, que situarão o Rio ao nível das maiores capitais do mundo, assegurando-lhe primazia absoluta nas Américas. Ninguém mais duvida que, sem essas realizações viárias, o Rio perderia a oportunidade de construir o principal Aeroporto das Américas do Sul e Central. Assim se assegurará ao turista o acesso aos conjuntos hoteleiros da Zona Sul e da Barra da Tijuca em poucos minutos e se fará da Guanabara uma das grandes capitais do turismo internacional. É esta a melhor resposta aos que propalam um esvaziamento econômico do Rio. Não só pelos caminhos industriais se faz o enriquecimento de um Estado; pelos caminhos viários também. E estes, o DER-GB vem fazendo! (loc. cit.)

A edição comemorativa dos 25 anos da Revista Manchete (1977: 137) reforça essa megalomania, quando diz que “*o Rio de Janeiro é uma cidade em constante mutação, à procura de novos espaços para satisfazer seu gigantismo. E os que mais foram afetados nessa busca são [...] o mar e a montanha*”. E ainda comenta sobre o Rio de Janeiro que

[...] nos seus vinte e cinco anos de existência, MANCHETE acompanhou a cidade do Rio de Janeiro como capital da República, como estado da Federação e, retornando às suas origens, como município e capital do Estado do Rio de Janeiro. Nesse período, a sua fisionomia sofreu diversas modificações. Na sua ânsia de expansão, a cidade, numa luta contra a própria natureza, derrubou montanhas e aterrou o mar. Cresceu vertical e horizontalmente, engoliu as cidades vizinhas e multiplicou por várias vezes sua área de influência, até se afirmar, hoje, como uma das maiores metrópoles do mundo (ibid.: 131).

Pode-se perceber, portanto, que, à tentativa de reverter um quadro econômico possivelmente desfavorável, sucedeu uma série de preocupações relacionadas à infraestrutura urbana, de modo a garantir a manutenção das atividades econômicas, em especial a grande aposta do período – o turismo. Assim, cabe indagar se, no afã de se manter importante e com algum tipo de hegemonia relativamente ao restante do país, o resultado foi a concentração dos investimentos públicos em áreas já consolidadas, acentuando a deterioração do tecido urbano do restante da cidade, a exceção sendo constituída pela Barra da Tijuca.

Exigem-se mais pesquisas, a serem trabalhadas oportunamente, e desde já infere-se que esse processo de valorização seletiva do turismo acarretou a perda da identidade e da qualidade de vida dos subúrbios, em um processo concomitante ao crescimento da Barra e à valorização daquela atividade econômica, e, assim, da Zona Sul da cidade. O turismo e a Barra da Tijuca estarão definitivamente imbricados quando da realização do Pan-americano de 2007, e com a realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

De qualquer modo, no Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro (PUB-Rio), pode-se perceber que a valorização da Barra da Tijuca ocorreu entre os anos de 1973 e de 1976. Para a análise do valor da terra, “*utilizou-se, inicialmente, o cadastro dos logradouros da Cidade, separados por bairros fiscais com os respectivos valores Vo e os códigos de logradouro (CL), dados da Secretaria Municipal de Fazenda*” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1977: 145). O PUB-Rio define Vo, Valor

Unitário Territorial de Cadastro, como 36m², e, para essa análise, foram selecionados os dez logradouros mais valorizados de cada bairro.

Em 1973, a Barra da Tijuca se encontrava na faixa de Cr\$ 12.001,00 a CR\$ 30.000,00, juntamente com Alto da Boa Vista, Bonsucesso, Caju, Catumbi, Engenho Novo, Estácio, Grajaú, bairros da Ilha do Governador, Penha e Ramos. Três anos depois, em 1976, desses bairros citados, os da Ilha do Governador, Penha e Ramos tiveram decréscimo para a faixa imediatamente inferior, de Cr\$ 6.001,00 a Cr\$ 12.000,00. O Grajaú subiu para a faixa imediatamente superior, de Cr\$ 30.001,00 a CR\$ 60.000,00 (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1977: 145-6).

A Barra da Tijuca subiu para a segunda faixa mais alta, Cr\$ 125.001,00 a CR\$ 250.000,00. Desta faixa para cima, em 1976, estava toda a Zona Sul da cidade, o Centro e a área da Saúde e da Gamboa. Entre este ano e 1973, assistiu-se à valorização de toda a Zona Sul para as duas faixas mais valorizadas da cidade, o que tende a confirmar, em parte, a hipótese levantada anteriormente. É interessante notar, entretanto, que entre os corredores analisados pelo Plano, o de n^o 14, correspondente à atual Avenida Ayrton Senna e às ruas Teles, Maricá, Pedro Teles e Cândido Benício supera o de n^o 22, compreendido pela avenida Ataulfo de Paiva, Estrada do Joá e Avenida das Américas (loc. cit.).

Segundo a Prefeitura do Rio, a Autoestrada Lagoa-Barra foi inaugurada em junho de 1971, contudo, segundo o sítio <http://zrak7.ifrance.com/rio-urb-06.pdf>,

[...] no final de março, a ligação entre a Barra da Tijuca e São Conrado pela autoestrada Lagoa-Barra é realizado em caráter experimental apenas pela pista inferior do elevado das Bandeiras. A pista superior continua inacabada, ainda no estágio de construção do vigamento. A partir do dia 2 de abril a pista inferior, que então operava em mão dupla, passa a operar em mão única no sentido Barra – São Conrado, de segunda à sexta, permanecendo a mão dupla nos finais de semana.

Para a pesquisadora Elisabeth Melo a inauguração da autoestrada ocorreu no dia 23 de janeiro de 1982, portanto, posterior ao PUB-Rio. Vera Rezende aponta a conclusão do elevado do Joá em 1974. O que tende a explicar o crescimento vertiginoso entre os anos de 1973 e 1976 é, por um lado, a construção da primeira ponte sobre a Lagoa de Jacarepaguá, ligação hoje entre a Avenida Ayrton Senna e Linha Amarela e Jacarepaguá, conforme o sítio supracitado. Não encontramos, contudo, a data de conclusão da obra, mas segundo informa outra página de Internet, a segunda ponte teve

obras iniciadas em 1979. De qualquer modo, desde meados da década de 1970 há crescimento exponencial do mercado imobiliário na Barra da Tijuca.

O PUB-Rio. Este plano foi elaborado durante a administração de Marcos Tamoyo, para lidar com a nova realidade urbana do Rio de Janeiro, capital de Estado. Segundo o próprio prefeito (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1977: V),

[...] com a fusão, a cidade do Rio de Janeiro passou à condição de Município-Capital do Estado do Rio de Janeiro. Os encargos da nova Prefeitura foram definidos pelo Governo do Estado, enquanto sua Receita acompanhou o modelo municipal brasileiro. Iniciando uma nova era com responsabilidades administrativas divididas entre órgãos federais, estaduais, metropolitanos e municipais, sobre o seu território, fazia-se imprescindível a elaboração de um Planejamento que subsidiasse as ações governamentais no espaço carioca.

Ainda segundo Tamoyo, a cidade iniciava outra fase de desenvolvimento urbano com a fusão. Com a “*feliz alternativa*”, escreve o alcaide acerca do Estado da Guanabara, “*suprimos sobejamente a falta de ajuda que deixamos de receber quando também deixamos de ser a Capital Federal, em 1961*” (loc. cit.). Desse modo,

[...] ao trocarmos a posição de Cidade-Estado, pela situação de Município do Estado do Rio de Janeiro, passamos a depender em grande parte do novo Estado. [...] [Este, até atingir a prosperidade,] não poderá transferir à Prefeitura tudo que necessitamos para nossos encargos. Durante esse tempo seremos uma capital superdimensionada para o nosso Estado. Mas não podendo desacelerar a expansão e conservação da nossa infra-estrutura urbana, o Rio-Cidade necessita de apoio de outra fonte [...]. Dessa forma, vê-se a grande importância da ajuda federal a fundo perdido [...], ajuda que necessitaremos até o final da Fusão [prevista para 15 de março de 1979] (loc. cit.).

Com a fusão, a área metropolitana do Rio de Janeiro, foi, enfim, criada, e isso correspondeu aos anseios do regime militar de incorporar ao planejamento a escala urbana, integrando esta a outras formas de planejamento. Associado à isso, estava o desenvolvimento do próprio setor de construção civil, já que “*o Plano Nacional de Habitação, posto em prática a partir de 1965, pelo Banco Nacional da Habitação*” (BRUNA, 2002: 130), de acordo com Paulo Bruna, não propunha

“medidas concretas para alguns pontos-chave, como por exemplo: o barateamento do custo das habitações, a redução nos prazos de execução, integração de um maior número de trabalhadores não qualificados na economia de mercado, expansão progressiva do atendimento e, finalmente, redução nos custos financeiros à medida que se atinjam economias de escala (loc. cit.).

O autor lembra que, a partir de 1967, o FGTS passou a ser empregado em habitações e, posteriormente, em financiamento para serviços de água e esgoto,

treinamento de pessoal e financiamento à indústria de materiais de construção. Assim, “a ativação da construção civil teve o mérito de reativar o processo de desenvolvimento econômico, paralisado pela inflação” (BRUNA, 2002: 134). Isso permitiu o financiamento habitacional e a atuação nas áreas afins acima mencionadas, mas não

[...] na escala e velocidade desejadas; razão pela qual o Plano Nacional de Habitação prevê [...] a necessidade de introduzir uma ‘racionalidade e uma escala de produção’ só possíveis com a industrialização da construção. [...] [Este Plano] somente poderá vir a ser integralmente cumprido pela implantação da industrialização da construção, [o que] não significa que o processo ocorra espontaneamente (ibid.: 135).

Bruna elenca três princípios para cumprir o objetivo do PNH – a necessidade de pesquisa e desenvolvimento da área, a carga das classes responsáveis; “*diminuir as variações na composição da demanda, com o objetivo de tornar viável a produção de componentes standardizados e modulados*” (ibid.: 140); e, o que nos interessa neste trabalho, “*dar garantias à indústria da construção de que haverá continuidade de trabalho nos canteiros industrializados*” (ibid.: 139), garantindo, portanto, a amortização dos investimentos realizados. Desse modo,

[...] se as atividades na construção devem assumir um papel de reguladores econômicos, o que sem dúvida é plausível dentro da estratégia adotada, então estes projetos deverão ser procurados em outros setores que não a construção de habitações: na renovação urbana, nas obras públicas, nelas se incluindo o transporte rápido de massas, no saneamento e outras obras. O mais importante incentivo que se possa dar à industrialização da construção é a garantia de que a produção em massa de habitações não será interrompida, mas ao contrário, que um planejamento a longo prazo garantirá um nível contínuo e crescente de realizações (ibid.: 140).

Ermínia Maricato (1987: 40) afiança que

[...] as grandes obras financiadas pelo BNH não se restringem ao saneamento. [...] Há os chamados pólos econômicos, e há obras nas áreas de transporte como o caríssimo metrô de São Paulo, o metrô do Rio de Janeiro, a monumental Ponte Rio-Niterói, além de vias expressas, viadutos e outras mais.

Ainda consoante a autora, o ano de 1976 tem o pico de participação de investimentos em programas de desenvolvimento urbano, simultaneamente à menor participação relativa a programas de habitação. Com a implantação efetiva da indústria da construção civil, desenvolvia-se a economia, criavam-se as condições necessárias para o Milagre Econômico e para os projetos geopolíticos do regime militar, e, sobretudo, nova modernidade.

Essa nova modernidade insere em definitivo parte da sociedade brasileira no conjunto das sociedades de consumo e é reprodutora do autoritarismo do período, como asseveram Luciano Martins e, principalmente, Jurandir Freire Costa. Para este autor,

[...] o que singulariza socialmente a geração pós-68 é seu projeto de vida hedonista e seu meio familiar anônimo, onde prevalecem princípios idiossincráticos de orientação social, baseados no ‘respeito’ à liberdade e ao desejo de cada um. Como não pode haver consenso onde a exceção torna-se regra, os indivíduos passam a buscar fora da família os meios necessários à definição do bom e do mau, do certo e do errado. Proliferam, então, as agências criadoras de regras que, ao mesmo tempo, ajudam a família a ‘modernizar-se’ e a ‘orientar-se socialmente’, em direção à valores comuns (COSTA, 2003: 183).

Desse modo, as condutas sociais da Geração AI-5 – abuso de drogas, desarticulação do discurso, modismo psicanalítico –

[...] não exprimem apenas o desacerto dos que pretendiam dizer não à opressão e findaram por tornar-se cúmplices inconscientes do que pensaram combater. Essas condutas, reprodutoras do autoritarismo, representam principalmente a conversão da família burguesa às ideologias do bem-estar do corpo, do sexo e do psiquismo, típicas das sociedades de consumo (ibid. 184).

O traço comum entre as sociedades de consumo de países desenvolvidos e a nossa é “*a reestruturação da vida mental dos sujeitos, no que concerne a suas identidades privadas*” (loc. cit.). Com base em Martins, Costa reflete acerca de Lasch e de Baudrillard. Assegura que para Lasch a sociedade americana é uma sociedade de abundância e que, por isso, busca-se “*criar novas demandas de consumo, convencendo os indivíduos a comprarem mercadorias cuja utilidade lhes é desconhecida e que são, na verdade absolutamente supérfluas*” (ibid.: 198).

Além disso, a publicidade assume outras duas funções estratégicas nas sociedades capitalistas;

[...] primeiro, promove o consumo como sucedâneo do protesto e da rebelião; segundo, converte a alienação, ela mesma, em mercadoria. Isto é, reforça nos indivíduos a convicção de que a desolação do homem moderno é inelutável e propõe o consumo como cura ou remédio. Em síntese, ‘a propaganda que antes limitava-se a anunciar um determinado produto, exaltando-lhe as qualidades, na época atual fabrica seu próprio produto, o consumidor perpetuamente insatisfeito, ansioso e entediado’ (ibid.: 199).

Costa, fundamentando-se em Baudrillard, lembra que para uma sociedade se tornar consumista não há a necessidade de elevado padrão de renda de seus integrantes,

e exemplifica o caso brasileiro contrapondo a análise deste autor a Lasch, ao desvincular consumo de abundância. Em uma sociedade como a nossa,

[...] a prática consumista não redundava da abundância real ou da tendência ao igualitarismo social, mitos que o autor se empenha em desmontar. Ela cresce no terreno da desigualdade e da escassez relativa de bens materiais e culturais. Sua semente não é a riqueza generalizada ou a propensão à repartição equitativa dos bens, mas a concentração urbano-industrial, ordenada em torno de valores produtivistas (COSTA, 2003: 205).

Explicita-se assim que

[...] o sistema industrial [...] alimenta-se de sucessivas formas de hierarquização de acesso aos bens. [...] Quando todos podem ter automóvel e televisores a cores, diz Baudrillard, criam-se outros bens e objetos aos quais só a minoria privilegiada tem acesso. É o caso do espaço, do tempo, do ar puro, do verde, da água, do silêncio, da cultura, do bom-gosto etc., no meio urbano (ibid.: 201).

Assim sendo,

[...] o consumismo é, por excelência, individualizante. Toda propaganda moderna tem como primeiro mandamento a ‘personalização’. Personalize seu apartamento, seu carro, sua indumentária, seu estilo de vida, seu corpo, seu sexo etc. A personalização do modismo consumista faz com que o indivíduo, massificado e uniformizado, sintam-se único na posição que ocupa socialmente, quando se apropria de determinados bens e objetos. [...] Favorecido pelo autoritarismo político e pela concentração de renda por ele patrocinada, o consumismo disseminou-se no país como um decalque, em escala menor, do similar europeu ou norte-americano (ibid.: 203; 206).

Costa prossegue sua análise, reiterando que o narcisismo contemporâneo é “defensivo, voltado para o investimento do corpo, que se tornou foco de sofrimento e ameaça de morte pela ação de violência” (ibid.: 235). Isso decorre porque corpo e sexo foram convertidos em objetos de consumo, ocasionando, vale citar novamente, “a reestruturação da vida mental dos sujeitos, no que concerne a suas identidades privadas” (ibid.: 184). Nesse sentido, “os indivíduos são convencidos de que nenhuma sociedade é ou foi capaz de outorgar tanta ‘liberdade’, autonomia, prazer e bem-estar a seus membros” (ibid.: 235). Contudo,

[...] esta mesma sociedade que diz liberar os corpos de sua função instrumental (trabalho e reprodução da espécie) para entregá-los ao ‘direito do prazer’, é a sociedade que polui o ambiente; incentiva a competição e a concorrência por prestígio, status, celebridade; fabrica guerra entre os sexos e gerações, mata muitos de fome e abarrata uns poucos de comida e, enfim, ameaça a todos, democraticamente, com a iminência do enfarte (ibid.: 236).

Costa prossegue, atestando que, como isso “*não pode ser visto, tem de ser travestido*” (COSTA, 2003: 236), o que ocorre mediante a naturalização, como exemplifica o autor, dos ‘males do progresso’ ou das ‘tensões da vida urbana’. A moral do consumo embutida nessas afirmações, incluindo o consumo da liberdade supracitada, ou como diz Costa, a mistificação da ideologia do prazer, implica uma concepção de sofrimento bem específica, a de que sofrer significa “*privar-se de um prazer que está sempre no corpo do outro e jamais no corpo próprio. [...] O outro é uma abstração reificada do corpo inventado pela sociedade de consumo*” (ibid.: 238).

Desse modo, o estado de privação relativa ao qual o corpo é submetido impede que o indivíduo encontre “*satisfação em sua realidade corpórea ou em sua imagem egóica. É esse o estado de violência que pressiona o homem urbano*” (ibid.: 241). Por conseguinte, “*entramos no campo do chamado mal-estar existencial, onde o sofrimento deriva do afastamento entre o comportamento psicológico real do indivíduo e as características do tipo psicológico ideal, determinado pela cultura*” (ibid.: 244). Costa conclui sua análise ao propugnar que

[...] o narciso moderno não é um Narciso, é uma prosaica Moura-Torta. Como a Moura-Torta, ele não ama a imagem de si mesmo, pelo contrário, a odeia. [...] Esta relação de ódio ao corpo-próprio, e ódio e inveja do corpo desejado é o motor do interesse narcísico, presente na sociedade de consumo. É a relação de Dorian Gray com seu retrato. [...] [Este], perseguido e torturado pela juventude e beleza de que foi eleito símbolo, por uma ordem do outro, só encontrou paz assassinando o odiado ideal de si mesmo (ibid.: 248).

Fazemos nossas as palavras de Costa. A primeira ferida narcísica do carioca gerou uma distorção na auto-imagem, que, primeiramente, mimetizou Brasília no Plano Lucio Costa, e, concomitantemente, criou o discurso de vocação natural do Rio de Janeiro para o turismo, juntamente com a valorização desta atividade econômica na reestruturação capitalista, acarretando a reapropriação da identidade carioca e a revalorização da beleza da cidade. Essa beleza – assim como o discurso sobre ela – é tão mais acentuada quanto maior a mortificação social. Ao longo das décadas seguintes, em que houve uma série de problemas graves, desde administrativos até os de segurança pública, a beleza transformou-se em uma espécie de consolação.

Beleza tal que a de Dorian Gray em que a natureza era a personagem e a sociedade, o seu retrato. Isso é particularmente referenciado em relação ao mar, como se este fosse condicionante da personalidade do carioca – apesar de o litoral ser espaço

vivido de uma minoria, e de essa identidade ser reforçada constantemente há décadas.
Segundo *Manchete 25 anos*,

[...] o carioca sempre foi um apaixonado pelo mar. É a sua vocação natural, uma compulsão que sempre esteve presente em seu comportamento, desde os tempos em que os lânguidos personagens de Machado de Assis desfilavam pela então mais aristocrática das praias – a de Botafogo. Depois, veio a descoberta de Copacabana e sua fase áurea, nas décadas de 50 e 60, quando passou a ocupar um lugar cativo nos folhetos de turismo de todo o mundo. [...] Mais tarde, esses atrativos se estenderiam para Ipanema e para o Leblon. Atualmente, nesses bairros, a superpopulação, com todos os seus inconvenientes, não deixa ao carioca outra opção a não ser prosseguir pela costa, rumo ao sul, até a Barra da Tijuca (1977: 144).

Dessa forma, o discurso naturaliza o desenvolvimento urbano do Rio. Nesse sentido, *Manchete 25 anos* (loc. cit.) prossegue:

[...] Mas, teria sido isso uma simples criação da indústria da construção civil, ou o fato deve ser creditado exclusivamente à vocação praieira do carioca? Na realidade, esse rumo foi desbravado pelos banhistas, namorados e pescadores amadores que procuravam, em São Conrado, na Barra e no Recreio dos Bandeirantes o encontro com o mar aberto, com os espaços livres e a natureza ainda preservada da poluição.

Período esse coincidente com o consumismo do verde e da natureza que tanto seria utilizado pelo mercado imobiliário, em especial na Barra da Tijuca, cujo ar lavado e agreste era exaltado no Plano-piloto. Essa nova modernidade impôs, portanto, uma perda qualitativa do espaço vivido e das identidades que emergiam dessa relação entre homem e cidade, acentuando, dessa vez, a identificação da cidade, como um todo, a um modo de vida que apenas a minoria desfruta, a da Zona Sul carioca e de suas praias, mais tarde agregado o litoral da Zona Oeste.

Essa nova modernidade foi propiciada também pelo desenvolvimento das telecomunicações e pela cultura de massas. Segundo Marcelo Ridenti (2003: 155),

[...] as grandes redes de TV, em especial a Globo, surgiam com programação em âmbito nacional, estimuladas pela criação da Embratel, do Ministério das Comunicações e de outros investimentos governamentais em telecomunicações, que buscavam a integração e a segurança do território brasileiro. Ganhavam vulto diversas instituições estatais de incremento à cultura, como a Embrafilme, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro [SNT], a Funarte e o Conselho Federal de Cultura.

Conforme *Nosso Século* (1986, vol. 10: 115),

[...] a ampliação das classes médias e o acesso à escolaridade criou ‘um público relativamente amplo que já não pode deixar de consumir regularmente cultura (...): ir ao cinema ou ao teatro, ler livros, manter-se informado etc. [...] O número de universitários passou de menos de 100.000

(1970) para quase 1 milhão (1980). Aliado a esse fato, a infra-estrutura cultural alcançou a maturidade profissional. Novos empresários da cultura, como a atriz Ruth Escobar, o editor Victor Civita, e homens da TV, como Walter Clark, puderam contar com recursos técnicos de alto nível, criando esquemas profissionais nos moldes mais avançados.

Ainda segundo Ridenti (2003: 155),

[...] à sombra de apoios do Estado, floresceu também a iniciativa privada: criou-se uma indústria cultural, não só televisiva, mas também fonográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis até em bancas de jornal), de agências de publicidade etc.

Nosso Século complementa Ridenti, ao lembrar que

[...] essa realidade – a cultura como uma verdadeira força de produção, gerando milhares de empregos – levou o Governo a atuar contraditoriamente: ao mesmo tempo que censurava parte considerável da produção cultural, o Estado se transformou no grande mecenas da década, criando instituições, como a Funarte, o SNT, a Embrafilme, para financiar e favorecer a produção artístico-cultural. Mas, embora os anos 70 tenham sido marcados pela proliferação de obras e de veículos de divulgação (publicações e revistas especializadas), deixou de existir a grande arte integrada e participante que caracterizou os anos 60, predominando a chamada produção de massa ('padrão Globo') (NOSSO SÉCULO, vol. 10: 1986: 115).

Essa produção de massa não se limita à cultura. Mais uma vez, segundo Nosso Século (ibid.: 69),

[...] as maiores taxas de crescimento [industrial] são as da indústria de bens de consumo duráveis (eletroeletrônicos, automóveis): o setor automobilístico aumenta sua produção em 25,5% ao ano e o setor eletroeletrônico, em 28%. [...] Abre-se a era dos supermercados e dos shopping centers. O crescimento da indústria de bens duráveis de consumo gera dois fenômenos: em primeiro lugar, há uma generalização do consumo de eletrodomésticos – mais de 80% das famílias urbanas passam a dispor de rádio, geladeira, fogão, ferro de passar roupa, televisão, liquidificador etc. Já o automóvel torna-se acessível a setores de classe média, graças às facilidades de crédito. A indústria automobilística diferencia modelos com a introdução de uma multiplicidade de carros médios [...]. Assim, os brasões da nova riqueza passam a ser os símbolos de status, que vão do Volkswagen ao Dodge Dart, passando pelo Opala.

Esse consumo foi acompanhado por uma crescente concentração de renda, que é a marca desse período – a classe A, composta pelo 1% de habitantes mais ricos, tinha 11,7% da renda nacional em 1960, percentual este aumentado para 17,8% em 1970. Já a classe E, que compreende os 50% mais pobres, detinha, em 1960, 27,8% da renda, a qual foi reduzida para 13,1%. Outro elemento marcante para esse consumo é a ascensão do marketing, que *“no início dos anos 70 fez com que o país ingressasse finalmente na sociedade de consumo, definida pelo publicitário Celso Japiassu como ‘a busca da felicidade através da posse de bens’”* (ibid.: 83).

Houve, em consequência, a criação de novos mercados e de novos produtos, e

[...] o comércio retocou a face de suas lojas para receber as ondas crescentes de consumidores, devidamente acionados pelos apelos de publicidade. Os negócios evidentemente prosperaram, mas, apesar da boa disposição do consumidor para comprar mais e mais, os industriais e comerciantes tiveram de adaptar-se ao novo ritmo do mercado, enfrentando uma concorrência agressiva e sofisticada (NOSSO SÉCULO, vol. 10, 1986: 83).

Assim,

[...] o marketing (ou mercadologia) era, acima de tudo, ‘a arte de fazer toda a produção da empresa girar em torno do mercado, gostos e necessidades do consumidor’, cuidando da embalagem, da qualidade do produto, da concorrência, da distribuição, e das campanhas publicitárias, precedidas de ampla pesquisa de mercado (ibid.: 91).

Ainda sobre o consumo, podem-se citar os supermercados, que

[...] só seriam incorporados definitivamente à paisagem urbana na década de 70, acompanhando a vertiginosa monopolização da economia: através de uma agressiva política de marketing, os supermercados e shopping centers foram substituindo as feiras livres e os empórios, produzindo novos hábitos de consumo e até uma nova ordenação do espaço urbano. Viadutos, elevados e largas avenidas facilitaram o acesso a estes paraísos de consumo, ao mesmo tempo em que as cidades se expandiam até encontrarem umas com as outras (loc. cit.).

Pode-se, pois, caracterizar essa nova modernidade por intermédio da concentração de renda, do individualismo, do privatismo, da monopolização da economia, da ascensão do marketing, do consumismo e, por fim, por meio da ideologia do regime militar que recusa o contraditório e de nova espacialidade urbana. Vivia-se nesses anos o ápice da repressão política, em que, embora houvesse a oposição partidária consentida do MDB, não havia garantias jurídicas de proteção ao indivíduo e tampouco liberdade para se opor ao governo.

Foi grande o número de exilados, houve muitíssimos expurgos, e criou-se um aparato estatal de espionagem e de censura, com funcionamento de uma polícia política responsável por torturas, execuções e desaparecimentos de presos políticos, cuja fundamentação era a existência do inimigo interno. Esse comportamento narcísico, para não dizer fascista, que recusa a alteridade, vincula-se a um superego punitivo, identificado diretamente aos chamados *linha-dura*. Acerca desse comportamento, Costa, com base no trabalho de Lasch, enfatiza que

[...] o ‘ego regredido’ de Marcuse, existe. Mas comandado por um superego próximo da expressão pura da pulsão de morte. [...] O homem narcísico

descartou-se de seu ancestral puritano, culpado, moralista, reprimido e individualisticamente competitivo, para dar vez a um novo homem pretensamente liberado, permissivo e tolerante. Entretanto, diz Lasch, a permissividade e a tolerância de fato existentes não significam respeito e aceitação do outro em sua diferença e sim profunda indiferença para com tudo que não seja do interesse exclusivo do próprio indivíduo (COSTA, 2003: 190).

Essa sociabilidade, em que pese acreditarmos que esse superego punitivo é próprio da formação do brasileiro, assumirá formas bem características na cidade do Rio de Janeiro – a expansão das áreas urbanas e a condominização. O crescimento das cidades sob a égide do capitalismo teve características relativamente anárquicas, substituídas por constante aumento da participação do Estado, em especial na reconstrução do pós-guerra. No Brasil, esse crescimento foi marcado pela construção de periferias vastas e de crescente e acentuada segregação entre áreas ricas e pobres, com as favelas, no Rio de Janeiro, pontuando, por vezes, áreas privilegiadas.

O espraiamento das áreas urbanas se explica, ademais do déficit habitacional urbano – Maricato (1987: 15) lembra que “*a população urbana brasileira passou de 52,1 milhões em 1970 para 79,8 milhões em 1980*” –; da concentração de renda, com a pauperização de 95% dos habitantes, além da permanente exclusão de grande parte destes ao SFH; e do estímulo ao setor de construção civil, pelo próprio consumismo. Este foi agente diferenciador da classe média que emergia, para a qual criou novas necessidades – o consumo do verde, da vida comunitária, do lazer, da segurança, estimulando outra forma de moradia, e, por conseguinte, outra forma urbana – o condomínio.

O condomínio assume a forma desta nova modernidade, caracterizada pela sociedade de consumo; pelo autoritarismo; pela reapropriação da identidade do carioca; pela revalorização da beleza da cidade; pela assunção do turismo como atividade econômica vocacional; pelo surgimento de nova classe média cujo modelo de desenvolvimento era excludente; pela mercadização da cidade; pelo privatismo; pela cultura de massas; por uma *narcisização* social. Obviamente, esta era a forma urbana daqueles que poderiam pagar por ela – a grande massa ocupou áreas periféricas que se mantiveram fora do alcance da ação estatal.

Sobre o condomínio, Ana Maria Bahiana (2006: 259) conta que

[...] a especulação imobiliária e o boom da construção civil mudam rapidamente a face das cidades brasileiras no final da década. Surgem novidades: prédios com serviços, condomínios em lugares semi-inexplorados, como a Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, que ganha, em 1977, o Barramares, ‘para morar, investir ou passar o fim de semana’, onde ‘autênticas camareiras diariamente vão arrumar seu apartamento enquanto você descansa na praia’.

Acerca do ímpeto com que o mercado imobiliário se desenvolvia, a autora lembra que “*no Rio de Janeiro, o incorporador Sérgio Dourado torna-se sinônimo da proliferação de espigões, e um dos vilões favoritos das tiras do Pasquim*” (loc. cit.). Chico Buarque, Tom Jobim e Toquinho, em 1977, fazem paródia com a música Carta do Tom, em que há a crítica desse processo – “*‘Rua Nascimento e Silva 107/ Eu saio correndo do pivete/ tentando alcançar o elevador/ Minha janela não passa de um quadrado/ A gente só vê Sérgio Dourado/ Onde antes se via o Redentor’*” (loc. cit.).

Desse período, a inauguração do Carrefour, rede de hipermercados francesa, que abre sua primeira loja, em 1975, “*na nova fronteira da Barra da Tijuca. Com o slogan ‘é barratíssimo’, o Carrefour se posicionava como ‘um boulevard de compras’*” (ibid. 260). Ainda no final da década de 1970, houve o pouso do Concorde, o avião supersônico, no aeroporto do Galeão, cujas obras conduzidas pelo governo federal foram inauguradas em seguida, em 1977. No ano subsequente, o metrô foi inaugurado, e ao cargo das obras, foi construída a Cidade Nova, substituta do antigo Mangue, área de prostituição e de boêmia.

A Cidade Nova, de certa maneira, termina por enterrar, também, a orientação de instalar o futuro Centro Metropolitano do Estado da Guanabara em Jacarepaguá. Como lembra Lucio Costa (INSTITUTO ANTONIO CARLOS JOBIM, s. d.),

[...] o PP [Plano-piloto] propôs que na vizinhança desse futuro centro, fosse instalado o “paço da cidade”, ou seja, a sede do governo e das secretarias do então Estado da Guanabara. A “fusão”, juntamente com a descrença quanto à efetivação do que o plano propunha, levaram à compra da mansão de São Clemente para sede do governo, e a área foi, assim, precocemente desativada por iniciativa da própria SUDEBAR e liberada para empreendimentos imobiliários, havendo ainda, contudo, a possibilidade da instalação, em parte dela, das secretarias do novo Estado.

Retornando à Barra da Tijuca, seu primeiro condomínio, contudo, não foi o Barramares, mas sim o Nova Ipanema, em 1975. Tinha por slogan ‘A nova antiga maneira de viver’. Em seguida, é inaugurado, um ano depois, o Novo Leblon. A página da Internet do

próprio condomínio (<http://www.novobleblon.com.br/condominio/historia.html>) informa que o

Novo Leblon, uma homenagem ao conceito de moradia, referindo-se ao bairro do Leblon, foi o segundo grande condomínio construído na Barra da Tijuca [...]. No convite de lançamento, o apelo irresistível: ‘Viva onde você gostaria de passar suas férias’, convidava as famílias a saírem da saturação dos outros bairros da cidade e inaugurarem uma nova maneira de viver, com muito conforto, lazer e uma gama de serviços ao dispor.

O condomínio, ainda de acordo com o sítio <http://www.novobleblon.com.br/condominio/historia.html> é composto por

[...] 1.120 apartamentos de dois a quatro quartos em oito edifícios e 189 terrenos de 1.000 a 1.500m², quase todos já ocupados, por residências unifamiliares. No nome dos edifícios, todos com esculturas de artistas contemporâneas adornando a entrada, a referência a artistas italianos do período clássico [...]. Cada prédio é dotado de administração independente e área comum constando de salão de festas, sauna, piscina e churrasqueira – alternativas ao Clube. Os cerca de seis mil habitantes que habitam esses 536.732m² de área gozam o privilégio de ter a maior oferta de serviços de todo o Rio, com quatro centros comerciais praticamente na porta de casa e outros dois do outro lado da Avenida das Américas. Para se deslocar no bairro ou ir até a cidade ou Zona Sul, o condômino conta com o conforto do ônibus comunitário e, se o sol convida à praia ou à caminhada, três balsas fazem a travessia para a orla. Para estudar, uma escola pública, a Albert Einstein, e uma particular, o Colégio Santo Agostinho, anexo à igreja.

Há, ainda, o

[...] Country Club Novo Leblon [que] oferece infra-estrutura de esporte e lazer para os moradores. Sob área de concessão da Prefeitura, mais espaços de lazer e integração dos moradores: a Fazendinha, a marina, o areal e a bocha, recantos de muita beleza e alta frequência de visitantes. Três bosques, árvores frutíferas e imensos jardins inserem e harmonizam esse condomínio, que é referência no conceito de morar bem, na natureza abundante da região (loc. cit.).

Consoante Manchete 25 anos (1977:144), na Barra da Tijuca

[...] as edificações começam a despontar, com seus traços arrojados, numa ampla paisagem em que o mar, as montanhas e o bucolismo da lagoa de Jacarepaguá se conjugam harmoniosamente. Pistas asfaltadas cortam toda a sua extensão. Já existem clubes, supermercados. Colégios estão sendo construídos. E já se sente um clima de comunidade, de agrupamento social. [...] [A Barra da Tijuca é um] novo bairro que é uma nova definição de status na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Nessa mesma publicação, há duas páginas dedicadas ao Condomínio Atlântico Sul, ainda em construção, talvez um anúncio publicitário, que resume, mais uma vez, a concepção por nós defendida sobre o condomínio. Pode-se ler que o status que a Barra da Tijuca oferece é encontrado nesse condomínio,

[...] uma experiência requintada, na qual se conjugam a arquitetura moderna, o mar, a lagoa e a floresta. Uma obra muito especial da Carvalho Hosken e da Sérgio Dourado, com projeto de Slomo Wenkert, em que se destacam as linhas arrojadas, varandas de 5 metros de balanço, alternadas, com piscinas privativas em cada apartamento (MANCHETE, 1977: 144).

Acerca da singularidade característica do consumo, lê-se que

[...] o Atlântico Sul é uma obra de arquitetura sem similar em todo o mundo [...]. Uma obra que, ao que tudo indica, não será repetida. O famoso Burtel Marx cuidou da parte da paisagem. As partes comuns dos prédios são enriquecidas por esculturas de Agostinelli, tapeçarias de Concessa Colaço, decoração de Henrique Vieira da Silva. Tudo isso compõem um conjunto de impressionante bom gosto, que levou o toque da personalidade de José Carlos Nogueira Diniz Filho na coordenação de tão diversas tendências artísticas (loc. cit.).

E prossegue:

[...] Uma prova de que as linhas do Atlântico Sul deixam uma marcante impressão em todos que têm a oportunidade de conhecê-lo – pelo arrojo, luxo e integração com a natureza – deu-se recentemente com a revista Vogue, francesa. Na imensa variedade de locais que o Rio oferece para uma reportagem de modas, ele foi o escolhido como cenário para as fotos de lançamento dos modelos de outono (ibid.: 144-5).

Como aconteceu com os primeiros condomínios construídos na Barra da Tijuca, no Atlântico Sul também se estabeleceram referências com bairros da Zona Sul. Já havia dois condomínios com os nomes de Ipanema e Leblon, então

[...] os seis blocos do Atlântico Sul – com 22 andares cada um – receberam nomes de ruas famosas do Rio, em especial as de Ipanema e Leblon [...]. Foi uma forma de homenagear o que havia de melhor antes da Barra e que havia firmado padrões arquitetônicos hoje reconhecidos em todo o mundo (ibid.: 145).

A especulação imobiliária e o crescimento acelerado não tardaram a exercer efeitos sobre o desenvolvimento urbano na área do Plano-piloto, particularmente na Barra da Tijuca. O primeiro óbice à execução das diretrizes contidas no Plano é a propriedade privada da terra, que acarreta a baixa qualidade dos padrões arquitetônicos empregados. Na periodização proposta por Vera Rezende para o desenvolvimento da Barra, já no final do primeiro período – entre 1969 e 1980 –, é *“evidente a luta entre os defensores de um planejamento mais rígido, que lograsse controlar a demanda pelo*

aumento dos índices construtivos e a continuidade da possibilidade de se planejar de forma negociada” (REZENDE, 2005: 9).

Isso ocorre porque *“a propriedade da terra é basicamente privada e cabe ao poder público somente garantir a necessária coerência urbanística aos empreendimentos propostos”* (ibid.: 8). Nas palavras de Lucio Costa, *“a área já havia passado para a mão de particulares, cabendo ao poder público apenas definir e instalar a trama viária básica, bem como definir os critérios de ocupação a serem obedecidos pela iniciativa privada”* (loc. cit.). Além disso, é a partir da década de 1980, segundo momento de crescimento da Barra para Rezende, que a cidade passa a ser administrada e vivenciada como mercadoria, contrapondo-se à modernidade de Brasília.

Peter Hall (2005: 407) argumenta que, em alguns países capitalistas desenvolvidos,

[...] o planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso, o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades [...] eram máquinas de produzir riqueza [...] O planejador foi-se confundido cada vez mais com seu tradicional adversário, o empreendedor.

Se nos países de capitalismo avançado isso ocorreu por conta da recessão econômica, no Rio de Janeiro a razão de ser desse processo foi estimular o próprio crescimento da Barra da Tijuca, especialmente após a crise decorrente dos choques do petróleo e da enorme dívida brasileira. Essa expansão será mais acentuada na década de 1980, época de crise econômica, justamente o momento em que *“já se delineia o desvirtuamento do Plano mesmo por parte de ações do poder público”* (REZENDE, op. cit.: 10). Vimos, anteriormente, o que ocorreu com a sede prevista para o futuro Centro Metropolitano do governo e das secretarias municipais.

Outra descaracterização decorreu da falta de iniciativa para implantar *“um parque nos moldes do Aterro do Flamengo na faixa litorânea e [d]a urbanização inadequada da Avenida Sernambetiba”* (loc. cit.). Acrescenta-se, ainda, a *“habitação para a população de baixa renda que ao longo do tempo, se transforma num dos pontos fracos e objeto de críticas ao processo de implantação do Plano Piloto”* (ibid.: 11). Estava prevista a construção de residências com tipologia específica para estratos sociais mais baixos; porém,

[...] a valorização excessiva da terra nesta etapa da urbanização [...] já está por inviabilizar empreendimentos de iniciativa do mercado, um dos princípios do modelo de gestão adotado – dirigidos a essa população (REZENDE, 2005: 10).

O privatismo não se caracteriza apenas por esse modelo de gestão mencionado por Rezende, mas também pelo espaço urbano ter-se reduzido à circulação. Segundo Pablo Cesar Benetti (1997: 203),

[...] o espaço público fica reduzido às faixas de rolamento e às calçadas, espaços em que predomina a lógica do movimento e do deslocamento. Os contatos e intercâmbios visuais entre pedestres vão acontecer no interior de shopping centers, nos corredores de circulação para os quais estão dispostas as vitrines e as praças de alimentação que concentram (e privatizam) estas atividades que, anteriormente, aconteciam na rua.

O autor lembra ainda que

[...] na Barra da Tijuca, onde esta operação foi promovida pelo capital imobiliário privado [a construção de prédios], o resultado é de uma parte a criação de grandes espaços privados parcialmente auto-suficientes, ficando o espaço público reduzido aos espaços de circulação. [...] Os grandes espaços operam no sentido de fazer com que tanto as residências quanto as instituições apareçam como monumentos. [...] Pela dimensão dos espaços, pelo afastamento entre as construções, pela altura delas, o ponto de observação mais confortável não é o do homem a pé, mas o do carro em alta velocidade (ibid.: 208).

A crítica à cidade do automóvel e ao urbanismo modernista, em especial aquele vinculado ao rodoviarismo, pode ser encontrada em *Morte e vida das grandes cidades de Jane Jacobs*, escrito em 1961 e que permanece ainda atual. Ao combater a separação de funções urbanas em áreas distintas, a autora propugna que a diversidade urbana é responsável pela vitalidade das cidades e que o aumento do número de grandes vias expressas por meio de projetos de renovação urbana pode prejudicar ainda mais a qualidade de vida nas metrópoles. Afirma ainda que

[...] os espaços que as ruas e os estacionamentos requerem faz com que tudo fique ainda mais espalhado e provoca um uso ainda mais intenso de automóveis. [...] As artérias viárias, junto com estacionamentos, postos de gasolina, e drive-ins, são instrumentos de destruição urbana poderosos e persistentes. Para lhes dar lugar, ruas são destruídas e transformadas em espaços imprecisos, sem sentido e vazios para qualquer pessoa a pé. [...] A feição urbana é desfigurada a ponto de todos os lugares se parecerem com qualquer outro, resultando em Lugar Algum (JACOBS, 2007: 377).

Apesar de escrever para uma cidade urbana tradicional, a configuração espacial da Barra padece de males relacionados ao excesso de veículos e é recorrente, em locais destinados predominantemente à circulação de automóveis, a presença de espaços indiferenciados, com conservação precária e vazios, em que até mesmo a calçada perde

sua função original. A Barra da Tijuca tende, outrossim, a ter legibilidade ruim. Outro problema encontrado na descaracterização do Plano é a existência do lote tradicional, quando deveria haver outro tipo de composição.

A *Gestalt* prevista para a Barra era semelhante à existente em Brasília, uma relação entre figura e fundo em que este era representado pela construção, e aquela pela ocorrência de tratamento paisagístico adequado. Como Lucio Costa assegurava (apud REZENDE, 2005:1), “*existe no urbanismo essa relação, esse confronto onde o branco é a massa edificada; o verde, área livre. É esse jogo do verde com branco que comanda toda concepção urbanística*”. Isso se perdeu ao longo do crescimento da Barra da Tijuca porque a figura foi substituída pelos muros dos condomínios e empreendimentos comerciais de grande porte.

Estes surgem na década de 1980,

[...] destinados à atividade comercial, de serviços e de lazer, fora dos limites dos condomínios privados, observando-se, ainda, a construção de um expressivo número de unidades residenciais multifamiliares de menor porte. Destaca-se, principalmente, o surgimento dos apart-hotéis ou hotéis-residência, edificações que mesclam os usos residencial e turístico, empreendimento que atrai particularmente o setor imobiliário, através da aplicação de maiores índices construtivos em desacordo com o Plano original (ibid.: 12).

Esses apart-hotéis serão responsáveis pela descaracterização do Plano Lúcio Costa na orla marítima. De acordo com Vera Rezende e Gerônimo Leitão (2003b: 9),

o Decreto 3.046 em 1981 alterava gabaritos das edificações e criava novas condições de parcelamento, autorizando, ainda, a construção de *hotéis-residência* ao longo da orla marítima¹⁷. Tratava-se de uma medida que promoveria a verticalização e a diversificação de usos nessa área, alterando, assim, as características propostas inicialmente por Lucio Costa. A autorização para implantação desses empreendimentos na avenida Sernambetiba contrariava nitidamente a concepção inicial do Plano Piloto, que previa a construção de hotéis apenas em pontos preestabelecidos nas extremidades da orla.

Isso ocasionou, em 1981, o abandono de Lúcio Costa Lucio “[d]o cargo de consultor que havia assumido na SUDEBAR, por considerar que essas iniciativas descaracterizavam o projeto urbanístico que havia concebido originalmente” (loc. cit.).

Ainda neste ano, foi inaugurado em 1981 o Barra Shopping, e a

[...] reformulação do sistema de circulação viária no entroncamento da Avenida das Américas e da Alvorada, [foi] feita entre 1980 e 1983, dando origem ao Trevo das Palmeiras, o ‘Cebolão’ – hoje tomado pela Cidade da Música – com dois viadutos. A ponte de madeira sobre a Lagoa de

Marapendi deu lugar à outra, de concreto, que recebeu o nome de Lucio Costa. Mais tarde, na Administração Marcello Alencar, foi construída uma ponte paralela à existente, ligando a Avenida das Américas à orla – a Oscar Niemeyer. Assim, foram homenageados os dois responsáveis pela criação de Brasília (ACIBARRA, 2009: 16).

Na década de 1990, a Barra da Tijuca assume, indiscutivelmente, importante atratividade na geração de empregos e se consolida como geratriz do crescimento urbano carioca, sendo considerada centro de alcance metropolitano. Mais uma vez, Rezende e Leitão (2003: 5) garantem que

[...] o significativo contingente populacional da região estimula o surgimento de edifícios comerciais de maior porte, originando um novo ‘boom’ imobiliário, com o lançamento de complexos de salas comerciais e de escritórios. Observa-se, ainda, nesse mesmo período, que grandes empresas começam a se estabelecer na Barra da Tijuca, graças à melhoria das condições de acessibilidade, às inovações tecnológicas no campo das telecomunicações e, também, pelas amenidades proporcionadas por essa região.

Em outro artigo, Rezende (2005: 17) lembra, ainda, que

[...] continuam a ser construídos os condomínios exclusivos de edificações multifamiliares, só que, agora, não mais acompanhadas de residências unifamiliares. [...] Consolida-se, também, a imagem da região como lugar privilegiado do lazer e do turismo, com o lançamento de novas opções de entretenimento, representadas, principalmente, pelos parques temáticos.

Ainda nos anos 1990, assiste-se à apropriação explícita da natureza e do verde com o condomínio Barra Golden Green,

[...] um dos mais luxuosos [...] da Barra da Tijuca, que associa, de modo inovador, uma baixa densidade construtiva e populacional a uma grande área verde, aproveitando-se, ainda, do marketing ecológico, já que seu lançamento ocorre durante o encontro mundial da Eco 92, no Rio de Janeiro (REZENDE; LEITÃO, op. cit.: 5).

Do mesmo modo que no início da ocupação da Barra da Tijuca, em que os nomes dos condomínios traziam os dos bairros de Ipanema e Leblon junto com o qualificativo novo, nesse decênio houve a reapropriação dessa prática, com o Nova Urca, ademais de ser estendida à própria Barra e ao mundo. Além do supracitado Nova Urca, surgiram os condomínios Nova Barra e Novo Mundo. O primeiro foi criado em uma das penínsulas de Jacarepaguá; o segundo tinha por slogan ‘Onde a Barra é mais Barra’, e se localiza mais distante da orla oceânica; e, o terceiro, ademais de reproduzir a consciência ambiental, incorpora inovações tecnológicas no cotidiano de seus moradores.

Ambos os autores supracitados atestam que os empreendimentos comerciais e de serviços são os que *“a forma, a função e o destino [...] mais se distanciaram daqueles previstos no plano original e se modificaram em relação aos implantados nas décadas anteriores”* (REZENDE; LEITÃO, 2003: 7). Isso é compreensível na medida em que a Barra foi-se consolidando como centro de consumo de toda a metrópole, e, na sociedade consumista contemporânea, a rigidez de um plano não se aplica à singularidade exigida por cada empreendimento, mesmo considerando a individualidade prevista por Lucio Costa para cada massa edificada.

A recriação cenográfica da cidade é um dos elementos que compõe esses empreendimentos. Desde ruas internas que simulam o urbano, no Downtown, até ícones estrangeiros como a réplica da Estátua da Liberdade, no New York City Center contribuem para a sensação, falsa, de um cosmopolitismo que, de fato, não existe, seja pela indiferenciação social do bairro – ainda que haja estratos mais baixos consumindo em alguns shoppings –, seja pela anulação do público, já que as relações são mediadas exclusivamente pelo consumo. Outra característica que constrange o acesso ao bairro é a necessidade do automóvel.

Nos anos 2000, atingiu-se a apoteose do desenvolvimento da Barra da Tijuca, com a construção da Cidade da Música, inaugurada incompleta antes da saída do prefeito César Maia do cargo, e ícone mais adequado ao cosmopolitismo arquitetônico contemporâneo; com a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, que teve, na Barra, diversas competições esportivas; e, após dois anos, com a confirmação da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016 e a garantia da cidadania internacional da cidade e do Brasil.

O mais importante acerca do crescimento urbano da Barra da Tijuca é que o modelo de ocupação presente na forma urbana do bairro foi copiado indiscriminadamente pela cidade. Assim, a unificação do território significou, qualitativamente, a reprodução desse modelo que se tornou hegemônico ao longo das décadas, sendo reproduzido, inclusive, no Centro da cidade. Os condomínios se tornaram a forma urbana carioca da modernidade iniciada com o regime militar do AI-5, a partir de 1968.

Ainda que não seja fenômeno exclusivo da cidade do Rio de Janeiro, sendo, portanto, reproduzível em outras áreas do país –, a suburbanização do automóvel existe há décadas e o híbrido de que resulta a Barra é carregado de referências diversas, como vimos, sucintamente, ao tratar da fenomenologia da forma urbana. Se a negação do urbano é anterior aos modernistas – Howard o comprova – foi com eles, contudo, que este exercício assumiu condições de se propagar. É interessante notar, no urbanismo modernista de Lucio Costa, a preferência pela

concentração em altura, com áreas mínimas por morador, desde que se preservem os serviços comuns e se obtenham **grandes extensões de área arborizada**, ‘a fim de assegurar a todos os moradores perspectiva desafogada e a benéfica sensação de isolamento...’. Os edifícios, grandes blocos isolados, capazes de liberar grandes áreas de terreno, garantiriam ‘maior desafogo visual e, como conseqüência, maior sensação de **intimidade**’. Não defende assim a existência do espaço privado, idéia excessivamente burguesa para as inclinações socializantes da arquitetura moderna, mas a garantia da vista desimpedida que isola o indivíduo do apertado contato com a multidão (TELLES, 1989: 4) [grifos nossos].

Sophia Telles prossegue em sua análise, essencial para a nossa:

[...] Em Lúcio, as objetividades técnicas e funcionais parecem deslizar ao encontro dos **valores do passado**: o isolamento da casa rural e a **intimidade com a natureza** é preciso **manter a natureza intocada, apresentá-la como a impossibilidade de converter-se numa extensão da cultura, e portanto da técnica, ou seja, ordenada e organizada pela atividade humana**. O horizonte desimpedido e a **manutenção do solo agreste** como que desenham agora a paisagem na forma da interioridade. O projeto de Lúcio sugeriria, antes, que a qualidade moderna do espaço contínuo parece transformar-se sutilmente na linha da natureza, na imagem de uma superfície contínua, anterior a qualquer construção, qualquer diferenciação. Em Lúcio, a intenção de integrar o íntimo ao monumental desenhara o urbanismo na imagem subjacente de **uma natureza separada da civilização** e que não deve ser obstada por ela (loc. cit.) [grifos nossos].

Sobre a Barra da Tijuca,

[...] Muitos anos depois, no memorial descritivo da Barra (1962), Lúcio adverte: ‘...é preciso dar tempo ao tempo e não antecipar a ocupação da área (...) a **manutenção da campina verde com seu ar bucólico atual infunde respeito e dignidade à paisagem**’. O projeto prevê o **uso rarefeito do solo**, a fim de **manter seu aspecto agreste**, as grandes distâncias entre as torres de habitação (1 quilômetro) e as casas sempre defendidas da visão, ‘com cintas de vegetação em torno, assim como cercas vivas...’ (ibid.: 11-2) [grifos nossos].

Isso interessa à nossa análise porque o mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2004) relaciona-se diretamente a um retorno ao jardim do Éden, que, para a psicanálise, vincula-se, de certa forma, ao útero materno. Por sua vez, isso significa o eterno desejo narcísico do Uno e da autossuficiência – e o desenvolvimento da Barra é

característico desse processo. A volta ao útero, para Freud (19?), nada mais é que “*uma fantasia plena de desejos de fugir do mundo. Pode traduzir-se assim: ‘A vida torna-me tão infeliz! Tenho que voltar para dentro do útero!’*”. A fantasia cenográfica do bairro também se explica, já que o homem narcísico é um eterno frustrado, permanentemente insatisfeito.

A valorização do mundo selvagem, da natureza intocada pela homem, consoante Carlos Diegues, foi possibilitada pela História Natural e como reação, em princípios da Revolução Industrial, da vida nas cidades. Assim, esta,

[...] antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. A vida no campo passou a ser idealizada sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola. Thomas sugere também que o crescimento populacional, principalmente nas cidades inglesas, teria originado um certo sentimento anti-social ou antiagregativo, originando uma atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual (DIEGUES, 2004: 23-4).

Além disso, o autor cita a importância dos escritos românticos, os quais

[...] fizeram da procura do que restava de ‘natureza selvagem’, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime. Nessa procura, as ilhas marítimas e oceânicas desempenharam papel essencial nessa representação do mundo selvagem (ibid.: 24).

Por fim, Diegues lembra que

[...] a concepção cristã de paraíso, existente no final da Idade Média e no período anterior ao descobrimento da América, era de uma região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem tinha sido expulso após o pecado original. [...] Esse mito do paraíso perdido e de sua reconstrução parece estar na base da ideologia dos primeiros conservacionistas americanos. [...] [Estes] pareciam recriar e reinterpretar o mito do paraíso terrestre mediante a criação dos parques nacionais desabitados, onde o homem poderia contemplar as belezas da Natureza (ibid.: 27-8).

Ressalta-se apenas que o objetivo era impedir a moradia, a ocupação e não o caráter recreativo, desfrutável do local. Em uma cidade, como no Plano-piloto para a baixada de Jacarepaguá, isso significa reduzir, como vimos, a ocupação ao mínimo possível, com massas edificadas verticalizadas e amplas áreas livres de recreação e de natureza, preservando, ainda, o caráter agreste e o ar lavado da baixada. O paraíso perdido pode ser encontrado, assim, na vivificação de um retorno ao Éden primevo.

Nesse sentido, ao tratar da Ética e da Estética do perverso, Janine Chasseguet-Smirgel critica a teoria do monismo sexual, ao propugnar que não poderia haver o complexo de Édipo se não se reconhecesse a existência da vagina. Para a autora (1991: 105-6),

[...] a recusa da vagina não está, todavia, baseada apenas na necessidade de colocar um bálsamo na ferida narcísica, unida ao sentimento de incapacidade [de realizar o projeto incestuoso, característico do perverso] [...] Convém notar que o interior do corpo da mãe é nosso lugar de origem. Admitir que a mulher possui um órgão que permite o acesso ao lugar de onde somos provenientes, é reencontrar o medo de se fundir e aniquilar-se nele. Se o narcisismo fetal pode ser fantasiado como Paraíso perdido, também é símbolo de morte.

A Barra da Tijuca representa, assim, um processo de mortificação social, porque se baseia na premissa de haver a possibilidade da autossuficiência e no narcisismo de morte de um ideal de ego não realizável, mas, sobretudo, por romper com um padrão comportamental, logo espacial, característico do carioca – a comunicação e a convivência com o outro, que, embora prenhe de problemas, permitiu o florescimento de diversos tipos sociais e suas respectivas culturas, por vezes, amalgamando-se à identidade do brasileiro, e que nunca prescindiram do espaço vivido. A ‘modernidade da Barra’, contudo, é mundial e irreversível, mas a particularidade dela é ser tão brasileira quanto qualquer outro brasileiro.

4 O TRABALHO DE CAMPO NA AVENIDA DAS AMÉRICAS E NA BARRA DA TIJUCA

Esse capítulo tem por objetivo demonstrar, *in loco*, o que foi trabalhado nos capítulos anteriores. Em primeiro lugar, queremos reiterar a *Gestalt* e a Intersubjetividade como ferramentas importantes na análise urbana, em especial, na contemporaneidade. Em segundo lugar, queremos lembrar que a profissão de geógrafo não existe sem o trabalho de campo, porque é neste que geo-grafamos a vivência humana.

Em terceiro lugar, e por intermédio dos objetivos anteriores, queremos enfatizar que o homem é o executor de sua espacialidade, refutando, assim, discursos como aqueles que caracterizam a urbe como algo caótico que está acima de nós e que, portanto, não há nada a fazer. A consciência espacial serve de fundamento para as ações que visem à melhoria da qualidade de vida, o que reforça nossa opção pelos conceitos de Intersubjetividade e de *Gestalt*.

Devemos esclarecer alguns pontos de partida do trabalho de campo e da futura análise. Primeiramente, acerca do objeto. Limitamos o trabalho de campo às duas vias mais importantes da Barra da Tijuca, por questão de tempo e das limitações que o trabalho de campo exige. Para executá-lo, houve a necessidade de um automóvel, e, para isso, contamos com a ajuda de dois amigos, aos quais, novamente, agradecemos.

Um levantamento sem automóvel demandaria uma enormidade de tempo, e a própria dimensão do bairro também implicaria um tempo do qual não dispusemos. Concentramos a análise na Avenida das Américas e no trecho de hierarquia viária superior da Avenida Ayrton Senna, entre aquela e o limite do bairro – a lagoa de Jacarepaguá. Essa amostra é bastante elucidativa sobre o gênero de vida do bairro.

A *Gestalt* encontrada nessa análise é a do pesquisador-transeunte, e, certamente, será bastante diferente da de um morador do bairro. Tentamos estabelecer contatos, mas conseguimos apenas duas entrevistas, que, no entanto, não serão utilizadas neste trabalho. Pretende-se aumentar o número de entrevistados em outro momento, a fim de avaliar questões identitárias entre os moradores e os não-residentes.

Temos experiência, no local, anterior ao trabalho de campo por conta do período em que fui servidor municipal na Companhia de Engenharia de Tráfego da cidade do Rio de Janeiro (CET-Rio), tendo executado trabalho acerca dos acidentes de trânsito na Avenida das Américas por meses, inclusive georreferenciando alguns lotes para ter detalhamento mais adequado daquela via. Isso contribuiu muito para as questões levantadas aqui e revividas no trabalho de campo.

Foram gravados dois vídeos de acordo com a visão de quem trafega de carro. Além disso, em outro momento, tiramos fotos, parados, de alguns pontos para aplicar melhor a metodologia de trabalho. Tentamos, assim, compor a *Gestalt* da Barra por meio da associação entre movimento e repouso, de modo a garantir melhor qualidade da análise, rompendo um pouco com a ditadura do deslocamento do automóvel. Todas as fotos que seguem são de autoria de Washington Ramos dos Santos Junior.

4.1 OS USOS DAS AVENIDAS E AS IMAGENS

Neste subtópico, especificamos os usos da Avenida das Américas e da Avenida Ayrton Senna em imagens capturadas do Google Earth. Para ilustrar o trabalho de campo, e melhor fundamentar a análise, retiramos fotos de diversos pontos. A figura 2, abaixo, mostra o trecho inicial da Avenida das Américas.

Nesse trecho, os usos encontrados no sentido Centro são 1) Barra Space Center (serviços), 2) Fiat, 3) Comitê Olímpico Brasileiro, 4) Unimed, 5) Peugeot, 6) Mercedes Benz, 7) Centro Ortopédico (comércio e serviços), 8) Mall (comércio e serviços), 9) Barra Medical (serviços mais especializados), 10) Saint Tropez (condomínio horizontal), 11) All Suites (condomínio vertical), 12) Number One (mall, comércio e serviços), 13) condomínio residencial verticalizado.

No sentido Recreio, há 1) Downtown (comércio e serviços), 2) Hard Rock Café (comércio e serviços), 3) Top Fashion Bazar (comércio) e 4) o condomínio Porto dos Cabritos (de casas). Em relação a figura acima, o primeiro ponto utilizado foi a entrada do All Suites, um condomínio verticalizado.



Figura 2: Usos da Avenida das Américas, trecho 1.

Desse trecho, a foto 1, abaixo, mostra a vegetação no canteiro central, que impede a visão do outro lado da via, reproduzindo a Gestalt, no espaço de circulação viária, da figura-fundo em que a vegetação se sobressai ao espaço construído. A foto 2 mostra os prédios do All Suites e de outro condomínio ao fundo.



Foto 1: Gestalt figura-fundo pensada para a Barra, presente em trechos da Avenida das Américas, desde o canteiro central.



Foto 2: edifícios de condomínios.

No sentido Recreio, paramos em frente à entrada do condomínio Porto dos Cabritos. A primeira imagem (foto 3) é voltada para o outro lado da via, em que se vê, à direita, o Barra Space Center. Virando a lente mais à direita, avistam-se os prédios do Centro da Barra, projetado por Niemeyer, cujas torres são um dos ícones do bairro (foto 4).



Foto 3: edifícios próximos ao Centro da Barra.



Foto 4: Centro da Barra, projeto de Niemeyer.

Em seguida, outras duas imagens voltadas para o passeio, mostrando a entrada do condomínio Porto dos Cabritos, recuada e com o totem de identificação (foto 5), e o posto de gasolina subsequente ao condomínio (foto 6).



Foto 5: entrada recuada do condomínio Porto dos Cabritos.



Foto 6: imagem de um posto de gasolina, uso recorrente na Avenida das Américas.

A figura 3 abaixo mostra trecho contínuo ao da figura 1. No sentido Centro, os usos são 1) Lâmina (serviços), 2) entrada do condomínio Santa Helena , 3) comércio e serviços (farmácia, Kiko's Fitness, restaurante, banco), 4) entrada do condomínio Santa Lúcia, 5) Toyota, 6) Motel Dunas, 7) um terreno com uso não identificado, 8) Ford, 9) muro branco com os dizeres Associação dos Adquirentes da Torre, 10) Golden Center, 11) Land Rover e 12) Barra Space Center (serviços).

No sentido Recreio, 1) Extra Hipermercado, 2) posto de gasolina, 3) Banco do Brasil, 4) entrada do condomínio Alameda dos Eucaliptos, 5) Caixa Econômica Federal, 6) prédio para ser alugado, 7) Pontifícia Universidade Católica (PUC, serviços), 8) BMW (na figura aparece como indefinido porque houve perda de dados, posteriormente recuperados), 9) Mitsubishi, 10) entrada de condomínio de casas, 11) Igreja Universal do Reino de Deus (serviços, há, na mesma construção, comércio).



Figura 3: Uso da Avenida das Américas, trecho 2.

Da PUC, tiramos outras fotos, exibidas a seguir. As fotos 7 e 8 exibem as torres de Niemeyer; e o totem da BMW.

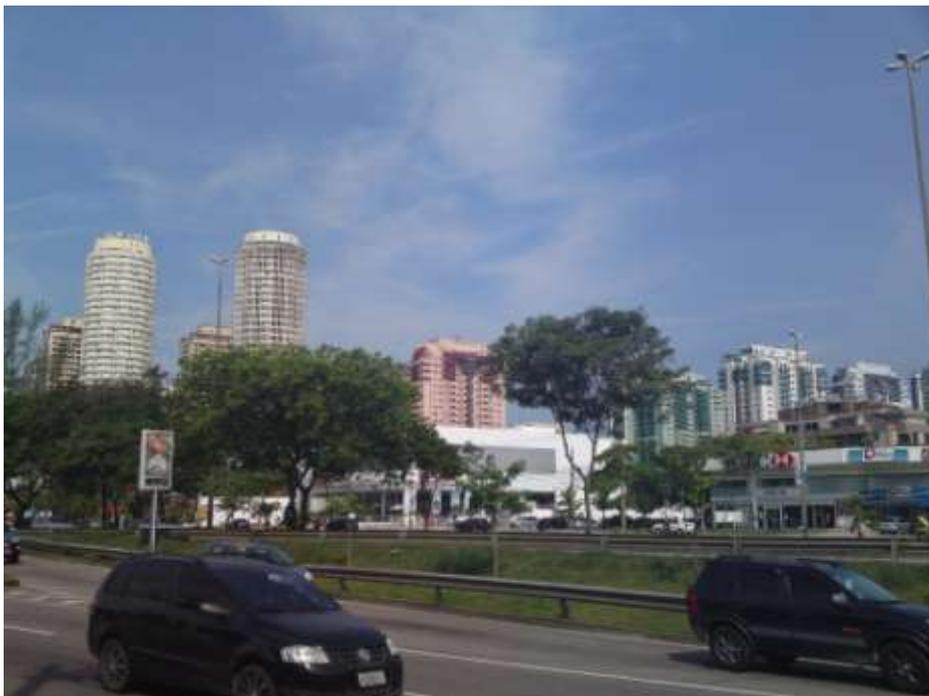


Foto 7: Torres de Niemeyer e outros edifícios.



Foto 8: mesmo planejada para automóveis, repetem-se os vícios da cidade tradicional.

Desde a Ford, temos as fotos 9, em que se percebe a indefinição entre circulação de pedestres e de automóveis, e a foto 10, que mostra a concessionária da Ford com as torres ao fundo, a da esquerda, ocupada, e a da direita, desocupada.



Foto 9: indefinição entre passeio e circulação viária.



Foto 10: concessionária de veículos e torres do Niemeyer ao fundo.

Outro ponto de fotografias com base na figura 2 encontra-se na esquina da Avenida das Américas com a Avenida Senador Danton Jobim. A foto 11 mostra o Maciço da Tijuca, rompendo com a horizontalidade da Barra de Lúcio Costa. A natureza cria os limites da percepção do bairro.



Foto 11: maciço da Tijuca, elemento marcante que rompe com a horizontalidade modernista.

A figura 4 apresenta, no sentido Centro, os seguintes usos: 1) Jardim Club da Barra, 2) Centro Universitário IBMR, 3) Mc Donald's, 4) Citibank, 5) Honda e 6) um muro branco de terreno cuja função não identificamos. No sentido Recreio, há 1) Renault, 2) revendedora de carros usados, 3) Honda, 4) Freeway Center (comércio), 5) Mc Donald's e 6) posto de gasolina.



Figura 4: Uso da Avenida das Américas, trecho 3.

A figura 5 abaixo tem os seguintes usos: no sentido Centro, 1) dois prédios de serviços, em que há a Cultura Inglesa; 2) outro prédio de serviços em que há uma agência do Itaú; 3) um terreno com prédios em construção da Brookfield, 4) a entrada do Winbledon Park, 5) Barra Garden, 6) posto de gasolina, 7) um local com o totem do Riviera, que não identificamos se é público ou privado, mas que, de qualquer forma, não é cercado; 8) Guanabara Hipermercado, 9) Barra Business, prédio de serviços e 10) Riviera Center (comércio e serviços).

No sentido Recreio, encontramos após o Freeway Center, 1) terreno aparentemente em pousio com um prédio em forma de meia-lua, 2) condomínio de casas Jardim Nova Barra, 3) mall COPE I (serviços e comércio), 4) a condomínio de casas 2300 A, 5) mall Blue Sky, 6) condomínio de casas 2300 B, 7) Bayside Shopping (comércio e serviços), 8) condomínio de casas The Best, 9) Hospital da Barra, 10) Centro Empresarial Mário Henrique Simonsen e 11) Le Monde Office.



Foto 12: muro, reproduzindo o lote da cidade tradicional



Foto 13: ao se aproximar do Cebolão, há mais prédios de serviços e de comércio



Foto 14: Bayside, um dos malls característicos da Avenida das Américas



Foto 15: Barra Garden com torres ao fundo, cuja identificação não é possível desde a Avenida das Américas

A figura 6 dá continuidade ao levantamento da Avenida das Américas. No sentido Centro, há 1) prédio sendo construído ou reformado pela Lampur Engenharia, 2) Shopping Car, 3) Itaú, 4) Patrimóvel, 5) posto de gasolina, 6) entrada do Parque Marapendi, 7) muro cujo lote não identificamos a função, 8) Kia Motors, 9) Itaú Personalité, 10) Pirelli, 11) Hyundai, 12) terreno em pousio social, 13) Santander, 14) Imi, 15) Jaguar, 16) entrada do Clube Marapendi, 17) Marapendi Shopping e Senac Rio, 18) Esplanada da Barra, 19) posto de gasolina, 20) Chevrolet e 21) Barra Square. No sentido Recreio, há 1) Walmart, 2) Shopping Village Mall, em construção, 3) Centro Empresarial Barra Shopping, 4) Barra Shopping, 5) New York City Center.

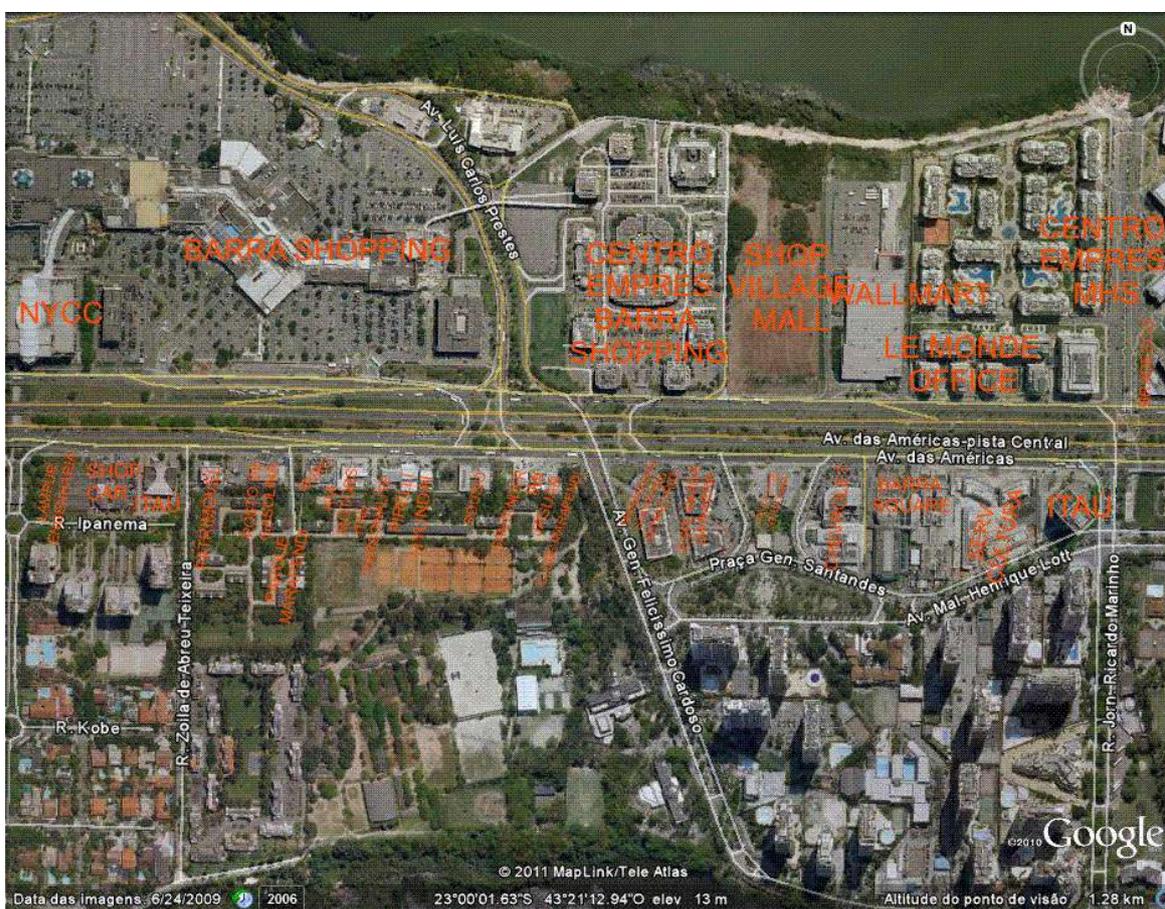


Figura 6: Uso da Avenida das Américas, trecho 5.

A foto 16, abaixo, foi capturada desde as proximidades do cruzamento com a Avenida General Felicíssimo Cardoso. Ela mostra o edifício com a logomarca da Amil, do Centro Empresarial Barra Shopping.



Foto 16: logomarca em prédios, recorrente na paisagem da avenida das Américas.

A figura 7 abaixo mostra a interseção das Avenidas Ayrton Senna e das Américas. No sentido Centro, há 1) mall, 2) Toyota, 3) condomínio de casas, cujo muro é visto no Cebolão, 4) posto de gasolina, 5) terminal de ônibus, 6) o muro do Nova Ipanema, 7) Midtown (comércio e serviços), 8) Centro Médico Richet e 9) a entrada do Nova Ipanema. No sentido Recreio, há 1) Carrefour, 2) Pampa Grill, 3) Cidade da Música e 4) Bosque da Barra.



Foto 18: Terminal Alvorada e Cidade da Música



Foto 19: Ayrton Senna, voltada para a orla. O verde é muro de condomínio.

Na figura 8, sentido Centro, há 1) mall (comércio e serviços), 2) entrada do condomínio Novo Leblon, 3) um parque cercado que talvez seja propriedade do Novo Leblon, 4) terreno em pousio, 5) Citroen, 6) revendedora de veículos, 7) entrada de condomínio, 8) prédio de serviços, 9) posto de gasolina, 10) Outback, 11) Citroen, 12) Jac Motors e prédio em construção. No sentido Recreio, há 1) centro operacional da Guarda Municipal em construção, 2) condomínio vertical recuado, 3) mall (número 6700 da avenida) e 4) condomínio recuado de casas Santa Marina.



Figura 8: Uso da Avenida das Américas, trecho 7.

O ponto desta figura em que tiramos fotos é intersecção das ruas David Nasser e a Rua Carlos Oswald, e esta intersecção é mostrada na foto 20, abaixo. A foto 21 exhibe terreno em pousio social com prédios ao fundo; a foto 22 volta-se para esta avenida, com os prédios do Novo Leblon no centro da imagem; a foto 23 mostra o paralelismo das Américas; a foto 24 mostra outro mall.



Foto 20: local com paisagem de acordo com a projetada.

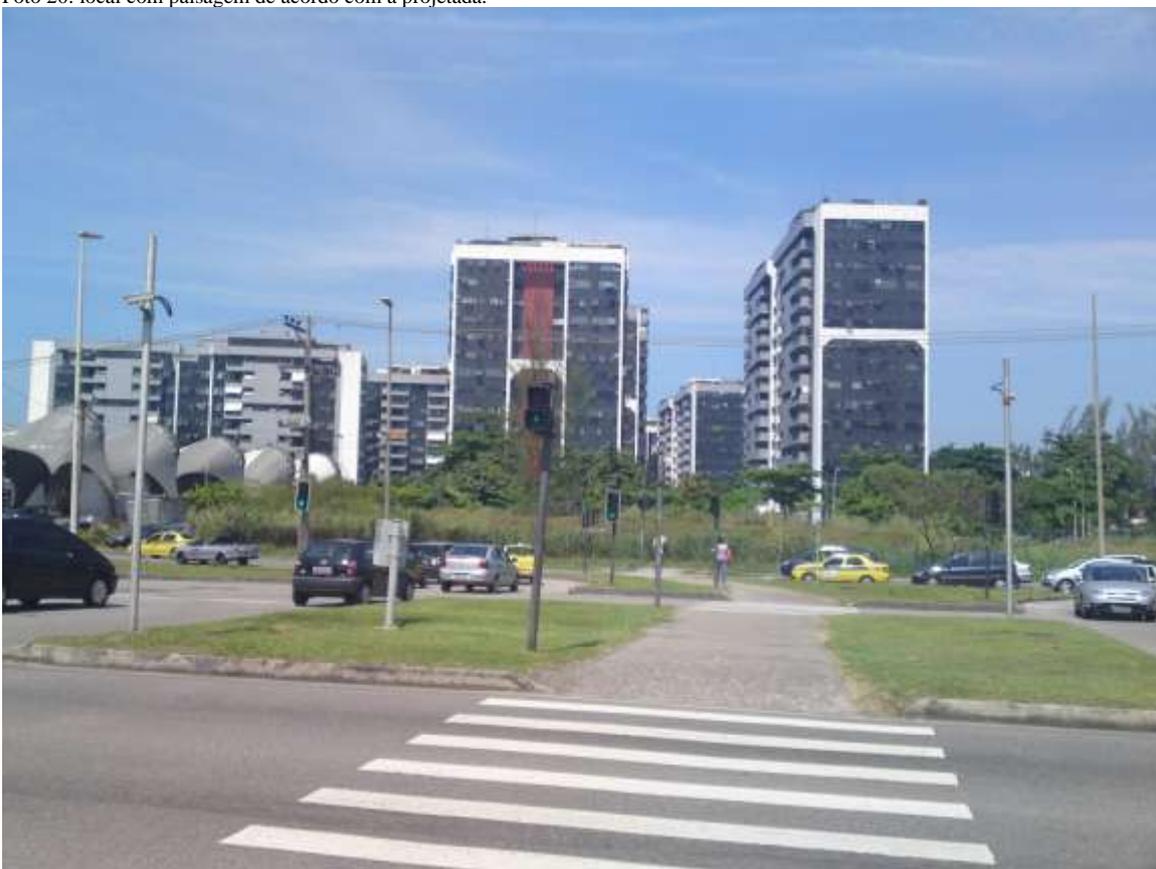


Foto 21: terreno em pousio com prédios ao fundo



Foto 22: pregnância das torres do Novo Leblon.



Foto 23: paralelismo das pistas da Avenida das Américas.



Foto 24: mais um mall da avenida.

Na figura 9 abaixo, encontramos, no sentido Centro, 1) Las Palmas, 2) entrada do Malibu, 3) Barra Tower Offices, 4) entrada do condomínio Mundo Novo, 5) Platinum Advanced Offices, 6) prédio de número 7897, 7) Sundeck, 8) Sunplaza, 9) entrada do Américas Park, 10) Sunspecial, 11) mall, 12) muro de terreno cuja função não identificamos, talvez em pousio, 13) Rio Design Barra e 14) Millenium Mall. No sentido Recreio, há 1) terreno em pousio, após a entrada do Santa Marina, 2) farmácia, 3) posto de gasolina, 4) Nissan, 5) Santa Mônica Special, 6) Barra Mall, 7) condomínio de casas Personal Houses e 8) terreno em pousio.



Foto 26: arquitetura(s) do consumismo.

Outro ponto que utilizamos para fotografias encontra-se na direção do Barra Tower Offices, do outro lado da Avenida das Américas. Nas fotos 27, 28 e 29, a seguir, mostramos a Avenida das Américas, sentido Recreio, em que se observa, respectivamente, o muro do condomínio Personal Houses e a parada de ônibus. Após, vê-se o outro lado da via, com os prédios brancos do Sundeck, à esquerda, e o de número 7897, à direita (28); e o prédio do Barra Tower Offices, com os prédios do Reserva Uno ao fundo, na foto 29.

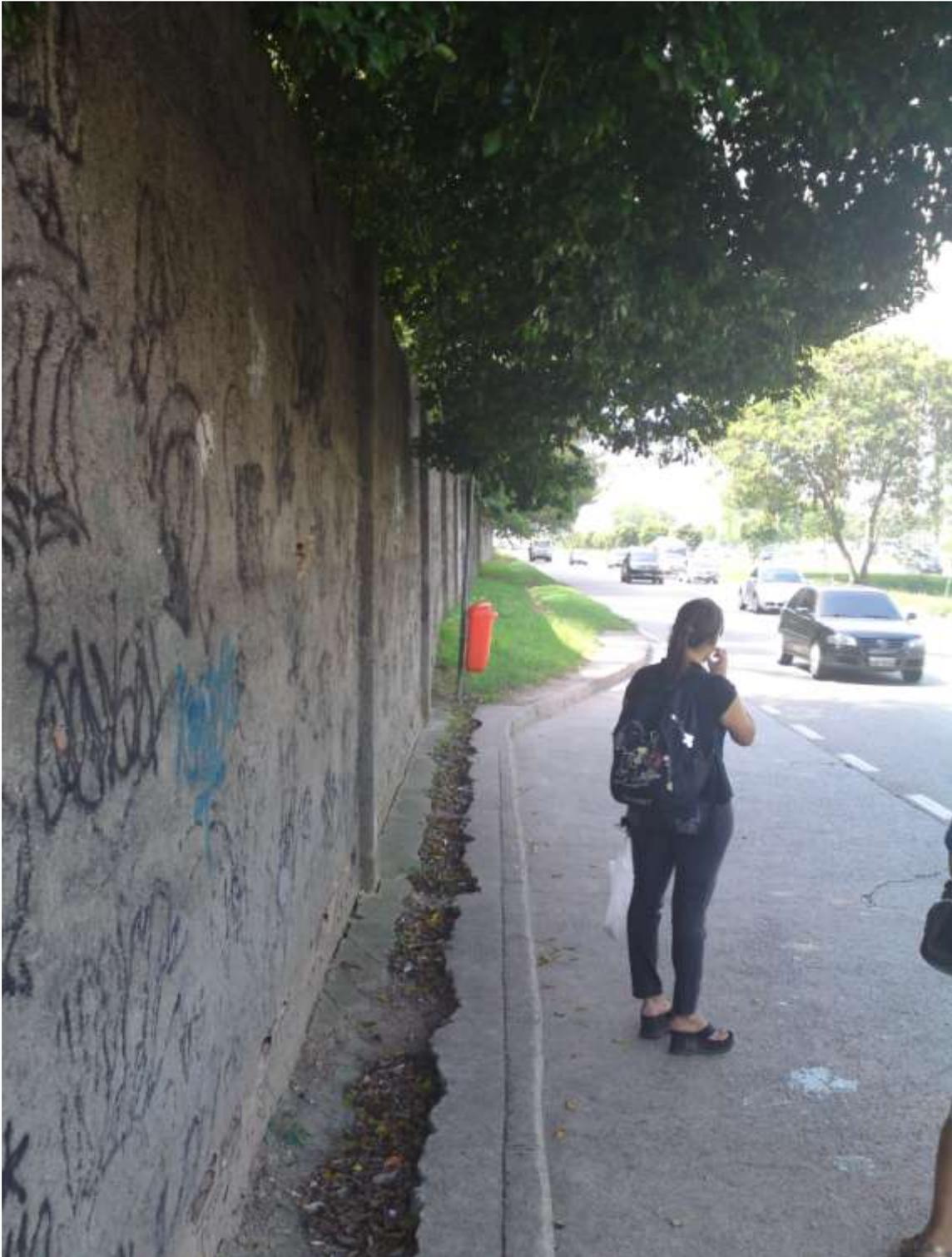


Foto 27: a área pública resume-se a pouco mais de dois palmos, neste ponto de ônibus.



Foto 28: arquitetura sem liame estético



Foto 29: Barra Tower Offices.

Na figura 10 abaixo, enumeram-se os respectivos usos no sentido Centro: 1) grande área em pousio, 2) o condomínio Riserva Uno, 3) terreno em pousio e 4) outro grande terreno em pousio. Em direção ao Recreio, há 1) condomínio Jardins, 2) área em pousio, 3) área utilizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, especialmente para conservação das vias, 4) mall e 5) outro terreno em pousio.



Figura 10: Uso da avenida das Américas, trecho 9.

Desse recorte, o ponto escolhido para tirar fotos foi o canteiro entre as pistas do sentido Recreio, em frente ao terreno de pousio entre área usada pela Prefeitura e o condomínio Jardins da Barra. A foto 30 abaixo mostra os edifícios do Jardins; na foto 31, focamos as pistas da avenida, sentido Centro, com estas em primeiro plano, o terreno em pousio ao centro e o condomínio de casas ao fundo; na foto 32, percebem-se os edifícios do Riserva Uno.



Foto 30: portal do condomínio Jardins.



Foto 31: rarefação do uso da Avenida das Américas.



Foto 32: Riserva Uno

Na figura 11, na página seguinte, sentido Centro, enumeram-se 1) terreno em pousio, 2) Fiat, 3) outro terreno em pousio, 4) Mini, 5) posto de gasolina, 6) Aventure Center e o grande terreno em pousio mencionado na figura 9. No sentido Recreio, 1) terreno em pousio, 2) Ribalta, 3) terreno em pousio, 4) mall, 5) posto de gasolina, 6) Igreja Nova Vida e banco, 7) posto de gasolina, 8) condomínio e 9) revendedora de carros usados.

O local que tiramos as fotos foi a Avenida Di Cavalcanti. Na foto 33, vemos o condomínio situado nesta avenida; na foto 34, a revendedora de carros usados.



Figura 11: Uso da avenida das Américas, trecho 10.



Foto 33: condomínio em construção



Foto 34: loja de carros usados.

Na figura 12, na página subsequente, em direção ao Centro, há 1) igreja, 2) posto de gasolina, 3) Flag's Center, 4) entrada do condomínio Barra Sul, 5) terreno em pousio, 6) Disegn, 7) posto de gasolina, 8) entrada de condomínio não mencionada, 9) igreja, 10) entrada do condomínio Pedra de Itaúna, 11) Itaúna Shopping, 12) número 11365, em obras e 13) Pedra de Itaúna.

No sentido Recreio, encontram-se 1) churrascaria, 2) favela, 3) Chevrolet, 4) centro comercial em construção, 5) Disa Catisa, 6) Blue Condomínio das Américas, 7) Espaço Disa Catisa, 8) Blue Houses, grande anúncio, cuja propriedade, é provável, seja do condomínio Blue citado anteriormente, 9) condomínio recuado, talvez o próprio Blue, 10) terreno em pousio e 11) outro terreno em pousio.

Desse trecho, tiramos fotos, no sentido Recreio, próximo ao Espaço Disa Catisa (35), do condomínio do lado oposto ao Itaúna Shopping (36) e da Pedra de Itaúna (37).



Foto 36: condomínios recuados da Avenida das Américas.



Foto 37: marco paisagístico do bairro, a Pedra de Itaúna.

A figura 13, abaixo, é o último trecho da Avenida das Américas, do bairro da Barra da Tijuca. No sentido Centro, observa-se 1) terreno em pousio, 2) entrada do condomínio Villaggio Felicitá, 3) terreno em pousio, 4-6) revendedoras de carros e 7) casa de festa infantil.



Figura 13: Uso da avenida das Américas, trecho 12.

Desse trecho utilizamos a entrada do condomínio Villaggio Felicitá para tirar a foto 38, abaixo, a qual mostra a Avenida das Américas, sentido Centro, com a construção de viadutos no cruzamento desta avenida com a Avenida Salvador Allende. A foto 39 exhibe o terreno em pousio da pista sentido Recreio, com prédios da Salvador Allende ao fundo.



Foto 38: trecho da Avenida das Américas antes de chegar ao Recreio.



Foto 39: canteiro central convertido em canteiro de obras; prédios da Salvador Allende ao fundo.

A figura 14 abaixo mostra o primeiro trecho da Avenida Ayrton Senna. No sentido Jacarepaguá, há 1) Carrefour, 2) Pampa Grill, 3) Barra Plaza, 4) hospital público, 5) Leroy Merlin, 6) Casa Shopping e 7) Tok Stok. No sentido orla, há 1) terreno em pousio, 2) subprefeitura da Barra da Tijuca, 3) Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), 4) mercado de peixe e 5) Bosque da Barra.



Figura 14: Uso da Avenida Ayrton Senna, trecho 1.

Desse trecho, tiramos fotos desde o mercado de peixe. A foto 40 mostra-o; a seguinte (41) mostra os edifícios do Nova Ipanema e a Cidade da Música; a foto 42 aumenta o zoom nesses prédios; a foto 42 foca o outro lado da via, exibindo o totem da Leroy Merlin.



Foto 40: Mercado de peixe.



Foto 41: Dominância da Cidade da Música e das torres do Nova Ipanema desde a Ayrton Senna.



Foto 42: detalhe dos edifícios do Nova Ipanema.



Foto 43: Totem da Leroy Merlin e canteiro central impedindo a visão do outro lado da via.

Na figura 15, abaixo, no sentido Jacarepaguá, encontram-se 1) Makro, 2) posto de gasolina, 3) Chevrolet, 4) hospital particular em construção, 5) terreno em pouso e 6) o antigo parque de diversões Terra Encantada. No sentido orla, há 1) Tycoon, 2) Rio Brasa (restaurante), 3) Ford, 4) posto de gasolina e 5) instituição de ensino (CEC).

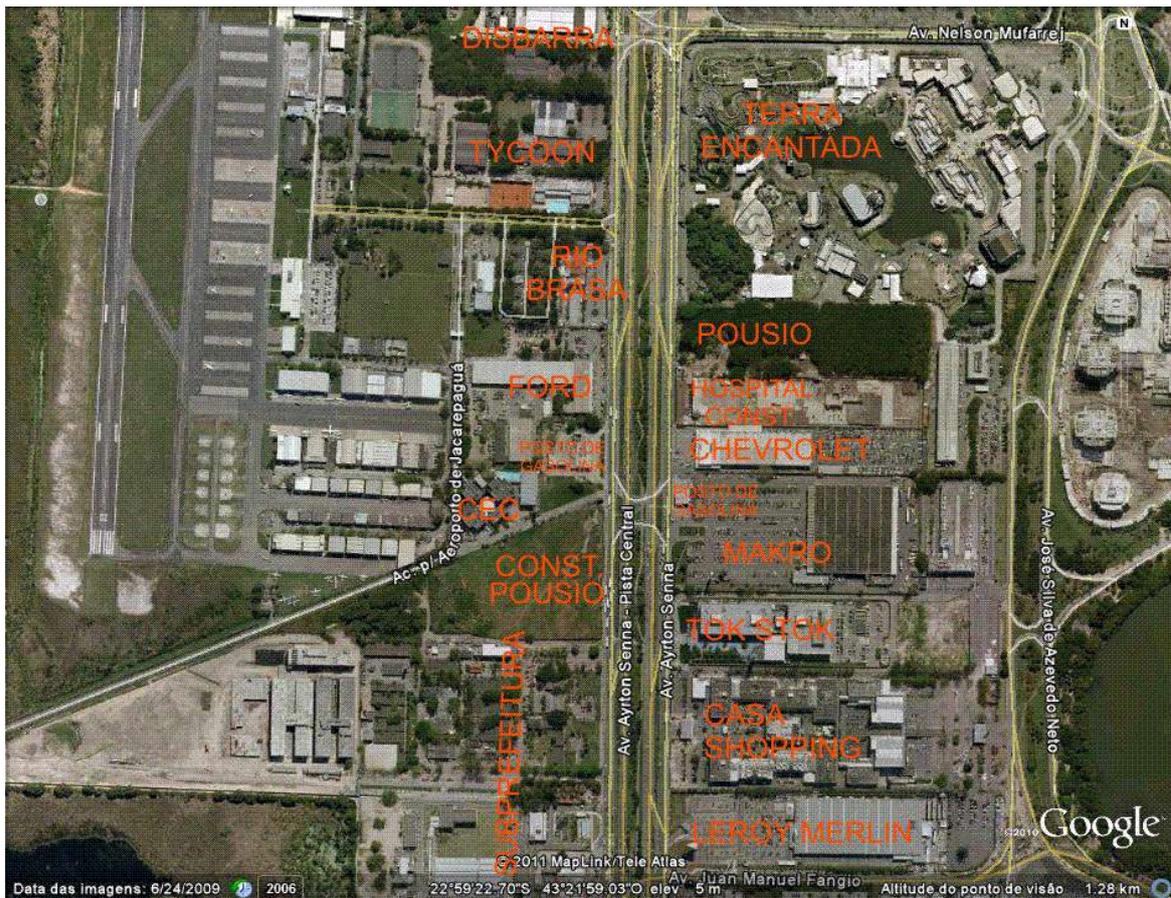


Figura 15: Uso da Avenida Ayrton Senna, trecho 2.

Na figura 16, abaixo, no sentido Jacarepaguá, há 1) Via Parque, 2) posto de gasolina e 3) área cuja função não é clara. No sentido orla, encontram-se 1) Etna (comércio), 2) posto de gasolina, 3) Barra Express (comércio e serviços), 4) Mc Donald's, 5) terreno em pouso, 6) Renault, 7) Barra D'Or (hospital privado) e 8) Disbarra (revenda de carros).



Figura 16: Uso da Avenida Ayrton Senna, trecho 3.

Um dos três locais em que capturamos imagens nesse trecho foi a Disbarra. As fotos 44, 45 e 46, a seguir, foram aí tiradas. A primeira mostra, do canteiro central, a montanha russa e o muro do Terra Encantada; a segunda, o canteiro central com a ciclovia e a vegetação que separa o campo visual entre os diferentes sentidos das pistas; e a terceira, com zoom, a Cidade da Música e a pista sentido orla, com suas propagandas.



Foto 44: Terra Encantada



Foto 45: canteiro central da Avenida Ayrton Senna.



Foto 46: Cidade da Música e propagandas ao longo da pista lateral sentido orla.

O segundo local foi o Barra Express. Na foto 47, tirada do passeio da pista lateral, sentido orla, vêem-se os totens publicitários.

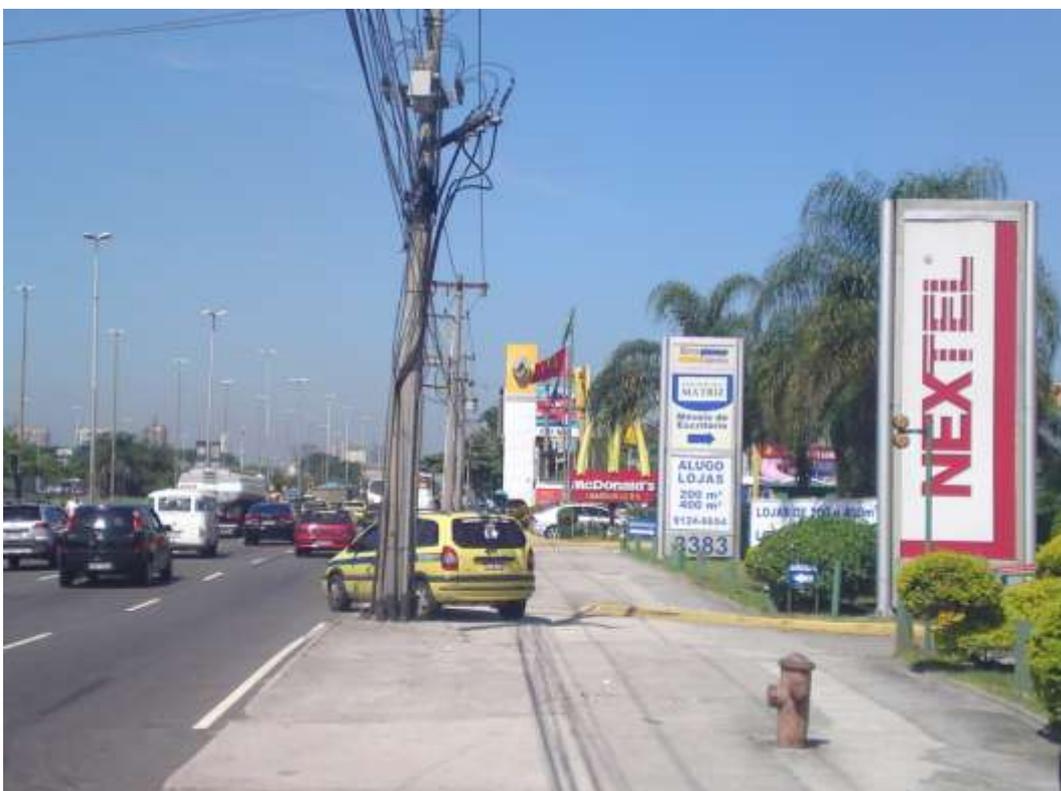


Foto 47: totens ao longo da Ayrton Senna, propiciando o estreitamento do campo visual

Do último terreno da Avenida Ayrton Senna, tiramos as últimas fotos do trabalho de campo. Desse ponto, observamos, na foto 48, materiais de construção e um caminhão de seguradora estacionado, com o shopping ao fundo, no terreno cuja função não é clara; na foto 49, observamos a fachada da loja Etna.



Foto 48: Via Parque Shopping ao fundo.



Foto 49: Loja Etna, cuja arquitetura é reproduzida em outras lojas da rede, por exemplo, na da Marginal Tietê, em São Paulo, também localizada em via de grande movimento.

4.2 AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Os conceitos empregados serão os mesmos utilizados por Kohlsdorf na análise de Brasília, a fim de estabelecer diálogo. Entre estes, estão os de envolvimento; impedimento; realce; estreitamento e alargamento; direcionamento; lugar privilegiado; emolduramento; sequencia urbana; orientabilidade; impregnabilidade; individualidade; continuidade; legibilidade; capacidade de inovação e, por fim, identidade. Tentar perceber uma identidade da/ na Barra foi o objetivo principal desse trabalho de campo.

O conceito de envolvimento relaciona-se ao que Jane Jacobs denomina ‘olhos da rua’. As moradias não se voltam para a Avenida das Américas, estando em lotes, usualmente murados, que se situam atrás de centros comerciais. A exceção é constituída pelos edifícios, que, todavia, possuem grande número de andares, perdendo o contato com a circulação pública.

Alguns centros comerciais e de serviços, como o Downtown, por sua vez, criam simulacros do urbano, e, assim, geram uma clivagem entre o privado e o público, sem a possibilidade de envolvimento entre ambos. Outros, muitos com a fachada envidraçada que estereotipa essas construções, reproduzem o tradicional afastamento do lote pré-modernista.

Na Avenida Ayrton Senna, não há moradia, apenas comércio e serviços. O envolvimento nesta via é quase inexistente, já que a maioria dos empreendimentos, ademais de muito afastados da circulação, como o Via Parque, Makro e Leroy Merlin, são prédios *fechados*, com pouca comunicação com o exterior. Há ainda terrenos murados que impossibilitam o envolvimento entre lote e circulação.

O impedimento é notório na Avenida Ayrton Senna em relação à Cidade da Música, rebatizada na administração Eduardo Paes para Cidade das Artes. Em relação a ambas as avenidas, a vegetação dos canteiros centrais, quando existe, recorrentemente atua como fator de impedimento do campo visual.

Na Avenida das Américas, os impedimentos são reduzidos por conta do paralelismo da via. Os maciços da Pedra Branca e da Tijuca, outrossim, podem ser considerados elementos impeditivos, uma vez que a horizontalidade do urbanismo

modernista valoriza a amplidão visual, o que, por conseguinte, ressalta a pouca frequência de impedimentos ao campo visual de quem vivencia o lugar.

Os elementos de realce são particularmente as torres projetadas por Niemeyer para o Centro da Barra e a Cidade da Música. Ambos constituem marcos arquitetônicos em meio aos projetos esteticamente duvidosos predominantes na paisagem do bairro. Outros edifícios de grande altura, como os do Nova Ipanema desde a Ayrton Senna, contribuem para capturar a atenção do observador.

Podemos elencar, ainda, as logomarcas dos empreendimentos comerciais em totens identificatórios como elementos de acentuação, e a entrada de alguns condomínios residenciais. Outro fator de considerável polêmica e que é bastante chamativo é a Estátua da Liberdade do New York City Center.

Quanto ao estreitamento e ao alargamento, esses efeitos decorrem basicamente da sequência de totens ao longo dos lotes, que precisam estar em posição de destaque e, portanto, alteram o alinhamento. Desse modo, esses totens são responsáveis por boa parte do direcionamento do motorista ou do transeunte, mesmo quando o passeio público encontra-se descaracterizado.

A disposição diferenciada nos lotes, bem como a baixa densidade construtiva, não contribuem para o direcionamento, ao favorecer a ruptura, parcial, da rua-corredor. Assim, como ocorre no urbanismo modernista, tende a dotar as construções de certa monumentalidade. Contudo, os lugares privilegiados de maior destaque são as já citadas torres de Niemeyer e a Cidade da Música.

Não nos recordamos da ocorrência de emolduramentos que sejam relevantes, apenas aqueles decorrentes de postes e fios de iluminação e de árvores. Há ainda, ocasionalmente, situações em que os muros e alguns prédios conseguem criar molduras.

A sequência urbana é ritmada de acordo com o Plano-piloto, com torres de quilômetro em quilômetro, apesar de este ritmo não ser tão bem elaborado por quem transita devido à diferença da arquitetura dos prédios. Dessa forma, o planejado se perde ante ao construído. Contribui para isso a existência de grande número de lotes em pousio.

A utilização maciça da via para comércio e serviços, e toda a publicidade nela, geram o que chamamos de monotonia hiperestimulante. É uma paisagem monótona porquanto há sucessivamente prédios espelhados de serviços, malls e entradas recuadas de condomínios, com intervalos relativamente regulares. Entretanto, os totens de publicidade e de identificação dos condomínios geram estímulos aos transeuntes.

Desse modo, a orientabilidade fica um tanto prejudicada para esses usuários. Além disso, os inúmeros muros, totens e anúncios publicitários não contribuem para a sedimentar um conjunto de referências para a orientação nesse espaço. É difícil, pois, criar uma vivência que esteja desvinculada a alguma função específica.

Resta complicado, assim sendo, estabelecer a pregnância, a individualidade e a continuidade em trechos dessas avenidas. A loja Etna da Avenida Ayrton Senna, por exemplo, apresenta arquitetura semelhante à loja da mesma marca da Marginal Tietê, e provavelmente a qualquer outra loja Etna. A logomarca do Barra Shopping é a da empresa que administra o shopping, reconhecível em qualquer outro lugar que tenha um shopping-centre dessa mesma empresa.

Não há, ainda, um sistema de elementos interdependentes, o que compromete a legibilidade e a identidade do lugar. Provavelmente, o único elo entre essas construções independentes é a avenida. Na arquitetura, esse pode ser encontrado no pós-moderno, que, por sua vez, pouco tem a acrescentar naquilo que se refere à identidade comum do bairro, do projeto do bairro ou de seus moradores.

A própria forma urbana compromete à legibilidade, já que não é sempre possível estabelecer a função precípua de determinado lote. Lembramos que os condomínios conjugam moradia e serviços, então para a Gestalt de um pesquisador-transeunte a espacialidade da Barra torna-se, em alguns casos, inelegível. Por vezes, é difícil identificar a qual condomínio pertencem as torres visíveis da Avenida das Américas.

Isso faz com que a clareza visual seja comprometida, em especial com a dominância da monumentalidade das massas edificadas, que se tornam um agente de fragmentação da Gestalt urbana, até mesmo por excederem a escala humana, e por terem uma arquitetura individualizada. Outro fator que compromete a clareza visual são os elementos impeditivos, como a vegetação nos canteiros centrais e os muros, que fragmentam ainda mais a Gestalt das avenidas.

Como mencionamos, há hiperestimulação dos transeuntes, o que confere a qualidade de intensidade, sem contudo, vir acompanhada da pregnância, já que os estímulos vem de logomarcas, e não da arquitetura, dos usos, ou do próprio espaço. A qualidade de dominância vem apenas em relação aos usos – postos de gasolina, revendedoras de automóveis – e ao recuo dos condomínios em relação às vias.

Desse modo, não há qualidade de contraste, exceto, justamente, em relação à Cidade da Música, e tampouco a de originalidade. Nesse sentido, características outras como dominância, individualidade e pregnância ficam comprometidas. As associações possíveis são aquelas que se vinculam diretamente à alguma função – o sujeito que compra sempre no mesmo shopping por questão de status, por exemplo –, ou então aquelas identificações espaciais que amalgamam totem e logomarca/consumo à respectiva localização – virar à direita após a logomarca da Amil, ou do totem do condomínio.

Isso tende a reforçar a mediação do consumo na vivência do bairro, já que as relações mentais, espaciais e temporais estarão impregnadas por cadeias associativas que tem como base essa materialidade de logomarcas e de edificações voltadas para a mercadização. Assim, o bairro perde em complexidade e em variabilidade, tornado-se bastante homogêneo.

Por fim, instituir uma identidade torna-se empresa muito árdua. A constituição da identidade implica, necessariamente, um Outro que, todavia, é refutado na sociabilidade presente na forma urbana e no meio de vida mediado pela mercadização. A identidade da Barra é, claramente, a identidade narcísica, que encontra no consumismo a prática cotidiana.

A quantidade de trechos murados, a área pública reduzindo-se a um metro como na foto que mostra um ponto de ônibus e estando basicamente limitada à circulação, o isolamento dos condomínios relativamente à avenida, a conjugação entre moradia e serviços, criando espaços autárquicos, a mediação das relações sociais pelo consumismo – na ausência de espaços públicos, o simulacro do urbano em determinados ambientes e a assimilação da linguagem e da simbologia estrangeiras explicita uma identidade narcísica.

Apesar de acreditarmos que essa identidade é a formadora do brasileiro, devemos lembrar que a sociabilidade contemporânea é fundamentada nela. Assim, atribuímos a Barra uma identidade que é mais a negação do restante da cidade que propriamente uma identidade afirmativa. Nesse sentido, essa precária – e tão coetânea – intersubjetividade é vivenciada pelo consumismo, que, ao mesmo tempo que nivela os sujeitos, possibilita, por intermédio do narcisismo secundário, a falsa sensação de identidade.

Esse narcisismo secundário consubstanciado na mercadização produziu, dialeticamente, a falência do grupo social como mediador; o *Pai* cedeu lugar ao *Consumo*. Retornamos, aqui, a Jurandir Freire Costa, que, ao mencionar Marcuse, corrobora nossa análise, ao lembrar que

[...] ao declínio da autoridade paterna segue-se a obediência aos padrões normativos impostos pelos meios de comunicação de massa, pelos grupos de pares, pelos técnicos em educação, psicologia, etc. Anteriormente, a internalização da norma social ocorria pela mediação da figura paterna, donde a existência e a importância do superego, como representante interiorizado da lei. Agora, o ego estrutura-se não em conflito e posterior aquiescência às exigências do superego, mas diretamente em contato com a realidade. O ego é assim mantido em condições ‘regressivas’, similares àquelas experimentadas pelos componentes da ‘massa’ (COSTA, 2003: 190).

Esse consumismo, para nós, é a essência do que alguns autores chamam de pós-modernismo e, acreditamos, tem suas origens em dois fenômenos fundamentais do século XX – as duas crises identitárias mais graves do centênio, o Holocausto e 1968, calcadas na dissolução do ideal burguês europeu, e também estadunidense, e tão ameaçadoras ao sistema capitalista. A falsa liberdade também mencionada por Jurandir Costa que gerou o Narciso dos dias de hoje decorre diretamente da recriação das sociedades de consumo no pós-guerra.

Nós brasileiros adotamos essa modernidade, em definitivo, também nesse período, apesar de sermos formados por essa mesma identidade narcísica. Nesse sentido, entendemos a Barra não como pasticho do estrangeiro, mas como encarnação mais bem acabada de nossa particularidade ontológica. Desse modo, propugnamos que a Barra da Tijuca não apresenta uma identidade afirmativa, na medida em que a vivência do seu espaço é mediada pelo consumo.

Não há individualidade nessa vivência, já que a forma urbana – mesmo quando consideramos que a ocupação da Barra engendre nova forma –, impede essa

individuação e não cria nova experiência espacial – vive-se, na Barra, como poder-se-ia viver em qualquer lugar do mundo, já que a impessoalidade do consumo e do automóvel, e a homogeneidade do condomínio aniquilam a alteridade. Outrossim, falta a unicidade obstada pela intensa fragmentação – uma identidade não se constitui pela soma de pedaços.

Asseveramos portanto, que, a partir da ocupação da Barra da Tijuca, a cidade do Rio de Janeiro vivenciará um processo de **involução urbana**, na medida em que se iniciou processo de mortificação social cuja característica mais marcante é a perda progressiva da experiência decorrente dos hábitos da vida cotidiana vinculados diretamente ao lugar. Isso reforçou, para toda a urbe, uma única identidade, concomitante à crescente clivagem entre ricos e pobres, não apenas por renda, mais por acesso à qualidade de vida urbana (sendo esse acesso fundamental para distanciá-los).

Não por acaso, as décadas de 1980 a 2000 serão marcadas por um conjunto de graves problemas, entre os quais a pauperização de ampla camada da sociedade imbricada a índices de violência recrudescentes e ao crime organizado é o mais notório. Além disso, o modelo de planejamento adotado nos anos César Maia (1993 a 2000 e 2005 a 2008), com o interregno do ex-aliado Luiz Paulo Conde (2001 a 2004), reforçam a mercadização do espaço urbano, como na construção da Cidade da Música e da Cidade do Samba.

Enquanto a cidade antiga tinha a função de moradia; a medieval, a de circulação; e a industrial, a de produção, acreditamos que a cidade cujo modelo é a Barra da Tijuca tem por função precípua o consumo, e caráter autárquico, reduzindo o contato com o Outro. Isso refuta a conjugação entre urbe e orbe, característica de cidades que exerceram função de centro político. A Barra da Tijuca também nega a regularidade geométrica clássica, a centralidade e o tabuleiro do burgo medieval, a rua-corredor moderna.

Paradoxalmente, seus empreendimentos comerciais e condomínios recriam-nos em simulacros urbanos e cenografias fantasiosas. Talvez porque a perversão dos arquitetos e urbanistas, dos utópicos renascentistas aos racionais modernistas, tenha se convertido em estetismo carente de significado. De qualquer forma, a Barra da Tijuca

assume para nós a dimensão descrita por Argan, bastante adequada ao que a massificação (e, posteriormente, o consumismo) produz nos indivíduos:

[...] na metrópole, ‘o valor do indivíduo, do ego, foi sendo reduzido, até ser eliminado. O indivíduo nada mais é que um átomo na massa. Eliminando-se o valor do ego, elimina-se o valor da história de que o ego é protagonista; eliminando-se o ego como sujeito, elimina-se o objeto correspondente, a natureza... [por isso é uma cidade cuja vivência ocorre quase como em qualquer lugar do mundo] [...] A realidade não mais é dada pela escala humana – ou seja, na medida em que pode ser concebida, pensada, compreendida pelo homem – e sim na medida em que não pode e não deve ser pensada, mas apenas dominada ou suportada (ARGAN, 2005: 7-8).

Por conseguinte,

[...] a metrópole não é mais a cidade, mais um sistema de circuitos de informação e de comunicação; o objeto é substituído pela imagem, pela escrita luminosa. A arte, que produz objetos-que-têm-valor, é substituída por uma experiência estética, cuja finalidade não pode ser outra que a criação de imagens-choque, de sinais, de notícias – elementos urbanísticos (ibid.: 8).

A cidade, portanto, rompeu em definitivo com a escala humana, contribuindo para o próprio rompimento com o Outro, e, associado a isso, recolheu os elementos técnicos que possibilitam ao Narciso contemporâneo dispor dessas imagens mencionadas por Argan, as quais, por vezes, assumem formas, de modo a satisfazer sua identidade narcísica, o que muitos nomeiam de pós-modernidade. Nesse sentido, ao eliminar ego e natureza, essa urbe faz com que nossa proto-teoria nasça relativamente prescrita.

Afirmamos isso por entender que surge, nas últimas décadas, um modo de vida urbano que prescinde, relativamente, do meio, e que se aproxima muito ao da existência inautêntica de Heidegger. Nessa cidade pretensamente universalizada pelo consumo, em que o cotidiano é bem menos complexo e as práticas espaciais assumem formas diferentes, os circuitos de informação e de comunicação assumem maior importância, e analisá-los tornar-se-á tarefa cada vez mais frequente do geógrafo – por meio do conceito de meio técnico-científico-informacional de Milton Santos, por exemplo.

Por fim, acrescentamos que a identificação narcísica e a perversão prejudicam o processo constitutivo do ideal do Ego, responsável pelo projeto de futuro do sujeito, individual e coletivo. Nesse sentido, podemos entender a assimilação constante de formas e de processos culturais alheios, e isso acarreta, em última análise, que queremos ser aqueles que copiamos. Isso é recorrente em nosso processo histórico, e a

contemporaneidade o tem vivenciado. Questionamos, portanto, a natureza do pós-modernismo e a da arquitetura pós-moderna.

Em relação a esta, duvidamos que se caracterize como estilo, pois, como lembrado por Benevolo, o estilo representa a confiança no futuro – e um projeto para este. Na medida em que a identificação narcísica obsta a constituição de um ideal de Ego, torna-se difícil especular sobre a constituição do devir. Não à-toa, a arquitetura pós-moderna se fundamenta em série de referências passadas, desde o frontão grego ao vidro – cujo brilho nos remete à perversão – e ao aço modernistas.

Faltou, contudo, mencionar outro aspecto que vincula a Barra da Tijuca a Brasília, o qual veremos no próximo capítulo.

5 O BRASILEIRO E A SUA GEOGRAFIA

Esse capítulo exige maior aprofundamento posterior nas pesquisas, mas podemos lançar as bases de um raciocínio que imputa uma geograficidade para o brasileiro, de fato com identidade própria, cuja formação tentamos descrever. Para esse fim, retornaremos à Barra da Tijuca.

5.1 O PADRÃO GEOGRÁFICO DO BRASILEIRO

Acerca do desenvolvimento da região da Barra, faltou-nos mencionar outra característica. A modernidade fundadora daquele lugar é a reprodução do fenômeno de conquista do sertão, consolidado com a interiorização da capital. Brasília, nesse sentido, demonstra uma ruptura em relação ao processo histórico, que se desenvolveu em função do litoral, e, portanto, em função do Outro. Interiorizar a capital representava, pois, recriar a sociedade brasileira de acordo com os próprios recursos do país, desenvolver-se, ainda que fosse necessário muito capital externo.

Brasília é a inflexão de um povo que queria se recriar e que desejava meios para realizar este objetivo. Não sem sentido, o modelo urbano adotado para a cidade-capital reiterava sua presença sobre o planalto e seria por intermédio dela que desbravaríamos talvez o último eldorado do mundo – a Amazônia, sem qualquer reminiscência de um encontro com o paraíso terrestre, a não ser que esse paraíso se constituísse em dinheiro e ganhos materiais.

O processo foi conduzido por militares que não foram obsequiosos em realizar o seu projeto geopolítico – derrubar a mata, criar uma rede de rodovias que integrasse a Amazônia, explorar sua riqueza mineral, acabar com tensões sociais por meio de movimentos migratórios. Isso, obviamente, antes de a retórica ambiental se tornar *leitmotiv* da reprodução própria do capital, através da biotecnologia e do tão falado aquecimento global.

A expansão da fronteira foi fenômeno recorrente na história brasileira, do qual Brasília foi episódio dos mais recentes, mas único em importância. Para fundamentar essa hipótese, cabe um breve histórico acerca do processo de formação territorial do nosso país e, para tanto, retrocederemos ao século XVI. Se primeiramente essa fronteira era apenas política – já que a definição das fronteiras, por vezes, foi anterior ao desenvolvimento econômico integrado dos territórios –, com o passar dos séculos foi-se transformando em fronteira econômica e, assim, reproduzindo o *ethos* do brasileiro.

A incorporação dos fundos territoriais foi possibilitada pelo estabelecimento de postos avançados nas trilhas dos bandeirantes paulistas, que, posteriormente, se tornariam marcos para a demarcação territorial. O bandeirantismo teve inegável importância na expansão geográfica de grande parte do Brasil. Há, nesse sentido, que se distinguir entre as formas de bandeirantismo. A historiografia reconhece quatro tipos de bandeiras: as de apresamento, as de prospecção, as de monções e o sertanismo de contrato.

Inicialmente, as de apresamento visavam à captura dos gentios, em uma clara rejeição ao exclusivo metropolitano que comercializava negros d'África, muito caros para a pobreza bandeirante; o de prospecção foi o que mais expandiu o conhecimento do território e constituir-se-ia em alternativa à atividade econômica existente caso fossem encontrados metais preciosos; uma vez encontrados e em decorrência de sua exploração, o bandeirantismo de monções visava ao abastecimento de vilas, como a de Cuiabá, fundada em 1719, e ao recolhimento desses metais; e, por fim, o sertanismo de contrato, que visava à destruição de quilombos e de tribos hostis ao longo do território.

Jaime Cortesão (apud GÓES FILHO, 2001: 114) nos ensina que

[...] seria errado [...] supor que todas as bandeiras e todos os bandeirantes obedecessem estritamente a objetivos econômicos, sem a menor consciência da política e das realizações geográficas que a expansão das bandeiras entranhava. Houve também, ora anterior ora conjuntamente com os ciclos de caça aos índios e da busca do ouro, aquilo que poderíamos chamar uma política de realização da ilha Brasil.

Com as expansões, e por meio do contato com os indígenas, segundo Synesio Góes Filho, os colonizadores entraram em contato com o 'mito' da Ilha Brasil, expressão divulgada por Cortesão, embora houvesse termo similar no século XIX (ibid.: 115). Esse autor crê que os portugueses buscaram moldar sua colônia de acordo com

uma forma geográfica orgânica, embora o bandeirantismo não tenha, provavelmente, motivação política. O acontecimento político que permitiu que territórios fossem incorporados à América Portuguesa foi a união das Coroas lusitana e espanhola, em 1580.

Esse espraiamento territorial é verificado na fundação de Belém, em 1616, o qual permitiu o domínio, especialmente por jesuítas, da foz do Amazonas e, a partir desta, do rio à montante, bem como na ocupação do sertão nordestino, com atividades econômicas vinculadas à agro-exportação açucareira do litoral. Nesse ínterim, os holandeses começavam a ocupar parte do Nordeste brasileiro, inicialmente em 1624-5, em Salvador, e depois, entre 1630-54, em Olinda e Recife. Cabe ressaltar que, com base no episódio de expulsão dos holandeses, criou-se o ‘mito’ das três raças, em virtude da utilização de indígenas e de negros, durante os combates, em apoio aos portugueses.

Assim, ademais do ‘mito’ do bandeirante, o ‘mito’ das três raças também foi utilizado pelo Romantismo brasileiro como origem de nossa essência. Desse movimento também surgiriam outras manifestações ideológicas de caráter nacionalista no Império. No que se refere especificamente à Geografia, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro serviu para a construção de um pensamento que vinculasse a História do país à constituição do seu território. Essa materialidade espacial foi consolidada por intermédio da assinatura entre Portugal e Espanha do Tratado de Madri, no século XVIII.

A expansão física da fronteira, muitas das vezes mais que apenas um movimento migratório – as bandeiras não tiveram caráter povoador, embora estabelecessem postos avançados nas trilhas bandeirantes – contribuiu para a preocupação da Espanha em proteger seus domínios e culminou na assinatura daquele tratado em 1750. Sucederam-se diversos outros, como os tratados de Santo Ildefonso, em 1777, e de Badajós, em 1801, com anulações e mudanças nos limites territoriais, cujas disputas foram herdadas pelas nações sul-americanas. Esses litígios prosseguiram até o Império, com a definição dos primeiros acordos fronteiriços entre o Brasil e as demais repúblicas do continente.

O Tratado de Madri legou às negociações diplomáticas futuras, a favor do Brasil em quase todos os casos, os princípios do *uti possidetis* e da naturalização das fronteiras. Dessa forma, houve incorporação de vastos domínios ao território brasileiro,

com ocupação esparsa, que até recentemente se constituíam em áreas de fronteira, caso da região amazônica. A diplomacia brasileira, de Alexandre de Gusmão ao Barão do Rio Branco, conduziu com extrema eficácia a expansão do território nacional, o que criou enormes fundos territoriais, sem a necessidade de forjar nenhum inimigo externo.

Antes de considerar as áreas de fronteira brasileiras, cabe uma breve definição acerca deste conceito. Considerar-se-á *fronteira* o processo de integração de um espaço geográfico à economia nacional. O bandeirantismo consiste em uma expansão dos domínios territoriais, mas, na medida em que não implica movimento migratório fundado em bases econômicas e possui caráter bastante dispersivo, não pode ser considerado *in totum* área de fronteira.

Nesse sentido, a primeira área de fronteira é o Sertão nordestino. Segundo Moniz Bandeira (BANDEIRA, 2007: 627; 624),

[...] de fato, ao contrário dos bandeirantes de S. Paulo, que apenas devassaram a terra, mas não se preocuparam fazê-la economicamente render, os senhores da Torre, ao longo de três séculos, ocuparam-na e trataram de a explorar, ou expandindo sua criação de gado ou arrendando sítios e fazendas, instituindo um senhorio, ao mesmo tempo em que se constituíam como poder político e militar, com seus próprios regimentos de milícias, o que dava ao seu domínio características de um feudo. [...] [A] ambição de localizar as minas de prata continuou a motivar as entradas no sertão, sob o pretexto de combater os índios, já não mais chamados gentios, mas bárbaros, que se insurgiam e atacavam vilas, engenhos e rebanhos de gado, inconformados com a apropriação de suas terras e adversos à escravização à qual os colonos os tratavam de submeter.

A segunda área de fronteira no Brasil, deflagrada também por uma bandeira paulista, foi a região das Minas Gerais, a qual reestruturou a colônia com a descoberta do ouro. Em 1696 foi fundado o arraial de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, o qual, em 1711, se tornou a primeira vila de Minas Gerais, núcleo original do atual município de Mariana. Vários arraiais foram surgindo e, com o passar dos anos, tornando-se vilas. A corrida pelo ouro fez com que as áreas mineiras originassem uma proto-urbanização, que instituiu definitivamente interligações entre diversas áreas da colônia.

Houve, pois, interligação entre as produções pecuárias gaúcha e nordestina; melhoraram-se as comunicações entre Minas e o Rio, principal rota de escoamento do ouro; houve considerável fluxo migratório do Nordeste açucareiro para as Gerais; e São Paulo foi-se firmando como entreposto entre o Sul e Mato Grosso e a província mineira.

Tudo isso causou o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Centro-Sul; criou uma camada média, diminuindo a rigidez da hierarquia social, a qual passou a ter maior mobilidade; difundiu a escravidão negra; e causou maior dependência portuguesa das manufaturas inglesas.

O florescimento dessas cidades mineiras mudou o caráter das cidades brasileiras que, até então, eram reles centros administrativos identificados à Coroa e à Igreja que pouco contribuíam para dinamizar as relações sociais na América Portuguesa. No século XVI havia apenas quatorze vilas – São Vicente, Porto Seguro, Igarapu, Ilhéus, Santa Cruz Cabralia, Olinda, Santos, Espírito Santo, Vitória, São Paulo, Itanhaém, São Cristóvão, Natal e Cananéia – e três cidades, Salvador, Rio de Janeiro e João Pessoa. Isso ocorreu porque os donatários não tinham o direito de fundar cidades, que estava restrito à Coroa e em terras livres de encargos, como heranças e pensões.

No século XVII, quatro novas cidades surgiram; Olinda, elevada a essa categoria em 1676, São Luís, Cabo Frio e Belém. Nessa centúria, o sertão nordestino fora incorporado à economia canavieira, e houve a fundação de vilas devido ao bandeirantismo. Uma *cidade* assumiu, enfim, esplendor cosmopolita – a Recife dos holandeses, coligada a Olinda, cuja população somada equivalia a três quartos do número de habitantes de Salvador. Apesar da expansão territorial e da fundação de 37 vilas, o número de cidades era muito baixo e o de vilas pequeno, e a atividade econômica não favorecia qualquer mudança nesse quadro, até o século XVIII.

Surgem, nesse século, mais três cidades – São Paulo, Mariana e Oeiras –, e mais 118 vilas, fenômeno verificado pelo desenvolvimento da economia mineira, cujo auge ocorreu em 1750, mesmo ano do Tratado de Madri. Nas décadas subseqüentes, muito se transformaria na colônia. A administração pombalina iniciou a extinção do regime de capitânicas hereditárias e expulsou os jesuítas, cujas missões, usualmente, tornaram-se vilas. Outrossim, reunificou a América Portuguesa e transferiu sua capital, de Salvador para o Rio de Janeiro, não apenas para facilitar o controle e o escoamento das Minas, mas também em decorrência da criação do Vice-Reino do Prata e dos contenciosos envolvendo Sacramento.

O Brasil experimentou um período tanto prolongado de depressão econômica, à exceção da lavoura algodoeira do Maranhão, e foram proibidas todas as atividades

manufatureiras. Somente a partir de 1790, há a retomada do crescimento econômico, vinculado, mais uma vez, a atividades agrárias. Socialmente, a Independência americana, a Revolução Francesa e a independência do Haiti influenciaram bastante a elite brasileira. Houve aumento populacional devido tanto à imigração de portugueses quanto ao tráfico de escravos negros; o número de habitantes mais que dobrou entre 1754 e 1808. Isso se reflete no povoamento do interior e na criação de municípios.

A próxima fronteira a surgir e a dinamizar a economia colonial foi o café, que se manteve como mais importante atividade econômica até o segundo quartel do século XX. As áreas incorporadas foram o Vale do Paraíba, primeiramente, e a partir de 1870, o Oeste paulista. Ambas as áreas, devido ao ouro, já se conectavam à economia, funcionando, basicamente, como rotas ou entrepostos para o comércio. As classes dominantes que expandiram suas atividades econômicas para o Vale do Paraíba davam suporte ao regime monárquico e da escravidão.

Uma vez declarada a Abolição da escravatura, a monarquia perdeu definitivamente a sustentação política, e no ano seguinte, foi proclamada a República. Já na segunda metade do século XIX, a escravidão começa a ser substituída por outras formas de trabalho, como consequência da efetiva proibição do tráfico negreiro transatlântico e da Lei de Terras de 1850. Ao impedir o acesso da terra a posseiros e camponeses, mercadizando-a oficialmente, essa lei legitimou o controle dos estratos dominantes sobre a terra. Assim, consoante João Fragoso (2000:147), isso contribuiu

[...] para a transformação ou confirmação do trabalhador, livre ou escravo, como produtor de sobretrabalho para outros. Com isso, garantia-se a modificação do regime de trabalho sem grandes perturbações para as estruturas preexistentes. [...] Se é certo que, ainda na virada do século XIX para o XX, a economia apresentava uma precária divisão social do trabalho e uma circulação limitada de mercadorias (baixos índices de mercantilização), por outro lado é nesta época que presenciamos o crescimento da população urbana, os primeiros passos da industrialização, com a formação de seu capital industrial e sua classe operária. O que importa sublinhar é o caráter lento e tenso de tais transformações.

João Fragoso ainda reitera que a produção para o mercado interno tem um peso maior que o atribuído pela historiografia tradicional, ao afirmar que a economia brasileira era mais complexa que uma *plantation* voltada para o mercado externo, o que pode ser comprovado pela permanente incorporação de áreas de fronteira. A tese de Fragoso primeiramente atesta que, contrariamente ao que acontece no capitalismo,

“aqui a extorsão do sobretrabalho é mais o resultado de relações de poder (o produtor direto é cativo de outro homem) do que relações econômicas” (FRAGOSO, 2000: 149).

O escravo, nesse sentido, ademais de ser propriedade de outrem, é também, ele próprio, mercadoria. Desse modo, o mercado reitera as relações sociais de subordinação porquanto depende da alienação das mercadorias produzidas pelo escravo. Assim sendo, a produção mercantil transforma-se em meio para a recriação dessas relações de poder e, conseqüentemente, das relações de produção. Como a riqueza é pouquíssimo distribuída, o sobretrabalho concentra-se em poucos proprietários e essa concentração produz um mercado restrito. Com efeito, haverá contínua reprodução de sistemas agrários escravistas mercantis em áreas de fronteira (loc. cit.).

Essa constante criação de áreas de fronteira

[...] amplia o mercado interno sem mudar seu caráter restrito. E quando essa criação renovada de sistemas agrários coincide com a montagem da agroexportação, além da ampliação da demanda para os segmentos escravistas ligados ao abastecimento interno, ocorre também a transferência, em última instância, do problema da realização do sobretrabalho contido na produção escravista colonial para outro mercado (o internacional), e para outros modos de produção. A partir disto, a expansão da agroexportação ganha um *novo sentido*, que é o de preservar a estrutura social interna da sociedade escravista. Daí que ela decorra, em tese, de pressões internas à sociedade e não externas a ela (ibid.: 149-50).

Desse modo,

[...] se consideramos que a nova criação de sistemas agrários escravistas se constitui em movimento que possibilita a reiteração de relações sociais de subordinação, estaremos frente a uma sociedade cuja reprodução simples (reiteração dos padrões sociais vigentes) depende da reprodução ampliada da economia. [...] Grosso modo, podemos desdobrar o tipo de reprodução econômica aqui abordado em dois movimentos: 1º) apropriação de parte do sobretrabalho, na circulação, assumindo a forma de uma acumulação mercantil; 2º) transformação parcial desta acumulação em produção (ibid., 150).

A constante recriação dos sistemas agrários escravistas-mercantis em áreas de fronteira, por conseguinte,

[...] enquanto fenômeno vinculado à reprodução da sociedade escravista, encerra dois significados intimamente ligados. Em primeiro lugar, ele é um movimento que, através da reprodução ampliada da economia, viabiliza a reiteração da sociedade considerada. Em segundo lugar, esse fenômeno é a própria remontagem em escala regional daquela sociedade; isto é, de sua forma de extorsão de sobretrabalho (trabalho escravo), do predomínio da acumulação mercantil e das diferenciações presentes em sua estrutura social. [...] Em outras palavras, estamos frente a um sistema agrário cujo

funcionamento se dá através da incorporação de mais terras e mais força de trabalho, sem o desenvolvimento técnico na lavoura (FRAGOSO, 2000: 151).

João Fragoso demonstra, assim, como a agricultura cafeeira no Sudeste reproduz o sistema agrário escravista-exportador e a própria sociedade brasileira. Por extensão, podemos aplicá-la à nossa abordagem, que define as áreas de fronteira como *locus* da reprodução da imago da sociedade brasileira. Em que pese a necessidade de mais pesquisas, acreditamos que a recriação de áreas de fronteira também ocorre nas áreas urbanas, como, por exemplo, se deu na Barra da Tijuca, parte do sertão carioca, que reproduziu a sociabilidade vinculada ao mar que vinha se repetindo havia décadas. Conta para isso a subordinação urbana ao campo no Brasil até meados do século XX.

Ainda na segunda metade do século XIX, contudo, outras duas áreas de fronteira surgiram, uma no sul e outra no norte brasileiros. Esta área de expansão ocorreu na Amazônia, com a borracha, e levou à disputa territorial pelo Acre, cuja compra ocorreu em 1903. Os seringalistas eram latifundiários, muitos ocupando irregularmente as terras, e ainda desfrutavam de vantagens do governo, como o monopólio de navegação em determinados rios. Isso recriou toda a problemática da fronteira, e os seringueiros tornaram-se, via de regra, subjugados pelos seringalistas, por meio de dívidas e do controle dos meios coercitivos por estes.

No Sul, com as políticas de imigração européia e de embranquecimento populacional, houve fixação de diversas nacionalidades nas terras gaúchas e catarinenses. Posteriormente, o Paraná recebeu muitos desses imigrados. Embora com diferenças substanciais quando comparada às outras áreas de fronteira, fundamentada em lotes pequenos, vendidos por companhias de imigração ou pelo Estado, houve nessas áreas de expansão conflitos e disputas pela propriedade de terras, tanto entre colonos, e entre estes a população anteriormente fixada quanto entre estes e os agentes de modernização do território.

Esta propiciou paulatinamente a industrialização substitutiva de importações, a qual, por seu turno, estimulou a concentração espacial, favorecendo a expansão do tecido urbano, uma vez que tanto a modernização quanto a indústria impuseram rígida divisão territorial do trabalho e um intenso fluxo migratório às cidades. Isso possibilitou o surgimento das primeiras áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesse primeiro momento, ainda havia grande dependência do exterior para suprir

necessidades industriais básicas e forte resistência dos tradicionais setores agrários à industrialização. Somente após a Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se uma base mínima para a indústria de bens de capital.

Como decorrência da guerra, houve radical mudança da estratégia nacional, e se desenvolver industrialmente, mais que necessidade de consumo e de reduzir déficits comerciais, tornou-se condição *sine qua non* para a soberania nacional. Esse projeto geopolítico resgatava, outrossim, a expansão das atividades produtivas não-industriais no território brasileiro, bem como tentava atenuar as tensões agrárias e urbanas de uma democracia embrionária. A *Marcha para o Oeste* foi a estratégia de ocupação do interior do país, a fim de que houvesse o fortalecimento do Estado nacional, no primeiro período Vargas, sob fundamentos territorialistas.

Embora tenha se concretizado, de alguma forma, anos depois, essa estratégia era mais ampla e coincidia com o Ideário Cívico dos Ibegeanos. As propostas desse grupo compreendiam a ocupação efetiva do território; a redivisão deste; a valorização do homem rural; o ordenamento administrativo dos municípios, a serem circunscritos em jurisdições municipais e em departamentos, os quais agregavam aqueles; o estabelecimento de rede rodoviária integradora da nacionalidade; a unidade nacional por meio da unidade da língua; e, por fim, a interiorização da metrópole federal.

Transferiu-se, pois, a capital para Brasília, e o Centro-Oeste tornou-se a nova área de fronteira brasileira, nas décadas de 1960-70, assim como as maiores cidades do país conquistavam seus fundos territoriais, que no Rio de Janeiro se deu por meio da urbanização da Barra da Tijuca. Acerca de Magalhães Correa, Carlos Eduardo Barbosa Sarmiento (1998:10), afirma que

[...] a idealização das relações do homem com o meio sertanejo contribui para a edificação de uma interpretação que qualifica o ambiente como o modelo de um espaço edênico, o paraíso perdido no processo civilizatório. Desta forma, o autor afasta-se radicalmente do cânone euclidiano e começa a construir o seu modelo de sertão, abandonando os paradigmas científicos de análise e assumindo uma linguagem, em grande medida alegórica, que elabora uma representação idealizada deste espaço humano e físico específico.

Nesse ínterim, São Paulo consolidou-se como centro industrial e hegemônico do país justamente por ter se tornado capaz de fornecer os meios necessários à integração do território. Deve-se lembrar que essa expansão urbana ainda está em curso, assim

como não se completou a ocupação na Amazônia, que recebeu intenso fluxo migratório do paupérrimo Nordeste, para atividades econômicas as mais diversas. Durante o regime militar, foram iniciados projetos megalômanos que serviram de sustentáculo à ideologia oficial, como a construção da Transamazônica.

Sobre as fronteiras das últimas décadas, deve-se lembrar que grande parte do fluxo migratório é de famílias do Sul do Brasil, desde os primórdios da ocupação do Centro-Oeste até a exploração econômica do Mapito – Maranhão, Piauí, Tocantins e oeste da Bahia, esta, até então, uma área relativamente estagnada. Os investimentos em infra-estrutura tornam a integração irreversível, como as hidrelétricas em Rondônia e Pará e as ferrovias no Nordeste e Centro-Oeste.

A região amazônica ainda permanece com vastos fundos territoriais, razão pela qual há intenso debate sobre como utilizar seus recursos de modo a preservá-la. O mais grave nesse debate é a redução dessa fronteira à problemática exclusivamente ambiental, sem analisar o tipo de sociedade que se está construindo nessa expansão; basta perceber o número de conflitos nessa área de fronteira para se ter a certeza de que ainda se está longe de fundamentar o uso de seus recursos de forma racional e com ganhos para todos.

Após séculos de movimentos de ocupação dos fundos territoriais em áreas de fronteiras, garantidos, em grande parte, sem guerras e violências externas, o território brasileiro tem atingido sua definitiva integração. Ao longo dos últimos trinta anos, o país alcançou altos patamares na produção industrial, urbanizou o território, garantiu tecnologia ao campo, mas não acabou com a clivagem entre ricos e pobres e há, ainda, gargalos logísticos.

O território está a cada dia mais unificado e homogeneizado pelos centros de poder, reproduzindo ideologias, tendências e hábitos que, até certo ponto, influenciam o comportamento social. Contudo, as desigualdades persistem, e como não há outra área a deflagrar, as atenções governamentais voltam-se àquelas áreas que permaneceram alijadas dos processos de expansão das fronteiras, urbanas e agrárias. Programas como o Territórios da Cidadania e o Programa de Aceleração do Crescimento têm investido pesadamente em diversas frentes com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações atendidas.

A expansão da fronteira está vinculada ao desrespeito à lei e reproduz, em certo grau, a mesma sociedade de séculos atrás. Segundo José de Souza Martins (1997: 40), no caso brasileiro,

[...] é evidente, na ausência expressa e direta das instituições do Estado, o domínio do poder pessoal e a ação de forças repressivas do privado se sobrepondo ao que é público e ao poder público, até mesmo pela sujeição dos agentes da lei aos ditames dos potentados locais. Portanto, um comprometimento radical de qualquer possibilidade de democracia, direito, liberdade e ordem. Não só a fronteira é o lugar privilegiado da violência privada, mas é também, em decorrência, o lugar privilegiado de regeneração até mesmo de relações escravistas de trabalho.

De acordo com o sociólogo, essa fronteira implica sociabilidade *sui generis*:

[...] a situação de contato, a sociabilidade que demarca a convivência, dominada pela diferença e pelo desencontro étnicos, no espaço ainda indefinido de frente de expansão, constitui uma realidade sociológica *sui generis*. Embora marcada por uma transitoriedade notória e menor do que a das durações históricas das sociedades e grupos que ali se encontram e se confrontam, o calendário dessa convivência complicada é mais extenso do que parece. Sua durabilidade tem-se estendido por gerações e marca até profundamente a cultura peculiar que daí decorre. Não é surpresa, pois, que nas frentes de expansão de Goiás (e, agora, de Tocantins), do Mato Grosso, do Pará, do Maranhão, de Rondônia, do Acre, do Amazonas, o pesquisador se veja rotineiramente conversando com ‘civilizados’ cujo discurso se apóia numa concepção dual dos seres humanos – cristãos (os civilizados) e caboclos (os índios), homens e pagãos, ou humanos e não-humanos (ibid.: 28).

Desse modo, a fronteira contemporânea na Amazônia permite estabelecer similitude ao Brasil Colônia:

Um sistema classificatório básico que nos remete imediatamente aos primeiros tempos do Brasil Colônia, e da expansão, em que essas categorias demarcavam com mortal severidade, como ainda hoje, de certo modo, os limites étnicos dos pertencentes e dos não-pertencentes ao gênero humano (loc. cit.).

A fronteira urbana do sertão carioca não gerou processo tão devastador, até porque não se tratava de uma dicotomia *branco* e *não-brancos*, mas vimos como ela reproduziu a ideologia de valorização da orla por meio do discurso de vocações econômicas naturais e contribuiu para concentrar renda. Esse processo deve ser estudado mais aprofundadamente, mas nossa hipótese não resta invalidada. Da mesma forma que ocorreu ao longo dos séculos, a fronteira urbana carioca também reproduziu a sociedade anterior. A mudança na forma não significou ruptura, apesar de todo o apelo ao *novum*.

Com base no processo histórico apresentado, inferimos, portanto, que, até hoje, o padrão espacial do brasileiro tem sido a reprodução de áreas de fronteira, indistintamente entre áreas agrícolas e áreas urbanas. Uma vez percebido esse padrão, ao longo dos séculos de sua existência, cabe, por fim, definir quem é este brasileiro.

5.2 O BRASILEIRO NO DIVÃ

Carnaval, autoritarismo, miscigenação, cidadania excludente e desigualdade social acentuada, paternalismo, machismo, jeitinho. O que esses termos podem ter em comum, já que são atribuídos como caracteres do brasileiro, é o que buscamos debater, ainda que de forma preliminar e sem obter conclusões.

O primeiro fator que exige comentários é a miscigenação. Em vez de tratá-la como origem do brasileiro, acreditamos que o brasileiro, ainda inominado, é que acarretará a miscigenação. Pode parecer tola essa afirmação, mas esclarecemos que a mestiçagem não se identifica à brasilidade ou a qualquer outro recorte espacial – islandeses não são islandeses porque são brancos – ser branco não condiciona o Ser, até porque uma identidade como essa seria muito difícil de ser aplicada em países multi-étnicos ou multirraciais, como o próprio Brasil, ou os EUA, a China e Israel, em especial naqueles em que a mestiçagem é rara.

Contudo, a criação de um gentílico como qualificativo de um ser deve assumir alguma relevância, pois, se não assumir, não há porque haver uma ciência geográfica, ou até mesmo o saber relacionado à Geografia. É muito difícil, outrossim, estabelecer uma identidade sem considerar os processos característicos da sua constituição – ao longo do trabalho, demonstramos que a identidade do carioca foi empobrecida após os processos de modernização conduzidos por uma restrita parcela da sociedade cujos interesses eram de reforçar a identidade do carioca ao mar, ao mesmo tempo em que identidades outras, vinculadas a outros espaços, deterioravam-se.

Se para ser carioca, ou ser *mais* carioca, é necessário morar na Zona Sul, ou agora, na orla da Barra, e se obrigar a fritar sob o sol escaldante do verão, indubitavelmente parte da cidade estará alijada dessa sociabilidade e, nem assim, não

será menos carioca. Nesse sentido, recusamo-nos a acreditar que a atribuição de um gentílico seja ato meramente jurídico-formal, ou seja a metafísica de uma identidade dada a qual cabe o geógrafo apenas descrever. Podemos descrevê-la, lembrando, sempre, dos riscos da generalização e da impossibilidade de abarcar cada singularidade. Trata-se de um permanente devir, assim como o é a identidade.

Refutamos, entretanto, análises como a encontrada em Darcy Ribeiro, n' *O povo brasileiro*. Este autor associa níveis de mestiçagem a recortes geográficos, e termina por não encontrar uma identidade – brasileira – que agregue e unifique esses recortes étnico-geográficos, ademais de ignorar o próprio processo histórico, como se a identidade de hoje fosse petrificada pela formação primeva, como no caso de ignorar a presença de negros na região Norte na formação identitária local. Acerca desses primeiros momentos, escreve Ribeiro (2004:106-10) que

[...] a expansão do domínio português terra adentro, na constituição do Brasil, é obra dos brasilíndios ou mamelucos. Gerados por pais brancos, a maioria deles lusitanos, sobre mulheres índias, dilataram o domínio português exorbitando a dação de papel das Tordesilhas, excedendo a tudo o que se podia esperar. Os portugueses de São Paulo foram os principais gestadores dos brasilíndios ou mamelucos. [...] O que buscavam no fundo dos matos a distâncias abismais era a única mercadoria que estava a seu alcance: índios para uso próprio e para venda; índios inumeráveis, que suprissem as suas necessidades e se renovassem à medida que fossem sendo desgastados [...] No Brasil [...] passaram a constituir o cerne mesmo da nação, e somando uns 14 milhões, juntamente com os negros abasileirados, puderam suportar a invasão gringa mantendo sua cara e sua identidade

Acerca do negro, afirma que

[...] a contribuição cultural do negro foi pouco relevante na formação daquela protocélula original da cultura brasileira. Aliciado para incrementar a produção açucareira, comporia o contingente fundamental da mão-de-obra. Apesar do seu papel como agente cultural ter sido mais passivo que ativo, o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se fez, como por sua introdução sorrateira mas tenaz e continuada, que remarcou o amálgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes [...] Seus membros homens [eram usados] como bestas de carga e as mulheres como fêmeas animais (ibid.: 114; 117).

Essa protobrasilidade constituía-se, e

[...] é bem provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provocava no lusitano, do que por sua identificação como membro de comunidades socioculturais novas,

porventura também porque desejoso de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas [...] A assunção [...] [da] identidade pelos brasileiros, como de resto por qualquer outro povo, é um processo diversificado, longo e dramático. Nenhum índio criado na aldeia, creio eu, jamais virou um brasileiro, tão irredutível é a identificação étnica. Já o filho da índia, gerado por um estranho, branco ou preto, se perguntaria quem era, se já não era índio, nem tampouco branco ou preto. Seria ele o protobrasileiro, construído como negativo feito de sua ausência de etnicidade? [...] [O filho do negro] nascido na nova terra, racialmente puro ou mestiçado, este sim, sabendo-se não-africano como os negros boçais que vinha chegando, nem branco, nem índio e seus mestiços, se sentia desafiado a sair da *ninguendade*, construindo sua identidade. Seria assim, ele também, um protobrasileiro por carência. O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da *ninguendade* de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar sua própria identidade étnica: a brasileira (RIBEIRO, 2004: 127 et. seq.)

O autor assevera que as diferentes formas de miscigenação criaram identidades, as quais se vinculam a determinadas áreas geográficas do Brasil. Assim sendo, os caboclos da Amazônia, os crioulos do litoral, os sertanejos do interior do centro-norte brasileiro, os caipiras do centro-sul e os gaúchos sulistas perfazem os Brasis, que, agregados, dão forma a uma única entidade. Darcy Ribeiro (ibid.: 20-3) diz que

[...] a identidade étnica dos brasileiros se explica tanto pela precocidade da constituição dessa matriz básica da nossa cultura tradicional, como por seu vigor e flexibilidade. Essa última característica lhe permitirá, como herdeira de uma sabedoria adaptativa milenar, ainda dos índios, conformar-se, com ajustamentos locais, a todas as variações ecológicas regionais e sobreviver a todos os sucessivos ciclos produtivos, preservando sua unidade essencial [...] É simplesmente espantoso que esses núcleos tão iguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação.

Surpreende-se, pois, com a constituição de um povo-nação, que considera fato extraordinário,

[...] englobando **todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política** [...] Nós, brasileiros, [...] somos um povo em ser, impedido de sê-lo. [...] Aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na *ninguendade*. Assim foi até se definir como [...] brasileiros. Um povo, até hoje, em ser, na dura busca de seu destino [...] Os outros latino-americanos são, como nós mesmos, povos novos em fazimento. [...] O nosso [desafio é o] de reinventar o humano, criando um novo gênero de gentes, diferentes de quantas haja (ibid.: passim).

É interessante notar, primeiramente, que apesar de descrever o processo de formação do povo brasileiro, falta a Darcy Ribeiro uma caracterização desse povo que o torne particular ao mesmo tempo que homogêneo. Há, ainda, o espanto de que o Brasil tenha se mantido como uma única entidade cívica. Questiona-se, pois, essa relação entre civilidade, que exige uma identificação, e as diversas personalidades dos variados Brasis. Por essa razão, há a naturalização do discurso, consubstanciada na capacidade adaptativa ao meio ecológico herdada dos índios, bem como a utilização do geográfico na construção identitária.

Talvez se recorra à configuração ecológica do meio ambiente porque a *ninguendade* característica desse novo povo somente permita a identidade entre os habitantes e o hábitat. E, assim, na incapacidade de se reconhecerem mutuamente, esses habitantes ocupados em reinventar o humano denominam-se brasileiros. Por sua vez, o estabelecimento de liame identificatório que una esses Brasis é problema agravado pela recorrência do meio geográfico como fator identitário, o qual é sempre vinculado a certa tipologia. Por exemplo, cabe lembrar que os mestiços de portugueses e nativos ocorreram em toda a América portuguesa, o que obriga o questionamento de por que vincular – de modo identitário – estes à Amazônia.

Subentende-se, logo, que a diferença entre o caboclo amazônida e o caipira paulista é o meio ambiente e o nível de mestiçagem, uma vez que ambos foram gerados, basicamente, pela miscigenação entre brancos e índios, reconhecendo-se, aqui, as diferenças étnicas indígenas, exemplificadas na linguagem, e, por conseguinte, à apropriação do meio por estes. Não recusamos que o meio exerça alguma determinação sobre o sujeito, mas reiteramos que este não é condicionado por aquele. Retornaremos a isso mais à frente.

Outro aspecto usualmente atribuído a nós mesmos brasileiros é o jeitinho. Nesta dissertação, consideramos este mais adequado ao brasileiro, já que para o carioca preferimos o malandro. De qualquer modo, ambos são correlatos e, ainda, citamos, novamente, o Macunaíma de Mário de Andrade. Situamos o jeitinho junto ao carnaval, bastante vivenciado por nós, e a carnavalização é um dos traços mais fortes do olhar do outro para nossa identidade. Ambos referem-se, sobremaneira, à subversão da ordem. Quanto ao jeitinho brasileiro ou ao malandro cabe enfatizar que esse comportamento

visa à obtenção de algo do interesse do sujeito, ainda que contrariamente à lei ou ao bem comum.

No que concerne ao carnaval, este referenda-se na indiferenciação social e na satisfação narcísica do ego consigo próprio. Originalmente, a festa vincula-se a Dioniso, cuja adoração se dava por meio do êxtase e do entusiasmo, propiciando uma liberdade que constituía a “*libertação de interditos, de tabus, de regulamentos e de convenções de ordem ética, política e social*” (BRANDÃO, 2008: 136). Assim,

[...] Dioniso é certamente o único deus grego que, revelando-se sob diferentes aspectos, deslumbra e atrai tanto os camponeses quanto as elites intelectuais, políticos e contemplativos, ascetas e os que se entregam a orgias. A embriaguez, o erotismo, a fertilidade universal, mas também as experiências inesquecíveis provocadas pela chegada periódica dos mortos, ou pela mania, pela imersão no inconsciente animal ou pelo êxtase do entusiasmo – todos esses terrores e revelações surgem de uma única fonte: a presença do deus. O seu modo de ser exprime a unidade paradoxal da vida e da morte.

Freud (19?), em *Uma gradação diferenciadora no ego*, lembra que as

[...] saturnais dos romanos e o nosso moderno carnaval concordam nessa característica essencial com os festivais dos povos primitivos, que habitualmente terminam com deboches de toda espécie e com a transgressão daquilo que, noutras ocasiões, constituem os mandamentos mais sagrados. Mas o ideal do ego abrange a soma de todas as limitações a que o ego deve aquiescer e, por essa razão, a revogação do ideal constituiria necessariamente um magnífico festival para o ego, que mais uma vez poderia então sentir-se satisfeito consigo próprio.

A carnavalização, atribuída à nossa identidade, cujo correlato mítico é o da horda primitiva, re-atualiza, ou ritualiza a festa totêmica, e nesse sentido, representa o fantasma da morte do pai, que tem como estrutura o narcisismo do sujeito e é fundamento de toda a lei. Desse modo, há certa desestruturação no momento de internalizar o Pai, perceptível também no nosso tradicional jeitinho, e da própria figura masculina, cujo simulacro é representado pelo machismo.

O paternalismo, assim, reproduz essa desestruturação, já que tanto nega a lei que abarca o todo social, desprezando o direito, quanto reproduz a sujeição do escravismo, bastante recorrente em nossa cultura, fundamentada, também, no autoritarismo, o qual é a negação do reconhecimento do outro como sujeito. Logo, se não há identidade entre os atores sociais, não haverá igualdade jurídica, tampouco haverá direito. Explica-se, assim, a sociabilidade do brasileiro, que, de certa forma, ainda mantém o *Arcaísmo como projeto* (2001).

Desse modo, propomos que o cerne da identidade do brasileiro seja a perversão, como entendida pela psicanálise, com forte caráter narcísico, em especial aquele vinculado a autodefesa, tanto em relação ao meio quanto a outrem. Retornaremos, pois, ao mito grego, a fim de esclarecermos as origens e os significados da perversão, que tem nas Górgonas sua representação. Assim, segundo Junito Brandão, (2007: 238-40),

[...] em tese, apenas Medusa é Górgona. As outras duas, Ésteno e Euríale, somente *lato sensu* é que podem ser assim denominadas. Das três, só Medusa era mortal [...] Estes monstros tinham a cabeça enrolada de serpentes, presas pontiagudas como as de javali, mãos de bronze e asas de ouro, que lhes permitiam voar. Seus olhos eram flamejantes e o olhar tão penetrante, que transformava em pedra quem as fixasse. [...] As deformações monstruosas da psiqué, consoante Chevalier e Gheerbrant, se devem às forças pervertidas de três pulsões: sociabilidade, sexualidade, espiritualidade.

Cada uma destas pulsões representaria uma das Górgonas:

[...] Euríale seria a perversão sexual, Ésteno, a perversão social, e Medusa a principal dessas pulsões, a pulsão espiritual e evolutiva, mas pervertida em frívola estagnação. Só se pode combater a culpabilidade oriunda da exaltação frívola dos desejos pelo esforço em realizar a justa medida, a harmonia. É isto, aliás, o que simboliza, face à perseguição, a busca de refúgio no templo de Apolo, em Delfos, onde reinam o equilíbrio e a harmonia, cifrados no [...] ‘conhece-te a ti mesmo’. Quem olha para a cabeça de Medusa se petrifica. Não seria por que ela reflete a imagem de uma culpabilidade pessoal? O reconhecimento da falta, porém, baseado num justo conhecimento de si mesmo, pode se perverter em exasperação doentia, em consciência escrupulosa e paralisante (loc. cit.).

Para Marise Santos, Ésteno e Euríale são imortais porquanto projeções da Medusa. Esta representaria, outrossim, a mulher rejeitada,

[...] incapaz de amar e ser amada, [por isso] odeia os homens na figura do deus que a viola e a abandona, e as mulheres, pelo fato de ter deixado de ser mulher bela para ser monstro por culpa de um homem [leia-se deus] e de uma deusa. Medusa é a própria infelicidade, seus filhos não são humanos, nem deuses, são monstros (SANTOS, 1996).

O mitologema de Medusa mudou bastante desde suas origens. Inicialmente, é uma divindade primordial, pré-olímpica, tendo sido considerada, posteriormente, vítima de uma metamorfose ordenada por Atená. Ainda conforme Junito Brandão, Medusa fora uma jovem lindíssima orgulhosa de sua beleza, principalmente a dos seus cabelos, e, por esse motivo, decidiu rivalizar com Atená, deusa da sabedoria e da inteligência, que a puniu transformando-a em Górgona.

Outra versão afirma que Zeus, ou, dependendo da variante, Posídon, tê-la-ía seqüestrado e violentado dentro do templo da deusa, a qual não perdoou tal ofensa e a

puniu com a metamorfose. Se, em princípio, havia uma única Górgona, a evolução do mitologema constituiu mais outras duas que funcionam como projeção de Medusa. Da morte desta por Perseu, nasceram Pégaso, o cavalo alado, e Crisaor, o gigante, demonstrando, assim, a ambivalência presente no caráter da Górgona.

Deve-se ressaltar que os filhos de Medusa apenas tomam vida após a decapitação desta, quando seu sangue cai no chão. Marise Santos nos lembra que a Górgona não pode ser vista pelos filhos, os quais tampouco

[...] podem ser vistos por ela. Esta mãe de mãos de bronze não pode acariciar, seu olhar paralisa, seus dentes de javali impedem que beije, mas quando poderia ser atingida pelo seu filho ela se torna divina, tem asas de ouro, é um alvo móvel. Medusa incorpora para estas personalidades de estrutura depressiva [pacientes de psicanálise] o mito da mãe divina, vista pelo seu filho como a santa mãe, não gera filhos felizes, apenas trágicos. Não pode ser mulher, é santa (SANTOS: 1996) .

Essa santidade representaria a falta de amor ao filho,

[...] fazendo-o sentir torpe e culpado pelo seu amor incestuoso. Como recurso ele a santifica para continuar amando-a e justificando a sua rejeição como forma de protegê-lo da sua própria torpeza. Desprovida como santa de instinto sexual, não pode falar ao seu filho da sexualidade feminina, não pode dizer-lhe o que é uma mulher. Inacessível como santa, torna-se monstro. Monstro que é percebido pelo filho mas que se nega a ser visto como é. Medusa não olha, não acaricia, não orienta. Paralisa (loc. cit.).

A projeção de Medusa no social é personificada em Ésteno. Essa autora lembra que

[...] a capacidade do sentimento de culpa se constrói no indivíduo com respeito à sua mãe, e isso está intimamente relacionado com a oportunidade de reparação. Quando se estabelece a capacidade de preocupação, o indivíduo começa a se situar na posição de experimentar o Complexo de Édipo, e de tolerar a ambivalência que é inerente ao estágio posterior [em] que a criança, se madura, [estará] envolvida em relacionamentos triangulares entre pessoas humanas plenamente desenvolvidas (loc. cit.).

Isso é bem caracterizado, por exemplo, no jeitinho brasileiro e na figura do malandro. Essa precariedade do senso moral acarreta uma

[...] socialização [...] instável. Por estas razões, vejo Ésteno, a perversão social, apenas como uma atualização do esforço de Medusa em produzir seus filhos monstros. Ou ainda uma continuação ou reedição de Medusa no inconsciente (loc. cit.).

Se em Freud, o sentimento de culpa, de perseguição e de angústia são considerados derivados do complexo de Édipo, Winnicott, ao introduzir na teoria psicanalítica as agonias (ou angústias) impensáveis, revoluciona-a ao tornar esta uma

teoria do amadurecimento humano. Assim, “*a condição inicial do homem não é a de ser um Édipo em potencial, mas a de ser um ser humano frágil, insuperavelmente finito, que precisa de um outro ser humano para continuar existindo*” (LOPARIC, 1996). Por isso, as angústias impensáveis

[...] surgem de falhas no relacionamento da mãe-ambiente com o bebê, antes mesmo que este possa dar conta dessas falhas. [...] O ambiente falha não por frustrar ou por ameaçar (isto é, por revidar, em termos da lei do talião aos ataques do bebê), mas por não ser confiável e suficiente para assegurar o crescimento e evolução pessoal do ser humano (loc. cit.)

Desse modo, Loparic resume a teoria winnicottiana do amadurecimento humano alterando

[...] todos os elementos teóricos com que foi descrita a situação edípica pela psicanálise tradicional: no lugar do sujeito com a constituição biológico-dinâmico-mental, o bebê que tem como única herança o processo de amadurecimento (que não é nem biológico, nem dinâmico, nem mental); no lugar da mãe-objeto pulsional, a mãe-ambiente; no lugar da experiência de satisfação instintual, as necessidades oriundas do próprio existir; no lugar da sexualidade infantil, a dependência; no lugar da mãe libidinal, a mãe da preocupação primária; no lugar da situação intramundana determinante a três, o bebê num mundo subjetivo de dois-em-um, próximo do estado de não ser. No essencial, a teoria da progressão programada das zonas erógenas fica substituída pelo processo sempre incerto e instável de integração progressiva do indivíduo (loc. cit.).

Desse modo, Ésteno estará presente na sociabilidade deste bebê ao crescer, bem como ao incorporar a situação edípica, conforme o amadurecimento, pois as dificuldades impostas ao desenvolvimento perpassarão toda a sua vida. Uma vez inseguro, cômico da sua finitude, o filho dessa mãe-ambiente incapaz tenderá a reproduzir esse estado de dependência. Isso prolongará a díade narcísica, ao debilitar a assimilação do *Pai*, e criará no *infans* um falso *self*.

Quanto a perversão sexual de Medusa, esta caracteriza-se pelo descontrole do próprio desejo. O local do estupro, o templo de Atená, nesse sentido, é de fundamental importância para a compreensão do mitologema. Atená é a deusa que não necessitou do ventre para ser gerada, pois é nascida das meninges do próprio Zeus. Sabedoria, portanto, é o controle das pulsões, que, uma vez não realizado, deforma. Ademais, a própria decapitação de Medusa é indicação da castração – processo que, para Freud, é o iniciador do processo civilizatório, o qual se vincula ao complexo de Édipo.

Segundo Freud, a decapitação equivale à castração; as serpentes em sua cabeça correspondem ao falo – Medusa é a mãe fálica –, e a petrificação do espectador é análoga à ereção:

[...] A visão da cabeça da Medusa torna o espectador rígido de terror, transforma-o em pedra. Observe-se que temos aqui, mais uma vez, a mesma origem do complexo de castração e a mesma transformação de afeto, porque ficar rígido significa uma ereção. Assim, na situação original, ela oferece consolação ao espectador: ele ainda se acha de posse de um pênis e o enrijecimento [do corpo do espectador, como no mito] tranqüiliza-o quanto ao fato (FREUD, 19?).

Nesse sentido, o falo é o corpo e não apenas o pênis. Alejandro Viviani (1985: 2-3) afirma que o complexo de castração surge quando a mulher muda de objeto, da mãe para o pai, em um processo no qual toma consciência de que ambas, mulher e mãe, não têm pênis. Isso acarretará na menina o desejo de gerar um filho do pai. Em condições de ter um filho, este ocupará o lugar da falta e, se ocorrer esse preenchimento, o filho equivalerá ao falo – uma forma de satisfazer o fantasma da castração.

Ademais,

[...] é porque há falta na mãe que o filho tem a significação de falo. É nessa falta que reside a importância do Édipo da mãe. Se a mãe [...] põe o filho no lugar do que falta, encontramos-nos ante aquilo que se chama mãe fálica-narcisismo. Célula onde a mãe aparece como completa ao supor que não lhe falta nada, na medida em que imaginariza o filho como falo. Realiza ilusoriamente o desejo infantil. [...] A mãe crê que não falta nada e o filho se imaginariza com o falo para satisfazer o suposto desejo materno. Temos mãe, filho e falo. Se o filho é o falo imaginário da mãe, aqui o falo tem outra significação, o falo não é penis, mas o filho enquanto corpo (ibid.: 6).

A díade narcísica, na célula mãe-fálica-filho narcisista, contudo, é apenas ilusoriamente plena, já que é

[...] o desejo da mãe que a põe [a criança] como tal [, como falo], isto é, essa célula não está plenamente fechada, já há abertura, há carência na mãe. O desejo da criança é o desejo da mãe. O que permite à criança preencher ilusoriamente essa carência é a experiência da fase do espelho, na qual a criança se identifica com essa imagem modelo que permite ao sujeito assegurar seu narcisismo (loc. cit).

Segundo resenha de Heloísa Mazorra (2009: 163), sobre o livro *Representação e espelho*, de Cléopâtre Athanassiou-Popesco, ainda não publicado no Brasil,

[...] Winnicott propõe que o rosto e o olhar da mãe são o primeiro espelho para o bebê, que, pela atenção materna sente-se existir, ter um *self*. Precisa acreditar que é a luz que ilumina o rosto da mãe, ilusão criadora fundamental que permitirá ao bebê, à medida que interioriza o olhar materno amoroso e

atento, dotar o espelho de qualidades, podendo se olhar, não apenas se ver. O brilho do olhar materno traz à criança o sentimento de ter brilho, o sentido de valor, base de seu narcisismo, o que lhe permite a *rêverie* necessária às transformações simbólicas que aliviam suas angústias e sofrimento.

Assim, o espelho

[...] é visto em uma dupla perspectiva: como metáfora do laço emocional mãe-bebê (construção do eu pela introjeção do laço com o objeto) e como metáfora de um nível narcísico de base, no qual o brilho do olhar da mãe em direção ao bebê é primordial (construção do sentimento do valor de si mesmo). [...] A questão da constituição da imagem de si, ressaltando o papel da identificação com um objeto que olha o bebê na construção de sua imagem no espelho. A representação de si está ligada ao olhar que o objeto interiorizado dirige ao eu. O eu que se sente desinvestido pelo objeto percebe-se como não tendo valor. A mãe cujo olhar não brilha à visão de seu bebê é como um espelho opaco, no qual a criança não apenas não pode se ver, mas, também, não pode se ver brilhar, pois o reflexo de uma opacidade é, também, uma opacidade (MAZORRA, 2009: 162).

Por conseguinte,

A estima de si depende do espelho do olhar materno, que se ilumina pela simples existência de sua criança. O papel simbólico do espelho na vida psíquica liga-se a esta “reflexão” que o objeto interno dirige ao eu, não apenas a imagem que faz dele, mas, também, o julgamento que faz do eu (loc. cit.).

A mãe-ambiente incapaz, portanto, frustra o olhar do *infans*; Medusa petrifica todos que a olham. Seguindo a tese de Winnicott, esse olhar do filho será deformado por causa da incapacidade da mãe-ambiente de estabelecer um vínculo emocional sólido, criando a dependência do filho pela mãe. Esse tipo de relacionamento fará com que a criança desenvolva um falso *self*, uma forma de proteção contra os estímulos externos, os quais são interpretados como ameaça de aniquilamento do sujeito.

Embora esse falso *self* esteja presente na constituição de todo ser humano, acreditamos que no brasileiro este, em vez de proteger o *self* verdadeiro, assuma constantemente o lugar deste. Nesse sentido, identificamos ao falso *self* o homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda. Este autor (2005: 147) diz que

[...] nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de **defesa ante a sociedade**.

Essa defesa “*detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que*

permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções” (HOLANDA, 2005: 147). Outrossim, “armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo”. Por fim, cabe enfatizar que

[...] no ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como um bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: ‘Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativoiro’.

De acordo com Naffah Neto (2007), a distinção entre falso *self* e *self* verdadeiro elaborada por Winnicott tem por base o enunciado freudiano de que o ego encontra-se dividido em uma parte central potencializada por instintos, isto é, as sexualidades pré-genital e genital, e outra parte voltada para o mundo exterior. Esta é responsável pela função adaptativa do ego à realidade. Segundo Winnicott (NAFFAH NETO: 78),

[...] a saúde, o falso *self* está representado pela organização total da atitude social polida e amável, de ‘não demonstrar abertamente seus sentimentos’, como se poderia dizer. Muito se passa até advir a habilidade do indivíduo para renunciar a onipotência e ao processo primário, em geral; o ganho e o lugar na sociedade, que nunca pode ser conseguido e mantido somente pelo *self* verdadeiro.

Helena Andrade (s. d., ver referências) acrescenta que “o falso *self* é um aspecto do *self* verdadeiro que se organiza desenvolvendo um padrão que corresponde ao padrão das falhas do meio ambiente, à base da submissão e da complacência”. Já Vitória Maia afirma que

[...] Winnicott relacionou o que chamou de verdadeiro *self* – fonte da vida e da criatividade – ao corpo e ao funcionamento corporal, bem como a possibilidade de uma mãe suficientemente boa deixar fluir a espontaneidade do recém nascido. Já o falso *self* se formaria devido à ação de uma mãe não suficientemente boa, que imporá seus gestos e desejos às necessidades do bebê, só lhe deixando o caminho de se submeter a si própria, renunciando aquilo que é autêntico e original. Nesta seqüência, o infante se torna apto na arte de imitar e, posteriormente, de enganar, acrescento eu (MAIA, 2004).

O brasileiro, pois, estabeleceu um falso *self* para proteger-se de um meio ambiente hostil e para preservar seu verdadeiro ego que, contudo, assumiu, como vimos, sua identidade. O momento em que a castração dessa mãe-ambiente incapaz for processada pelo *infans* ocasionará a cisão entre Ego ideal e Ego atual. Ao relacionar a

teoria freudiana e a teoria winnicottiana, pois, temos que no primeiro tempo do Édipo, o falso *self* aproxima-se do Ego ideal, entendido como meio de o filho manter-se, ilusoriamente, como desejo da mãe, e o Ego atual consubstancia-se no verdadeiro *self* que, contudo, é debilitado, por não ter sido propiciada a constituição efetiva do sujeito.

Desse modo, lembrando-se que a constituição do sujeito ocorre no momento do seu narcisismo, infere-se que o filho dessa mãe-ambiente incapaz, que só aprendeu a mimetizar, tenderá a reproduzir essa mimese *ad eternum*. A debilidade com que esse narcisismo é constituído apenas permitirá que a criança reproduza o comportamento daqueles aos quais se identifica, comprometendo a consciência da alteridade. A fragmentação, não apenas do *self*, mas da própria realidade externa, será o alicerce da formação desse sujeito.

Outrossim, Medusa é a representação da mãe fálica, a qual não estabelece o desligamento do corpo do filho do corpo materno; lembremos, mais uma vez, que Pégaso e Crisaor só vêm à existência após a decapitação, analogamente compreendida como registro simbólico da castração feminina. Assim sendo, as leis implícitas na situação edípica – a proibição do incesto e o surgimento do desejo –, uma vez mal internalizadas, privarão a criança de estruturar adequadamente seu superego e impossibilitarão o reconhecimento do outro, agravado pelo fato de a própria criança filha-de-Medusa inabilitar-se a se reconhecer. Essa dupla característica é a natureza do ser *brasileiro*.

A precariedade da constituição superegóica é característica do *perverso*. Chasseguet-Smirguel, ao discorrer sobre ele, propugna que (1991: 103)

[...] a teoria do monismo sexual fálico (e seus derivados) nos parece até apagar uma parte da ferida narcísica, comum à humanidade, resultante da prematuração do filho do homem. A base da realidade é constituída pela diferença entre os sexos e a diferença entre as gerações. Realmente, trata-se, em nossa opinião, das duas faces de uma mesma moeda. A realidade não é que a mãe é castrada, mas que ela possui uma vagina, que o menino pequeno é incapaz de satisfazer. [...] Quando ele é obrigado a reconhecer a diferença dos sexos em sua complementaridade genital, ele se vê constrangido, simultaneamente, a reconhecer a diferença das gerações.

Essa ferida narcísica é o que a teoria do monismo sexual fálico

[...] tenta apagar: se a criança do sexo masculino não tivesse nenhum desejo de penetrar sua mãe, no momento do Édipo, já que ignora totalmente a

existência da vagina, ela nada teria a invejar de seu pai; [...] o Édipo do menino, assim concebido, preserva, em parte, seu narcisismo. De fato, corresponde à tentação perversa de considerar os desejos e as satisfações pré-genitais (acessíveis ao menino) como tão válidos ou mesmo mais válidos do que os desejos e satisfações genitais (somente acessíveis ao pai). [...] Afirmar que no momento do complexo de Édipo a criança do sexo masculino não tem nenhum desejo de penetrar sua mãe (não tendo conhecimento algum, mesmo inconsciente de sua vagina) nos parece confirmar as defesas masculinas em geral e a dos perversos em particular. [...] Seria a prematuração humana que transformaria o instinto em pulsão, a sexualidade em psicosexualidade (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1991: 103-4).

O perverso, portanto, ao negar o Édipo, busca preservar seu narcisismo, evitando a ruptura da díade narcísica. Antes de prosseguirmos com a definição do perverso e de sua especificidade no ser brasileiro, delimitaremos, brevemente, este conceito. Vimos que Freud o utiliza justamente para tratar das conceituações sobre a perversão; contudo, há diversas utilizações possíveis. Anteriormente, observou-se a definição freudiana de narcisismo. O Vocabulário de Psicanálise (2008: 289) informa que

[...] Freud declara, nas primeiras linhas de *Sobre o narcisismo: uma introdução* (Zur Einführung des Narzissmus, 1914), ter ido buscar o termo em P. Nacke (1899), que o utiliza para descrever uma perversão. Em nota acrescentada em 1920 aos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie) corrige esta asserção; teria sido H. Ellis o criador do termo. De fato, Nacke forjou a palavra *Narzissmus*, mas para comentar pontos de vista de H. Ellis, que foi o primeiro, em 1898 (Autoerotism, a Psychological Study), a descrever um comportamento perverso relacionando-o com o mito de Narciso.

Narciso, filho do rio Cefiso e da ninfa Liríope, nasceu com uma beleza extraordinária, a qual afrontava os deuses do Olimpo. Necessariamente, isso levaria à *hýbris*, o descomedimento, à ultrapassagem, pelo mortal, do *métron*. A mãe, ciente disso, consultou o profeta Tirésias para saber se Narciso viveria por muitos anos. Foi vaticinado pelo profeta, diretamente, que este não poderia se ver. Narciso não se via, mas sua beleza sobressaía de modo insopitável.

Assim sendo, as paixões pelo mais belo dos mortais começaram, às quais Narciso demonstrava indiferença. Entre as apaixonadas, estava a falante ninfa Eco, que foi utilizada por Zeus para distrair Hera enquanto o supremo do Olimpo aventurava-se com mortais. Contudo, a Protetora dos Amores Legítimos percebeu o estratagema e condenou-a a não mais falar, passando a repetir, unicamente, as últimas palavras que ouvisse.

Durante uma caçada, Narciso se perdeu do grupo e começou a bradar por seus companheiros. Eco, que o seguia sem ser vista, apenas repetia as últimas palavras ditas por Narciso. Este foge, e Eco, consumida pela paixão, isola-se e mergulha em profunda solidão, ao que pára de se alimentar e, em consequência, definha, transformando-se em rochedo. As outras ninfas, irritadas com a insensibilidade de Narciso, demandam vingança a Nêmesis, que condena, de imediato, o filho de Cefiso a amar um amor impossível.

No verão seguinte, sedento, Narciso busca uma fonte de água para beber. Na fonte de Téspias, de água límpida, este se debruçou sobre o espelho d'água e se viu. A profecia fora cumprida. Narciso, ao se ver refletido, apaixonou-se pela própria imagem. Ao se perder com sua própria beleza, Narciso cometeu, conta-nos Junito Brandão (2008: 180) uma *hýbris*, “*uma violência contra Eros, contra o amor-objeto e contra o envolvimento erótico com o outro*”.

Moderna e cientificamente, o termo *narcisismo* tornou-se reconhecido por intermédio de Sigmund Freud, que o utilizou na Sociedade Psicanalítica de Viena, em 1909; no ensaio sobre a homossexualidade de Leonardo da Vinci, em 1910; e, um ano depois, para explicar a megalomania de Schreber. Freud (19?), em *Sobre o narcisismo: uma introdução*, diz que

[...] o termo narcisismo deriva da descrição clínica e foi escolhido por Paul Nacke em 1899 para denotar a atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é comumente tratado – que o contempla, vale dizer, o afaga e o acaricia até obter satisfação completa através dessas atividades. Desenvolvido até esse grau, o narcisismo passa a significar uma perversão que absorveu a totalidade da vida sexual do indivíduo, exibindo, conseqüentemente, as características que esperamos encontrar no estudo de todas as perversões.

Willy Baranger (1991: 127-9) lembra que o narcisismo, uma vez introduzido, transformou a teoria das pulsões, até situar a origem dos conflitos psicológicos na luta entre Eros e Tânatos. Ademais, agrupa os sentidos desse termo em basicamente dois grupos. O primeiro refere-se essencialmente ao narcisismo como uma das formas ou variações da libido e o segundo trata do objeto em estados narcísicos.

O primeiro grupo compreende três definições, por sua vez. A primeira decorre de um estágio evolutivo da libido caracterizado pela concentração dentro do ego, ou até

o ego, de toda a libido. Pode ser relacionada ao sono, à psicose e à vida fetal. A segunda designa os processos que permitem esses estados. Conjectura-se, pois, a existência de um narcisismo primário, quando há a concentração libidinal do id sobre o ego, e de um narcisismo secundário, se ocorre o retraimento até o ego da libido antes dirigida aos objetos externos. A terceira propugna este local como o ponto de fixação correspondente a este estágio e que intervém tanto na predisposição à homossexualidade como na observação das causas da psicose ou do que a provoca.

O segundo grupo também abrange três proposições, sendo que a primeira é a eleição narcísica do objeto, que ocorre quando o sujeito elege ou um objeto de acordo com suas próprias características, ou segundo algo de seu ser real, ou consoante alguma coisa que tenha sido ou que quisesse ser. Outrossim, a possibilidade de introjetar esta eleição narcísica, conhecida como identificação narcísica, constitui a segunda proposição. Deve-se ressaltar que, neste caso, para esse autor, o centro do narcisismo não é o Ego senão o Superego ou Ideal do Ego. A terceira proposta congrega uma série de atitudes e estados que se relacionam à autoestima, à onipotência megalomânica, à autovalorização ou sobrevalorização de uma característica ou da totalidade do sujeito.

Willy Baranger ainda acrescenta a expressão *ferida narcísica*, a qual designa tudo o que vem a diminuir a autoestima do Ego ou o sentimento deste de ser amado pelos objetos aos quais imputou valor, e o narcisismo perverso, o qual toma o próprio corpo como objeto de contemplação e amor. Neste trabalho, o narcisismo é um termo determinante porque esse conceito é a base que utilizamos para traçar o caráter brasileiro e compreender de que modo o narcisismo, vinculado ao falso *self* e à perversão, interferirá nas práticas sociais e espaciais executadas ao longo de nossa história. Entretanto, esse modelo identitário possui especificidades que precisam ser definidas a fim de não incorrer em vagueza teórica.

Essa imago do brasileiro vincula-se, sobretudo, a duas deficiências identitárias: a fragilidade com que a *mãe primordial* é introjetada, e a impossibilidade de assimilação do *pai*. Uma vez que a mãe-Medusa é, simultaneamente, mãe fálica e mãe-ambiente incapaz, o filho desta não estará apto a desenvolver-se a si mesmo, e não poderá saber, plenamente, *quem é*. Isso nos remete à ninguentade mencionada por Darcy Ribeiro e,

principalmente, ao fetichismo geográfico, que condiciona e atribui identidade, de acordo com o recorte espacial, aos sujeitos.

A identificação com o *pai*, também estará comprometida. Ademais de estar incapacitado de saber quem é, em sua plenitude, não encontrará meios de saber *quem é o outro*, pois a ignorância de si em conjunto com a manutenção de seu narcisismo, não possibilita a direção da consciência para a alteridade. A particularidade dos processos identificatórios no ser brasileiro é que a identificação primária é com a mãe fálica, sua identificação narcísica culminará no Édipo negativo, e suas identificações secundárias, vinculadas ao Superego e ao Ideal do Ego, tendem a ser mimeticamente reproduzidas da identificação narcísica.

Luis Hornstein (2009: 44-5) afirma que

[...] para advir o ego deve se separar do ego do outro primordial, atribuir-se esta não identidade. Mediante este índice de exterioridade, a realidade se apresenta ao ego como espaço exterior não redutível ao espaço próprio. O ego estabelecerá uma separação entre ser e ter; entre o que queria chegar a ser e o que queria possuir (diferença entre o registro narcísico e o registro objetual), entre o trajeto identificatório e as eleições de objeto. [...] Transforma o desejo em relação ao objeto em investimento egóico. E autoalterando-se e complexificando sua organização diminui sua dependência em relação aos objetos investidos. Esse narcisismo secundário transmuta o investimento de objeto em identificação.

Maria Ivone Accioly Lins (2002) comenta sobre a identificação primária, retomando, novamente, idéias de Winnicott, o qual

[...] acredita que a edificação de uma identidade pessoal tem início na etapa primordial do amadurecimento, momento que poderíamos chamar de *estágio de indiferenciação*, em que o bebê ainda não percebe a mãe como algo diferente de si mesmo. A primeira identidade do bebê se dá no sentido de *ser* um objeto que é ele mesmo. A mãe é um *objeto subjetivo*, diz o autor, usando uma expressão paradoxal para falar da primeira relação do bebê, uma experiência indizível em termos racionais. Nessa experiência primordial encontra-se a base para o sentimento que temos de possuir uma identidade (LINS, 2002: 460).

Acerca da identificação primária, explica-nos a autora (loc. cit.):

[...] A mãe de um bebê nesse estágio, por sua vez, identifica-se com o filho de um modo tão especial que leva Winnicott a dizer que o bebê é a mãe e a mãe é o bebê, deixando claro o novo significado que o conceito de identificação primária adquire em seu pensamento: uma identificação no sentido de *ser*, que se dá na medida em que a mãe se adapta ativamente às

necessidades de seu filho. O papel de espelho da mãe no processo de estruturação da uma identidade pessoal tem lugar na etapa seguinte do amadurecimento, o estágio *eu sou*, quando a mãe começa a ser percebida pelo filho como um componente objetivo do meio ambiente, como um *não-eu*.

Winnicott irá relacionar o espelho lacaniano com o rosto materno:

Nessa etapa, aquilo que o rosto dela exprime, quando o olha, tem relação direta com o que está lá para ser visto. Isso se dá de tal modo que o bebê, ao contemplar o rosto materno, vê a si próprio nele refletido. Foi após ler o texto de Lacan, sobre 'O estágio do espelho', que Winnicott, com total originalidade, relacionou o espelho com o rosto materno. Para ele, no processo de amadurecimento emocional do indivíduo, 'o precursor do espelho é o rosto da mãe'. [...] Mas é, sobretudo, no sentido figurado que o autor recorre à imagem do bebê refletida no rosto materno (LINS, 2002: 461).

Em Freud (19?), pode-se ler que a identificação

[...] comporta-se como um derivado da primeira fase da organização da libido, da fase *oral*, em que o objeto que prezamos e pelo qual ansiamos é assimilado pela ingestão, sendo dessa maneira aniquilado como tal. O canibal, como sabemos, permaneceu nessa etapa; ele tem afeição devoradora por seus inimigos e só devora as pessoas de quem gosta.

Laplanche e Pontalis (2008: 231) definiram a identificação primária como sendo

[...] o modo primitivo de constituição do sujeito segundo o modelo do outro, que não é secundário a uma relação previamente estabelecida em que o objeto seria inicialmente colocado como independente. A identificação primária está em estreita correlação com a chamada relação de incorporação oral.

Esta, por sua vez, define-se por intermédio do

[...] processo pelo qual o sujeito, de um modo mais ou menos fantasístico, faz penetrar e conserva um objeto no interior do seu corpo. A incorporação constitui uma meta pulsional e um modo de relação de objeto característicos da fase oral; numa relação privilegiada com a atividade bucal e a ingestão de alimentos, pode igualmente ser vivida em relação com outras zonas erógenas e outras funções. Constitui o protótipo corporal da introjeção e da identificação (ibid.: 238).

Na incorporação, há três significações:

[...] Estão bem presentes na incorporação três significações: obter um prazer fazendo penetrar um objeto em si; destruir esse objeto; assimilar as qualidades desse objeto conservando-o dentro de si. É este último aspecto que faz da incorporação a matriz da introjeção e da identificação. [...] Convém, portanto, manter uma distinção [...] entre incorporação e introjeção. Em psicanálise, o limite corporal é o protótipo de toda e qualquer separação

entre um interior e um exterior; o processo de incorporação refere-se explicitamente a este invólucro corporal. O termo ‘introjeção é mais amplo: já não é apenas o interior do corpo que está em questão, mas o interior do aparelho psíquico, de uma instância, etc. É assim que se fala de introjeção no ego, no ideal do ego, etc (LAPLANCHE; PONTALIS, 2008: 239).

Com base nas citações acima, continuar-se-á o delineamento do processo identificatório do brasileiro. Nossa tese é de que a identificação primeva do filho à mãe permaneceu mesmo após a formação do ego, devido ao narcisismo e à configuração da perversidade. Para atestar essa proposição, recorrer-se-á a Antonio Godino Cabas. Recuperaremos sua argumentação, que, de início, contrapõe Chasseguet-Smirgel (1982: 170) ao dizer que

[...] nenhuma criança pode aspirar, por mais que este seja seu desejo, à realização do incesto, desde que não tem elementos materiais para pensar a questão, posto que não maneja a diferença sexual anatômica. O desejo que vincula o infans à mãe é um desejo de outra ordem que propriamente a genital. Concluiríamos, então, que a criança não tem uma sexualidade à maneira do adulto, e, sim, que a sexualidade do adulto reitera o modo infantil.

Para esse autor, o Édipo constitui uma contradição entre o falo e a castração, que historiciza o sujeito, outorgando-lhe identidade e destino sexuais, e que possui três pilares fundamentais: a função da mãe, a função do pai e o narcisismo do *infans*. A função da mãe marca a presença do Outro, este concebido como um lugar em que pouco importa a pessoa que o ocupa, mas que não prescinde de referência estável. Isso concerne à identificação na medida em que o sujeito absorve emblemas de outra pessoa ao se identificar a esta, por isso a estabilidade torna-se mister. Assim sendo, a identificação é a “*transformação de um sujeito à imagem e semelhança de outro*” (ibid.: 179).

Essa transformação apresenta dois matizes diferenciais, um progressivo e outro regressivo. O primeiro refere-se à bipolaridade tópica do complexo de Édipo, porque se formulam ao sujeito dois lugares diferentes de identificação, a mãe ou o pai. O reconhecimento de ambos é efeito do complexo de castração, o que permite a escolha de um como objeto de identificação e outro como objeto de catexia. Chama-se propiciatória ou progressiva porque possibilita o desvencilhamento da posição narcísica e a concomitante historicização do sujeito no desejo. Essa bipolaridade tópica se assenta

na primeira lei de identificação, que afirma que catexia e identificação, na situação edípica, ocupam lugares polares.

O matiz regressivo relaciona-se à

[...] dimensão temporal na qual é possível a coincidência num mesmo lugar (ainda que em tempos diversos) da identificação com a catexia. Ilustremos este aspecto com um exemplo: a menina toma, como primeiro objeto de catexia, a mãe; mas, como efeito do complexo de castração, a menina se separa da mãe para identificar-se com ela e orientar a catexia para o pai. Como vemos nesse caso, ainda que separados no tempo, catexia e identificação coincidem no mesmo lugar: a mãe. Este matiz se apóia no que podemos denominar de segunda lei da identificação, cujo enunciado é: ‘ali onde houve uma catexia, haverá uma identificação’ (CABAS, 1982: 179-80).

Esse duplo movimento do processo identificatório relaciona-se a um duplo movimento relativo à castração:

[...] Digamos que se trata, aqui, de um parecer-se para não acasalar-se. A rigor, toda a estrutura da identificação se apóia nesse duplo movimento relativo da primeira e da segunda leis da dinâmica da identificação, que, em última instância, poderíamos definir como um duplo movimento: de aceitação e repúdio da castração (ibid.: 180).

As identificações primárias estruturam o sujeito e são inobserváveis; porém, os sintomas decorrentes dos fracassos da estrutura identificatória são perceptíveis no Ego, no Superego, no Ideal do Ego etc. Outrossim, são a matriz das futuras identificações, além de constituir conexão entre o simbólico que precede e excede o sujeito, já que este se forma após aquele e por ele é determinado, e o falo, que é o primeiro conjunto de materialização do sujeito. Ainda consoante o autor, Freud assinalou que o objeto das identificações primárias podem ser ou a mãe, ou o pai, ou a forma indiferenciada de ambos, porque pai e mãe são anteriores ao falo. A diferenciação sexual apenas emerge no complexo de castração.

Estruturalmente, as identificações primárias são, em princípio, coincidentes no tempo e no espaço, quando objeto da identificação e objeto da catexia são idênticos. Entretanto, essa estrutura é anterior as leis de identificação mencionadas, pois quando ocorre a situação edípica Ego e não-Ego estão separados. Esse lapso temporal entre identificação primária e identificação edípica é possível porque o narcisismo é o que produz a deflexão entre esses pólos. Para Antonio Godino Cabas (ibid.: 185),

[...] é no narcisismo que se produz a *constituição do Ego frente a uma posição não-egóica*, o que definitivamente cria as condições materiais de possibilidade de aparecimento do objeto. [...] Precisamente, é a partir de sua observabilidade que podemos deduzir que a mesma se acharia regida pelo seguinte movimento: o *infans* toma como objeto de catexia, assim como objeto de identificação, a mãe (de acordo com a estrutura de identificação primária), contudo, ante os sucessivos ‘abandonos’ da mãe, recuperaria a catexia (retornando-a ao Ego).

Essa é a fundamentação que propomos ao associar Winnicott e Freud. Ainda consoante Cabas (1982: 185),

[...] Visto que catexia e identificação coincidiram no objeto, o retorno da catexia ao *infans* a separa da identificação que ficaria encravada na mãe. Como se vê, é a clivagem que dá origem à constituição de um primeiro objeto: se a catexia chega ao *infans*, o seu primeiro objeto é ele mesmo, desde sua identificação com a mãe. Isso é o que precisamente aconteceria na estrutura das perversões.

Desse modo, ocorre

[...] uma clivagem entre ambos os pólos e gera um objeto sexual primeiro: o próprio sujeito. A partir daí, começam a operar os mecanismos de recuperação da primeira unidade (de catexia, de identificação) para o qual se põe em marcha o mecanismo esclarecido pela segunda lei: onde houve uma catexia, haverá uma identificação. Consequentemente, a identificação se constituirá em herdeira dessa catexia orientada para o próprio sujeito, do qual resulta a constituição do Ego. [...] O indivíduo identificado com o Ego (que é uma reunião de sua passada identificação com a mãe, com seu recém-constituído lugar do Ego) toma, como objeto da catexia, o pai num procedimento que Freud define como de Édipo negativo para o varão e Édipo propriamente dito ou Édipo positivo para a mulher (ibid.: 185-6).

Essa identificação narcísica é formadora do brasileiro e tem como característica elementar a negação do outro como identidade do sujeito. O sujeito apenas não é aquilo que referencia o outro e isso decorre do objeto da identificação primária. Como mencionáramos, o objeto desta pode ser ou a função da mãe, ou a do pai, ou a da figura indiferenciada de ambos. Nesse sentido, deve-se resgatar que essas funções são lugares a serem preenchidos por um ser concreto. Na primeira função, a da mãe, o objeto da identificação primária será a matriz do Outro absoluto,

[...] que, por vias da indefensabilidade infantil (indefensabilidade que se escreve tanto no biológico como no libidinal), se cunha como imago e como modelo de relação – relação do sujeito com o Outro – sobre a base da comida. Daí que possamos afirmar, de agora em diante, que o sujeito é sujeito enquanto o Outro o alimente como tal. Bem, a identificação primária é

o símbolo desse Outro que haverá de imaginarizar-se na relação do *infans* com a mãe (CABAS, 1982: 190).

Ainda de acordo com Antonio Cabas, da identificação primária com o pai decorre a matriz das funções de mediação, o que permite a transcendência da esfera desse Outro; quanto à identificação primária com ambos os pais, a identificação dá-se com o falo, o qual é o princípio da relação entre ambos e também o condutor à complementaridade absoluta, resultando na autossuficiência do sujeito. Para este trabalho, atribui-se a identificação primária do brasileiro à função de mãe, que, em nossa construção teórica, é ocupada pela mãe-Medusa. Disso decorre o permanente desejo da autossuficiência. Ademais, esse Outro absolutizado ajuda a explicar a problemática concernente à identidade, cuja fonte a torna sempre vinculada ao aniquilamento da alteridade.

Conforme se inscrevem as identificações primárias em uma estrutura, o narcisismo complementa-la-á com elementos imaginários durante o estágio do espelho. Com efeito, o sujeito historiciza-se por intermédio do narcisismo, que apresenta duas exigências ao sujeito: a de ser único e, simultaneamente, a de ser dois, ou seja, a de ocupar dois lugares, ele mesmo e o Outro que interessa à mãe. Essas duplicidades, a de ser um e de ser dois, a de ser si próprio e de ser o interesse do Outro, introduzirá o sujeito ao processo identificatório, o qual culminará no Édipo. No caso da mãe-Medusa primeva, deve-se ressaltar que o fato de o *infans* não ser o objeto de catexia materno implicará a substituição desse objeto pelo *infans*, causando o processo de identificação narcísica.

Esta, em que o narcisismo é sempre secundário, retomando a citação de Hornstein, será a etapa antecedente ao Édipo. Para Antonio Cabas, “*se em função da insaciabilidade da libido o infans quer ser o único, pela bifrontalidade da estrutura não lhe cabe outra opção que ocupar dois lugares opostos, simultaneamente*” (1982: 207). No momento em que a expectativa de satisfação da mãe-Medusa é frustrada, ocorre o primeiro tempo do Édipo. Segundo Juliana Borges et alli (2004: 111), nesse período,

[...] a criança [...] cria uma unidade mãe-filho que só é rompida com a descoberta da castração materna. A significação fálica é transmitida quando o significante do desejo da mãe pode ser afetado pelo Nome do Pai, engendrando o desejo de ser o falo da mãe.

No segundo tempo edípico,

[...] o pai como imagem é o pai privador, barrando a criança e a mãe. O pai onipotente substitui a mãe fálica sem permitir que a criança simbolize a castração. Priva a mãe do dom do falo, que ela não tem, e o dá conforme seu capricho. Interfere como autoridade deixando aos filhos o traço identificatório de virilidade ou o filho como substituto (BORGES et alli., 2004: 111).

O pai real, no terceiro tempo do Édipo, “dá à mãe condição de mulher faltosa e, portanto, desejante. Resta à criança identificar-se com as insígnias do pai, construindo o Ideal do Ego e o Superego. Falo e lei se tornam instâncias acima de qualquer personagem” (loc. cit.). Na perversão, todavia, “pode-se pensar que o perverso retroage do segundo para o primeiro tempo do Édipo, vivendo na concretude do fetiche a ilusão de ser o falo da mãe, apesar de portar a cicatriz edípica” (loc. cit.). *Verleugnung* é o termo utilizado para a recusa da ausência de pênis na menina, sendo que progressivamente as crianças considerarão essa ausência como resultado da castração.

Foi com *O fetichismo* que Freud elaborou a noção de recusa, e demonstra, nesse texto, como o fetichista recusa e reconhece, ao mesmo tempo, a castração feminina. Enuncia que

[...] o fetiche é um substituto do pênis da mulher (da mãe) em que o menininho outrora acreditou e que — por razões que nos são familiares — não deseja abandonar. O que sucedeu, portanto, foi que o menino se recusou a tomar conhecimento do fato de ter percebido que a mulher não tem pênis. Não, isso não podia ser verdade, pois, se uma mulher tinha sido castrada, então sua própria posse de um pênis estava em perigo, e contra isso ergueu-se em revolta a parte de seu narcisismo que a Natureza, como precaução, vinculou a esse órgão específico (FREUD, 19?).

O autor prossegue em sua análise, afirmando que

[...] Não é verdade que, depois que a criança fez sua observação da mulher, tenha conservado inalterada sua crença de que as mulheres possuem um falo. Reteve essa crença, mas também a abandonou. No conflito entre o peso da percepção desagradável e a força de seu contradesejo, chegou-se a um compromisso, tal como só é possível sob o domínio das leis inconscientes do pensamento — os processos primários. Sim, em sua mente a mulher *teve* um pênis, a despeito de tudo, mas esse pênis não é mais o mesmo de antes. Outra coisa tomou seu lugar, foi indicada como seu substituto, por assim dizer, e herda agora o interesse anteriormente dirigido a seu predecessor (loc. cit.).

Conclui, assegurando que

[...] o horror da castração ergueu um monumento a si próprio na criação desse substituto. Ademais, uma aversão, que nunca se acha ausente em fetichista algum, aos órgãos genitais femininos reais, permanece um *stigma indelebile* da repressão que se efetuou. Podemos perceber agora aquilo que o fetiche consegue e aquilo que o mantém. Permanece um indício do triunfo sobre a ameaça de castração e uma proteção contra ela (FREUD, 19?).

Chasseguet-Smirgel corrobora Freud; contudo, diferencia o fetichista perverso do fetichista comum. Segundo a autora (1991: 43),

[...] pode-se notar que, para Freud, esta descrição coincide com o processo normal da vida amorosa e da supervalorização sexual do objeto. O que nos parece importante aqui é que a supervalorização das partes do corpo ou dos objetos inanimados pertencentes à amada derivam da supervalorização sexual que caracteriza o investimento do objeto total. A parte é supervalorizada enquanto associada à pessoa inteira. De fato, só é um objeto substituto por metonímia.

Entretanto, no fetichismo perverso,

[...] a parte ou o objeto inanimado substituem real e inteiramente o objeto. Só o fetiche é objeto de supervalorização, ele se destaca do objeto total como figura do fundo. O objeto total não é da mesma maneira supervalorizado, muito pelo contrário, sua existência pode ser sentida como incômoda para a satisfação do alvo sexual. Isto nos leva a pensar que não existe transição, como diz Freud, mas solução de continuidade entre os fenômenos representados no amor ‘normal’ e o fetichismo, e que a supervalorização (ou idealização) do objeto total deve ser distinguida de um objeto parcial, que toma o lugar do objeto total. Freud acredita, como Binet, que a escolha do fetiche tem relação com a persistência de uma impressão infantil (ibid.: 43-4).

O fetiche resulta do recalque parcial, em que parte é recalçada e outra idealizada. Como atestado por Chasseguet-Smirgel, há uma diferença entre o fetiche vulgar e o fetiche perverso. Todavia, o recalque é uma forma de *“se proteger de ser o falo da mãe, enquadrando o gozo dela nos limites impostos pela função paterna”* (BORGES et alli, 2004: 110). Na medida em que a célula mãe fálica-filho narcisista é rompida, já que o filho não é objeto de desejo da mãe, o filho entra no Édipo. Desse modo,

[...] a perversão – em todo o caso, o fetichismo – é um meio de contornar a natureza fatal do complexo de Édipo. De fato, quando Freud articula o complexo de castração com o complexo de Édipo, depois de tê-los unido ambos à organização genital infantil (isto é, fálica), ele mostra que o menino pequeno só tem uma alternativa, seja de ‘perder’ o pênis, seja de renunciar ao

amor incestuoso, de se identificar com o pai e suas interdições, isto é, instaurar nele o superego (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1991: 73).

Segundo Freud (ibid.: 73-4),

[...] os investimentos do objeto são abandonados e substituídos por uma identificação. A autoridade do pai ou dos pais, introjetada no ego, forma nele o núcleo do superego, o qual pede emprestado ao pai o rigor, perpetua sua interdição do incesto e assegura, assim, o ego contra o retorno do investimento libidinal do objeto. (...) O processo, na sua totalidade, salvou, por um lado, o órgão genital, afastou o perigo de perdê-lo, e, por outro, ele o paralisou, suprimiu seu funcionamento.

Ainda com Chasseguet-Smirgel (ibid.: 74),

[...] o perverso consegue escapar ao destino humano, pois, preservando seu pênis, ele conserva, ao mesmo tempo, sua potência. [...] A perversão aparece em 'A clivagem...' como uma rebelião contra a lei universal do Édipo. As perspectivas então se abrem para os problemas, tais como o funcionamento mental do perverso, a forma e a importância do seu superego, os efeitos da recusa da lei edípica na apreensão da realidade. Um fecho de luz é igualmente projetado sobre o lugar e o papel da ilusão no perverso, e sobre sua propensão a criar simulacros, do qual o fetiche é o protótipo.

Para encerrar os comentários a respeito do processo de formação do modelo do perverso, precisamos compreender a formação do Ideal do Ego e do Superego. Apesar de Chasseguet-Smirgel trabalhar em parte de sua obra com a identidade entre ambos, Antonio Cabas enfatiza a distinção de ambos. A fim de que possamos distingui-los, recorreremos à leitura, deste autor, da obra lacaniana no que concerne às funções parentais no complexo de Édipo. Assim, este,

[...] enquanto formação do inconsciente, inclui, pois, estas três operações: a operação de produção do falo (que instaura uma função de dependência ou imediação, pois é efeito da imediatez da relação com a mãe), uma função de separação que compete ao complexo de castração, e uma função de mediação: obtendo – através do pai – o modelo que permita mediar o desejo (CABAS, 1982: 122).

Para o autor, na primeira fase do Édipo,

[...] quando o falo é o objeto, o pai representa, frente ao *infans*, a ausência da mãe. Pois, sabemos que o que o sujeito não toleraria são as ausências maternas. É assim que, em função do seu desejo, se erige o mito de uma mãe onipresente: a mãe fálica. Neste contexto e enquanto a presença do pai implicaria uma ausência da mãe, o pai é equivalente à falta materna. Em outras palavras, nessa fase o pai é igual a 'menos mãe' (loc. cit).

Na segunda fase, formula-se

[...] o complexo de castração no qual o sujeito postula a alternativa da impossibilidade edípica. Nesse momento, o pai, assim como o irmão, é percebido como um rival. Moral da história: na segunda fase do Édipo, o pai é igual a um rival ou irmão. Aqui, vale observar que, se o pai é um rival narcisístico, é esta a condição de possibilidade do fantasma de ‘morte do pai’ (CABAS, 1982: 122).

E, “*finalmente, na terceira fase do Édipo, [...] [a imago do pai] é a de um modelo (o ideal do Ego)*” (loc. cit.). Esse modelo difere do pai enquanto rival narcísico, o qual encontra-se vinculado ao fantasma da morte do pai, que só existe se imbricado à fantasmagoria infantil. A eficácia da lei sustenta-se desde que o *infans* descubra que o pai independe de seu desejo, o que é influenciado pelo desejo da mãe e pela forma em que o ocupante do lugar da função de pai tenha se constituído como sujeito. Antonio Cabas acrescenta, ainda, que a incidência, “*a presença ou ausência, as repetições ou omissões que o significante pai tenha no discurso materno intervêm, perfilando ou apagando esse lugar do pai, que [...] se acha apoiado pelo desejo materno*” (ibid.: 165).

Essa intervenção do pai resulta na constituição do Superego e do Ideal do Ego. Novamente, esse autor explica que

[...] se o complexo de castração desestabiliza a identificação narcísica promovida pela relação do sujeito como falo, instaurando uma cisão no Ego (Ego ideal [o que tem de ser para se manter no desejo da mãe] e Ego atual), ora, a operação do pai mediará em relação a essa cisão. Os pólos discrepantes do Ego ideal e do Ego atual, então, seriam mediados como contrapeso, pelo efeito da intervenção do pai, materializada na constituição do Superego e Ideal do Ego (ibid.: 166).

Assim, se

[...] o Superego proíbe a realização sexual [incestuosa] [...], cabe pensar que a esta função de restrição ou proibição se soma outra função, que teria um sentido diametralmente oposto: o da permissão ou da propiciação. Tarefa de propiciação que – cabe dizê-lo – competiria ao Ideal do Ego. Retornando, agora, ao complexo edípico, se no complexo da mãe se instaura o falo (a saber: um objeto mítico cujo efeito no inconsciente é a promoção do narcisismo), no complexo do pai se instaura o Ideal do Ego, cuja incidência é a de uma estrutura identificatória e cujo sentido é o da *procura secundarizadora do narcisismo* (ibid.: 167).

Essa procura secundarizadora do narcisismo que o autor menciona consideramos ser a busca pelo falo outrora atribuído à mãe. Sempre que houver uma introjeção precária do pai, na felicidade que Freud diz que o homem quer alcançar, a de ser novamente seu próprio ideal, como na infância, o Superego fica prejudicado face ao Ideal do Ego. Chasseguet-Smirgel (1991: 111) lembra que a

[...] projeção do narcisismo infantil nos pais, constituinte do Ideal do Ego, aparece como um passo à frente para a conquista do sentido de realidade e da objetividade, visto que a megalomania primária é abandonada em proveito do objeto. Ao mesmo tempo, a formação do Ideal do Ego está de acordo com o princípio de realidade, ao não escolher a via de descarga mais curta para a satisfação (que é própria do princípio de prazer). Nós assinalamos que o Ideal do Ego implicava a idéia de ‘projeto’, que por sua vez implica adiamento, desvio, inscrição temporal, característica de um modo de funcionamento mental segundo o princípio de realidade. O conjunto evoca a idéia de ‘desenvolvimento’, de ‘evolução’.

Essa função evolutiva é atribuída, inicialmente, à figura materna:

Realmente é a mãe que se incumba, essencialmente – pelo menos no início da vida –, do cuidado de fazer com que seu filho projete seu ideal do Ego sobre modelos sucessivos cada vez mais evoluídos. [...] Ora, a atitude de sedução da mãe pode anular o desejo de ‘tornar-se’ grande na criança e a impedir de experimentar, em relação a seu pai, a admiração que o fará seu modelo de identificação, portador de seu Ideal do Ego. [...] *Tudo se passou como se a mãe tivesse impelido a criança a se deixar enganar, fazendo-a crer que era, com sua sexualidade infantil, um parceiro perfeito, que nada tinha a invejar de seu pai, interrompendo-o, assim, na sua evolução; seu Ideal do Ego, em lugar de investir no pai genital e em seu pênis, ficando ligado a um modelo pré-genital* (ibid.: 111-3)

Desse modo,

[...] o futuro perverso terá a ilusão de que não é necessário esperar o apogeu do desenvolvimento sexual para encontrar a situação fusional com mãe. [...] A ilusão perversa, impele a escolher a via curta: é aqui e agora que a fusão com a mãe irá se realizar, sem que seja preciso evoluir e crescer. [...] Enquanto o neurótico procura fazer coincidir o ser e o parecer, o perverso se contenta com ‘falsas aparências’. O ego do perverso está edificado, como tentamos mostrar, em identificações defeituosas. Mascaram as lacunas assim criadas, considerar a pré-genitalidade (acessível ao menino pequeno) superior à genitalidade (enquanto prerrogativa do pai), pretender que o pênis pequeno impúbere seja mais atraente do que o pênis grande paterno que fertiliza, tais são as tarefas que o perverso é constrangido a realizar, a fim de travestir seu ego e manter ‘A Ilusão’ (ibid.: 113-22).

Essa ilusão acarreta o esmaecimento do ideal de Ego do perverso, porquanto anula as projeções para o futuro. Por sua vez, ao não se reconhecer como sujeito da

falta, paulatinamente rejeita a alteridade e asila-se no ego ideal narcísico, tendo como parâmetro identificatório a mimese e a aceitação dos iguais – a identidade por intermédio da negação. Esse comportamento é cada vez mais comum contemporaneamente, mas acreditamos que esse processo identificatório é formador do brasileiro e sua sociabilidade é fortemente marcada por ele, já que a noção de grupo social que abarque o diferente resta bastante enfraquecida.

Isso nos remete diretamente ao compadrio e à máxima que imputa aos inimigos a lei, o que só acontece porque a consciência moral, a auto-observação e a formação dos ideais, funções do Superego, encontram-se prejudicadas. Essa afirmação torna-se especialmente verdadeira quando percebemos que o falso *self* do brasileiro tende a substituir o verdadeiro e que a identificação primária à mãe é tendencialmente aniquiladora da alteridade. Ao prosseguir nossa análise, lembramos que essa aniquilação também se faz presente no fetiche perverso.

Nesse caso, este substitui o objeto total pela parte. Considerando esse objeto total outro ser humano, poderemos entender a dificuldade de se definir o que é ser brasileiro, uma vez que a cor da pele, por exemplo, seria um dos elementos constituintes. Na impossibilidade de um brasileiro se reconhecer, diretamente, em outro, devido à miscigenação por exemplo, o fetiche perverso assumirá uma caracterização geográfica, sendo o geográfico elemento de condicionalidade dos sujeitos.

Não dizemos, aqui, que o fetichismo geográfico ocorre somente no Brasil – o determinismo é bastante antigo na Geografia. Contudo, propugnamos que no brasileiro esse fetichismo perverso, formador de sua individualidade, apresenta, também, forte componente espacial, e que este somente é perceptível por meio de seu padrão geográfico de comportamento – a recriação de áreas de fronteira. Esse fetichismo é portador de um componente ideológico extremamente forte, que Antonio Carlos Robert Moraes nomeou de *Ideologias geográficas*.

Esse autor lembra que “a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade” (MORAES, 2005: 94). Essas ideologias são fruto do processo colonizador, já que a população das áreas conquistadas era mero recurso natural. A idéia de conquista faz-se presente, assim, “do colonizador lusitano que se defronta com uma natureza estranha ao fazendeiro paulista que

‘conquista’ as terras do Oeste” e, acrescentamos, até o Estado do Rio de Janeiro que fundamenta sua política de segurança pública na retomada do território das favelas, por meio de uma ocupação.

Ocupação territorial esta cerne do motivo encontrado para construir Brasília, ou para conquistar o sertão carioca. Esse problema grave decorre da identificação do país “*com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares*” (MORAES, 2005: 98). Desse modo,

[...] a defesa intransigente da ‘integridade territorial’ do país ilustra bem essa concepção. Garantir o espaço é o objeto aglutinador dos interesses, a manutenção do território geralmente se fazendo contra o povo. Claramente, o interesse de classe identificado com o bem comum nacional centrado na terra, e não na população. [...] Mesmo estas concepções genéricas apresentadas – de identidade nacional a partir do território – durante muito tempo tem sua circulação limitada ao universo dos agentes da dominação (ibid.: 98-9).

O autor prossegue, reiterando que o escravismo impedia a formação da sociedade civil e que a identidade forjada foi aquela que negava o escravo – fundamento do clientelismo. Acrescentamos ainda os graus de mestiçagem, que incluem a classificação da pele em moreno, mulato etc, que tendem, ao máximo, alucinar o elemento negro, o responsável pela primeira ruptura da díade mãe-Medusa-filho narcisista. Ainda sobre o clientelismo, Moraes assevera que este “*é a base social objetiva do sucesso das ideologias regionalistas no Brasil*” (ibid.: 101).

Mais uma vez de acordo com o geógrafo (ibid.: 101;103),

[...] a construção das identidades regionais é uma manifestação plena daquele campo cultural que se está denominando de ideologias geográficas. O estabelecimento de laços entre os indivíduos tendo por referência os locais de origem ou de residência atua no sentido de criar falsas comunidades de interesses, veiculando uma ilusão de identidade sem referência social objetiva. [...] [O regionalismo] ainda age na criação de nexos ilusórios entre os co-habitantes da região, sendo um eficaz veículo de manipulação política das massas.

Concordamos com Moraes que o regionalismo é uma ideologia bastante forte, contudo, não refutamos o gentílico como formador de identidades, lembrando, certamente, que percebemos, em muitos casos, o caráter hegemônico na constituição destas.

5.3 UMA PROTO-TEORIA GEOGRÁFICA

Se o regionalismo é apenas uma ideologia, além do caráter jurídico a nacionalidade seria nada muito além. Contudo, é inegável, ainda que estereotipadamente, o reconhecimento ou estranhamento entre pessoas de origens distintas. Refutamos, mais uma vez, a condicionalidade do meio geográfico sobre o sujeito, mas reiteramos, também mais uma vez, a importância do sujeito na constituição de uma espacialidade.

Assim, não centramos nossa análise apenas a uma escala específica, mas a toda toponímia criadora de identidades – carioca, nordestino, brasileiro, caipira, suburbano –, compreendendo as limitações que cada termo possui em contribuir para a constituição do ser e os discursos hegemônicos acerca das identificações decorrentes entre os sujeitos. Cabe indagar, portanto, o que poderia ser a base epistemológica que legitime essas identidades, de escalas diferentes, e para isso, tomaremos o brasileiro como exemplo.

O que define o brasileiro não é a raça ou etnia, porque há brancos, mestiços, orientais e negros com essa nacionalidade. Tampouco a religião, a província ecológica, ou a soma de todos os recortes possíveis estabelecerá uma possível brasilidade. Nesse sentido, propomos a construção de uma teoria que, refutando o determinismo e o fetichismo geográficos, abarque o valor do geográfico na constituição do humano. Propomos, assim, uma teoria da determinação geográfica.

A definição do brasileiro encontra-se, portanto, na forma de apropriação desse recorte geográfico, e como apresentamos sucintamente, esta se deu por intermédio da recriação constante das áreas de fronteira. Assim, independe da escala de análise a pesquisa – não importa se tentamos definir o brasileiro ou o francês, o paulista ou o sergipano, o carioca ou o parisiense. O que deve ser pesquisado é a especificidade do processo de apropriação espacial que acarretou a constituição dessa identidade, e que a linguagem vivifica cotidianamente.

Lembramos, assim, de duas questões fundamentais. A primeira é que determinismo e fetichismo geográfico não se identificam; e, em segundo lugar,

propomos a reapropriação do termo utópico, a fim de acrescentar um novo sentido. O fetichismo vincula-se, sobremaneira, à constituição de identidade daqueles que ocupam uma posição social hegemônica e difere-se do que propomos como utópico. Como exemplo, o Rio de Janeiro. Nesta cidade, a *forma urbana colonial-escravista* foi substituída pela *forma urbana capitalista* no início do século XX.

Esta nova produção do espaço – aqui entendida como a produção de ordem, no caso, a nova ordem capitalista – corresponde à produção de uma utopia, ou seja, de um não-lugar, entendido aqui como conseqüência da nova ordem estabelecida, mas cuja essência é a negação desta. Nesse caso, referimo-nos à favela, utopia vulgarmente chamada de ‘desordem’ ou de ‘caos’, mas, de fato, produto residual de nova realidade econômica, política, cultural e simbólica.

Utopia origina-se de *A utopia*, em sua natureza, uma obra *perversa*. A criação de Thomas Morus, de 1516, retrata uma sociedade perfeita que habita uma ilha. A manifestação geográfica dessa sociedade fictícia é característica da perversão na medida em que a ilha possibilita o isolamento e permite que o perverso recrie a realidade. Ademais, a própria idéia de uma nova sociedade, baseada em um novo modo de vida, é uma característica perversa.

Na obra, há, ainda, a preocupação em abolir as diferenças, por meio de casas e de cidades geograficamente iguais, traço distintivo do universo sádico-anal perverso, cuja fecalização instaura a ordem da indiferenciação. Aliás, tudo aquilo que é utópico – fora da ordem, como vimos acima – tende a aniquilar os sujeitos e transformá-los em massa homogênea, e, nesse sentido, o geográfico assume particular importância.

Cabe ressaltar que a utopia é identificada a um ideal de vida ou de uma sociedade ideal – e, ainda, a um ideal de ego irrealizável porquanto aniquila a alteridade –, contudo não tratamos apenas dessa forma. Por mais paradoxal que seja, a criação de uma nova ordem produz a criação de sua antítese, nova negação da ordem, e isso também é espacialmente perceptível. Se considerarmos o período escravocrata, temos os quilombos. O mesmo se dá com a favela, a forma urbana utópica do capitalismo no Rio de Janeiro.

A diferença com a obra de More é que não há, aqui, na favela carioca, o ideal, visto que uma favela não é o ideal de moradia de ninguém. Este permanece restrito à ordem vigente, aquela que traz os modelos a serem seguidos e mimetizados. A utopia da

favela carioca, lugar que nega a ordem estabelecida capitalista, gera um discurso, uma percepção fetichizante por parte daqueles que integram a ordem vigente. O *favelado* torna-se um fator identitário.

Sempre que houver uma relação de condicionalidade unilateral pelo lugar/hábitat do sujeito, há um fetiche e este é a marca da relação entre o hegemônico e o utópico. Todo discurso proveniente de alguma hegemonia trará uma imago daquilo que lhe foge à ordem. A cada nova hegemonia, novas utopias; a cada nova ordem, novas ‘desordens’; a cada nova produção espacial, novas formas que lhe resistem, uma vez que essa produção hegemônica encontrará diferentes lugares, mantendo estes suas singularidades.

A relação entre hegemônico e utópico ocorre por meio do fetiche. Inversamente, a relação entre o utópico, o alijado da ordem vigente, e o hegemônico dá-se por meio do narcisismo secundário – e, em casos mais extremos, das revoluções. Isso é prejudicial àquele que está fora da ordem estabelecida, porque o desejo de ter o que é próprio do hegemônico, ademais de alienante, reproduz a própria condição de inferioridade do utópico. Isso gera identidades que não condizem com o que é vivido pelo utópico, e também conduz ao pastiche e ao estereótipo.

Nesse sentido temos o exemplo da Barra da Tijuca, em que foram criadas condições para o isolamento e a mimese identitária, e o do Rio de Janeiro, em que a experiência do gênero de vida associado ao mar tornou-se elemento constituinte do *carioca*. Ambos os exemplos, por sua vez, nos aproximam da noção heideggeriana de existência inautêntica. Contemporaneamente essa discussão se torna mais relevante, na medida em que o consumismo – uma forma de narcisismo secundário – se torna a mediação das relações sociais.

Estão lançadas, pois, as bases para a construção de uma teoria geográfica.

PALAVRAS FINAIS

Conforme mencionado anteriormente, este trabalho não se encerra aqui; é apenas o ponto de partida para mais pesquisas. Tivemos por objetivo nesta dissertação encontrar elementos que fornecessem subsídios para a compreensão do que a Barra da Tijuca é, mas, durante o percurso, encontramos elementos para discussões mais amplas, entre as quais elencamos: 1) o papel que o sujeito exerce sobre o meio geográfico, lembrando que espaço é dimensão do ser; 2) os fundamentos teóricos para compreender a cidade contemporânea, entre os quais se destacam a Gestalt e a Intersubjetividade; 3) a percepção do significado do urbano por meio da fenomenologia da cidade, enfocando a mudança do papel que esta exerce sobre o homem, de *locus* de refúgio para *locus* de perigo; 4) a compreensão do porque a capital brasileira ter sido transferida e as implicações identificatórias no carioca; 5) o entendimento, parcial, acerca de como a contemporaneidade está consubstanciada na Barra da Tijuca; 6) a definição de uma identidade para o brasileiro; e 7) a superação do determinismo na Geografia.

Propomos, nesse trabalho, que a constituição da Barra da Tijuca representou um processo involutivo urbano e, certamente, identificatório. Este se caracteriza pela deterioração de outras identidades que não aquela vinculada ao modo de vida praiano concomitantemente à perda da qualidade de vida no restante da cidade. Isso é possibilitado pela forma urbana adotada, o condomínio, que se ajustou às necessidades da modernidade AI -5. Esta, por sua vez, representou também uma involução em relação à modernidade de Brasília, e as conseqüências foram a reprodução do *ethos* brasileiro, que identificamos à imago da mãe-Medusa-filho narcisista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Maurício de Almeida. *Pensando a cidade no Brasil do passado*. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Correa, Roberto Lobato (org.). *Brasil, questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp. 145-84.
 2. _____. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
 3. ACIBARRA. Plano Lucio Costa. *Barra da Tijuca: de imenso areal a novo centro metropolitano em quatro décadas*. In: Acibarra em Revista, nº 14, nov 2009. Disponível em: http://www.acibarra.org.br/site/attachments/004_Revista-14.pdf. Acesso em: 28 jun 2011.
 4. AGACHE, Alfred Hubert-Donat. *Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento*. Paris: Foyer Bresilien, 1930.
 5. AMAZONAS, Ceçary. *Geografia da Guanabara*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1968.
 6. ANDRADE, Helena Watson Manhães de. *Estado-limite: à sombra da loucura*. Disponível em: <http://www.cbp.org.br/artigo12.htm>. Página do Círculo Brasileiro de Psicanálise, sem data. Acesso: 27 jun 2011.
 7. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando. Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.
 8. ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 5ª ed.
- ARREGUY, Marília Etienne; GARCIA, Claudia Amorim. *Algumas aproximações entre o ciúme, a melancolia e o masoquismo*. In: *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, nº 11, jun 2002. pp. 111-22. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagadb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214154849.pdf. Acesso em: 28 jun 2011.
9. ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 2006. 5ª reimp.
 10. ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Seção Regional do Rio de Janeiro. *Curso de Geografia da Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.
 11. BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70. Lembranças e curiosidades de uma década muito doída*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
 12. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
 13. BARANGER, Willy. *El narcisismo en Freud*. Sandler, Joseph (org.). Estudio sobre "Introducción al narcisismo" de Sigmund Freud. Madrid: Julian Yebenes, 1991.
 14. BENETTI, Pablo Cesar. *Projetos de avenidas no Rio de Janeiro (1830-1995)*. São Paulo: USP, 1997. Tese de doutorado.

15. BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento*. In: Gomes, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, FGV, 2002.
16. BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo Perspectiva, 2003. 3ª ed. 2ª reimp.
17. BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 2004. 3ª ed. 2ª reimp.
18. BERNARDES, Júlia Adão (coord.). *Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1987.
19. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Cidades utópicas do Renascimento*. In: *Ciência e Cultura*, vol. 56, no 2. São Paulo, abr/ jun 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000200021&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jun 2011.
20. BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
21. BORGES, Juliana Marques Caldeira et alli. *Perversão e infância e adolescência*. Reverso, Belo Horizonte, v. 26, n. 51, dez. 2004. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952004000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 28 jun 2011.
22. BORGES, Nilson. *A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
23. BRANDÃO, Junito. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 2007. v. 1. 20ª ed.
24. _____. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 2. 17ª ed.
25. _____. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 2007. v. 3. 14ª ed.
26. BRUNA, Paulo J. V. *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
27. CABAS, Antonio Godino. *Curso e discurso da obra de Jacques Lacan*. São Paulo: Moraes, 1982.
28. CABRAL, Mário da Veiga. *Geografia do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S/A, 1967. 3ª ed.
29. CARTA DOS ANDES. São Paulo: Bem-estar, 1960. Trad. de Gustavo Rocha Filho.
30. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 13ª reimpressão.
31. _____. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 4ª ed.

32. _____. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 3ª ed. 14ª reimpressão.
33. _____. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 9ª ed.
34. CHASSEGUET-SMIRGEL, Janine. *Ética e estética da perversão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
35. CHIAVARI, Maria Pace. *As transformações urbanas do século XIX*. In: Brenna, Giovanna Rosso Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
36. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965. v. 6.
37. COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª ed., 2003.
38. COSTA, Lúcio. *Plano-piloto de Brasília*. 19?
39. COSTA, Maria Elisa (org.). *Com a palavra, Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
40. CUNHA, Murilo Alves da. *O novo Rio de Janeiro. Geografia e realidade sócio-econômica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
41. CRULS, Gastão. *A aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965. v. 2.
42. DARTIGUES, André. *O que é fenomenologia?* São Paulo: Editora Moraes, 1992. 3ª ed.
43. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
44. DICIONÁRIO AURÉLIO ELETRÔNICO SÉCULO XXI. São Paulo: Lexicon Informática Ltda, 1999. versão 3.0. 1 CD ROM.
45. DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2004.
46. DOXIADIS ASSOCIATES. Guanabara. *A Plan for Urban Development*. Rio de Janeiro: CEDUG, 1965.
47. ELDEN, Stuart. *The place of Geometry: Heidegger's mathematical excursus on Aristotle*. The Heythrop Journal, Warwick, RUN, 2001. vol. 42, no 3, pp. 311-28. Disponível em: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118993540/PDFS/TART>. Acesso em: 6 jan 2010.
48. ENGELMANN, Arno. *A psicologia da Gestalt e a ciência empírica contemporânea*. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2002. vol. 18, nº 1, pp 1-16

49. ESTADO DA GUANABARA. *Plano-Piloto para Urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: DER, 1969.
50. _____. *A experiência da Guanabara*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970a.
51. _____. *Rio ano 2000*. Rio de Janeiro: Comissão do Ano 2000, 1970b.
52. _____. *Via expressa para a Cidade Universitária e Aeroporto Internacional*. Rio de Janeiro: DER, 1970c.
53. FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
54. FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
55. FRAGOSO, João Luís. *O império escravista e a república dos plantadores*. In: Linhares, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. 15ª reimpressão.
56. _____.; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia. Rio de Janeiro 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
57. FREUD, Sigmund. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Imago Editora, 19?. 1 CD ROM.
58. GEOGRAFIA ILUSTRADA. *Brasil*. vol. I e II. São Paulo: Abril, 1970.
59. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000. 5ª ed.
60. GILES, Thomas Ransom. *História do Existencialismo e da Fenomenologia*. São Paulo: EPU, 1989.
61. GIUMBELLI, Emerson. *A modernidade do Cristo Redentor*. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, no 1, 2008. pp. 75-105.
62. GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
63. GOMES, Angela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 2ª ed.
64. GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
65. HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
66. HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos. Heidegger*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.

67. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 26ª ed. 22ª reimp.
68. HORNSTEIN, Luis. *Narcisismo. Autoestima, identidade, alteridade*. São Paulo: Via Lettera, Centro de Estudos Psicanalíticos, 2009.
69. INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 3ª reimp.
70. INSTITUTO ANTONIO CARLOS JOBIM. *PP da Baixada de Jacarepaguá*. Rio de Janeiro, s. d. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucioxmlui/handle/123456789/3109>. Acesso em: 25 mar 2010
71. INWOOD, Michael. *Heidegger*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Tradução de Adail Ubirajara Sobral.
72. JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. Nova York: Random House, 1961.
73. KOHLSDORF, Maria Elaine. *Gestalt Urbana: considerações sobre os espaços do plano-piloto de Brasília*. Brasília: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1975.
74. KOPP, Anatole. *Quando o moderno era um estilo e não uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.
75. LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
76. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. v. 3.
77. LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
78. LAUANDE, Francisco. *O projeto para o Plano-piloto e o pensamento de Lúcio Costa*. In: *Arquitextos*, ano 8, ago 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/223>. Acesso em: 27 jun 2011.
79. LINS, Maria Ivone Accioly. *Ver-se e ser visto na terceira idade*. Nat. hum. [online]. 2003, vol.5, n.2, pp. 459-468. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v5n2/v5n2a07.pdf>. Acesso em: 28 jun 2010.
80. LOPARIC, Zelijko. *Winnicott: uma Psicanálise não-edipiana*. In: *Revista Percurso*, no 17, 1996. Disponível em: http://www2.uol.com.br/percurso/main/pcs17/p17_14.htm. Acesso em: 27 jun 2011.
81. MACHADO, Marília Pacheco. *Superquadra: pensamento e prática urbanística*. Brasília: UNB, 2007. Dissertação de mestrado. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesedsimplicado/tde_arquivos/18/TDE-2008-01-17T091621Z-2200/Publico/Dissert_MariliaPachecoMachado_ate_pag150.pdf. Acesso em: 28 jun 2011.

82. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP, 1997.
83. MAIA, Vitória Mamede. *A clínica contemporânea: a lógica da complexidade e do paradoxo*. Disponível em: <http://pathosapsicanalise.wordpress.com/category/uncategorized/> e <http://www.apsicanalise.com/blog-psicopatologia/70-entre-neurose-e-psicose-algumas-consideracoes-sobre-os-casos-fronteiricos-na-clinica-psicanalitica.html>. Acesso em: 27 jun 2011. Publicado em 2004 na Revista Brasileira de Psicanálise, conforme mencionam as páginas.
84. MANCHETE. *25 anos*. São Paulo: Abril, 1977.
85. MANN, Charles C. *O berço da religião*. In: National Geographic Brasil, junho 2011. pp. 68-93
86. MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar. Do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.
87. MARTINS, Élvio Rodrigues. *Lógica e espaço na obra de Immanuel Kant e suas implicações na ciência geográfica*. In: Geographia. Niterói, 2003. n° 9, pp. 41-58. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/115/112>. Acesso 23 out 2010
88. _____. *Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser*. In: GeoUSP - Espaço e Tempo. São Paulo, 2007. n° 21, pp. 33 – 51. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp21/Artigo_Elvio.pdf. Acesso 9 set 2010
89. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
90. MARTINS, Luciano. *A “geração AI-5” e maio de 68. Duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.
91. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
92. MAZORRA, Heloísa. *Representação e espelho. Ensaio psicanalítico sobre o nascimento da representação e sua relação com a imagem observada no espelho*. In: Revista Brasileira de Psicanálise, vol. 43, n° 1, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2009000100019. Acesso em: 28 jun 2011.
93. MELO, Elisabeth Melo Cordeiro. *A construção da Autoestrada Lagoa-Barra: um capítulo da história da PUC-Rio*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/nucleodememoria/atividades/pibic2010.htm>. Acesso em: 27 jun 2011.
94. MINDLIN, Henrique E. *Modern Architecture in Brazil*. Rio de Janeiro: Amsterdam: Colibris Editora, 1956.
95. MONTEIRO, Circe Maria Gama. *O Planejamento*. In: Por um planejamento alternativo. Rio de Janeiro, 1983. pp. 1-45. Dissertação de mestrado. PUR/COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1983.

96. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.
97. _____. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. 2ª ed.
98. MOREIRA, Ruy. *A diferença e a Geografia*. In: *Geographia*. Niterói, 1999. n° 1, pp. 41-58.
99. MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
100. _____.; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
101. MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NASSARO, Silvio Lúcio Franco. *A pluralidade da verdade em Erasmo*. São Paulo: USP, 2010. Tese de doutorado. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/FILOSOFIA/Dissertacoes/Erasmus.pdf. Acesso em: 28 jun 2011.
102. NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.
103. NOSSO SÉCULO. *A Era dos Partidos. 1900/1910*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. v. 1.
104. NOSSO SÉCULO. *A Era dos Partidos. 1910/1930*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. v. 4.
105. NOSSO SÉCULO. *A Era dos Partidos. 1945/1960*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. v. 8.
106. NOSSO SÉCULO. *Sob as ordens de Brasília. 1960/1980*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. v. 9.
107. NOSSO SÉCULO. *Sob as ordens de Brasília. 1960/1980*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986. v. 10.
108. NOVA IPANEMA. *Um apaixonado por Nova Ipanema*. In: *Revista Informando*, n° 494, nov 2001. Disponível em: http://www.novaipanema.com.br/materia_informando.asp?id=255&edicao=494. Acesso em: 28 jun 2011.
109. NOVO LEBLON. *História do condomínio Novo Leblon*. Disponível em: <http://www.novoleblon.com.br/condominio/historia.html>. Acesso em: 28 jun 2011.
110. NUNES, Benedito. *Heidegger & Ser e tempo*. Rio de Janeiro: Jorde Zahar Ed., 2004.
111. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Transportes. *Gerência de áreas especiais da CET-Rio – GAE. Sistema Zuzu Angel*.

Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/smtr/smtr/hp_cve_zuzuangel.htm. Acesso em: 27 jun 2011.

112. _____. *Plano Urbanístico Básico da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1977.

113. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

114. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Constituição Federal de 1891*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em: 28 jun 2011.

115. REZENDE, Vera. *O jogo do verde com branco, Lúcio Costa em defesa do Plano-piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá*. 2005

116. _____.; LEITÃO, Gerônimo. *Barra da Tijuca no limiar do século XXI: do urbanismo modernista à cidade cenográfica?* Niterói, 2003a. Disponível em: http://www.pgau-cidade.ufsc.br/ica/trabalhos/rezende_vera/rezende_vera.htm.

117. _____. *Plano-piloto para a Barra da Tijuca e baixada de Jacarepaguá, a avaliação dos ideais modernistas após três décadas*. Niterói, 2003. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/148R.pdf>. 2003

118. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 2ª ed. 24ª reimpressão.

119. RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES Sérgio. *Encanto não se transfere. 50 anos de Brasília*. In: Veja online, 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/brasil/encanto-nao-se-transfere-p-124.html>. Acesso em: 28 jun 2011.

120. SAMPAIO, Antonio Heliodoro Lima. *Carta de Atenas: contextos originais*. Salvador: UFBA, 2001.

121. SANTOS, Marise de Souza Morais e. *Medusa: mito e estados depressivos*. Recife, 1996. Disponível em: <http://www.artpage.com.br/marise/medusa1.html>. Acesso em: 27 jun 2011.

122. SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

123. SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

124. SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos. *A Belacap em busca da hegemonia perdida*. Niterói, UFF, 2005. Monografia de conclusão do curso de graduação.

125. SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *Pelas veredas da capital. Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 25pp.

126. SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 2ª reimp.
127. SEVERIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2008.
128. SILVA, Luís Henrique do Amaral e. *Dimensões e rumos da intersubjetividade: a resposta ética de Thomas Ogden*. São Paulo, 2006. Dissertação de mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
129. SOUZA, Julierme Sebastião Moraes. *Historiografia do cinema brasileiro e o crítico Paulo Emílio Salles Gomes: qual será o valor estético das chanchadas da Atlântida Cinematográfica?* Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=249>. Acesso em: 27 jun 2011.
130. STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: IPPUR, 1996.
131. TELLES, Sophia. *Lúcio Costa: monumentalidade e intimismo*. In: Novos Estudos CEBRAP, 1989. Disponível em: www.arquitetura.ufc.br/.../2-%20Sophia%20Telles%20-Lúcio%20Costa-monumentalidade%20e%20intimismo.d oc. Acesso em: 28 jun 2011.
132. THOMPSON, M. Guy. *Phenomenology of intersubjectivity: a historical overview of the concept and its clinical implications*. Disponível em: <http://www.philadelphia-association.co.uk/documents/PhenomenologyofIntersubjectivityMGuyThompson.pdf>. Acesso 10 nov 2010.
133. TOTEM FILMES. *A cidade cresce para a Barra*. Rio de Janeiro, 1970.
134. TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.
135. VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Senado Federal, 1978.
136. VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, FGV: 2008. 2ª reimp.
137. _____. *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
138. VELLOSO, Monica Pimenta. *O modernismo e a questão nacional*. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
139. VILLELA, André. *Dos 'Anos Dourados' de JK à crise não resolvida (1956-1963)*. In: Giambiagi, Fábio et alli. (org.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

140. VITTE, Antonio Carlos. *A terceira crítica kantiana e sua influência no moderno conceito de Geografia Física*. In: GeoUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, 2006. n° 19, pp. 33-52.

VIVIANI, Alejandro Luis. *Lacan e o Édipo freudiano*. In: Revista de Psicanálise Textura. Disponível em: <http://www.revistatextura.com/leia/lacaneo.pdf>. Acesso em: 28 jun 2011.

141. ZRAK7.IFRANCE.COM. *Região metropolitana do Rio de Janeiro: cronologia da evolução urbana*. Disponível em: <http://zrak7.ifrance.com/rio-urb-06.pdf>. Acesso em: 28 jun 2011.

142. ZUBEN, Newton Aquiles Von. *Os caminhos da Fenomenologia*. Campinas, 1994. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/vonzuben/caminhos.html>. Acesso em: 27 jun 2011.